

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento
Econômico e Social
SETOR DE DESENVOLVIMENTO



Instituto
Paranaense de
Desenvolvimento
Econômico e Social

**AVALIAÇÃO DO IMPACTO
DA MUNICIPALIZAÇÃO
DO ENSINO FUNDAMENTAL
NO ESTADO DO PARANÁ**

Este trabalho é resultado de contrato firmado entre a Secretaria de Estado da Educação e o IPARDES como parte integrante do Componente Estudos e Pesquisas do Projeto Qualidade no Ensino Público.

8/96
x.2

**CURITIBA
OUTUBRO 1996**

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

LUBOMIR FICINSKI - *Secretário*

HERBERT ANTONIO AGE JOSÉ - *Diretor Geral*

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

HELOISA MONTE SERRAT DE ALMEIDA BINDO - *Diretora-Presidente*

MARIA LUIZA M. S. MARQUES DIAS - *Diretora do Centro de Pesquisa*

LUIZ ALEXANDRE FAGUNDES - *Diretor do Centro Estadual de Estatística*

CLEIDE MARIA PERITO DE BEM - *Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento (CTD)*

EQUIPE TÉCNICA

Glória Carta (administradora) - coordenadora

Elizabete Cosmala Baggio (economista)

Josil R. Voidela Baptista (economista)

Silvana Rassi Bruder (socióloga)

Simone Rebello Bergmann (socióloga)

Verônica Toledo (socióloga)

COLABORADORES

Ana Inês de Souza (socióloga)

Joe de Assis Garcia (matemático)

Hudson Prestes dos Santos (estatístico)

Thais Kornin (psicóloga)

IPARDES

SETOR DE DOCUMENTAÇÃO

| | |
|-------------|--------|
| REG. Nº | ACUIS. |
| 14643 Ex. 2 | D |
| DATA | |
| 23/01/97 | |

CONSULTORES DO IESP/FUNDAP

Vera Lúcia Cabral Costa (coordenadora)

Eny Marisa Maia

APOIO TÉCNICO-OPERACIONAL

Maria Cristina Ferreira (editoração)

Claudia Ortiz (revisão)

Ana Rita Barzick Nogueira (editoração de texto)

João Vivaldo Ferreira Santos (reprodução xerográfica)

I59a Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Avaliação do impacto da municipalização do ensino fundamental no Estado do Paraná. - Curitiba : IPARDES, 1996.

163p.

1. Ensino de 1º grau. 2. Municipalização do ensino. 3. Paraná. I. Título.

CDU 373.3(816.2)

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| LISTA DE TABELAS | iv |
| RESUMO GERENCIAL | ix |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| 1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS | 5 |
| 1.1 SELEÇÃO E AMOSTRA..... | 5 |
| 1.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS E INFORMAÇÕES..... | 8 |
| 1.3 SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO | 9 |
| 2 CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS | 11 |
| 3 HISTÓRICO DA MUNICIPALIZAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ | 21 |
| 4 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO | 24 |
| 4.1 O PROCESSO DE MUNICIPALIZAÇÃO | 24 |
| 4.1.1 A Municipalização na Visão dos Municípios..... | 25 |
| 4.1.1.1 Características gerais do processo de municipalização | 25 |
| 4.1.1.2 Vantagens da municipalização na visão dos municípios..... | 29 |
| 4.1.1.3 Desvantagens da municipalização na visão dos municípios..... | 30 |
| 4.1.1.4 Por que não municipalizar?..... | 33 |
| 4.1.1.5 Considerações sobre o Termo de Parceria | 34 |
| 4.2 GESTÃO E QUALIDADE | 35 |
| 4.2.1 Gestão do Ensino Fundamental..... | 36 |
| 4.2.1.1 Gerenciamento da rede escolar | 36 |
| 4.2.1.2 Gerenciamento do corpo funcional e docente | 40 |
| 4.2.1.3 Gestão financeira do ensino municipal | 48 |
| 4.2.1.4 Relacionamento com entidades educacionais e civis..... | 49 |
| 4.2.1.5 Relacionamento com os Núcleos Regionais de Educação..... | 50 |

| | | |
|---------|---|-----|
| 4.2.2 | Qualidade no Ensino Fundamental | 51 |
| 4.2.2.1 | O processo de municipalização e o Ciclo Básico de Alfabetização | 52 |
| 4.2.2.2 | Evasão e repetência..... | 55 |
| 4.2.2.3 | Disponibilidade de salas de aula e condições físicas dos prédios escolares..... | 56 |
| 4.2.2.4 | Disponibilidade de equipamentos e recursos pedagógicos | 57 |
| 4.2.2.5 | Programas de capacitação de professores | 59 |
| 4.2.2.6 | Merenda escolar..... | 61 |
| 4.3 | A PARTICIPAÇÃO DOS NÚCLEOS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE MUNICIPALIZAÇÃO..... | 62 |
| 5 | ASPECTOS FINANCEIROS DA MUNICIPALIZAÇÃO | 71 |
| 5.1 | COMPORTAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS COM O ENSINO FUNDAMENTAL | 71 |
| 5.1.1 | Comportamento das Finanças Estaduais | 72 |
| 5.1.2 | Comportamento das Finanças Municipais | 76 |
| 5.2 | OS RESPASSES FINANCEIROS NA MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO | 81 |
| | CONCLUSÃO | 87 |
| | ANEXO 1 - METODOLOGIA DA TIPIIFICAÇÃO DE MUNICÍPIOS E DA AMOSTRAGEM | 96 |
| | ANEXO 2 - PROTOCOLO DE INTENÇÕES | 103 |
| | ANEXO 3 - TERMOS COOPERATIVOS DE PARCERIA EDUCACIONAL | 106 |
| | ANEXO 4 - ROTEIROS DE ENTREVISTA | 136 |
| | ANEXO 5 - TABELAS | 142 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 161 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|-----|--|----|
| 2.1 | PERFIL DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS - PARANÁ-1991 | 12 |
| 2.2 | PARTICIPAÇÃO NO PIB SETORIAL E NO TOTAL DO ESTADO E PIB PER CAPITA DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO- FINANCEIRO - PARANÁ - 1991 | 14 |
| 2.3 | NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS CHEFES DE FAMÍLIA NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO - PARANÁ - 1991 | 16 |
| 2.4 | TAXAS DE DESPERDÍCIO ESCOLAR DE 1º A 4º SÉRIE DO 1º GRAU NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO - PARANÁ - 1992 | 18 |
| 2.5 | TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO 1980/1991 E DAS MATRÍCULAS 1984/1991 DAS CRIANÇAS DE 7 A 10 ANOS, NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS - PARANÁ | 19 |
| 4.1 | CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS SEGUNDO TIPO DE ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - DEZ/93..... | 27 |
| 4.2 | DESVANTAGENS FINANCEIRAS COM A MUNICIPALIZAÇÃO, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA, NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS - PARANÁ - 1995 | 31 |
| 4.3 | DESVANTAGENS PEDAGÓGICAS COM A MUNICIPALIZAÇÃO, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA, NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS - PARANÁ - 1995 | 32 |
| 4.4 | DESVANTAGENS RELACIONADAS À GESTÃO COM A MUNICIPALIZAÇÃO, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA, NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS - PARANÁ - 1995 | 32 |
| 4.5 | PRINCIPAIS ALTERAÇÕES SUGERIDAS PARA O TERMO DE PARCERIA, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA, NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS - PARANÁ - 1995 | 34 |
| 4.6 | PARTICIPAÇÃO DAS MATRÍCULAS MUNICIPAIS INICIAIS DE 1º A 4º SÉRIE DO 1º GRAU, EM 30/03, NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, POR ZONA, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1990-1993 | 39 |
| 4.7 | RELAÇÃO ENTRE MATRÍCULAS MUNICIPAIS INICIAIS DE 1º A 4º SÉRIE DO 1º GRAU, EM 30/03, E PROFESSORES, NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1990-1993 | 45 |

| | | |
|------|---|----|
| 4.8 | SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS QUANTO À ADOÇÃO DO CICLO BÁSICO DE ALFABETIZAÇÃO - PARANÁ - 1995 | 54 |
| 4.9 | TAXAS DE EVASÃO E REPETÊNCIA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE 1º A 4º SÉRIE DO 1º GRAU, PARA OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, AGRUPADOS SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO - PARANÁ - 1990/1993 | 56 |
| 4.10 | DÉFICIT DE SALAS DE AULA NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1995 | 56 |
| 4.11 | CONDIÇÕES FÍSICAS DOS PRÉDIOS ESCOLARES MUNICIPAIS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA, NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS - PARANÁ - 1995 | 57 |
| 4.12 | SITUAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS QUANTO À CARÊNCIA DE EQUIPAMENTOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1995 | 57 |
| 4.13 | SITUAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS QUANTO À CARÊNCIA DE MATERIAL DIDÁTICO ESPECÍFICO PARA PROFESSORES NOS MUNICÍPIO SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1995 | 58 |
| 4.14 | EXISTÊNCIA DE PROGRAMA MUNICIPAL DE CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1995 | 59 |
| 4.15 | PARCERIAS NOS PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1995 | 60 |
| 4.16 | ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA DEFINIÇÃO DOS CONTEÚDOS E DOS PARTICIPANTES NOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO, NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1995 | 60 |
| 4.17 | DEFINIÇÃO DOS CARDÁPIOS DE MERENDA ESCOLAR NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1995 | 62 |
| 5.1 | PARTICIPAÇÃO E EVOLUÇÃO DA RECEITA DE IMPOSTOS PRÓPRIOS E TRANSFERIDOS - PARANÁ - 1989/1994 | 72 |
| 5.2 | PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS SEGUNDO FUNÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO PARANÁ - 1989/1994 | 73 |
| 5.3 | RELAÇÃO ENTRE GASTOS COM PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO E RECEITAS DE IMPOSTOS - PARANÁ - 1989/1994 | 74 |

| | | |
|------|---|-----|
| 5.4 | PARTICIPAÇÃO E EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO PARANÁ - 1989/1994 | 74 |
| 5.5 | RELAÇÃO ENTRE DESPESAS COM OS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO E O TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS - PARANÁ - 1989/1994..... | 78 |
| 5.6 | EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM O ENSINO FUNDAMENTAL PARA MUNICÍPIOS SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1989/1994 | 79 |
| 5.7 | RELAÇÃO ENTRE GASTOS MUNICIPAIS COM O ENSINO FUNDAMENTAL E MATRÍCULAS MUNICIPAIS DO 1º GRAU NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1989/1993..... | 80 |
| 5.8 | VALORES TRIMESTRAIS E ANUAIS DO CUSTO/ALUNO/ANO ESTABELECIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - PARANÁ - 1992-1995..... | 82 |
| 5.9 | RELAÇÃO ENTRE AS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO PARANÁ COM O ENSINO FUNDAMENTAL POR ALUNO E O VALOR DO CUSTO/ALUNO/ANO - 1989-1995..... | 82 |
| 5.10 | PARTICIPAÇÃO DOS REPASSES REFERENTES AO TERMO COOPERATIVO DE PARCERIA EDUCACIONAL NOS GASTOS DO ENSINO FUNDAMENTAL NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1993-1994 | 83 |
| 5.11 | REPASSES FINANCEIROS RELATIVOS À MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - PITANGA - 1993-1995 | 84 |
| 5.12 | REPASSES FINANCEIROS RELATIVOS À MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - SANTA IZABEL DO OESTE - 1993-1995 | 85 |
| 5.13 | RECURSOS TRANSFERIDOS AOS MUNICÍPIOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - PARANÁ - 1989-1995..... | 86 |
| A.1 | ESTABELECEMENTOS QUE OFERTAM ENSINO DE 1º A 4º SÉRIE DO 1º GRAU NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1990-1993 | 143 |
| A.2 | MATRÍCULAS INICIAIS DE 1º A 4º SÉRIE DO 1º GRAU, EM 30/03, NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1990-1993 | 144 |
| A.3 | ESTABELECEMENTOS QUE OFERTAM ENSINO DE 1º A 4º SÉRIE DO 1º GRAU, MUNICIPALIZADOS E COMPARTILHADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1994..... | 145 |

| | | |
|------|--|-----|
| A.4 | ESTABELECIMENTOS QUE OFERTAM ENSINO DE 1º A 4º SÉRIE DO 1º GRAU NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1990-1993..... | 146 |
| A.5 | PARTICIPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS QUE OFERTAM ENSINO DE 1º A 4º SÉRIE DO 1º GRAU, NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1990-1993..... | 147 |
| A.6 | MATRÍCULAS INICIAIS DE 1º A 4º SÉRIE DO 1º GRAU, EM 30/03, NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1990-1993 | 148 |
| A.7 | PARTICIPAÇÃO DAS MATRÍCULAS INICIAIS DE 1º A 4º SÉRIE DO 1º GRAU, EM 30/03, NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ -1990-1993..... | 149 |
| A.8 | PESSOAL EM EXERCÍCIO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS, EM 30/03, NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, POR FUNÇÃO, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1990-1993..... | 150 |
| A.9 | RECEITA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO PARANÁ - 1989/1994 | 152 |
| A.10 | PARTICIPAÇÃO DA RECEITA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO PARANÁ - 1989/1994..... | 152 |
| A.11 | EVOLUÇÃO DA RECEITA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO PARANÁ - 1989/1994..... | 153 |
| A.12 | DESPESA POR FUNÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO PARANÁ - 1989/1994..... | 153 |
| A.13 | EVOLUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO PARANÁ - 1989/1994..... | 154 |
| A.14 | DESPESAS COM PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO PARANÁ - 1989/1994..... | 154 |
| A.15 | VALOR DO SALÁRIO EDUCAÇÃO E DO CUSTO/ALUNO/MÊS - PARANÁ - 1992-1995 | 154 |
| A.16 | RELAÇÃO ENTRE RECEITAS DE IMPOSTOS E RECEITA TOTAL PARA OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1989/1994 | 155 |
| A.17 | RELAÇÃO ENTRE IMPOSTOS TRANSFERIDOS E O TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS MUNICIPAIS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1989/1994 | 156 |
| A.18 | EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS MUNICIPAIS PARA MUNICÍPIOS SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1989/1994 | 157 |

| | | |
|------|--|-----|
| A.19 | RELAÇÃO ENTRE AS DESPESAS COM A FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA E O TOTAL DAS DESPESAS REALIZADAS, NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1989/1994..... | 158 |
| A.20 | EVOLUÇÃO DAS DESPESAS TOTAIS E DAS DESPESAS COM PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1989/1994 | 159 |
| A.21 | RELAÇÃO ENTRE DESPESAS COM O ENSINO DE 1º GRAU E DESPESAS COM PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO PARA OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1989/1994..... | 160 |

SINAIS CONVENCIONAIS UTILIZADOS

- Indica que o fenômeno não existe.
- ... Indica que o dado é desconhecido, podendo o fenômeno existir ou não.
- 0 ou 0,00 É utilizado quando o fenômeno existe mas seu valor numérico é inferior à metade da unidade adotada na tabela.

RESUMO GERENCIAL

A formulação da proposta de avaliação do impacto do processo de municipalização do ensino fundamental no Estado do Paraná partiu da preocupação de que, embora este, em seu início, viesse sendo implantado com certa fluidez, apresentava ainda fragilidades que poderiam vir a comprometê-lo. A primeira delas residia na forte dependência dos municípios com relação ao Estado no que diz respeito ao repasse de recursos financeiros, à cessão de professores estaduais para as escolas municipalizadas e à manutenção dos prédios escolares. Isto significava que nem o Estado sentia um impacto positivo sobre suas despesas a partir da municipalização do ensino, nem os municípios conseguiam estruturar-se suficientemente para assumir, como responsabilidade sua, o ensino de 1^o a 4^o série do 1^o grau. Outra fragilidade vinculava-se ao fato de que a condução do processo de municipalização tinha como herança procedimentos e critérios pouco claros, que acabavam por ocasionar muitos problemas e inquietações a respeito de sua continuidade; ou seja, as várias tentativas do Estado de repassar atribuições aos municípios resultavam em relações conflituosas nunca antes enfrentadas.

Além disso, o processo não se havia generalizado no Estado, haja vista a não-adesão de municípios importantes e capazes de atuar com autonomia nesse campo. Era o caso, por exemplo, de Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel, entre outros. Essa situação alterou-se em 1995, quando os municípios de Londrina e Maringá assinaram o Termo Cooperativo de Parceria Educacional, para assumir em 1996 parte da rede escolar estadual.

É nesse contexto, portanto, que a pesquisa foi conduzida, procurando dar conta das questões – latentes e não resolvidas – que surgiram ao longo da execução da proposta de municipalização e de seus possíveis impactos, ou seja, das mudanças dela decorrentes.

O principal objetivo desta pesquisa é indicar, através da avaliação do processo de municipalização do ensino fundamental no Estado do Paraná, a partir dos Termos Cooperativos de Parceria Educacional assinados entre Estado e municípios, possíveis correções de rota que se façam necessárias – o que exige que se responda a seguinte questão: em que condições o processo de municipalização poderia seguir seu curso? Assim, a análise foi conduzida sob três óticas:

- a) do ponto de vista da gestão, avaliando os processos e procedimentos em curso e verificando em que medida constituíram uma garantia para a auto-sustentação do processo de municipalização do ensino ao longo do tempo. Procurou-se, então, identificar os principais avanços na gestão do sistema, os efeitos da atribuição de um maior nível de responsabilidade aos municípios, os mecanismos concretos que foram utilizados no sentido de consolidar o processo de municipalização e as resistências encontradas nesse processo;
- b) do ponto de vista da qualidade, verificando como as condições do ensino são afetadas pelos diversos elementos do sistema educacional, desde o funcionamento da rede escolar até alguns indicadores de qualidade de ensino;
- c) do ponto de vista financeiro, analisando em que condições se deu o processo de municipalização e buscando identificar suas possíveis conseqüências, tanto para o Estado quanto para os municípios, no que diz respeito ao uso de recursos financeiros para a manutenção do ensino fundamental.

A metodologia básica adotada para a análise foi construída a partir de uma ótica regionalizada e hierarquizada que possibilitou o agrupamento dos municípios em três estratos (pequeno, médio e grande) de acordo com o porte econômico-financeiro. Dentro de cada um desses estratos foram selecionados os municípios a partir de sua condição em relação à municipalização (total ou parcialmente municipalizados e não-municipalizados). O tamanho da amostra resultante

possibilitou que todos os Núcleos Regionais de Educação (NRE), que correspondem às unidades regionalizadas da Secretaria de Educação fossem contemplados.

O critério que levou em conta o porte dos municípios definiu um corte extremamente relevante ao propiciar indicações sobre sua estrutura de gestão. Já, o critério de adesão revela um maior ou menor comprometimento com a proposta de municipalização.

A metodologia de trabalho, fundada essencialmente na pesquisa de campo, teve por objetivo aproximar, através do contato direto, os pesquisadores dos profissionais envolvidos no processo de municipalização, tanto no âmbito municipal quanto estadual, o que fez com que as entrevistas se mostrassem extremamente mais ricas, atribuindo ao trabalho uma dimensão qualitativa de vivência do processo.

O PROCESSO DE MUNICIPALIZAÇÃO

A dinâmica do processo de municipalização do ensino fundamental no Estado do Paraná foi analisada a partir de seu marco legal, ou seja, a assinatura do Termo Cooperativo de Parceria Educacional entre Estado e municípios. Entre as responsabilidades do Estado previstas pelo Termo de Parceria incluem-se a orientação técnico-pedagógica quanto ao desenvolvimento da educação pré-escolar e do ensino fundamental, a assistência técnica através de cursos e treinamento para docentes e pessoal técnico-administrativo da rede municipal de ensino e a assistência financeira aos municípios parceiros, mediante condições estabelecidas pelo Estado.

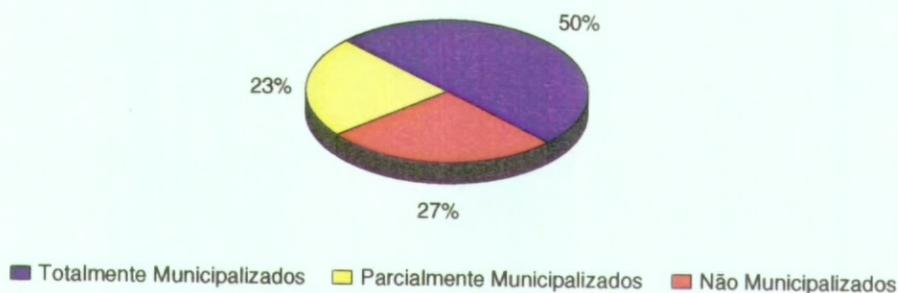
Ao município parceiro cabe assumir o ensino fundamental de 1^ª a 4^ª série, inclusive o pré-escolar, a educação especial e o supletivo-fase I, comprometendo-se em aplicar os recursos financeiros decorrentes da parceria educacional exclusivamente no desenvolvimento e manutenção desses níveis de ensino e a adequar-se à proposta pedagógica estabelecida pelo Estado.

A MUNICIPALIZAÇÃO NA VISÃO DOS MUNICÍPIOS

O auge do atual processo de municipalização se deu em 1992 e início de 1993, quando 319 municípios (86%) dos 371 existentes no Estado do Paraná municipalizaram total ou parcialmente o ensino de 1ª a 4ª série do 1º grau. Até 1996, somente mais 11 municípios assinaram o termo de parceria, totalizando, assim, 89% dos municípios paranaenses.

Do total de municípios selecionados, observa-se que, até 1993, 73% encontravam-se total ou parcialmente municipalizados (50% e 23%, respectivamente), sendo importante ressaltar que, destes, 64% eram de pequeno porte. Por outro lado, dos oito municípios que não aderiram ao processo de municipalização do ensino (27% da amostra), quatro eram de grande porte.

SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS QUANTO À ADESÃO À MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO PARANÁ - 1993



FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES

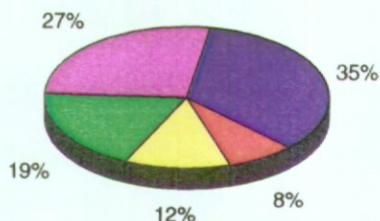
Naqueles municípios que assinaram o Termo de Parceria, pouco mais da metade das equipes municipais de educação entrevistadas afirmaram que não vêem nenhuma **vantagem** em municipalizar o ensino, o que pode sugerir, primeiro, o desconhecimento do conteúdo integral do Termo Cooperativo de Parceria Educacional e, segundo, o não-entendimento de que a autogestão da educação, no e pelo município, envolve também a iniciativa municipal, além, é claro, do apoio dos governos federal e estadual. Já, as equipes dos demais municípios acreditam que a administração mais próxima traz melhoria de qualidade pedagógica, funcional e

administrativa, agilizando, dessa forma, a tomada de decisão. No entanto, sabe-se que a administração descentralizada não garante, por si só, a efetividade dos procedimentos administrativos e a qualidade na gestão escolar.

Foram também abordadas algumas **desvantagens** relacionadas à parceria educacional com o Estado que, segundo as equipes municipais de educação, configuram problemas para o desenvolvimento e manutenção da educação. Estas foram agrupadas, para efeitos de análise, de acordo com os aspectos: financeiro, pedagógico e de gestão do ensino.

Com relação ao **aspecto financeiro**, aparece como desvantagem a perda de recursos provenientes de convênios e termos de cooperação financeira mantidos com o Estado anteriormente ao Termo de Parceria, não compensada pelos repasses provenientes da municipalização; a falta de recursos próprios para arcar com os custos do ensino e com a capacitação de professores; além de uma grande insatisfação quanto ao cálculo do custo/aluno/ano, que serve de base ao repasse dos recursos financeiros; entre outras.

DESVANTAGENS FINANCEIRAS DA MUNICIPALIZAÇÃO

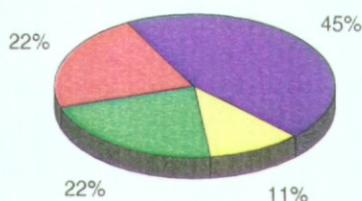


- Perda de recursos de convênios anteriores ao TCPE
- Falta de recursos próprios para arcar com o ensino e capacitação
- Aumento de gastos com reformas e manutenção de escolas
- Aumento das despesas do município
- Repasse de recursos aquém do esperado e duplicação de gastos nas escolas compartilhadas

As desvantagens relacionadas ao **aspecto pedagógico** da municipalização dizem respeito, principalmente, ao fato de os municípios terem deixado de receber assistência pedagógica e capacitação para os professores, ao despreparo dos

professores municipais e à perda de professores qualificados que pertenciam ao quadro funcional do Estado.

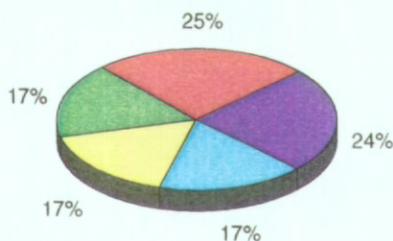
DESVANTAGENS PEDAGÓGICAS DA MUNICIPALIZAÇÃO



- Falta de assistência pedagógica e capacitação para professores
- Despreparo dos professores municipais e perda dos estaduais mais qualificados
- Falta de uma equipe técnico-pedagógica adequada e de professores qualificados para o contraturno
- Queda generalizada da qualidade do ensino

Quanto à **gestão do ensino**, algumas das desvantagem citadas se referem aos problemas decorrentes de conflitos entre direção, professores e funcionários estaduais e municipais, bem como aos relacionados às escolas assumidas em mau estado de conservação, com falta de espaço físico e perda de equipamentos.

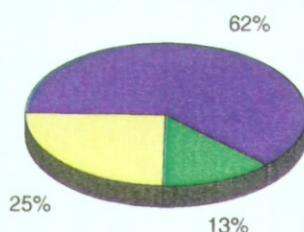
DESVANTAGENS DA MUNICIPALIZAÇÃO QUANTO À GESTÃO DO ENSINO



- Conflitos nas escolas compartilhadas entre direção, professores e funcionários municipais/estaduais
- Mau estado de conservação e perda de equipamentos nas escolas municipalizadas
- Aumento de trabalho e de responsabilidade para os municípios
- Falta de espaço físico para a adoção do CBA
- Outros

A principal razão que levou sete dos municípios selecionados a optarem pela **não-municipalização** do ensino fundamental foi a indefinição quanto à questão financeira contida no Termo de Parceria, principalmente no que diz respeito ao cálculo do valor do custo/aluno/ano.

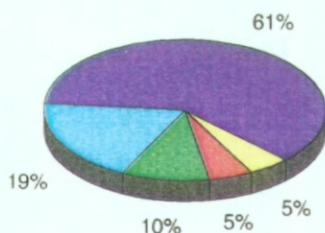
PRINCIPAIS MOTIVOS PARA A NÃO-MUNICIPALIZAÇÃO



- Indefinição quanto à questão financeira (cálculo do custo aluno/ano)
- A experiência de outros municípios e o impacto negativo causado pela municipalização
- Más condições físicas das escolas a serem municipalizadas

Diante das desvantagens apontadas por aqueles municípios que assumiram o ensino fundamental e dos motivos que levaram os demais a optar pela não-municipalização, a principal mudança, sugerida pelos entrevistados para o Termo de Parceria, refere-se à alteração da fórmula do custo/aluno/ano.

PRINCIPAIS MUDANÇAS SUGERIDAS PARA TERMO DE PARCERIA



- Alteração na fórmula do custo/aluno/ano
- Adoção da municipalização de forma gradativa
- Inclusão do transporte escolar nos gastos com educação
- Legalização dos prédios escolares municipalizados
- Repasse trimestral de recursos

GESTÃO E QUALIDADE

GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Os impactos que de alguma forma afetaram o gerenciamento da rede escolar municipal de 1^ª a 4^ª série do 1^º grau foram avaliados a partir do dimensionamento dessas redes – em cada uma das esferas de governo (estadual e municipal) envolvidas no processo de municipalização – e das matrículas a elas relacionadas.

No período anterior à municipalização do ensino, o perfil da rede escolar pública, que compreende a 1^ª fase do 1^º grau (1^ª a 4^ª série), no Estado do Paraná, apresentava facetas que nem sempre demonstravam o verdadeiro impacto que este processo poderia representar para as administrações municipais. Em 1990, embora os municípios fossem responsáveis por 52% das escolas da zona urbana, respondiam por apenas 18% do total das matrículas. Com a implantação do processo de municipalização, a partir de 1992, os municípios se vêem, então, diante de um crescimento bastante expressivo para um intervalo de tempo de apenas três anos, com o número de estabelecimentos e de matrículas municipais na zona urbana atingindo, em 1993, percentuais de participação equivalentes a 64% e 41%, respectivamente.

Na zona rural, tradicionalmente caracterizada por abrigar escolas multisseriadas que, em sua grande maioria, possuem apenas uma sala de aula para as quatro séries iniciais, tanto as redes de estabelecimentos como as matrículas correspondentes já eram predominantemente de responsabilidade das prefeituras, mesmo antes do início do processo de municipalização. O perfil se modificou após a implantação deste processo, fazendo com que o peso das matrículas da zona rural no total da rede municipal, em 1993, se apresentasse significativamente menor que no período anterior, devido, em grande parte, à absorção das matrículas da rede estadual, predominantemente urbanas. Esta situação foi mais evidente nos municípios parceiros de pequeno porte, onde havia muito pouca ou nenhuma participação de matrículas municipais na zona urbana.

Levando em conta o porte econômico-financeiro dos municípios, tem-se que, em 1990, naqueles classificados como de médio e pequeno porte, a proporção de

estabelecimentos municipais é significativamente superior (84% e 83%) aos de grande porte (74%), enquanto o número de matrículas representa, na maioria dos casos, pouco mais da metade do total. No entanto, cabe ressaltar que nos municípios pequenos, diferentemente do que ocorre nos demais, a presença do Estado na zona urbana é predominante (65% do total de estabelecimentos e 78% das matrículas), levando a supor que, para estes, a municipalização representou um impacto bem maior. Nesse aspecto, um dos maiores impactos diz respeito à manutenção e ampliação dos prédios escolares para atender a toda a demanda, agora sob a responsabilidade dos municípios.

Um segundo aspecto relacionado à gestão diz respeito aos quadros de funcionários técnico-administrativos e docentes subordinados às secretarias/departamentos de educação municipais, sejam as equipes de coordenação do próprio órgão, sejam as equipes que atuam diretamente nas escolas.

A partir das informações obtidas durante a pesquisa de campo, foi possível observar que as equipes pedagógicas estão, em geral, estruturadas de acordo com o tamanho de suas redes escolares, à exceção de apenas dois municípios de pequeno porte, onde a equipe resume-se a apenas um secretário de educação ou chefe de departamento.

Os quadros de diretores e funcionários técnico-administrativos em exercício nas escolas municipais apresentaram um incremento no período analisado, que pode ser explicado, na maioria das vezes, pelo fato de terem sido formadas novas equipes de ensino para atender à demanda criada pelo processo de municipalização.

Com relação à escolha dos diretores, nas escolas municipalizadas a tendência é de que as eleições sejam feitas nos mesmos moldes pelos quais eram realizadas quando estas escolas ainda se encontravam sob administração estadual. No entanto, quando se trata de escolas que originalmente pertenciam aos municípios, a escolha é, ainda, em mais da metade dos casos, determinada pelo prefeito ou pelo secretário/chefe do departamento de educação municipal.

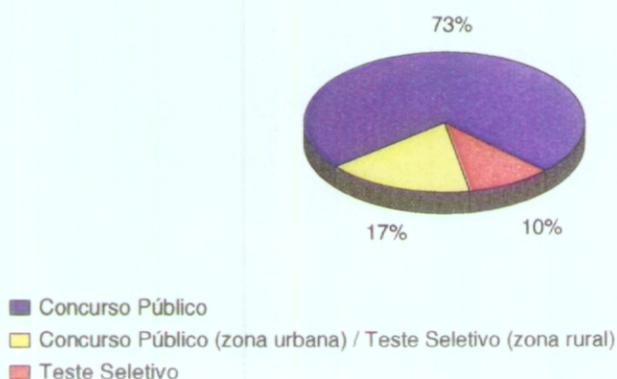
FORMA DE ESCOLHA DE DIRETORES NAS ESCOLAS MUNICIPAIS NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, POR TIPO DE ADESÃO À MUNICIPALIZAÇÃO



O número de professores em exercício nas escolas das redes municipais de ensino apresentou-se crescente ao longo do período analisado, mas com índices bastante variáveis que, não necessariamente, acompanharam a evolução das matrículas municipais de 1ª a 4ª série do 1º grau. É interessante também observar que as oscilações ocorridas ao longo do período analisado em relação ao corpo docente da rede municipal não causaram mudanças significativas na relação do número de matrículas/professor que, com raras exceções, se manteve dentro de padrões razoáveis.

A principal forma de contratação de professores adotada pela maioria dos municípios, independentemente do porte econômico-financeiro e da adesão ao Termo de Parceria, tem sido o concurso público, utilizando-se o teste seletivo apenas nos casos em que é necessário fazer reposições enquanto se aguarda a realização de concurso, ou ainda para a contratação de professores leigos.

PRINCIPAIS FORMAS DE ADMISSÃO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS



O pré-requisito exigido aos candidatos a professor tem sido o magistério, porém, em alguns casos, para viabilizar o preenchimento das vagas existentes nas escolas da zona rural, exige-se apenas que o candidato possua as quatro primeiras séries do primeiro grau; são os chamados professores leigos, que ainda atuam na zona rural de alguns municípios, principalmente nos de pequeno porte.

A rotatividade de professores foi considerada alta pela maioria das equipes entrevistadas, que apresentaram como principal causa para isso os baixos salários pagos pelos municípios, situação agravada, ainda, pela falta de perspectiva, na ausência de planos de carreira específicos para os professores.

As questões relacionadas ao pessoal técnico-administrativo e principalmente ao docente também contribuíram para intensificar os impactos da municipalização, diante da necessidade de expansão de seus quadros. A não-permanência dos docentes e demais funcionários estaduais nas escolas municipalizadas concorreu para que a transição, que deveria ocorrer num período de tempo mais prolongado, se apresentasse mais imediata, pressionando a curto prazo os gastos municipais com educação.

O último aspecto considerado com relação à gestão diz respeito às questões financeiras e teve o objetivo de apenas levantar informações que revelassem o grau de autonomia das secretarias/departamentos municipais de educação quanto à elaboração do orçamento da educação e ao controle de seus gastos.

Depoimentos obtidos durante a pesquisa de campo indicaram que a maioria dos órgãos municipais de educação, principalmente nos municípios de grande porte, tem autonomia apenas para elaborar suas propostas de orçamento antes de submetê-las à apreciação das respectivas prefeituras; mesmo quando se trata do controle dos gastos, a autonomia significa somente controlar os gastos mensais dentro das rubricas aprovadas e liberadas pelas prefeituras.

Um dos componentes dos gastos que merecem destaque nas entrevistas foi o relacionado com o transporte escolar realizado pelas prefeituras municipais. Praticamente todos os representantes das pastas da educação afirmaram que este item de despesa tem peso significativo no total dos gastos com o ensino, equiparando-se por vezes aos gastos com pessoal.

A participação da sociedade civil no processo de política educacional dos municípios parece ser ainda incipiente; as Associações de Pais e Mestres (APMs) encontram-se, em sua maioria, em processo de legalização, e os conselhos municipais de educação não foram sequer formados nos maiores municípios. As entidades de professores, sejam elas associações ou sindicatos, pouco tem atuado em face das políticas educacionais dos municípios.

A interação entre municípios e Estado, que deveria ocorrer via Núcleos Regionais de Educação, não tem acontecido em todas as regiões, restringindo-se em geral às atividades burocráticas de rotina. O assessoramento pedagógico e a oferta de cursos de capacitação são atividades também desenvolvidas pelos núcleos, mas que, muitas vezes, dependem da iniciativa dos prefeitos e da parceria financeira das prefeituras.

PRINCIPAIS FORMAS DE RELACIONAMENTO ENTRE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E NÚCLEOS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO



QUALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL

Entende-se por qualidade no ensino as referências de aprendizagem e rendimento dos alunos, medidas pelos índices de evasão e repetência, e as condições de funcionamento das escolas, incluindo a formação e a experiência dos professores além da disponibilidade de espaço físico adequado e de materiais didáticos.

A partir de 1993, quando entra em cena a segunda versão do Termo Cooperativo de Parceria Educacional, entre o Estado e os municípios comprometidos com a municipalização do ensino, a incorporação do Ciclo Básico de Alfabetização (CBA) passa a integrar o acordo firmado entre as partes, tendo sido referência em quase todas as questões discutidas durante as entrevistas com as equipes municipais de educação dos municípios selecionados.

No entanto, verificou-se que a adoção do CBA não está necessariamente atrelada à municipalização, uma vez que alguns municípios que ainda não haviam aderido à parceria educacional incorporaram esta proposta pedagógica, enquanto outros municípios parceiros resistiram à sua adoção. Nestes, as equipes de educação entrevistadas argumentam que não adotaram o CBA ou por falta recursos humanos e de condições técnico-pedagógicas, como treinamento e material didático de apoio, ou por falta de espaço físico para oferecer o contraturno como consta da proposta.

Comentários de algumas equipes municipais de educação indicaram que o processo de incorporação da proposta do CBA foi, na prática, vulnerável sob vários aspectos, nem sempre apresentando-se como um caminho alternativo.

Os índices de evasão e repetência constituem indicadores da qualidade dos serviços educacionais sobre os quais se pretendia intervir a partir da adoção do CBA, com o objetivo de reduzir as elevadas taxas verificadas na década de 80. O que se verificou, no entanto, foi uma queda nas taxas de evasão, ao mesmo tempo em que cresceram as taxas de repetência, situação que pode resultar numa sobrecarga sobre a rede física escolar, onerando principalmente os municípios e dando indicações de que o CBA não está atingindo totalmente seu objetivo de trazer melhorias para a qualidade do ensino.

A disponibilidade de salas de aula foi considerada insuficiente pela grande maioria das equipes municipais de educação, principalmente dos municípios de pequeno porte; nos de médio e grande porte, segundo as próprias equipes, o problema de falta de salas de aula não pode ser generalizado para o município como um todo, pois, muitas vezes, o déficit encontra-se localizado em algumas regiões rurais ou em

novos aglomerados urbanos. As condições físicas da rede municipal de ensino, como um todo, foram consideradas razoáveis ou ruins pela maior parte das equipes municipais de educação.

A disponibilidade de equipamentos e recursos pedagógicos nas escolas municipais foi apontada por cerca de 2/3 das equipes de educação como insuficiente, a maior parte nos municípios de pequeno porte. Por outro lado, essa insuficiência dos recursos e equipamentos, além da inadequação dos materiais didáticos, agrava-se ainda mais pela relativa precariedade do material de apoio ao trabalho do professor.

O aperfeiçoamento técnico dos professores através de cursos de capacitação, outro elemento indispensável à manutenção da qualidade dos serviços de educação, foi alvo de muitas críticas por parte das equipes municipais de educação entrevistadas. A qualidade dos cursos a que têm acesso os professores municipais e a frequência com que são realizados são motivo de insatisfação em relação à parceria celebrada com o Estado.

O despreparo dos professores resulta, assim, de fatores como: falta de condições das equipes municipais de educação que não concentram recursos humanos qualificados, com experiência e/ou competência para promover as articulações necessárias à realização de cursos de capacitação; falta de apoio técnico-pedagógico dos Núcleos Regionais de Educação; e distanciamento entre universidades e/ou demais pólos de conhecimento e municípios.

Uma última variável, não inerente ao processo educacional mas que acaba interferindo fortemente na qualidade e no rendimento escolar, é a merenda distribuída nas escolas públicas, já que sua oferta é motivo de atração e permanência dos alunos. É unanimidade entre as equipes municipais de educação que a municipalização da merenda escolar não somente trouxe benefícios às crianças atingidas pelo programa, uma vez que os cardápios são adaptados aos padrões alimentares da região. Além disso, o custo da merenda adquirida pelo município é menor que o da distribuída pelo Estado.

OS NÚCLEOS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO

As entrevistas realizadas com os Núcleos Regionais de Educação tiveram por objetivo avaliar o papel a eles reservado pela política de municipalização do ensino conduzida pelo governo estadual.

Desde o início do processo de municipalização foram poucos os núcleos envolvidos, seja organizando encontros para esclarecimento sobre as condições do Termo de Parceria, seja através de reuniões entre chefes do núcleo e prefeitos dos municípios sob sua jurisdição. O papel de principal articulador deste processo coube à Secretaria de Estado da Educação.

O envolvimento dos núcleos na implantação e consolidação do processo de municipalização parece não ter seguido uma diretriz única como instrumento descentralizador da política de municipalização, uma vez que cada um tem agido de maneira diferenciada dos demais, seja atuando de maneira conjunta com os municípios de sua região, seja mantendo relacionamento apenas no que diz respeito às questões burocráticas de praxe. O papel que devem desempenhar em relação ao cumprimento do Termo de Parceria também não foi claramente estabelecido e suas estruturas de atendimento não foram alteradas para dar atendimento aos municípios parceiros.

É, no entanto, consenso entre as equipes dos núcleos que os municípios têm vivido muitos problemas com a municipalização do ensino, apontando vantagens e desvantagens que, muitas vezes, coincidem com as mencionadas pelos municípios. Foi proposto, inclusive, que o Estado promova algumas modificações em relação ao Termo de Parceria.

A principal desvantagem com relação à municipalização do ensino que, segundo as equipes dos núcleos, tem interferido em seus trabalhos foi a quebra de integração ocorrida entre núcleos e municípios, o que criou uma barreira no relacionamento entre as partes; com a municipalização, algumas prefeituras passaram a não aceitar a participação dos núcleos em assuntos relacionados ao ensino de 1ª a 4ª série do 1º grau.

E, finalmente, a avaliação quanto aos resultados da adoção do Ciclo Básico de Alfabetização divide a opinião dos representantes dos núcleos. Alguns opinam que

o processo de municipalização trouxe prejuízos para a continuidade do CBA, na medida em que o gerenciamento da proposta foi fragmentado ao ser transferido para as administrações municipais.

ASPECTOS FINANCEIROS DA MUNICIPALIZAÇÃO

Com a análise de aspectos relacionados às finanças estaduais e municipais, buscou-se identificar os possíveis impactos ou conseqüências do processo de municipalização do ensino fundamental, tanto para o governo do Estado quanto para os governos dos municípios selecionados, no que diz respeito ao uso de recursos financeiros.

As despesas, tanto do Estado quanto dos municípios, com programas ligados à manutenção e desenvolvimento do ensino têm sido expressivas, sendo destinados mais de 25% das receitas de impostos próprios e transferidos a estes programas, o que supera, inclusive, o patamar mínimo estabelecido pela Constituição Federal de 1988.

Os gastos com o ensino fundamental têm se apresentado como os mais relevantes no conjunto das despesas realizadas com os programas de educação, representando, ao longo do período analisado, mais da metade das despesas realizadas pelo Estado. Entretanto, nos municípios, as despesas com o ensino fundamental representam, em geral, quase a totalidade dos gastos com educação e, diferentemente do que ocorre no Estado, se referem, na maioria das vezes, apenas à primeira fase do ensino fundamental.

OS REPASSES FINANCEIROS

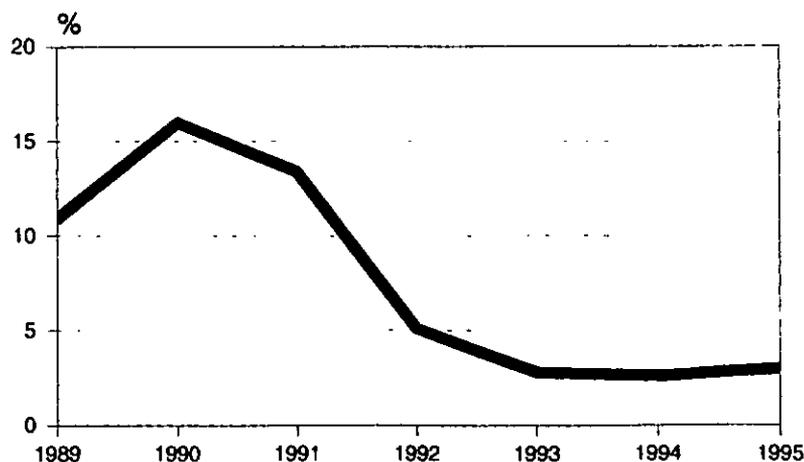
A viabilização financeira da municipalização do ensino fundamental no Estado do Paraná, de acordo com o contido no Termo Cooperativo de Parceria Educacional, deve ocorrer mediante repasses de recursos aos municípios parceiros. Os valores que servem de base aos repasses, estabelecidos a partir de critérios definidos pela Secretaria de Estado da Educação, têm levado os dirigentes municipais a questionarem os montantes repassados, por considerarem insuficientes para cobrir os acréscimos verificados nas despesas em conseqüência da municipalização do ensino.

A participação desses repasses no total de despesas municipais com educação mostrou-se pouco significativa para a maior parte dos municípios selecionados, principalmente para os de pequeno porte, não ultrapassando, em geral, 7% do total das despesas.

Esta nova forma de transferência de recursos estaduais aos municípios trouxe, ao longo do tempo, mais benefícios para o Estado que para os municípios. Em 1991 (ano que precede a municipalização), as transferências da Secretaria de Educação para os municípios representavam cerca de 14% de suas despesas, reduzindo-se, em 1992, a apenas 5% e variando, nos anos seguintes, em cerca de 3%. Mesmo diante dos dados, o Estado alegava que os custos da municipalização não causaram impactos positivos sobre as contas estaduais.

Uma comparação entre os valores de referência determinados para o custo/aluno/ano – utilizados pelo Estado como base de cálculo para os repasses financeiros aos municípios parceiros – e o gasto efetivamente realizado por aluno/ano revela uma flagrante disparidade entre esses indicadores. Os valores determinados para o custo/aluno/ano não ultrapassaram, no período em análise, 60% do gasto/aluno/ano realizado pelo Estado.

PARTICIPAÇÃO DOS RECURSOS TRANSFERIDOS AOS MUNICÍPIOS NA DESPESA TOTAL DA SEED - 1989-1995



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Balanço Geral do Estado - SEFA, SEED

Recentemente, a Secretaria de Educação apresentou aos municípios um documento contendo, entre outras propostas de revisão para o Termo de Parceria vigente, a dos critérios adotados para o cálculo dos repasses de recursos, demonstrando que o Estado tem se mostrado sensível às constantes reivindicações dos municípios.

INTRODUÇÃO

O presente relatório apresenta os resultados da pesquisa Avaliação do Impacto da Municipalização do Ensino Fundamental no Estado do Paraná, realizada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), em 1995, como parte de um contrato de prestação de serviço de consultoria firmado com a Secretaria de Estado da Educação, e com a cooperação técnica e científica da Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap), por meio de seu Instituto de Economia do Setor Público (IESP). Cabe ressaltar que este projeto faz parte do componente Estudos e Pesquisas do projeto Qualidade no Ensino Público do Paraná, que é objeto de contrato de empréstimo entre o Governo do Estado do Paraná e o Banco Mundial.

Esta avaliação partiu da preocupação de que, embora o processo de municipalização do ensino fundamental, na época da formulação do Termo de Referência, viesse sendo implantado com certa fluidez, apresentava fragilidades que poderiam vir a comprometê-lo.

A primeira delas residia no fato de que o processo de municipalização ainda apresentava forte dependência com relação ao Estado no que diz respeito ao repasse de recursos financeiros, à cessão de professores estaduais para as escolas municipalizadas e à manutenção de prédios. Isto significava que nem o Estado sentia um impacto positivo sobre suas despesas a partir da municipalização do ensino, nem os municípios conseguiam estruturar-se suficientemente para assumir, como responsabilidade sua, o ensino de 1ª a 4ª série do 1º grau.

Outra fragilidade vinculava-se ao fato de que a condução do processo de municipalização tinha como herança procedimentos e critérios pouco claros, que acabavam por ocasionar muitos problemas e inquietações a respeito de sua

continuidade; ou seja, as várias tentativas do Estado de repassar atribuições aos municípios resultavam em relações conflituosas nunca antes enfrentadas.

Além disso, o processo não se havia generalizado em todo o Estado, haja vista a não-adesão de municípios importantes e capazes de atuar com autonomia nesse campo. Era o caso, por exemplo, de Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel, entre outros. Essa situação alterou-se em 1995 quando os municípios de Londrina e Maringá assinaram o Termo Cooperativo de Parceria Educacional, para assumir em 1996 parte da rede escolar estadual.

É nesse contexto, portanto, que a pesquisa foi conduzida, procurando dar conta das questões – latentes e não resolvidas – que surgiram ao longo da execução da proposta de municipalização e de seus possíveis impactos, ou seja, das mudanças dela decorrentes.

O principal objetivo desta pesquisa é indicar, através da avaliação do processo de municipalização do ensino fundamental no Estado do Paraná, a partir dos Termos Cooperativos de Parceria Educacional assinados entre Estado e municípios, possíveis correções de rota que se façam necessárias, o que exige que se responda a seguinte questão: em que condições o processo de municipalização poderia seguir seu curso? Assim, a análise foi conduzida sob três óticas :

- a) do ponto de vista da gestão, avaliando os processos e procedimentos em curso e verificando em que medida constituíram uma garantia para a auto-sustentação do processo de municipalização ao longo do tempo. Procurou-se, então, identificar os principais avanços na gestão do sistema, os efeitos da atribuição de um maior nível de responsabilidade aos municípios, os mecanismos concretos que foram utilizados no sentido de consolidar o processo de municipalização do ensino e as resistências encontradas nesse processo;
- b) do ponto de vista da qualidade, verificando como as condições do ensino são afetadas pelos diversos elementos do sistema educacional, desde o funcionamento da rede escolar até alguns indicadores de qualidade de ensino;

- c) do ponto de vista financeiro, analisando em que condições se deu o processo, buscando, assim, identificar suas possíveis conseqüências, tanto para o Estado quanto para os municípios, no que diz respeito ao uso de recursos financeiros para a manutenção do ensino fundamental.

O trabalho compõe-se de cinco capítulos. O primeiro se refere à metodologia básica e descreve os procedimentos de amostragem e seleção de municípios adotados para a pesquisa, os instrumentos de coleta de dados e informações utilizados, a pesquisa de campo propriamente dita e a forma como foram sistematizados os resultados desta pesquisa.

O segundo capítulo procura traçar um breve perfil sócio-econômico dos municípios selecionados para a pesquisa, bem como de sua situação educacional.

Uma descrição geral da situação do atual processo de municipalização compõe o terceiro capítulo, procurando resgatar seu histórico no Estado do Paraná, o modo como surgiu e como vem avançando.

O quarto capítulo apresenta uma análise de como se deu o atual processo de municipalização do ensino fundamental; das formas de gestão adotadas; da qualidade dos serviços prestados; e do papel desempenhado pelos Núcleos Regionais de Educação nesse processo. O desenvolvimento do capítulo está baseado em depoimentos obtidos nas entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo.

Em seu quinto capítulo, o relatório contém uma descrição das receitas e despesas estaduais, principalmente no que diz respeito aos gastos relacionados à educação, seguida de uma análise dos repasses financeiros estabelecidos pelo Termo Cooperativo de Parceria Educacional, bem como das receitas e despesas municipais com a função Educação e Cultura.

Nas conclusões são levantados os aspectos mais relevantes da análise da municipalização do ensino fundamental no Estado do Paraná e sugeridas algumas linhas de ação passíveis de serem adotadas para a melhor consecução do processo. A leitura deste último tópico e do resumo gerencial, apresentado no início do trabalho, fornece uma visão resumida do tema para leitores que não necessitem de informações mais detalhadas.

Em anexo encontram-se o texto sobre a metodologia de tipificação dos municípios da amostra, modelos do Protocolo de Intenções, dos Termos Cooperativos de Parceria Educacional, bem como roteiros de entrevista com as secretarias/ departamentos municipais de educação e com os Núcleos Regionais de Educação, além de tabelas complementares.

A equipe da pesquisa aproveita a oportunidade para agradecer a Elvina Maria Soares Chaves, Hilária Zimovski, Marise Manoel, Sandra Terezinha da Silva e Maria Elizabeth Salomão, do Núcleo de Estudos e Pesquisas Educacionais (NEPE), que em diversas ocasiões contribuíram com idéias, comentários, sugestões e correções, enriquecendo o trabalho.

1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A metodologia do trabalho, fundada essencialmente na pesquisa de campo, teve por objetivo aproximar, através do contato direto, os pesquisadores dos profissionais envolvidos no processo de municipalização, tanto no âmbito municipal quanto estadual, o que fez com que as entrevistas se mostrassem extremamente mais ricas do que se poderia prever. A decisão pela pesquisa de campo acabou por atribuir ao trabalho uma dimensão qualitativa de vivência do processo.

1.1 SELEÇÃO E AMOSTRA

A metodologia básica de amostragem foi construída a partir de uma ótica regionalizada e hierarquizada, que abrange aspectos econômicos e financeiros dos municípios paranaenses¹. A etapa inicial consistiu na estratificação do Estado em grupos homogêneos de municípios a fim de otimizar o processo de amostragem. Foi estabelecida uma tipologia que possibilitou o agrupamento dos municípios em três estratos (pequeno, médio e grande) relacionados ao porte econômico-financeiro. Em seguida, aplicou-se um processo de amostragem que resultou na seleção de 30 municípios representativos de seus grupos. Dentro de cada um desses estratos foram selecionados os municípios a partir de sua condição em relação à municipalização (total ou parcialmente municipalizados e não-municipalizados). O tamanho da amostra possibilitou que todos os Núcleos Regionais de Educação (NRE), que correspondem às unidades regionalizadas da Secretaria de Estado da Educação, fossem contemplados.

Embora o tamanho da amostra possa implicar uma diminuição quanto à sua precisão, avaliou-se que, mantido o nível de confiança de 90%, a margem de erro para as estimativas com base nesta amostra não ultrapassará a faixa de 15%.

¹ Ver "Metodologia da Tipificação de Municípios e da Amostragem", Anexo 1.

Os municípios pesquisados, classificados segundo seu porte econômico-financeiro e sua condição em relação à municipalização, e os respectivos Núcleos Regionais de Educação são apresentados no quadro 1.1; o mapa 1.1, por sua vez, apresenta a espacialização dos municípios e de seus respectivos núcleos.

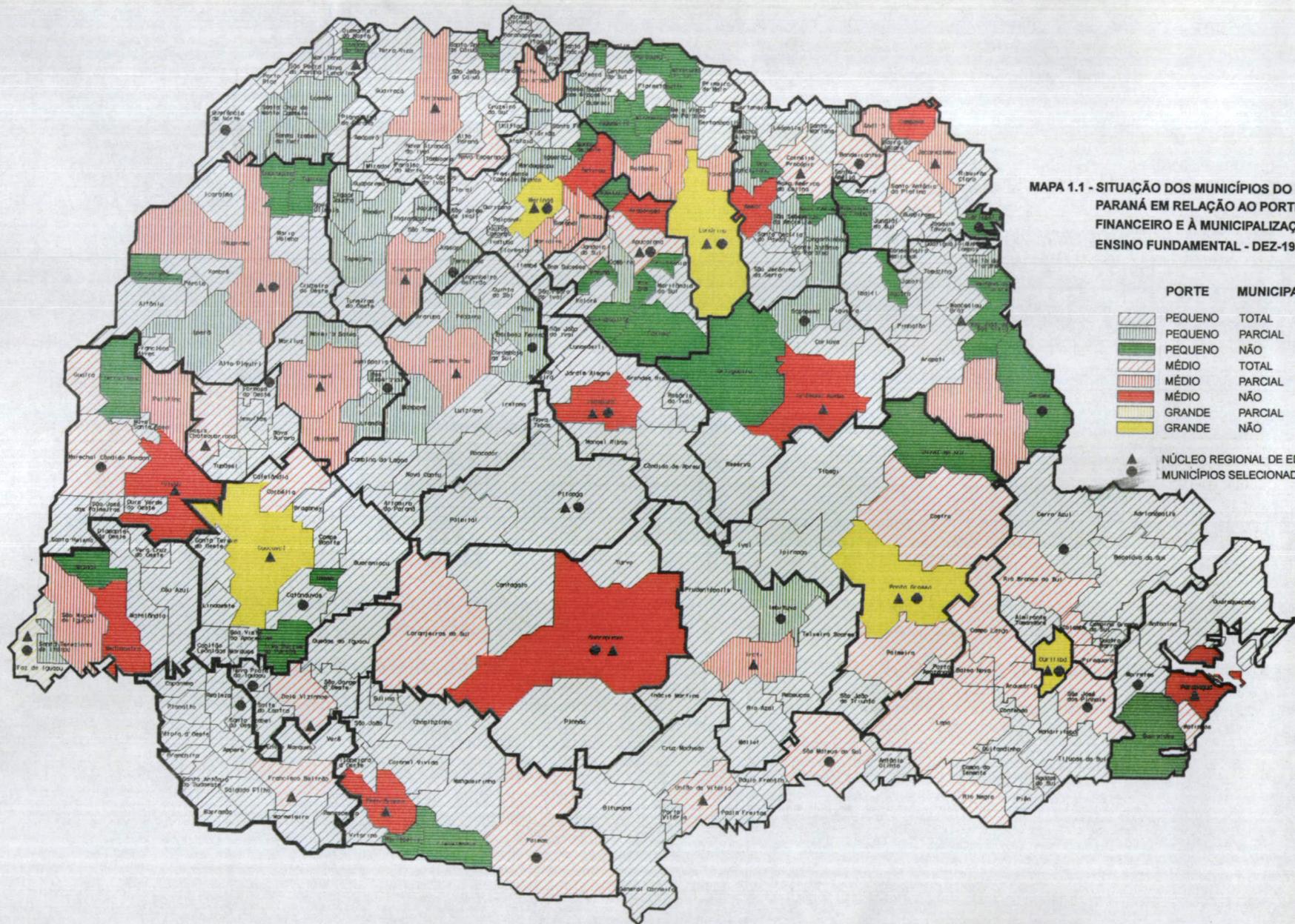
QUADRO 1.1 - MUNICÍPIOS SELECIONADOS POR SITUAÇÃO QUANTO À MUNICIPALIZAÇÃO E NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO AO QUAL ESTÁ VINCULADO, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO

| PORTE | MUNICÍPIOS | SITUAÇÃO QUANTO À MUNICIPALIZAÇÃO | MUNICÍPIO-SEDE DO NRE |
|---------|---------------------------|-----------------------------------|--------------------------|
| Grande | Curitiba | Não | Curitiba |
| | Foz do Iguaçu | Parcial | Foz do Iguaçu |
| | Londrina ⁽¹⁾ | Não | Londrina |
| | Maringá ⁽¹⁾ | Não | Maringá |
| | Ponta Grossa | Não | Ponta Grossa |
| Médio | Apucarana | Total | Apucarana |
| | Bandeirantes | Total | Cornélio Procópio |
| | Guarapuava ⁽¹⁾ | Não | Guarapuava |
| | Ivaiporã | Não | Ivaiporã |
| | Marechal Cândido Rondon | Total | Toledo |
| | Palmas | Total | Pato Branco |
| | São José dos Pinhais | Total | Área Metropolitana Sul |
| | São Mateus do Sul | Total | União da Vitória |
| | Umuarama | Parcial | Umuarama |
| Pequeno | Barbosa Ferraz | Parcial | Campo Mourão |
| | Boa Esperança | Parcial | Goio-Erê |
| | Carlópolis | Não | Jacarezinho |
| | Catanduvas | Total | Cascavel |
| | Cerro Azul | Total | Área Metropolitana Norte |
| | Formosa do Oeste | Total | Assis Chateaubriand |
| | Imbituva | Parcial | Irati |
| | Itaguapé | Total | Paranavai |
| | Morretes | Total | Paranaguá |
| | Nova Prata do Iguaçu | Total | Dois Vizinhos |
| | Pitanga | Total | Pitanga |
| | Querência do Norte | Total | Nova Londrina |
| | Santa Izabel do Oeste | Total | Francisco Beltrão |
| | Sapopema | Parcial | Telêmaco Borba |
| | Sengés ⁽²⁾ | Não | Wenceslau Braz |
| | Terra boa | Parcial | Cianorte |

FONTE: IPARDES

(1) Municípios que no momento da definição da amostra não haviam aderido à municipalização.

(2) Município considerado, para efeito de análise, como não-municipalizado, por não ter renovado em 1993 o Termo Cooperativo de Parceria Educacional com o Estado assinado em 1992.



MAPA 1.1 - SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ EM RELAÇÃO AO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E À MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - DEZ-1993

| PORTE | | MUNICIPALIZAÇÃO | |
|--------------------|---------|-----------------|---------|
| [Diagonal lines /] | PEQUENO | [White] | TOTAL |
| [Diagonal lines \] | PEQUENO | [Light green] | PARCIAL |
| [Green] | PEQUENO | [Dark green] | NÃO |
| [Pink] | MÉDIO | [White] | TOTAL |
| [Light red] | MÉDIO | [Light green] | PARCIAL |
| [Red] | MÉDIO | [Dark green] | NÃO |
| [Yellow] | GRANDE | [White] | PARCIAL |
| [Yellow] | GRANDE | [Dark green] | NÃO |

▲ NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO
● MUNICÍPIOS SELECIONADOS

FONTE: SEED/PARDES
BASE CARTOGRÁFICA: IAP-1990

1.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS E INFORMAÇÕES

Três foram os instrumentos utilizados para a coleta de dados e informações. O primeiro diz respeito aos roteiros de entrevista destinados ao levantamento de informações sobre os elementos principais, característicos do processo de municipalização, junto aos dirigentes dos órgãos municipais de educação e suas respectivas equipes, bem como dos Núcleos Regionais de Educação, através de uma pesquisa de campo. O segundo instrumento, referente aos dados de caráter financeiro, foi composto pelo conjunto de balanços municipais e estaduais. Os balanços municipais foram fornecidos pelas prefeituras dos municípios selecionados para a pesquisa e os balanços do Estado, pela Secretaria de Estado da Fazenda. Por último, um rol de dados quantitativos relativos à educação, levantado junto à Fundação Educacional do Paraná (Fundepar), serviu de apoio ao tratamento dos dados e das informações obtidas através dos instrumentos anteriores.

A referência para os levantamentos de dados e informações compreendeu o período 1989-93. O ano de 1989 foi tomado como base para a análise dos dados financeiros por corresponder ao ano seguinte da Reforma Tributária prevista na Constituição Federal de 1988, que beneficiou os municípios em termos de redistribuição de recursos. Para a análise do processo de municipalização, baseada em dados educacionais, os levantamentos tiveram como base 1990, ano a partir do qual se obtiveram séries de dados homogêneas passíveis de serem comparadas. Este ano coincide também com os primeiros passos na direção do atual processo de municipalização. Encerra-se a série com o ano de 1993, para o qual se dispôs dos últimos dados estatísticos, tanto os educacionais quanto os financeiros, necessários ao desenvolvimento da análise². Finalmente, as informações obtidas durante a pesquisa de campo, realizada em 1995, referem-se também a períodos mais recentes.

² Para a análise de alguns aspectos financeiros relacionados à municipalização do ensino fundamental, foi possível utilizar dados referentes a 1994 e 1995 já disponíveis.

1.3 SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

A análise dos resultados da pesquisa de campo levou em conta duas categorias de informações. A primeira, compreendendo aquelas informações passíveis de serem tabuladas, tratadas estatisticamente, e de gerarem resultados quantitativos acerca do processo de municipalização. A outra, possuindo um caráter mais subjetivo, foi incorporada ao trabalho de análise no sentido de enriquecê-lo, corroborando as conclusões obtidas a partir do tratamento da primeira categoria de informações ou questionando-as.

Para tanto, foi adotada a mesma tipologia utilizada para a amostragem e seleção dos municípios que fazem parte desta pesquisa (porte do município e tipo de adesão ao processo), procurando chegar ao máximo de conclusões válidas para cada um dos grupos definidos anteriormente. O critério que levou em conta o porte dos municípios (pequeno, médio e grande) definiu um corte extremamente relevante ao propiciar indicações sobre sua estrutura de gestão. Já, o critério de adesão (total ou parcialmente municipalizado e não-municipalizado) revela um maior ou menor comprometimento com a proposta de municipalização.

Partindo desses parâmetros, o objetivo foi avaliar a forma como o processo de municipalização avançou. Num primeiro momento, deu-se prioridade às informações da primeira categoria e, apenas posteriormente, foram incorporadas aquelas de caráter qualitativo.

A perspectiva da análise foi definida pelo conjunto dos aspectos financeiros, administrativos/gestão e de qualidade do ensino. Assim, as informações obtidas durante a pesquisa de campo foram tabuladas segundo essas três dimensões, buscando apreender as mudanças que o processo de municipalização acarretou nas estruturas de âmbito municipal. Desse ponto de vista, nem sempre foi possível fazer uma diferenciação entre aquilo que o município já possuía ou realizava e aquilo que passou a possuir ou realizar a partir da adesão ao processo de municipalização. Em última instância, a discussão girou em torno das condições atuais do processo e de suas possibilidades de sustentação.

Com a metodologia proposta, buscou-se estabelecer correlações entre os parâmetros definidos pela tipologia e a resposta dos municípios à municipalização. Vale destacar que o fato de nem sempre ter sido possível estabelecer tais correlações não invalidou a utilização da metodologia, uma vez que a incorporação de informações de caráter qualitativo foi relevante na elaboração das conclusões.

2 CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS

Para apresentar um perfil da situação sócio-econômica dos 30 municípios que compõem a amostra deste projeto e situá-los no Estado e no grupo a que pertencem na tipologia adotada,³ foram utilizados alguns indicadores como a taxa de crescimento populacional e de urbanização, a participação do PIB municipal no produto gerado no Estado e a renda per capita para o ano de 1991, para o qual se dispunha de séries de informações completas.

A análise da situação educacional nos municípios selecionados foi feita através dos indicadores: taxa de desperdício escolar e taxa de crescimento da oferta de matrículas para crianças na faixa etária de 7 a 10 anos, que corresponde àquelas que deveriam estar cursando as quatro primeiras séries do 1º grau. Para esses indicadores, utilizaram-se as últimas séries completas de dados passíveis de comparação, que se referem aos anos de 1991 e 1992.⁴

O Estado do Paraná, segundo o Censo Demográfico de 1991, se mostrava ainda mais urbano que na década anterior. Em 1980, pouco mais da metade da população do Estado (58,6%) vivia em centros urbanos, chegando em 1991 a 73,4% do total. Nesse último ano, somente em Curitiba concentravam-se cerca de 15,6% da população total do Estado e 21,2% de sua população urbana, com uma taxa de urbanização de 100%. Já, o conjunto de municípios de mais de 100 mil habitantes (excluindo Curitiba) reunia 23,3% de toda a população paranaense e 28,8% da população das áreas urbanas, com uma taxa média de urbanização da ordem de 91%.

³ Ver capítulo 1 - Considerações Metodológicas.

⁴ Para os anos de 1993 e de 1994, as informações apresentam problemas que impedem sua utilização; para 1995, os indicadores oficiais ainda não foram divulgados.

Os municípios classificados como de grande porte apresentam taxas de urbanização superiores a 94%, ao passo que entre os de médio porte a taxa varia de 48% (São Mateus do Sul) a pouco mais de 90% (Apucarana). Já, os municípios de pequeno porte apresentam as menores taxas: entre 17% (Cerro Azul) e 69% (Itaguagé) – tabela 2.1. Nestes últimos, predominam as atividades econômicas ligadas à agropecuária, o que mantém a população no campo.

TABELA 2.1 - PERFIL DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS - PARANÁ - 1991

| PORTE/MUNICÍPIO | POPULAÇÃO | | | TAXA DE CRESCIMENTO OCUPACIONAL 80/91 | | | TAXA DE URBANIZAÇÃO (%) |
|-------------------------|-----------|-----------|--------|---------------------------------------|--------|--------|-------------------------|
| | TOTAL | Urbana | Rural | TOTAL | Urbana | Rural | |
| Grande | | | | | | | |
| Curitiba | 1 315 035 | 1 315 035 | - | 2,29 | 2,29 | - | 100,00 |
| Foz do Iguaçu | 190 123 | 186 385 | 3 738 | 3,90 | 6,47 | -17,55 | 98,03 |
| Londrina | 390 100 | 366 676 | 23 424 | 2,36 | 2,93 | -3,53 | 94,00 |
| Maringá | 240 292 | 234 079 | 6 213 | 3,29 | 3,48 | -1,76 | 97,41 |
| Ponta Grossa | 233 984 | 221 671 | 12 313 | 2,08 | 2,28 | -0,97 | 94,74 |
| Médio | | | | | | | |
| Apucarana | 95 064 | 86 079 | 8 985 | 1,55 | 2,28 | -3,36 | 90,55 |
| Bandeirantes | 33 310 | 24 422 | 9 888 | 0,15 | 2,30 | -3,56 | 73,32 |
| Guarapuava | 159 634 | 116 210 | 43 424 | 2,19 | 2,71 | 0,94 | 72,80 |
| Ivaiporã | 45 564 | 27 928 | 17 636 | -2,88 | 0,78 | -6,56 | 61,29 |
| Marechal Cândido Rondon | 49 430 | 26 455 | 22 975 | -1,16 | 0,49 | -2,72 | 53,52 |
| Palmas | 35 262 | 24 890 | 10 372 | 1,21 | 3,68 | -2,78 | 70,59 |
| São José dos Pinhais | 127 455 | 111 952 | 15 503 | 5,51 | 6,36 | 1,04 | 87,84 |
| São Mateus do Sul | 33 138 | 15 927 | 17 211 | 1,89 | 3,06 | 0,93 | 48,06 |
| Umuarama | 100 249 | 77 541 | 22 708 | -0,03 | 2,38 | -5,16 | 77,35 |
| Pequeno | | | | | | | |
| Barbosa Ferraz | 18 389 | 10 872 | 7 517 | -3,45 | 1,10 | -7,51 | 59,12 |
| Boa Esperança | 6 954 | 2 639 | 4 315 | -1,80 | 2,67 | -3,67 | 37,95 |
| Carlópolis | 12 357 | 6 519 | 5 838 | -0,82 | 1,95 | -3,11 | 52,76 |
| Catanduvas | 9 821 | 3 712 | 6 109 | -2,02 | 0,35 | -3,19 | 37,80 |
| Cerro Azul | 21 073 | 3 599 | 17 474 | 0,47 | 4,55 | -0,17 | 17,08 |
| Formosa do Oeste | 15 196 | 7 227 | 7 969 | -2,30 | 2,50 | -4,97 | 47,56 |
| Imbituva | 25 621 | 7 874 | 17 747 | 1,40 | 2,83 | 0,84 | 30,73 |
| Itaguagé | 5 054 | 3 473 | 1 581 | -0,30 | 1,43 | -3,17 | 68,72 |
| Morretes | 13 135 | 6 194 | 6 941 | -0,07 | 0,68 | -0,69 | 47,16 |
| Nova Prata do Iguaçu | 11 615 | 4 171 | 7 444 | -3,39 | 0,78 | -5,04 | 35,91 |
| Pitanga | 64 514 | 17 106 | 47 408 | 0,07 | 6,25 | -1,38 | 26,52 |
| Querência do Norte | 10 384 | 6 820 | 3 564 | 1,24 | 1,89 | 0,13 | 65,68 |
| Santa Izabel do Oeste | 12 510 | 4 647 | 7 863 | -2,20 | 0,47 | -3,45 | 37,15 |
| Sapopema | 7 095 | 2 861 | 4 234 | -1,54 | 5,94 | -4,34 | 40,32 |
| Sengés | 14 995 | 8 244 | 6 751 | 0,92 | 6,89 | -3,15 | 54,98 |
| Terra Boa | 14 249 | 9 048 | 5 201 | -1,20 | 2,01 | -4,86 | 63,50 |

FONTES: Censo Demográfico - IBGE, IPARDES

Com relação ao crescimento populacional total no período 1980-91 (ver tabela 2.1), observa-se que os municípios da amostra classificados como de grande porte foram os que apresentaram as maiores taxas, entre 2,1% e 3,9% – com exceção de São José dos Pinhais, classificado como de médio porte, que apresenta a maior taxa de crescimento da população total, não somente entre os municípios selecionados,

como também do Estado (5,6%). No grupo de médio porte, verifica-se uma variação bastante grande, que oscila desde taxas negativas (2,9% em Ivaiporã) até positivas (2,2% em Guarapuava). Nos municípios de pequeno porte, predominam taxas negativas de crescimento (entre 3,5% em Barbosa Ferraz e 0,1% em Morretes), enquanto aqueles que apresentaram crescimento positivo não ultrapassaram o patamar de 1,4% (Imbituva).

Cabe destacar que o crescimento negativo da população, ocorrido principalmente entre os municípios de pequeno porte, não se verificou na população urbana dos municípios selecionados, que apresentaram taxas positivas no período 1980-91. Sengés, Foz do Iguaçu, São José dos Pinhais, Pitanga e Sapopema foram municípios cuja população urbana teve crescimento expressivo, todos acima de 5,9% (ver tabela 2.1).

Situação inversa ocorre em relação ao crescimento da população rural, onde predominam taxas negativas. Foz do Iguaçu foi o município que mais transferiu população, principalmente para sua zona urbana (-17,5%). Apenas cinco dos municípios selecionados apresentaram crescimento positivo, variando de 0,1% em Querência do Norte a 1,0% em São José dos Pinhais.

Refletindo o dinamismo econômico dos municípios, tem-se o indicador de renda, expresso através do Produto Interno Bruto (PIB). Observa-se, pela análise da tabela 2.2, que os municípios com maior índice de urbanização são os que mais participam no PIB do Estado. Os cinco municípios de grande porte são responsáveis, juntos, por 37,7% do PIB do Estado. Somente à Curitiba cabe 23,4% da renda estadual, seguida por Londrina, com uma participação de 4,7%. Os nove municípios de médio porte participam com 7,4%, enquanto os 16 de pequeno porte detêm apenas 1,6% do total da renda gerada no Estado. No grupo de municípios de médio porte, destaca-se São José dos Pinhais, situado na Região Metropolitana de Curitiba, com uma participação de 2,3%. Já, nos municípios de pequeno porte, a participação individual em relação ao total do PIB estadual é pouco representativa, variando de 0,02 a 0,3% do total do Estado.

TABELA 2.2 - PARTICIPAÇÃO NO PIB SETORIAL E NO TOTAL DO ESTADO E PIB PER CAPITA DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO - PARANÁ - 1991

| PORTE/MUNICÍPIO | PIB SETORES (US\$) | | | PIB (US\$) | |
|-------------------------|--------------------|-----------|----------|------------|------------|
| | Agropecuária | Indústria | Serviços | TOTAL | Per Capita |
| Grande | | | | | |
| Curitiba | 0,07 | 29,90 | 24,93 | 23,43 | 3 753 |
| Foz do Iguaçu | 0,13 | 4,44 | 2,46 | 2,80 | 3 101 |
| Londrina | 1,50 | 3,77 | 5,90 | 4,68 | 2 530 |
| Maringá | 0,37 | 3,28 | 4,39 | 3,54 | 3 105 |
| Ponta Grossa | 0,85 | 4,53 | 3,11 | 3,28 | 2 954 |
| Médio | | | | | |
| Apucarana | 0,35 | 0,93 | 0,91 | 0,85 | 1 876 |
| Bandeirantes | 0,41 | 0,28 | 0,38 | 0,35 | 2 140 |
| Guarapuava | 2,42 | 1,51 | 1,93 | 1,86 | 2 451 |
| Ivaiporã | 0,71 | 0,05 | 0,27 | 0,25 | 1 175 |
| Marechal Cândido Rondon | 1,60 | 0,24 | 0,67 | 0,64 | 2 748 |
| Palmas | 0,57 | 0,16 | 0,29 | 0,28 | 1 691 |
| São José dos Pinhais | 0,57 | 3,42 | 1,98 | 2,26 | 3 738 |
| São Mateus do Sul | 0,32 | 0,24 | 0,22 | 0,24 | 1 508 |
| Umuarama | 0,83 | 0,28 | 0,89 | 0,69 | 1 448 |
| Pequeno | | | | | |
| Barbosa Ferraz | 0,25 | 0,01 | 0,11 | 0,10 | 1 097 |
| Boa Esperança | 0,29 | 0,00 | 0,11 | 0,10 | 2 896 |
| Carlópolis | 0,20 | 0,00 | 0,07 | 0,06 | 2 083 |
| Cantaduas | 0,22 | 0,00 | 0,07 | 0,07 | 1 478 |
| Cerro Azul | 0,51 | 0,06 | 0,09 | 0,13 | 1 310 |
| Formosa do Oeste | 0,37 | 0,01 | 0,11 | 0,11 | 1 534 |
| Imbituva | 0,59 | 0,06 | 0,12 | 0,16 | 1 290 |
| Itaguajé | 0,08 | 0,00 | 0,02 | 0,02 | 987 |
| Morretes | 0,24 | 0,01 | 0,07 | 0,07 | 1 106 |
| Nova Prata do Iguaçu | 0,33 | 0,01 | 0,07 | 0,08 | 1 475 |
| Pitanga | 0,98 | 0,04 | 0,33 | 0,31 | 1 026 |
| Querência do Norte | 0,25 | 0,00 | 0,09 | 0,08 | 1 717 |
| Santa Izabel do Oeste | 0,26 | 0,00 | 0,09 | 0,09 | 1 438 |
| Sapopema | 0,12 | 0,00 | 0,03 | 0,03 | 917 |
| Sengés | 0,35 | 0,11 | 0,11 | 0,14 | 2 003 |
| Terra Boa | 0,18 | 0,04 | 0,10 | 0,09 | 1 355 |

FONTE: IPARDES

Considerando o porte dos municípios selecionados e o PIB estadual por setor, observa-se que nos de grande porte tanto a atividade industrial como a de serviços contribuem significativamente no total da renda gerada. Exceção feita a Curitiba, cuja participação é de 29,9% no PIB industrial e de 24,9% no total do PIB de serviços gerado no Estado, nos demais municípios de grande porte a participação média é de 4,0%, tanto no PIB industrial quanto no de serviços. É interessante notar que, embora Foz do Iguaçu tenha o turismo como principal atividade, sua participação no PIB do setor serviços é pouco expressiva. Por outro lado, o destaque verificado no PIB

industrial deste município em relação ao do Estado justifica-se pelo peso relativo que a produção de energia elétrica assume no cálculo do item Serviços de Utilidade Pública.⁵

No grupo de médio porte destaca-se São José dos Pinhais, cuja participação no setor industrial é de 3,4% e onde predomina um conjunto diverso de indústrias, incluindo as usinas de Guaricana e Chaminé – produtoras de energia elétrica. No que diz respeito ao PIB do setor agropecuário, ressalta-se o município de Guarapuava, que participa com 2,42% (também a maior taxa do Estado neste setor), com atividades centradas na pecuária de suínos e numa pauta diversificada de produtos agrícolas.

Os municípios de pequeno porte têm uma participação mais significativa no setor agropecuário, onde Pitanga se destaca com um percentual de 0,98% da renda gerada pelo setor no Estado. Com relação ao PIB industrial, 7 dos 16 municípios deste grupo não chegam sequer a contribuir para sua formação, enquanto a maior participação no PIB do setor serviços não ultrapassa 0,3% (Pitanga).

O PIB per capita, que corresponde à média de renda que cada habitante gera para seu município, deve ser avaliado de forma criteriosa, uma vez que a variável populacional neste caso é determinante quando se trata de comparar um grupo de municípios. Isso fica claro quando se observa, por exemplo, que o município de Boa Esperança (pequeno porte) apresenta um PIB per capita (US\$ 2.896) superior ao de Londrina (US\$ 2.530), município de grande porte, e mesmo ao de todos os de médio porte, exceto São José dos Pinhais (US\$ 3.738) – ver tabela 2.2.

Um indicador importante a ser ressaltado diz respeito à condição social dos moradores dos municípios da amostra, revelada pelo nível de instrução dos chefes de domicílio. Através dos dados contidos na tabela 2.3, observa-se que, em 1991, o percentual de chefes de domicílio com instrução até a 7ª série do 1º grau se relaciona ao porte econômico-financeiro dos municípios. Nos de pequeno porte, verifica-se que

⁵ INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Participação dos municípios paranaenses na economia do Estado. Curitiba : IPARDES, 1996. 51p.

entre 71% e 88% dos chefes de domicílio não possuem mais do que sete anos de escolaridade, enquanto nos de médio e grande porte esta faixa varia de 68% a 76% e de 49% a 68%, respectivamente.

TABELA 2.3 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS CHEFES DE FAMÍLIA NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO - PARANÁ - 1991

| PORTE/MUNICÍPIO | CHEFES DE DOMICÍLIO COM ATÉ 7ª SÉRIE (%) | PORTE/MUNICÍPIO | CHEFES DE DOMICÍLIO COM ATÉ 7ª SÉRIE (%) |
|-------------------------|--|-----------------------|--|
| Grande | | Pequeno | |
| Curitiba | 48,70 | Barbosa Ferraz | 83,9 |
| Foz do Iguaçu | 66,70 | Boa Esperança | 79,8 |
| Londrina | 61,69 | Carlópolis | 76,7 |
| Maringá | 60,14 | Catanduvas | 78,7 |
| Ponta Grossa | 68,01 | Cerro Azul | 82,1 |
| | | Formosa do Oeste | 81,4 |
| Médio | | Imbituva | 80,5 |
| Apucarana | 72,30 | Itaguapé | 83,0 |
| Bandeirantes | 75,72 | Morretes | 70,7 |
| Guarapuava | 76,51 | Nova Prata do Iguaçu | 82,3 |
| Ivaiporã | 76,54 | Pitanga | 80,3 |
| Marechal Cândido Rondon | 68,11 | Querência do Norte | 86,8 |
| Palmas | 76,26 | Santa Izabel do Oeste | 81,5 |
| São José dos Pinhais | 71,64 | Sapopema | 84,4 |
| São Mateus do Sul | 70,41 | Sengés | 87,7 |
| Umuarama | 71,23 | Terra Boa | 82,8 |

FONTE: IPARDES

A análise do nível de escolaridade dos chefes de família permite compreender os elevados índices de insuficiência dos indicadores do sistema educacional, principalmente quando se trata dos municípios de pequeno porte, que são também os mais pobres. Ocorre que, principalmente nas camadas mais carentes da população, os pais, por sua baixa escolaridade e ambiente cultural pouco estimulante, muitas vezes não incentivam seus filhos a freqüentar a escola ou concluir os níveis de ensino recomendados. Isso resulta em taxas elevadíssimas de desperdício escolar⁶. Sabe-se também que alguns dos fatores responsáveis pelo nível extremamente baixo de escolaridade da população são, além da iniciação tardia nos estudos, a reprovação

⁶ Desperdício escolar corresponde à somatória das taxas de evasão e reprovação (PARANÁ. Governo do Estado. Projeto Qualidade no Ensino Público do Paraná. Curitiba, 1992. 215p.).

sistemática e a evasão definitiva das crianças da escola, provocadas, entre outros fatores, pela entrada precoce da criança no mundo do trabalho, principalmente onde há predominância de atividades agropecuárias ou de economia informal urbana. Juntos, os índices de evasão e de reprovação podem ser expressos através do chamado indicador de desperdício escolar, que reflete não só as possíveis perdas financeiras para o município, uma vez que o aluno que reprova representa uma duplicidade de despesas, como também o custo social agravado pelo considerável número de crianças que abandonam o sistema educacional.

O indicador de desperdício escolar para o total da rede de ensino de 1^o a 4^o série do 1^o grau situou-se, em 1992, entre 13% e 38%, sendo as maiores taxas encontradas nos municípios de pequeno porte – 12 dos 16 municípios deste grupo possuem taxas de desperdício escolar superiores a 25%. Ou seja, para cada cem matrículas realizadas no município, mais de 25 podem ser consideradas inproveitadas. O desperdício nas escolas da rede municipal é, em geral, mais acentuado que nas escolas mantidas pelo Estado (tabela 2.4).

Cabe comparar, ainda, o crescimento das matrículas das crianças de 7 a 10 anos com o crescimento da população na mesma faixa etária, que corresponde àquela que deveria estar cursando as quatro primeiras séries do 1^o grau. O objetivo é o de verificar até que ponto a oferta de matrículas acompanhou o crescimento da população no período 1980-91.⁷

⁷ As taxas de crescimento das matrículas foram calculadas para o período 1984/91 por não se dispor de informações básicas desagregadas por idade para os anos anteriores. Considerou-se que o período de sete anos é representativo para efeitos desta análise.

TABELA 2.4 - TAXAS DE DESPERDÍCIO ESCOLAR DE 1ª A 4ª SÉRIE DO 1º GRAU NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO - PARANÁ - 1992

| PORTE/ MUNICÍPIO | TAXAS DE DESPERDÍCIO ESCOLAR (%) | | |
|-------------------------|----------------------------------|----------|-----------|
| | TOTAL | Estadual | Municipal |
| Grande | | | |
| Curitiba | 20,60 | 21,78 | 27,15 |
| Foz do Iguaçu | 24,37 | 21,98 | 27,73 |
| Londrina | 13,09 | 11,44 | 26,69 |
| Maringá | 16,07 | 18,45 | 17,11 |
| Ponta Grossa | 20,69 | 17,16 | 25,56 |
| Médio | | | |
| Apucarana | 22,70 | - | 25,17 |
| Bandeirantes | 23,92 | 20,06 | 30,23 |
| Guarapuava | 30,10 | 23,61 | 30,86 |
| Ivaiporã | 26,28 | 17,81 | 35,31 |
| Marechal Cândido Rondon | 13,91 | - | 15,41 |
| Palmas | 25,11 | - | 25,70 |
| São José dos Pinhais | 25,90 | - | 26,73 |
| São Mateus do Sul | 21,96 | 29,61 | 6,77 |
| Umuarama | 21,13 | 17,27 | 25,09 |
| Pequeno | | | |
| Barbosa Ferraz | 29,87 | 28,26 | 31,21 |
| Boa Esperança | 26,44 | 25,43 | 30,75 |
| Carlópolis | 22,78 | 23,57 | 17,33 |
| Catanduvas | 34,25 | 36,74 | 35,08 |
| Cerro Azul | 37,53 | 24,87 | 37,65 |
| Formosa do Oeste | 23,00 | - | 23,00 |
| Imbituva | 15,91 | 20,58 | 16,26 |
| Itaguagé | 33,13 | - | 35,22 |
| Morretes | 34,76 | - | 34,76 |
| Nova Prata do Iguaçu | 22,11 | 23,94 | 21,72 |
| Pitanga | 27,53 | 16,62 | 31,16 |
| Querência do Norte | 31,27 | - | 31,27 |
| Santa Izabel do Oeste | 28,34 | - | 28,34 |
| Sapopema | 33,54 | 19,85 | 40,33 |
| Sengés | 29,02 | 26,66 | 30,56 |
| Terra Boa | 26,01 | 29,90 | 21,70 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Fundepar

NOTA: As escolas da rede federal e particular estão incluídas no total dos municípios.

A partir da análise da tabela 2.5, observa-se que, nos municípios selecionados para a amostra, o comportamento das taxas de crescimento populacional e de matrículas é diferenciado segundo o porte econômico-financeiro. Assim, no grupo de grande porte, tanto o crescimento da população de 7 a 10 anos, quanto o de matrículas nessa faixa etária, alcançaram taxas significativas, embora estas últimas, à exceção de Ponta Grossa, sempre ocorreram em patamares superiores. Neste município, a taxa de crescimento das matrículas foi pouco inferior à da população (1,6% e 2,0%, respectivamente).

TABELA 2.5 - TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO 1980/1991 E DAS MATRÍCULAS 1984/1991 DAS CRIANÇAS DE 7 A 10 ANOS, NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS - PARANÁ

| PORTE/MUNICÍPIO | TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (%) | |
|---------------------------------|---------------------------------------|--|
| | População na Faixa Etária - 1980/1991 | Matrículas na Faixa Etária - 1984/1991 |
| Grande | | |
| Curitiba | 2,33 | 3,07 |
| Foz do Iguaçu | 3,56 | 4,94 |
| Londrina | 2,14 | 4,33 |
| Maringá | 2,78 | 4,35 |
| Ponta Grossa | 1,99 | 1,59 |
| Médio | | |
| Apucarana | 0,34 | 1,86 |
| Bandeirantes | -0,90 | -0,10 |
| Guarapuava ⁽¹⁾ | ... | ... |
| Ivaiporã | -4,97 | -4,15 |
| Marechal Cândido Rondon | -3,21 | 0,20 |
| Palmas | -0,07 | 2,05 |
| São José dos Pinhais | 5,08 | 6,11 |
| São Mateus do Sul | 1,21 | 0,93 |
| Umuarama | -1,82 | -0,13 |
| Pequeno | | |
| Barbosa Ferraz | -6,44 | -3,56 |
| Boa Esperança | -3,98 | -0,94 |
| Carlópolis | -1,14 | 0,37 |
| Catanduvas ⁽¹⁾ | ... | ... |
| Cerro Azul | 0,35 | 0,03 |
| Formosa do Oeste ⁽¹⁾ | ... | ... |
| Imbituva | -0,15 | 0,85 |
| Itaguapé | -1,26 | -0,59 |
| Morretes | -0,93 | 0,31 |
| Nova Prata do Iguaçu | -4,98 | -4,18 |
| Pitanga | -1,16 | -0,57 |
| Querência do Norte | -0,03 | 3,72 |
| Santa Izabel do Oeste | -4,01 | -3,47 |
| Sapopema | -3,00 | -0,76 |
| Sengés | 0,08 | 3,66 |
| Terra Boa | -3,01 | -2,88 |

FONTE: IPARDES

(1) Não foram calculadas as taxas de crescimento devido à impossibilidade de se reconstituir suas populações na faixa etária para o ano de 1980.

Por outro lado, a maioria dos municípios do grupo de pequeno porte apresentou taxas negativas de crescimento, tanto para a população quanto para as matrículas. Nesse caso, quando ocorreram perdas de matrículas, estas foram ainda em níveis inferiores às verificadas para a população. Vale a pena destacar os casos de Barbosa Ferraz, Nova Prata do Iguaçu, Querência do Norte e Sengés. Os dois primeiros apresentaram, no período analisado, os maiores decréscimos populacionais

na faixa de 7 a 10 anos (-6,4% e -5,0% ao ano, respectivamente) e também de matrículas (-3,6% e -4,2% ao ano, respectivamente). Em Querência do Norte e Sengés, a população se manteve praticamente estável ao longo do período, ao passo que as matrículas cresceram a taxas superiores a 3,7%, as maiores deste grupo de municípios.

No grupo de médio porte, as matrículas de 7 a 10 anos mostraram, em geral, um crescimento positivo, a despeito de alguns de seus municípios terem apresentado, no mesmo período, perda de população nesta faixa etária. Cabe destacar São José dos Pinhais, cujas taxas de crescimento, tanto populacional quanto de matrículas, foram as maiores, não só deste grupo mas de todos os municípios da amostra. Ivaiporã, por sua vez, apresenta o maior decréscimo anual de população de 7 a 10 anos (-5,0%) e, em menor proporção, de matrículas para esta mesma faixa etária (-4,1%).

3 HISTÓRICO DA MUNICIPALIZAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ

A municipalização do ensino é um tema que vem sendo discutido em nível nacional desde a década de 20, tendo assumido, ao longo desse período, concepções diferenciadas de acordo com a época e com os grupos que o abordaram.

No entanto, a descentralização do ensino público no País se oficializa somente em 1971, quando é sancionada a Lei Federal nº 5.692, estabelecendo a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus. Foi esta Lei a base dos programas de municipalização desenvolvidos em vários estados brasileiros nas décadas de 70, 80 e 90.

Com a Constituição Federal de 1988, que consagra os novos princípios federativos traduzidos em uma reestruturação institucional e administrativa dos municípios e dos estados, consolidam-se ainda mais as teses de municipalização.

No Paraná, a história do processo de municipalização tem duas vertentes. A mais recente situa o início de tal processo na década de 90 e apresenta como fundamentação legal a Constituição Federal de 1988. Outra vertente resgata as políticas educacionais do Estado desde a década de 70, com fundamento na Lei 5692/71.

O Plano de Reforma do Ensino do Estado do Paraná (1973-1976), elaborado como instrumento para a implantação gradativa da Lei 5692/71, determinou o início do processo de descentralização do ensino fundamental no Estado, na medida em que se propunha a desenvolver mecanismos de cooperação Estado/municípios, preparando-os para a municipalização do ensino de 1º grau. Tais mecanismos incluíam a estruturação dos Núcleos Regionais de Educação (NRE) e dos Órgãos Municipais de Educação, com a gradativa extinção das Inspetorias Auxiliares de Ensino.

O Plano de Reforma previa, em substituição ao Sistema de Auxílio Financeiro, a criação do Fundo Estadual de Desenvolvimento do Ensino, que não foi institucionalizado. A despeito disso, nos anos seguintes foram implantados os convênios de assistência técnica e financeira, viabilizados graças aos recursos

repassados pelo Projeto de Assistência Técnica ao Ensino Municipal (Promunicípio), criado pelo governo federal em 1975, sendo, talvez, o projeto de maior repercussão em nível nacional depois da Lei 5.692/71.

O Promunicípio teve um papel importante no processo de descentralização da educação levado a efeito pelo governo do Paraná na década de 70, principalmente no que se refere à capacitação, técnica e financeira, dos municípios, para que organizassem suas secretarias/departamentos municipais de educação e assumissem parcela do ensino fundamental (1^ª a 4^ª série do 1^º grau), cujas despesas em sua maior parte eram até então custeadas pelo Estado, especialmente as das escolas rurais.

No entanto, os convênios de assistência técnica e financeira ficaram reduzidos ao simples repasse de recursos, inclusive para o pagamento de professores municipais que estivessem lecionando em escolas estaduais. Esses convênios se estenderam até a década de 80, servindo de justificativa para que o Estado deixasse de realizar concurso para professores de 1^ª a 4^ª série do 1^º grau e criando a figura do chamado “professor conveniado”.

Ainda na década de 80, a Secretaria de Estado da Educação, através da Fundepar, firma convênios com os municípios para expansão da rede escolar.

Em 1990, o processo de municipalização avança através do chamado Protocolo de Intenções⁸, para partilha dos serviços e encargos, que é firmado entre o poder público estadual e municipal com vistas à universalização do ensino básico. Esse instrumento constituiu um grande avanço, se comparado àqueles implantados nas décadas de 70 e 80, por definir, pela primeira vez, um critério entendido pela Secretaria de Educação como o mais adequado ao repasse de recursos estaduais para os municípios: o custo/aluno/ano.

Em 1992, o Protocolo de Intenções é substituído pelo Termo Cooperativo de Parceria Educacional, que prevê a municipalização do ensino através da transferência aos municípios de toda a administração das escolas estaduais de pré-escolar, de ensino

⁸ Ver modelo do Protocolo de Intenções, Anexo 2.

fundamental – prioritariamente no que se refere às quatro séries iniciais –, de educação especial e de supletivo-fase I. Os primeiros Termos de Parceria foram assinados, em 1992, pelo prazo de um ano e, ao serem renovados em 1993, sofreram algumas alterações em seu conteúdo⁹.

Cabe observar que as quatro séries finais do primeiro grau continuaram sob a responsabilidade do Estado, e a expansão de vagas para este nível de ensino atende à obrigatoriedade do ensino fundamental, ou seja, que tenha duração de oito anos.

⁹ Ver modelos do Termo Cooperativo de Parceria Educacional, versões 1992 e 1993, Anexo 3.

4 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

A importância da avaliação de como se deu o processo de municipalização do ensino fundamental, no Estado do Paraná, é a de ser essencialmente fundamentada em depoimentos concedidos por secretários(as)/chefes e respectivas equipes municipais de educação de uma amostra de 30 municípios. Isto permitiu captar toda experiência vivenciada desde a tomada de decisão em torno da aceitação (e mesmo da não-aceitação) da parceria educacional Estado-municípios, passando pelos procedimentos adotados para a transferência das responsabilidades do ensino aos municípios, até os resultados e/ou impactos decorrentes desse processo. Quando necessário, esses depoimentos foram enriquecidos com dados secundários obtidos junto à Secretaria de Estado da Educação e à Fundepar.

4.1 O PROCESSO DE MUNICIPALIZAÇÃO

A dinâmica do processo de municipalização será analisada considerando-se o seu marco legal, ou seja, a assinatura do Termo Cooperativo de Parceria Educacional entre Estado e municípios. A parceria é assim estabelecida visando ao desenvolvimento da educação pré-escolar e do ensino fundamental e atendendo aos dispostos no Artigo 211, da Constituição Federal, e nos Artigos 179 e 186, da Constituição Estadual.¹⁰

Nesse sentido, as responsabilidades do Estado previstas no Termo de Parceria são¹¹:

- a) cessão de professores estaduais que atuam em escolas municipalizadas;
- b) orientação técnico-pedagógica, de forma permanente, quanto ao desenvolvimento da educação pré-escolar e do ensino fundamental, fixando normas para a implantação, nos estabelecimentos municipalizados, do

¹⁰ O modelo do Termo Cooperativo de Parceria Educacional utilizado em 1992 sofreu alterações em algumas de suas cláusulas em 1993. Os termos de parceria assinados em 1992 tiveram validade até dezembro deste ano, tendo sido renovados em 1993, com vigência até dezembro de 1997.

¹¹ Ver modelos do Termo Cooperativo de Parceria Educacional, versões 1992 e 1993, Anexo 3.

Currículo Básico (CB), que compreende tanto o Ciclo Básico de Alfabetização (CBA), quanto a Proposta Pedagógica para as demais séries do ensino fundamental;

- c) assistência técnica através de cursos e treinamento para docentes e pessoal técnico-administrativo da rede municipal de ensino;
- d) manutenção, em parceria com os municípios, dos prédios estaduais e equipamentos escolares quando utilizados pelo município e pelo Estado simultaneamente (os prédios estaduais, cedidos para uso exclusivo dos municípios parceiros, devem ser mantidos pelas respectivas prefeituras);
- e) assistência financeira aos municípios parceiros, mediante condições estabelecidas pelo Estado.

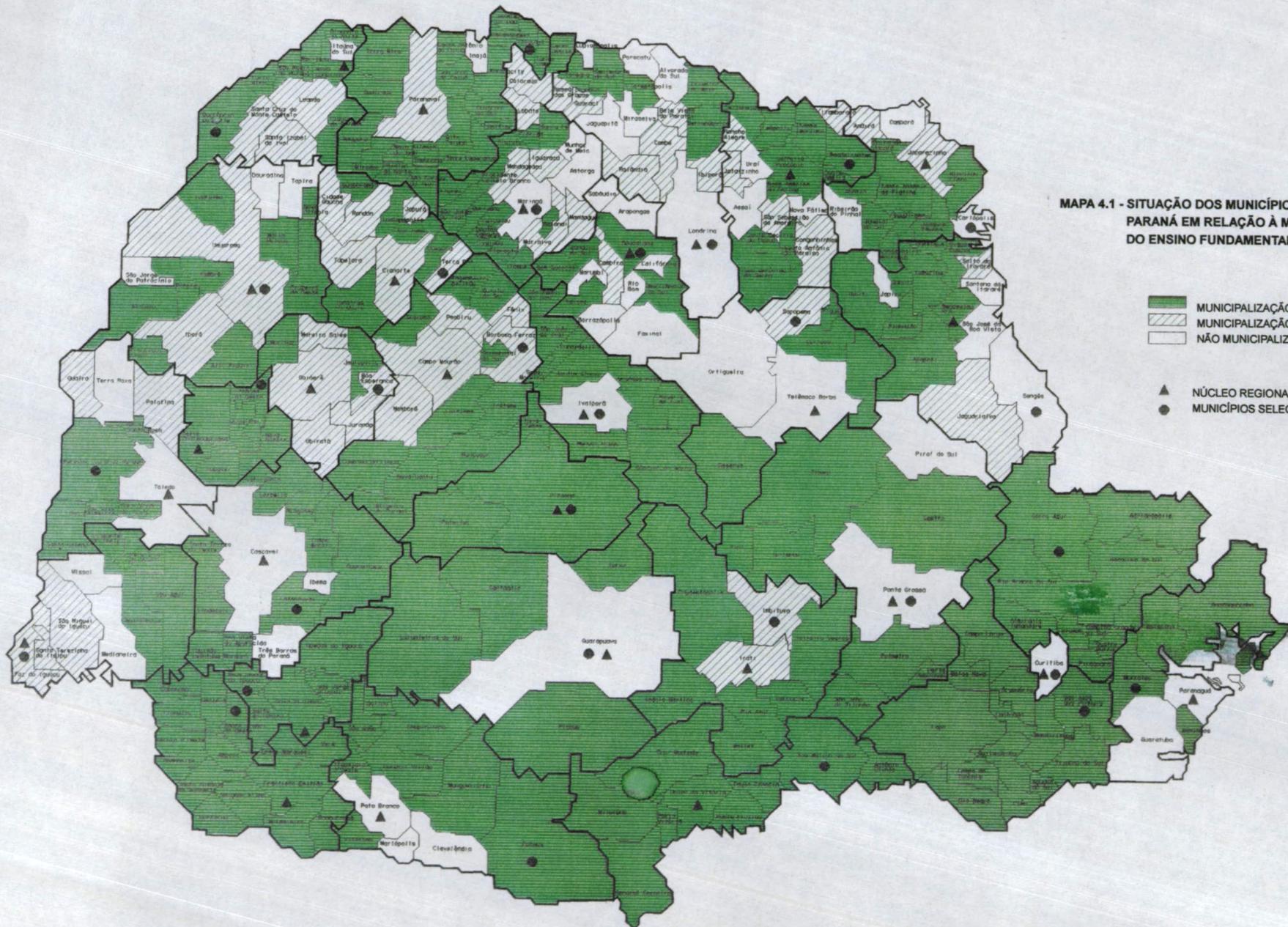
Ao município parceiro cabe assumir a educação pré-escolar e o ensino fundamental de 1^ª a 4^ª série, a educação especial e o supletivo-fase I, aplicando os recursos financeiros da parceira educacional exclusivamente no desenvolvimento e manutenção desses níveis de ensino. Ao assinar o Termo de Parceria, o município também se compromete a adotar o Currículo Básico e, conseqüentemente, o Ciclo Básico de Alfabetização, adequando-se, assim, à proposta pedagógica estabelecida pelo Estado¹².

4.1.1 A Municipalização na Visão dos Municípios

4.1.1.1 Características gerais do processo de municipalização

O auge do atual processo de municipalização no Paraná se deu em 1992 e início de 1993. Dos 323 municípios existentes em 1992, 261 (81%) assinaram o Termo Cooperativo de Parceria Educacional, municipalizando total ou parcialmente o ensino de 1^ª a 4^ª série do 1^º grau. Em 1993, mais 58 municípios aderiram à parceria educacional, totalizando, assim, 86% dos 371 municípios que o Estado passa a ter nesse ano (mapa 4.1).

¹² Ver modelos do Termo Cooperativo de Parceria Educacional, versões 1992 e 1993, Anexo 3.



MAPA 4.1 - SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ EM RELAÇÃO À MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - DEZ-1993

- MUNICIPALIZAÇÃO TOTAL
- MUNICIPALIZAÇÃO PARCIAL
- NÃO MUNICIPALIZADO

- NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO
- MUNICÍPIOS SELECIONADOS

A avaliação das condições em que se deu o processo de municipalização foi baseada em uma amostra de 30 municípios, classificados segundo o porte econômico-financeiro e o tipo de adesão ao processo.¹³

Do total dos municípios selecionados, observa-se que, até 1993, 73% encontravam-se total (50%) ou parcialmente (23%) municipalizados, sendo importante ressaltar que, destes, 64% eram de pequeno porte. Por outro lado, dos oito municípios que não aderiram ao processo de municipalização do ensino (27% da amostra), quatro eram de grande porte (tabela 4.1 e gráfico 4.1).

TABELA 4.1 - CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS SEGUNDO TIPO DE ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - DEZ/93

| ADESÃO | MUNICÍPIOS | % |
|---------------------|------------|-----|
| Total | 15 | 50 |
| Parcial | 7 | 23 |
| Não-Adesão | 8 | 27 |
| Total de Municípios | 30 | 100 |

FONTE: SEED

GRÁFICO 4.1 - SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS QUANTO À ADESÃO À MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO - PARANÁ - 1993

ADESÃO INTEGRAL À MUNICIPALIZAÇÃO



| PORTE | Nº MUNICÍPIO |
|---------|--------------|
| Grande | 0 |
| Médio | 6 |
| Pequeno | 9 |

ADESÃO PARCIAL À MUNICIPALIZAÇÃO



| PORTE | Nº MUNICÍPIO |
|---------|--------------|
| Grande | 1 |
| Médio | 1 |
| Pequeno | 5 |

NÃO-ADESÃO À MUNICIPALIZAÇÃO
25%



| PORTE | Nº MUNICÍPIO |
|---------|--------------|
| Grande | 4 |
| Médio | 2 |
| Pequeno | 2 |

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES

¹³ Ver capítulo 1 - Considerações Metodológicas.

Os dados do gráfico permitem inferir que a adesão à municipalização do ensino está diretamente relacionada ao tamanho do município. Os de pequeno porte são aqueles que mais dependem de recursos financeiros do governo estadual e, por sua fragilidade político-econômica, os que apresentam menor poder de negociação, ou seja, obrigam-se muitas vezes a aceitar as condições de gerência do ensino estabelecidas em nível central. Estes aspectos também refletem que, se por um lado as vantagens trazidas pela autonomia não são integralmente usufruídas, por outro existem limitações concretas de capacidade gerencial e operacional em muitos destes municípios.

O principal motivo que levou 17 municípios (12 de pequeno porte) a aderirem à municipalização do ensino, segundo relato dos secretários/chefes de educação municipal, foi a pressão do governo estadual. Cabe ressaltar que, dentre os municípios de grande porte, apenas Foz do Iguaçu assinou o Termo Cooperativo de Parceria Educacional, municipalizando somente parte da rede estadual de 1^ª a 4^ª série do 1^º grau.¹⁴

A adesão à municipalização do ensino por iniciativa do próprio município foi mencionada por três dirigentes municipais de educação. Já, em outros dois municípios, foi relatado que a determinação, tanto do governo estadual como dos governos municipais, de acabar com a greve dos professores motivou seu ingresso no processo de municipalização.

Sabe-se que, na época, o governo estadual tinha como meta agilizar o processo de descentralização, repassando aos municípios a responsabilidade pela educação fundamental, mas isso ocorreu sem o envolvimento conseqüente da comunidade e de entidades afins, fato que se confirma pelo baixo percentual de adesão já verificado anteriormente em relação à iniciativa do próprio município.

Quanto à tomada de decisão acerca da municipalização do ensino, equipes municipais de 16 dos 22 municípios que assinaram o Termo de Parceria afirmaram que a decisão partiu do próprio prefeito. Já, seis das equipes entrevistadas apontaram o caso de

¹⁴ Durante a pesquisa de campo, obteve-se a informação de que os municípios de Londrina e Maringá assinaram, em 1995, o Termo Cooperativo de Parceria Educacional, para assumir, em 1996, apenas parte das escolas da rede estadual.

prefeitos que consultaram as secretarias/departamentos municipais de ensino, os NREs, os professores e/ou as associações de municípios para decidir municipalizar.

Através dos depoimentos abaixo, fornecidos por alguns secretários(as)/chefes municipais de educação e prefeitos, pode-se constatar como resultaram tumultuadas as tomadas de decisão.

A municipalização do ensino é uma incógnita [...] nosso medo é o poder que fica na mão do prefeito. O medo de quem vem, de haver interrupção.

O processo de municipalização é o poder na mão de qualquer um.

O prefeito assinou por pressão do governo estadual. Não estava seguro quanto à decisão, porque o Secretário de Educação e os professores eram contra a idéia.

O Estado quer se desvencilhar a qualquer preço desse encargo (a educação).

Com a municipalização, houve um sucateamento da educação. Problema político – o governo estadual livrou-se da greve dos professores. O governo deveria chamar os prefeitos para discutir a educação.

Por questões políticas, houve muita dificuldade para municipalizar. [...] os chefes de núcleos tinham a incumbência de “convencer” os prefeitos, [...] para falar das “vantagens” e “desvantagens”. A parceria Estado/município deu-se de forma “descolada” do sistema educacional – professores, diretores e equipe pedagógica.

O prefeito municipalizou somente as escolas rurais porque tinha receio, não sabia o que iria acontecer.

... a municipalização deveria ter sido gradativa...

A idéia de uma “descentralização forçada” aparece nitidamente nesses depoimentos, demonstrando não ter havido, dentro dos próprios municípios, consenso na tomada de decisão.

O mais grave é que a imagem da educação como “prefeiturizada” vai se construindo entre os responsáveis pela educação nos municípios, à medida que não existe um equilíbrio de responsabilidades e de competências nitidamente assumidas entre os parceiros.

4.1.1.2 Vantagens da municipalização na visão dos municípios

Nos municípios que assinaram o Termo de Parceria, mais da metade das equipes municipais de educação entrevistadas (55%) afirmaram que não vêem nenhuma vantagem em municipalizar o ensino, o que pode estar sugerindo, primeiro, o

desconhecimento do conteúdo integral do Termo Cooperativo de Parceria Educacional e, em segundo lugar, o não-entendimento de que a autogestão da educação, no e pelo município, envolve também a iniciativa municipal, além é claro do apoio dos governos federal e estadual. As vantagens explicitadas no Termo de Parceria só se concretizam quando se pratica de fato o exercício da parceria.

As equipes dos demais municípios que aderiram à municipalização do ensino fundamental (45%) acreditam que a administração mais próxima traz melhoria de qualidade pedagógica, funcional e administrativa, agilizando assim a tomada de decisão. No entanto, sabe-se que a administração descentralizada não garante, por si só, a efetividade dos procedimentos administrativos e a qualidade na gestão escolar.

4.1.1.3 Desvantagens da municipalização na visão dos municípios

Durante as entrevistas, as equipes municipais de educação apontaram algumas desvantagens relacionadas à parceria educacional com o Estado que, a seu ver, configuram problemas para o desenvolvimento e manutenção da educação. Nos 22 municípios onde o ensino fundamental de 1^ª a 4^ª série foi total ou parcialmente assumido pelas prefeituras, foram abordados por 12 das equipes entrevistadas 50 itens que dizem respeito a essas desvantagens, os quais foram agrupados de acordo com os aspectos: financeiro, pedagógico e de gestão do ensino.

Com relação ao aspecto financeiro¹⁵, nove dirigentes municipais de educação, e/ou suas equipes, indicaram como desvantagem da municipalização a perda de recursos provenientes de convênios e termos de cooperação financeira mantidos com o Estado anteriormente ao Termo de Parceria. O aumento de gastos com reformas e manutenção de escolas, assumidas e/ou compartilhadas, foi citado como desvantagem por oito das equipes entrevistadas. A falta de recursos próprios para arcar com os custos do ensino e com a capacitação de professores foi apontada por sete equipes, enquanto o aumento das despesas do município com o ensino é citado por três delas.

¹⁵ Ver análise mais detalhada a respeito no capítulo 5 - Aspectos Financeiros da Municipalização.

Já, outras desvantagens como o repasse de recursos financeiros, previsto pelo Termo de Parceria, em montantes aquém do esperado, e a duplicação de gastos nas escolas compartilhadas foram citadas uma só vez (tabela 4.2).

TABELA 4.2 - DESVANTAGENS FINANCEIRAS COM A MUNICIPALIZAÇÃO, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA, NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS - PARANÁ - 1995

| PORTE DO MUNICÍPIO/ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA | DESVANTAGENS FINANCEIRAS | | | |
|--|--|--|--|---|
| | Gastos Maiores com Manutenção de Escolas | Perda de Recursos de Convênios Anteriores ao Termo de Parceria | Repasse de Recursos do Termo de Parceria aquém do Esperado | Falta de Recursos para Arcar com os Custos do Ensino e de Capacitação |
| Pequeno/Total | 4 | 3 | 1 | 3 |
| Pequeno/Parcial | 2 | 4 | - | 1 |
| Pequeno/Não-Adesão | - | - | - | - |
| Médio/Total | 2 | 2 | - | 2 |
| Médio/Parcial | - | - | - | 1 |
| Médio/Não-Adesão | - | - | - | - |
| Grande/Total | - | - | - | - |
| Grande/Parcial | - | - | - | - |
| Grande/Não-Adesão | - | - | - | - |
| TOTAL | 8 | 9 | 1 | 7 |

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES

Foi observada, também, grande insatisfação por parte dos dirigentes municipais de educação desses municípios quanto ao cálculo do valor do custo/ aluno/ano, que baliza o repasse dos recursos financeiros. Muitos têm dificuldade para entender e questionam o cálculo definido pela Secretaria de Estado da Educação, mesmo cientes de que esta é a mecânica adotada pelo Termo Cooperativo de Parceria Educacional.

As desvantagens relacionadas ao aspecto pedagógico da municipalização dizem respeito, principalmente, ao fato de os municípios terem deixado de receber assistência pedagógica e capacitação para os professores – quatro das equipes entrevistadas fizeram menção a este aspecto. O despreparo dos professores municipais e a perda de professores qualificados que pertenciam ao Estado foram citados em duas das entrevistas. A falta de uma equipe técnico-pedagógica adequada, a falta de professores qualificados para o contraturno e a queda generalizada da qualidade do ensino ofertado foram desvantagens mencionadas apenas uma vez (tabela 4.3).

TABELA 4.3 - DESVANTAGENS PEDAGÓGICAS COM A MUNICIPALIZAÇÃO, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA, NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS - PARANÁ - 1995

| PORTE DO MUNICÍPIO/ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA | DESVANTAGENS PEDAGÓGICAS | | | | |
|--|---|--|--|--|---------------------------------------|
| | Falta de Equipe Técnico-Pedagógica Adequada | Falta de Professores Qualificados para o Contraturno | Despreparo dos Professores Municipais/ Perda de Professores Estaduais Qualificados | Deixaram de Receber Assistência Pedagógica e Cursos de Capacitação | Perda de Qualidade no Ensino Ofertado |
| Pequeno/Total | - | 1 | 1 | 3 | 1 |
| Pequeno/Parcial | - | - | - | - | - |
| Pequeno/Não-Adesão | - | - | - | - | - |
| Médio/Total | - | - | 1 | 1 | - |
| Médio/Parcial | 1 | - | - | - | - |
| Médio/Não-Adesão | - | - | - | - | - |
| Grande/Total | - | - | - | - | - |
| Grande/Parcial | - | - | - | - | - |
| Grande/Não-Adesão | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 1 | 1 | 2 | 4 | 1 |

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES

Quanto à gestão do ensino, os responsáveis por três unidades municipais de educação e suas equipes citaram como desvantagem os problemas existentes nas escolas compartilhadas, decorrentes de conflitos entre direção, professores estaduais e municipais e funcionários. Outras três unidades mencionaram como problema as escolas assumidas em mau estado de conservação e a perda de equipamentos nas escolas municipalizadas. Seguem-se a essas desvantagens o aumento de trabalho e de responsabilidade para os municípios e a falta de espaço físico para a adoção do CBA, citados por duas das equipes entrevistadas. Houve também uma indicação relacionada ao fato de o município ter assumido muitas escolas ao mesmo tempo e outra relacionada à descontinuidade no recebimento de material escolar anteriormente distribuído pelo governo estadual (tabela 4.4).

TABELA 4.4 - DESVANTAGENS RELACIONADAS À GESTÃO COM A MUNICIPALIZAÇÃO, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA, NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS - PARANÁ - 1995

| PORTE DO MUNICÍPIO/ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA | DESVANTAGENS RELACIONADAS À GESTÃO | | | |
|--|-------------------------------------|---|---|--------|
| | Conflitos em Escolas Compartilhadas | Perda de Equipamentos nas Escolas Municipalizadas | Escolas Assumidas/em Mau Estado de Conservação/Falta de Espaço Físico | Outras |
| Pequeno/Total | 1 | 1 | 2 | 1 |
| Pequeno/Parcial | - | - | - | - |
| Pequeno/Não-Adesão | - | - | - | - |
| Médio/Total | 1 | 2 | 4 | 2 |
| Médio/Parcial | 1 | - | - | - |
| Médio/Não-Adesão | - | - | - | - |
| Grande/Total | - | - | - | - |
| Grande/Parcial | - | - | - | - |
| Grande/Não-Adesão | - | - | - | - |
| TOTAL | 3 | 3 | 6 | 3 |

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES

Os depoimentos que se seguem, obtidos junto aos(as) secretários(as)/chefes municipais de educação e suas equipes, reforçam a compreensão dos argumentos anteriormente mencionados.

A municipalização foi parcial somente em duas escolas, pois [...] municipalizar totalmente, somente com recursos.

O Estado fez um 'apelo' para que fosse municipalizada pelo menos uma escola, e o prefeito o fez na expectativa de receber repasse, o que não ocorreu.

O secretário anterior comentou que, se fosse hoje, diria para o prefeito não assinar, se pudessem, romperiam o convênio. Se existe um Termo de Parceria, até que ponto o município tem que pagar os cursos de capacitação, se os docentes pertencem ao NRE?

... baixou a qualidade do ensino. Os professores municipais às vezes não têm sequer o magistério; os do Estado, que são melhor qualificados, pediram transferência para as escolas de 5ª a 8ª série, e os que ficaram lecionando nas escolas de 1ª a 4ª do município é porque não conseguiram transposição e não têm outra opção. Municipalizou apenas escolas rurais, mas não as da zona urbana, por não apresentarem condições físicas adequadas à implantação do CBA.

Outras duas desvantagens foram levantadas por algumas das equipes entrevistadas. A primeira diz respeito ao não cumprimento, por parte do governo estadual, de todas as cláusulas do Termo de Parceria – apontada por cinco das equipes. A segunda está relacionada à utilização política indevida da municipalização do ensino por parte dos prefeitos – apontada por uma das equipes entrevistadas.

4.1.1.4 Por que não municipalizar?

As razões que levaram algumas prefeituras a optar pela não-municipalização do ensino fundamental foram levantadas junto aos oito municípios da amostra que não assinaram o Termo de Parceria. As equipes municipais de sete desses municípios apresentaram como principal motivo para a não-municipalização do ensino a indefinição quanto à questão financeira contida no Termo de Parceria, no que diz respeito ao cálculo do valor do custo/aluno/ano, que serve de base para o repasse dos recursos financeiros. Esses municípios argumentam que teriam de arcar com o ônus de ter sob sua responsabilidade um número elevado de alunos e de escolas municipalizadas, incompatível com a sua capacidade de atendimento e sem a devida contrapartida financeira do governo estadual.

O impacto negativo causado pelo processo de municipalização em alguns municípios que assumiram total ou parcialmente o ensino fundamental teve influência na decisão de dois municípios em optar pela não-municipalização.

As más condições físicas das escolas estaduais a serem municipalizadas levaram um dos municípios selecionados a decidir pela não-municipalização, com a justificativa de que seus recursos financeiros são insuficientes para arcar com todos os gastos das reformas necessárias.

4.1.1.5 Considerações sobre o Termo de Parceria

Diante das desvantagens apontadas por aqueles municípios que assumiram o ensino fundamental e dos motivos que levaram os demais a optar pela não-municipalização, 19 dos dirigentes municipais de educação e suas equipes consideraram necessário que houvesse alterações em algumas cláusulas do Termo de Parceria, enquanto apenas uma das equipes, de um município de pequeno porte que municipalizou a única escola estadual existente, considerou que estas são adequadas em sua forma atual. Dez equipes de ensino não fizeram nenhuma menção ao tema.

As principais mudanças, sugeridas pelos dirigentes municipais de educação e suas equipes, vão desde a alteração da fórmula de cálculo do custo/aluno/ano (proposta por 13 municípios), até a adoção da municipalização de forma gradativa (4 municípios), a inclusão do transporte escolar como item de gasto da educação (2 municípios), a legalização dos prédios escolares municipalizados (1 município) e o repasse trimestral dos recursos financeiros (1 município) – tabela 4.5.

TABELA 4.5 - PRINCIPAIS ALTERAÇÕES SUGERIDAS PARA O TERMO DE PARCERIA, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA, NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS - PARANÁ - 1995

| PORTE DO MUNICÍPIO/ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA | ALTERAÇÕES | | | | |
|--|-------------------------------------|-------------------------------------|---------------------------------|-----------------------------------|--|
| | Alteração na Fórmula do Custo-Aluno | Adoção Gradativa da Municipalização | Repasse Financeiros Trimestrais | Legalização dos Prédios Escolares | Inclusão dos Gastos com Transporte Escolar no Cálculo do Custo-Aluno |
| Pequeno/Total | 4 | 1 | 1 | 1 | 2 |
| Pequeno/Parcial | 2 | - | - | - | - |
| Pequeno/Não-Adesão | - | - | - | - | - |
| Médio/Total | 3 | 1 | - | - | - |
| Médio/Parcial | - | 1 | - | - | - |
| Médio/Não-Adesão | - | - | - | - | - |
| Grande/Total | - | - | - | - | - |
| Grande/Parcial | - | - | - | - | - |
| Grande/Não-Adesão | 2 | 1 | - | - | - |
| TOTAL | 12 | 4 | 1 | 1 | 2 |

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES

Ao assumir as atribuições estabelecidas no Termo de Parceria, com relação à responsabilidade pelo ensino fundamental, e não encontrar a contrapartida necessária do Estado, o município parceiro se fragiliza. O que se observa, então, é a falta de reciprocidade entre os dois níveis de poder, o que resulta numa relação desigual em que o Estado é o mais forte.

Ao se fazer o confronto entre as cláusulas contidas no Termo de Parceria e os depoimentos dos dirigentes municipais de educação e suas equipes, percebe-se que o Estado:

- a) não tem garantido a permanência efetiva dos professores estaduais nas escolas municipalizadas, obrigando os municípios a contratar, de imediato, novos professores, o que implica um aumento não previsto de despesas;
- b) não tem oferecido, de forma permanente, a orientação necessária para que o município parceiro implemente o modelo pedagógico estabelecido;
- c) tem deixado de prestar, de forma sistemática, cursos e treinamentos para docentes e pessoal técnico dos municípios parceiros;
- d) não tem garantido, de forma efetiva, a manutenção dos prédios e equipamentos escolares compartilhados entre Estado e município parceiro, tendo este de arcar com todas as despesas de manutenção;
- e) não tem explicitado como deve ser efetivada a regularização dos prédios escolares cedidos aos municípios.

Não só mudanças consensuais são necessárias no Termo de Parceria, mas o cumprimento efetivo, por parte do Estado, de suas atribuições enquanto instância coordenadora da política geral da educação e responsável pelo processo de descentralização. Desempenhando essas funções, o Estado deve ter em vista não uma “prefeiturização” do ensino fundamental, mas uma real parceria, entendida como a conjugação dos interesses públicos e do compromisso com a qualidade do ensino fundamental no Estado.

4.2 GESTÃO E QUALIDADE

Gestão e qualidade são processos intimamente relacionados e interdependentes: qualidade seria uma resultante de modalidades de condução ou

gestão. O modo de gerir cria condições para um tipo de produto final, enquanto o horizonte pretendido como qualidade interfere na seleção e definição dos procedimentos de gerência.

A introdução de uma mudança no sistema educacional – no caso, municipalizar e instituir um ciclo básico de alfabetização – implica a adoção de novos fundamentos, desde os metodológicos e de procedimentos de gestão, até a reorganização do espaço escolar, da sala de aula, das relações professor/aluno, escola/comunidade, direção, supervisão e regência.

4.2.1 Gestão do Ensino Fundamental

Com relação à gestão, os principais aspectos a serem abordados se referem basicamente ao gerenciamento da rede escolar municipal que vem incorporando as escolas recentemente municipalizadas; ao corpo funcional e docente subordinado às secretarias/departamentos municipais de educação; ao relacionamento com entidades educacionais e civis que de alguma forma participam ou interferem no processo educacional dos municípios; e às questões de gestão financeira.

Através dessas perspectivas de análise, podem ser observadas então as possíveis mudanças e/ou impactos que o processo de municipalização provocou nas estruturas administrativas municipais de educação.

4.2.1.1 Gerenciamento da rede escolar

Os impactos que de alguma forma possam ter afetado o gerenciamento da rede escolar municipal de 1^ª a 4^ª série do 1^º grau podem ser avaliados a partir do dimensionamento dessa mesma rede, em cada uma das esferas de governo (estadual e municipal) envolvidas no processo de municipalização. Tal dimensionamento se tornou possível através do relacionamento entre os dados do total de estabelecimentos que ofertam ensino de 1^ª a 4^ª série e os dados de matrículas iniciais relacionadas a estas séries. Esses dados foram coletados junto à Fundepar, para os anos de 1990 a 1993, para os quais havia séries homogêneas passíveis de serem comparadas. O ano de 1990 também coincide com os passos iniciais na direção do atual processo de municipalização, através da formalização dos primeiros protocolos de intenções,

assinados entre o Estado e os municípios que estariam assumindo total ou parcialmente as escolas de 1^ª a 4^ª série, até então sob administração estadual.

A partir desses dados, verifica-se que o perfil da rede escolar pública que compreende a 1^ª fase do 1^º grau (1^ª a 4^ª série), no Estado do Paraná em 1990, apresenta facetas que nem sempre demonstram o verdadeiro impacto que o processo de municipalização representaria para as administrações municipais, se analisado apenas em termos de número de escolas a serem absorvidas por suas redes. Do total de estabelecimentos de 1^ª a 4^ª série existentes nesse ano, nos municípios selecionados para a pesquisa, o Estado mantinha apenas 23% do total de escolas públicas, levando a crer que os municípios estariam absorvendo uma parcela pouco significativa das escolas públicas estaduais a serem municipalizadas (tabela A.1 - Anexo 5). Mas, ao se analisar a participação das matrículas mantidas pelo Estado no total de cada um desses municípios, verifica-se que a situação se torna mais eqüitativa, visto que o Estado era responsável por 48% do total das matrículas iniciais e os municípios por 52% (tabela A.2 - Anexo 5). Assim, tem-se que, apesar de o número de estabelecimentos estaduais ser proporcionalmente menor que o dos municipais, eles são de maior porte, tendo em vista que o volume de alunos que abrigam é equivalente ao já mantido pelas administrações municipais (48% e 52%, respectivamente). Já, em 1993, com o processo de municipalização do ensino praticamente consolidado no Estado (até então, 86% dos municípios haviam assinado o Termo de Parceria, aderindo total ou parcialmente à municipalização), verifica-se que a participação dos estabelecimentos municipais aumenta de 77% para 84% do total, enquanto as matrículas a eles vinculadas passam de 52% para 65% da somatória entre Estado e municípios.

É interessante salientar que, do total de 81 escolas municipalizadas até 1993, 42 compartilham o mesmo prédio com escolas estaduais de 5^ª a 8^ª série do 1^º grau e/ou de 2^º grau (tabela A.3 - Anexo 5).

Desdobrando-se esses dados por zona (urbana e rural), obtêm-se novas facetas da situação. Com relação à zona rural, tradicionalmente caracterizada por abrigar escolas multisseriadas que, em sua grande maioria, possuem apenas uma sala de aula para as quatro séries iniciais, é possível observar que, mesmo em 1990, os municípios já eram responsáveis pela maior parte dos estabelecimentos, bem como das matrículas, 91% e

89%, respectivamente (tabelas A.4 a A.7 - Anexo 5). Na zona urbana, os municípios também mantinham, neste ano, a maior parte dos estabelecimentos de 1ª a 4ª série (52%), enquanto as matrículas estaduais eram majoritárias (54% do total). Em 1993, com o processo de municipalização já em andamento, a participação dos estabelecimentos e das matrículas estaduais na zona urbana se reduz significativamente, passando a representar 36% e 38% do total, respectivamente. Os municípios, por sua vez, vêem-se diante de um crescimento bastante expressivo para um intervalo de tempo de apenas três anos, com o número de estabelecimentos e de matrículas na zona urbana atingindo, em 1993, percentuais de participação equivalentes a 64% e 62% do total.

Vale a pena destacar que o perfil das redes municipais, tradicionalmente rurais, modificou-se ao longo dos anos analisados, principalmente em decorrência da implantação do processo de municipalização. Em 1993, o peso que as matrículas da zona rural representava no total da rede municipal era, com raras exceções, significativamente menor que no período anterior à municipalização, fato explicado, em grande parte, pela absorção das matrículas da rede estadual, predominantemente urbanas. Esta situação é mais evidente nos municípios parceiros de pequeno porte, onde havia muito pouca ou nenhuma participação de matrículas municipais na zona urbana (tabela 4.6).

Levando em conta o porte econômico-financeiro dos municípios¹⁶, tem-se que, em 1990, nos de grande porte, cabe ao Estado cerca de 36% dos estabelecimentos e 51% das matrículas iniciais. Nos de médio e pequeno porte, a proporção de estabelecimentos estaduais é bem menor (16% e 17%, respectivamente) em relação à dos municipais (84% e 83%), enquanto o número de matrículas municipais (59% e 52% do total) é proporcionalmente maior que o das estaduais (41% e 44%). Nos municípios pequenos, diferentemente do que ocorre nos demais, a presença do Estado na zona urbana é bastante significativa – 65% do total de estabelecimentos e 78% das matrículas.

Em 1993, verifica-se uma mudança bastante significativa na participação do número de estabelecimentos e de matrículas sob a responsabilidade dos municípios de médio porte que passam a representar 95% e 85%, respectivamente, enquanto nos de pequeno porte a participação é de 93% e 83%.

¹⁶ Ver capítulo 1 - Considerações Metodológicas.

TABELA 4.6 - PARTICIPAÇÃO DAS MATRÍCULAS MUNICIPAIS INICIAIS DE 1º A 4º SÉRIE DO 1º GRAU, EM 30/03, NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, POR ZONA, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADEÇÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1990-1993

| PORTE/MUNICÍPIO | ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA | URBANA MUNICIPAL | | | | RURAL MUNICIPAL | | | |
|------------------------------------|--------------------------------------|------------------|-----------|-----------|-----------|-----------------|-----------|-----------|-----------|
| | | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 |
| Grande | | | | | | | | | |
| Curitiba | Não | 100 | 100 | 100 | 100 | - | - | - | - |
| Foz do Iguaçu | Parcial | 83 | 91 | 92 | 98 | 17 | 9 | 8 | 2 |
| Londrina | Não | 86 | 87 | 88 | 89 | 14 | 13 | 12 | 11 |
| Maringá | Não | 81 | 87 | 89 | 88 | 19 | 13 | 11 | 12 |
| Ponta Grossa | Não | 89 | 91 | 92 | 92 | 11 | 9 | 8 | 8 |
| Médio | | | | | | | | | |
| Apucarana | Total | 76 | 91 | 91 | 93 | 24 | 9 | 9 | 7 |
| Bandeirantes | Total | 33 | 39 | 47 | 73 | 67 | 61 | 53 | 27 |
| Guarapuava ⁽¹⁾ | Não | 56 | 57 | 59 | 75 | 44 | 43 | 41 | 25 |
| Ivaiporã | Não | 42 | 44 | 44 | 51 | 58 | 56 | 56 | 49 |
| Mal. Cândido Rondon ⁽¹⁾ | Total | 65 | 70 | 72 | 83 | 35 | 30 | 28 | 17 |
| Palmas | Total | 54 | 62 | 67 | 65 | 46 | 38 | 33 | 35 |
| São José dos Pinhais | Total | 87 | 90 | 90 | 92 | 13 | 10 | 10 | 8 |
| São Mateus do Sul | Total | 48 | 50 | 51 | 56 | 52 | 50 | 49 | 44 |
| Umuarama ⁽¹⁾ | Parcial | 60 | 66 | 82 | 81 | 40 | 34 | 18 | 19 |
| Pequeno | | | | | | | | | |
| Barbosa Ferraz | Parcial | 9 | 9 | 59 | 68 | 91 | 91 | 41 | 32 |
| Boa Esperança | Parcial | - | - | - | 61 | 100 | 100 | 100 | 39 |
| Carlópolis | Não | - | - | - | - | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Catanduvas | Total | 30 | 29 | 53 | 49 | 70 | 71 | 47 | 51 |
| Cerro Azul ⁽¹⁾ | Total | - | 15 | 22 | 33 | 100 | 85 | 78 | 67 |
| Formosa do Oeste ⁽¹⁾ | Total | - | - | 57 | 54 | 100 | 100 | 43 | 46 |
| Imbituva | Parcial | 22 | 19 | 26 | 29 | 78 | 81 | 74 | 71 |
| Itaguapé | Total | - | - | 100 | 100 | - | - | - | - |
| Morretes | Total | 30 | 31 | 42 | 42 | 70 | 69 | 58 | 58 |
| Nova Prata do Iguaçu | Total | - | - | 31 | 48 | 100 | 100 | 69 | 52 |
| Pitanga ⁽¹⁾ | Total | 17 | 18 | 22 | 39 | 83 | 82 | 78 | 61 |
| Querência do Norte | Total | 33 | 75 | 78 | 82 | 67 | 25 | 22 | 18 |
| Santa Izabel do Oeste | Total | 28 | 55 | 55 | 59 | 72 | 45 | 45 | 41 |
| Sapopema | Parcial | 10 | 9 | 9 | 12 | 90 | 91 | 91 | 88 |
| Sengés | Não | 42 | 43 | 42 | 62 | 58 | 57 | 58 | 38 |
| Terra Boa | Parcial | 32 | 36 | 58 | 63 | 68 | 64 | 42 | 37 |
| TOTAL | | 76 | 79 | 81 | 85 | 24 | 21 | 19 | 15 |

FONTE: Fundepar

(1) Os municípios de Cerro Azul, Formosa do Oeste, Guarapuava, Mal. Cândido Rondon, Pitanga e Umuarama sofreram desmembramento territorial em 1993.

Este quadro é um indicador de que a municipalização representou um impacto maior para os municípios de pequeno e médio porte, exatamente aqueles que respondiam, em dezembro de 1993¹⁷, por respectivamente 64% e 32% das adesões (totais ou parciais) ao Termo Cooperativo de Parceria Educacional.

¹⁷ Ver item 4.1, neste capítulo, sobre o processo da municipalização.

Um dos impactos que mais tem afetado os municípios que assumiram escolas da 1ª fase do 1º grau diz respeito à manutenção dos prédios e aos reparos e reformas necessárias. Observou-se que, em 58% dos municípios para os quais se obteve informações, as prefeituras têm arcado com este tipo de gasto nas escolas cuja administração ficou sob inteira responsabilidade do município; já, nas escolas em que a administração é compartilhada com o Estado, 61% das prefeituras dividem as despesas com a administração estadual. Neste caso, têm-se problemas relacionados à indefinição de repartição de responsabilidades, o que abrange desde os gastos a serem realizados com a simples compra de material de limpeza e de equipamentos até a definição de competência para o financiamento de melhorias e reformas. Isso vem gerando dificuldades administrativas e, em alguns casos, duplicidade de despesas.

Como alternativa para tentar solucionar os problemas de manutenção dos prédios escolares e compra de materiais, a prefeitura de Palmas (município de médio porte) criou um fundo rotativo municipal, o Fundo de Manutenção de Escolas, mantido com recursos provenientes do Tesouro municipal¹⁸. Os recursos geridos por este Fundo, dentro de uma sistemática descentralizada de administração, são repassados diretamente para as escolas, que os aplicam de acordo com suas necessidades. O principal resultado dessa atitude foi a otimização dos gastos, que possibilitou a aplicação do excedente em outras áreas de interesse da escola.

4.2.1.2 Gerenciamento do corpo funcional e docente

Um segundo aspecto relacionado à gestão diz respeito aos quadros de funcionários técnico-administrativos e docentes subordinados às secretarias/departamentos de educação municipais, seja a equipe de coordenação do próprio órgão, sejam as equipes que atuam diretamente nas escolas.

A partir das informações sobre as equipes que atuam nas secretarias/departamentos municipais de educação, foi possível observar que, dos 30 municípios

¹⁸ O fundo rotativo do município de Palmas foi criado a partir de modelo semelhante existente no Estado, o fundo rotativo administrado pela Fundepar.

selecionados, somente dois (Cerro Azul e Sapopema, ambos de pequeno porte) não contam com a existência de uma equipe pedagógica, dispondo de apenas um secretário de educação ou chefe de departamento e uma pequena equipe de auxiliares administrativos. Em Cerro Azul, uma das professoras da rede municipal realiza a supervisão pedagógica das classes de 1ª série, de forma voluntária (não existe o cargo no quadro funcional da prefeitura) e, em Sapopema, a própria secretária acumula todas as funções de uma equipe pedagógica, inclusive a de diretora das escolas urbanas e rurais pertencentes ao município.

À exceção desses dois municípios, as equipes técnico-administrativas dos demais estão, em geral, estruturadas de acordo com o tamanho de suas redes escolares, sendo responsáveis não só pela direção, como também pela supervisão das escolas rurais multisseriadas, uma vez que estas dispõem, em sua maioria, de somente uma professora; nas escolas seriadas que possuem equipe pedagógica própria, essas equipes fazem apenas um trabalho de acompanhamento. Ainda, com relação ao trabalho realizado junto às escolas rurais, uma das queixas mais freqüentes dos secretários ou chefes dos departamentos de educação, é a falta de recursos, não só financeiros, mas de veículos e de capacitação. Uma das alternativas encontradas por alguns municípios para suprir parte dessas deficiências é a realização periódica de reuniões e grupos de estudos com professores e equipes pedagógicas.

Como forma inovadora de gestão escolar, pode-se citar o caso de Marechal Cândido Rondon (município de médio porte), onde as escolas elaboram seu próprio projeto pedagógico a partir de parâmetros definidos pela Secretaria Municipal de Educação, que também se encarrega de elaborar o material pedagógico usado pelos professores e alunos. Essa idéia tem sua origem em iniciativa similar do governo estadual – o Projeto Político-Pedagógico dirigido às escolas estaduais.

A contratação de funcionários administrativos nas secretarias/departamentos de educação municipais, segundo informações obtidas junto aos municípios, é feita sob a forma de seleção – concurso (95%), na maioria das vezes, e teste seletivo (5%) –, que tem como ponto positivo a baixa rotatividade de seus membros. As indicações políticas e cargos de confiança são utilizados para o preenchimento de cargos de chefia – desde o secretário/chefe de departamento, até orientadores, supervisores e

coordenadores de áreas que são, em geral, escolhidos entre os professores do município. As equipes dos municípios de pequeno porte, algumas vezes, compõem-se apenas desses elementos.

Para traçar um perfil de como se apresentavam os quadros de pessoal – diretores e vices, funcionários técnico-administrativos e professores de 1^ª a 4^ª série do 1^º grau – das escolas municipais no período 1990-93, utilizou-se dados sistematizados pela Fundepar.

O acréscimo no número de diretores e vices, observado nos municípios parceiros, é decorrente do incremento no número de estabelecimentos e do volume de matrículas, associados ao processo de municipalização, principalmente da zona urbana, uma vez que na zona rural predominam as escolas multisseriadas que raramente possuem diretores (tabela A.8 - Anexo 5). Em apenas dois municípios, Carlópolis e Sapopema (ambos de pequeno porte), verificou-se a inexistência, em todos os anos analisados, de diretores e vices nas escolas da rede municipal. No caso de Carlópolis, esse fato se justifica porque o município possui apenas escolas multisseriadas na zona rural. A queda verificada, em 1993, no número de diretores e vices em Cerro Azul, Guarapuava, Marechal Cândido Rondon, Formosa do Oeste e Umuarama pode ser associada a seu desmembramento territorial para a constituição de novos municípios.

O processo de escolha dos diretores e vices se dá de forma diferenciada nos municípios. Nas escolas que foram municipalizadas, a tendência é de que as eleições sejam feitas nos mesmos moldes pelos quais eram realizadas quando estas escolas ainda se encontravam sob administração estadual; em alguns casos, os diretores que já exerciam seus cargos antes do processo de municipalização permaneceram na função. No entanto, quando se trata de escolas que originalmente pertenciam aos municípios, a escolha dos diretores é, em 52% dos casos, determinada pelo prefeito (na maioria das vezes) ou pelo secretário(a)/chefe do departamento de educação municipal; em 43% deles, o processo de escolha é eletivo, a exemplo do que ocorre nas escolas estaduais. Naqueles que decidiram por não municipalizar as escolas de 1^ª a 4^ª série, a escolha dos diretores e vices das escolas municipais ocorre predominantemente através de processo eletivo (86% dos casos).

Quanto à formação mínima requerida para ocupar o cargo de diretor e vice, constatou-se através das entrevistas que, independentemente do processo eletivo adotado para sua escolha ou da condição dos municípios quanto à municipalização e ao porte econômico-financeiro, predomina a exigência de magistério, como em Londrina (grande porte), Apucarana (médio porte) ou Itaguagé (pequeno porte). Outros municípios como Maringá (grande porte), Bandeirantes (médio porte) e Formosa do Oeste (pequeno porte) exigem o curso superior como qualificação mínima para os diretores de suas escolas.

O quadro de funcionários técnico-administrativos em exercício nas escolas municipais apresenta, no período analisado, um comportamento similar ao de diretores. A tendência de um incremento no número de pessoal contratado pode ser explicada, na maioria das vezes, pelo fato de terem sido formadas novas equipes de ensino para atender à demanda criada pelo processo de municipalização, as quais vieram a se consolidar nos anos seguintes à sua criação¹⁹ (tabela A.8 - Anexo 5).

Em relação à evolução do quadro docente municipal para o período 1990-93 (tabela A.8 - Anexo 5), observou-se que, nos municípios com ensino total ou parcialmente municipalizado, o número de professores em exercício nas escolas municipais tende a crescer ao longo do período analisado, mas com índices bastante variáveis. Há casos como o de Catanduvas (município de pequeno porte), em que o número de professores se mantém praticamente o mesmo, tanto antes quanto depois do processo de municipalização (62 e 64 professores, respectivamente), e São Mateus do Sul (município de médio porte), onde o índice de crescimento atingiu 253%, ou seja, o corpo docente da rede municipal passou de um total de 75 professores, em 1990, para 265 em 1993. Na maioria dos municípios onde, até 1993, o processo de municipalização ainda não havia se iniciado, os quadros de professores apresentam

¹⁹ O nível de agregação das informações obtidas nos relatórios da Fundepar sobre o pessoal técnico-administrativo não permite avaliar, entre as funções técnicas de apoio à educação e as meramente administrativas, quais são as mais representativas nos quadros funcionais das escolas municipais.

crescimento menos acentuado. Londrina e Carlópolis à exceção dos demais, apresentam uma pequena diminuição no número de professores municipais. A ampliação, ou mesmo a queda, verificada em relação ao corpo docente dos municípios da amostra, acompanha, não necessariamente na mesma proporção, o crescimento ou a redução das matrículas de 1^o a 4^o série da rede municipal. Em Marechal Cândido Rondon e Pitanga (municípios de médio e pequeno porte, respectivamente) a redução verificada no quadro de professores se deve ao desmembramento territorial pelo qual passaram.

É interessante observar que as oscilações ocorridas ao longo do período analisado em relação ao corpo docente da rede municipal não causaram mudanças significativas na relação do número de matrículas/professor, que se mantém dentro de padrões razoáveis; em Carlópolis, que tem toda a rede de ensino municipal localizada na zona rural, a relação é de 11 matrículas/professor em 1993; em Curitiba, com uma rede de ensino exclusivamente urbana, a relação é de 14 matrículas/professor nesse mesmo ano; no outro extremo encontra-se Querência do Norte e Ponta Grossa (municípios de pequeno e grande porte, respectivamente), com uma relação de 29 e 28 matrículas/professor cada um (tabela 4.7). A situação observada em Curitiba, se de fato estiver refletindo a realidade da rede escolar municipal, revela a necessidade de uma reorganização de seu espaço físico; por outro lado, pode também ser um indicativo tanto da existência de professores auxiliares em classe, quanto da existência de um elevado número de professores em desvio de função.

A principal forma de contratação de professores adotada pela maioria dos municípios é o concurso público, com uma incidência de 73%, independentemente do porte econômico-financeiro e da adesão ao Termo de Parceria. Do total de municípios visitados, apenas 10% (todos de pequeno porte) realiza somente teste seletivo. Os 17% restantes fazem concurso público para a contratação de professores apenas para a zona urbana e teste seletivo para os da zona rural.

TABELA 4.7 - RELAÇÃO ENTRE MATRÍCULAS MUNICIPAIS INICIAIS DE 1ª A 4ª SÉRIE DO 1º GRAU, EM 30/03, E PROFESSORES, NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1990-1993

| PORTE/MUNICÍPIO | ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA | MATRÍCULAS/PROFESSOR | | | |
|------------------------------------|-----------------------------|----------------------|-----------|-----------|-----------|
| | | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 |
| Grande | | | | | |
| Curitiba | Não | 18 | 16 | 16 | 14 |
| Foz do Iguaçu | Parcial | 32 | 32 | 30 | 27 |
| Londrina | Não | 20 | 21 | 20 | 20 |
| Maringá | Não | 18 | 18 | 22 | 24 |
| Ponta Grossa | Não | 25 | 25 | 24 | 28 |
| Médio | | | | | |
| Apucarana | Total | 22 | 21 | 20 | 23 |
| Bandeirantes | Total | 15 | 14 | 15 | 20 |
| Guarapuava ⁽¹⁾ | Não | 22 | 22 | 20 | 22 |
| Ivaiporã | Não | 24 | 24 | 22 | 21 |
| Mal. Cândido Rondon ⁽¹⁾ | Total | 19 | 18 | 19 | 21 |
| Palmas | Total | 21 | 20 | 19 | 22 |
| São José dos Pinhais | Total | 22 | 22 | 24 | 25 |
| São Mateus do Sul | Total | 23 | 20 | 21 | 15 |
| Umuarama ⁽¹⁾ | Parcial | 20 | 24 | 24 | 20 |
| Pequeno | | | | | |
| Barbosa Ferraz | Parcial | 24 | 24 | 23 | 22 |
| Boa Esperança | Parcial | 16 | 15 | 14 | 19 |
| Carlópolis | Não | 14 | 10 | 11 | 11 |
| Catanduvas | Total | 19 | 21 | 24 | 23 |
| Cerro Azul ⁽¹⁾ | Total | 22 | 21 | 21 | 23 |
| Formosa do Oeste ⁽¹⁾ | Total | 17 | 19 | 20 | 25 |
| Imbituva | Parcial | 19 | 19 | 17 | 20 |
| Itaguapé | Total | - | - | 22 | 24 |
| Morretes | Total | 22 | 21 | 17 | 20 |
| Nova Prata do Iguaçu | Total | 15 | 13 | 15 | 16 |
| Pitanga ⁽¹⁾ | Total | 24 | 24 | 23 | 25 |
| Querência do Norte | Total | 23 | 25 | 24 | 29 |
| Santa Izabel do Oeste | Total | 19 | 20 | 20 | 20 |
| Sapopema | Parcial | 21 | 21 | 16 | 21 |
| Sengés | Não | 22 | 22 | 22 | 23 |
| Terra Boa | Parcial | 22 | 20 | 17 | 22 |
| TOTAL | | 21 | 20 | 20 | 19 |

FONTE: Fundepar

(1) Os municípios de Cerro Azul, Formosa do Oeste, Guarapuava, Mal. Cândido Rondon, Pitanga e Umuarama sofreram demembramento territorial em 1993.

Em 19 dos municípios selecionados o pré-requisito exigido dos candidatos a professor é o magistério. Em dez (três de médio e sete de pequeno porte), exige-se qualificação apenas para a zona urbana e, em apenas um, de pequeno porte, não há pré-requisito. Nestes últimos, para viabilizar o preenchimento das vagas existentes nas escolas da zona rural, em sua maioria multisseriadas, as prefeituras não têm exigido dos candidatos a apresentação do certificado de magistério, uma vez que aqueles que o possuem não se dispõem a lecionar nessas escolas, em geral, situadas no interior do município, em comunidades isoladas da sede e de difícil acesso. Ter concluído as

quatro primeiras séries do primeiro grau, nesses casos, é o pré-requisito para os chamados “professores leigos” da zona rural. Isto pode ser confirmado através das palavras de um dos secretários municipais de educação entrevistados: ...quando é para o interior eu dou graças de achar alguém que queira lecionar. Outro afirma que em seu município, ...para lecionar nas escolas multisseriadas, leu, escreveu e sabe as quatro operações, vai; mas didática que é bom não sabem nada. Ocorre, também, que em algumas comunidades do interior dos municípios, os pais não aceitam os professores enviados pela secretaria/departamento de educação, mas somente membros da própria comunidade, que também não cursaram mais do que a 4ª série do 1º grau. Os casos de municípios que não exigem magistério sequer para professores da rede urbana podem ser explicados pela proximidade do município a um centro urbano de maior porte, que oferece melhores condições salariais e profissionais.

Segundo depoimentos das equipes municipais de ensino, não se encontram mais professores leigos em municípios de grande porte, mas ainda persistem nos de médio e pequeno porte – por vezes de forma esparsa como em Umuarama, onde restam apenas dez professores leigos entre os 330 contratados pela prefeitura, ou Santa Izabel do Oeste que, de um quadro de 79 professores, apenas dois possuem somente o primeiro grau. Em Palmas e Pitanga, 82% e 60%, respectivamente, dos professores da zona rural são leigos. Já, em Cerro Azul, estes representam 50% do quadro de docentes do município, todos lecionando na zona rural.

Um dos problemas que mais freqüentemente tem afetado a gestão do ensino municipal de 1ª a 4ª série do 1º grau é a questão da rotatividade de professores, considerada alta por 15 das equipes entrevistadas. A principal causa para a rotatividade, segundo os entrevistados, são os baixos salários que, na maioria das vezes, não ultrapassam dois salários mínimos, agravada ainda pela falta de perspectiva, na ausência de planos de carreira. A migração também é um fator que influi de forma considerável para a ocorrência da rotatividade. Assim, como forma mais imediata de reposição de professores, grande parte das prefeituras recorre ao teste seletivo, processo mais ágil de seleção diante da morosidade e implicações legais inerentes aos concursos públicos.

Por outro lado, os municípios parecem não estar enfrentando muitos problemas de desvio de função, ou seja, de professores fora da sala de aula, exercendo funções técnico-burocráticas. Informações obtidas nas entrevistas revelaram que, em apenas 10% dos casos, o desvio de função é muito elevado; em 24%, a incidência é média e, na maioria (66%), é muito baixa.

As questões relacionadas a pessoal técnico-administrativo e docente também contribuíram para intensificar os impactos da municipalização, diante da necessidade de expansão de seus quadros. As informações obtidas na pesquisa de campo sugerem que essa expansão está, em parte, vinculada à “fuga” dos professores estaduais, seja via concurso de transposição para as escolas de 5ª a 8ª série, seja pela remoção a outras escolas de 1ª a 4ª série estaduais que não foram municipalizadas. Tanto este fator quanto a não-permanência dos demais funcionários estaduais nas escolas municipalizadas podem ser justificados, principalmente, pela sua resistência em se submeter às administrações municipais. Esta situação de certa forma contraria uma das cláusulas do Termo de Parceria assinado entre Estado e municípios, que previa a permanência desses professores e funcionários nas escolas municipalizadas, sem ônus para os municípios e assegurados todos os direitos adquiridos como servidores estaduais.

Assim, a transição que deveria ocorrer num período de tempo mais prolongado se apresenta imediata. Os municípios passaram a enfrentar dificuldades para a contratação de pessoal, devido principalmente à falta de recursos financeiros e de pessoal qualificado para assumir o magistério. É unânime a queixa com relação ao rompimento dos convênios com o Estado para pagamento de professores municipais que atuavam em escolas da rede estadual. Segundo os entrevistados, com a municipalização, os antigos convênios foram extintos e os repasses referentes ao Termo Cooperativo de Parceria Educacional, quando e se recebidos, não tem sido suficientes para fazer frente às despesas que agora são de total responsabilidade dos próprios municípios. Em decorrência disso, os municípios encontram dificuldades em oferecer melhores salários aos professores, gerando, além de uma rotatividade indesejável de pessoal, a necessidade de se contratar pessoal não qualificado para o preenchimento das vagas.

4.2.1.3 Gestão financeira do ensino municipal

Um último aspecto a ser considerado com relação à gestão diz respeito às questões financeiras e teve o objetivo de apenas levantar informações que revelassem o grau de autonomia das secretarias/departamentos municipais de educação com relação à elaboração do orçamento da educação e ao controle de seus gastos.²⁰

Depoimentos obtidos através da pesquisa de campo indicaram que, entre os municípios que assumiram total ou parcialmente a municipalização, a maioria dos órgãos municipais de educação não tem autonomia para definir o orçamento da própria pasta, enquanto apenas nove asseguraram poder submeter uma proposta de orçamento à apreciação das respectivas prefeituras. Quanto ao controle dos gastos, somente sete dos entrevistados afirmaram que suas secretarias/departamentos possuem autonomia – o que significa, na verdade, controlar os gastos mensais dentro das rubricas aprovadas e liberadas pelas prefeituras.

As informações levantadas junto aos oito municípios que não aderiram ao Termo de Parceria indicaram que a totalidade de suas secretarias/departamentos de educação tem autonomia para elaborar seus próprios orçamentos. No entanto, apenas dois municípios de grande porte asseguram que possuem autonomia para gerir seus gastos, dentro de um limite autorizado pelas prefeituras a cada mês.

Um componente dos gastos que mereceu destaque nas entrevistas foi o relacionado ao transporte escolar realizado pelas prefeituras municipais. Praticamente todos os representantes das pastas de educação (87%) afirmaram que essas despesas têm peso significativo no total de gastos com o ensino, equiparando-se por vezes aos gastos com pessoal. Isto ocorre porque, segundo eles, as prefeituras mantêm transporte não somente para os alunos de sua rede escolar, mas também para os da rede estadual de 1º e 2º graus. Os que declararam que esses gastos são baixos justificam que a demanda por transporte é pequena em seus municípios, em função da distribuição da rede escolar.

²⁰ Uma análise mais detalhada das receitas e gastos municipais em educação encontra-se no capítulo 5.

4.2.1.4 Relacionamento com entidades educacionais e civis

Um aspecto bastante relevante na gestão do ensino diz respeito ao envolvimento da comunidade no processo educacional. O nível de interação entre poder público e sociedade é explicitado pela maior ou menor participação das associações de pais e mestres, das entidades representativas dos professores, das entidades civis – tais como clubes de serviço, associação de municípios, além das faculdades e universidades – na solução dos problemas educacionais de cada comunidade.

As associações de pais e mestres, segundo depoimentos dos dirigentes municipais de educação, estão presentes em 80% dos municípios visitados, em geral nas escolas urbanas e nas rurais seriadas que possuem direção. Boa parte delas ainda está em processo de legalização para receber e gerir diretamente os recursos alocados nas escolas. O principal papel dessas associações ainda tem sido a realização de promoções objetivando angariar recursos para a compra de materiais e equipamentos, além de providenciar os reparos dos prédios das escolas que representam; algumas associações promovem discussões, inclusive sobre questões pedagógicas, e outras desenvolvem intenso trabalho de combate à evasão junto às próprias comunidades. Pôde-se perceber que o trabalho das associações com as escolas vem se fortalecendo ao longo do tempo, atraindo inclusive as famílias para participar das discussões de questões administrativas e pedagógicas. Em Umuarama, por exemplo, os pais participam ativamente em atividades que vão desde a eleição de diretores até o planejamento anual das atividades da escola, conforme previsto no plano decenal de educação do município. A elaboração do plano de ação de educação deste município também conta com a participação de pais e professores.

A participação da sociedade civil, através de clubes de serviço, associações de municípios e faculdades ou universidades, inclui desde a ajuda para a compra de material escolar, até a manutenção de pré-escolas e cursos profissionalizantes, além das parcerias em projetos para treinamento de professores. Os serviços prestados por essas entidades beneficiam 40% dos municípios visitados. Embora tenha sido verificado, através das entrevistas com os dirigentes municipais de educação, que a participação da comunidade vem sendo significativa e crescente, seu papel na definição das políticas educacionais municipais ainda é reduzido.

A existência de conselhos municipais de educação, que configurariam sistemas municipais de ensino independentes, seria necessária como instância formal para uma maior atuação da sociedade nas decisões das administrações municipais.

As entidades representativas dos professores (sindicato ou associação) são encontradas em apenas 41% dos municípios, segundo revelaram representantes das secretarias/departamentos de educação entrevistados. Destes, apenas 25% (todos de médio ou grande porte) participam de alguma forma nas formulações de políticas educacionais. Em alguns municípios, como Londrina, Maringá e Barbosa Ferraz, apesar de não haver participação dessas entidades, os professores são chamados a compor comissões de discussão e mesmo de elaboração das políticas educacionais municipais.

4.2.1.5 Relacionamento com os Núcleos Regionais de Educação

A interação entre os municípios e o Estado se dá através dos Núcleos Regionais de Educação, extensões da Secretaria de Estado da Educação, aos quais cabe dar apoio às administrações municipais nos assuntos pertinentes à educação. Em especial, no caso da municipalização, o papel dos núcleos deve ser o de garantir a continuidade do trabalho realizado pelo Estado nas escolas de 1^ª a 4^ª série do 1^º grau transferidas aos municípios. Essa garantia está prevista no Termo Cooperativo de Parceria Educacional assinado com os municípios, assegurando que estes recebam do Estado orientação técnico-pedagógica de forma permanente, além de assistência técnica através de cursos e treinamentos para docentes e pessoal técnico-administrativo.²¹

As atividades desenvolvidas pelos núcleos junto aos municípios que aderiram ao Termo de Parceria, segundo depoimentos de 17 das equipes entrevistadas, dizem respeito ao assessoramento técnico-administrativo às prefeituras, ou seja, atividades burocráticas, como elaboração de documentação escolar e dados estatísticos, além de outros procedimentos legais, que já eram de praxe antes da municipalização. Os cursos de capacitação, principalmente relacionados ao Ciclo Básico de Alfabetização (em onze municípios) e ao assessoramento pedagógico (em sete municípios), são outras

²¹ Ver modelo do Termo Cooperativo de Parceria Educacional, versões 1992 e 1993, Anexo 3.

atividades que, segundo os entrevistados, os núcleos também desenvolvem. O acesso dos municípios aos cursos de capacitação, na maioria das vezes, depende de solicitação dos prefeitos.²²

Diante das limitações de atendimento por parte dos núcleos, muitos municípios recorrem às associações de municípios – como a Associação dos Municípios do Vale do Ivaí (Amuvi), a Associação dos Municípios do Médio Paranapanema (Amepar) e a Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP) entre outras – para obter assessoria pedagógica e de capacitação. Outra alternativa tem sido a Associação Educacional do Oeste do Paraná (Assoeste), uma sociedade civil mantida com contribuições financeiras das prefeituras da Região Oeste, que tem por finalidade prestar atendimento aos municípios na área de educação, através de assessoramento pedagógico e cursos de capacitação.

Com relação aos municípios que não aderiram à parceria educacional, os depoimentos das oito equipes entrevistadas revelaram que seu principal relacionamento com os núcleos diz respeito ao assessoramento para as atividades legais de rotina. As equipes de dois municípios (de pequeno e médio porte) afirmaram que participam de cursos de capacitação organizados pelos núcleos, e apenas uma das equipes de um município de pequeno porte assegurou que a prefeitura recebe assessoramento pedagógico.

4.2.2 Qualidade no Ensino Fundamental

Para se aproximar da dimensão qualidade da educação nos municípios selecionados, foram levantadas questões relativas ao Ciclo Básico de Alfabetização; às taxas de evasão e repetência; aos indicadores de suficiência de salas de aula; às condições dos prédios escolares; à suficiência de equipamentos e recursos pedagógicos, bem como de material escolar recebido da Fundação de Assistência ao

²² Em sua primeira versão, de 1992, o Termo de Parceria previa o acesso aos cursos a partir da solicitação dos prefeitos; já, na versão de 1993, com algumas alterações em seu conteúdo, esta condição foi suprimida.

Educando (FAE/MEC) do Ministério da Educação; à presença de material de apoio específico para os professores; aos programas de capacitação para professores; e aos programas de merenda escolar.

Entende-se por qualidade no ensino as referências de aprendizagem e rendimento dos alunos, medidas pelos índices de evasão e repetência, e as condições de funcionamento das escolas, incluindo a formação e a experiência dos professores, além da disponibilidade de espaço físico adequado e de materiais didáticos.

4.2.2.1 O processo de municipalização e o Ciclo Básico de Alfabetização

O processo de alfabetização é reconhecido como o ponto mais frágil do ensino fundamental, tanto no Paraná quanto no Brasil; é aí que incidem os mais altos índices de fracasso escolar. No Paraná, o abandono da escola convivia com índices de evasão e repetência escolar que chegavam, em 1987, a taxas superiores a 50% somente na primeira série do 1º grau²³. Assim, com vistas a atuar nessa questão, o Ciclo Básico de Alfabetização (CBA) prevê um *continuum* mínimo de dois anos para esse período escolar, buscando modificar a qualidade dos resultados até então obtidos.

A partir de 1993, quando entra em cena a segunda versão do Termo Cooperativo de Parceria Educacional entre o Estado e os municípios comprometidos com a municipalização do ensino, a incorporação do CBA passa a integrar o acordo firmado entre as partes, tendo sido referência em quase todas as questões discutidas durante as entrevistas com as equipes municipais.

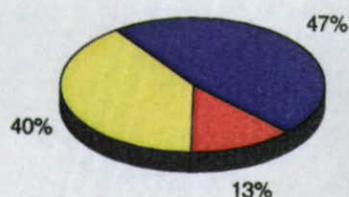
Assim, foi verificado que, dentre os 22 municípios com adesão integral ou parcial à municipalização, 86% incorporaram a proposta do CBA – 45% com adoção integral e 41%, parcial²⁴. Dos oito municípios que ainda não participavam do processo de municipalização, quatro incorporaram integralmente a proposta do CBA (gráfico 4.2).

²³ Base de Dados do Estado - BDE/IPARDES.

²⁴ A adoção parcial da proposta do CBA significa uma mescla metodológica, onde se encontram elementos do ensino tradicional associados a algumas das propostas da metodologia construtivista, base do CBA.

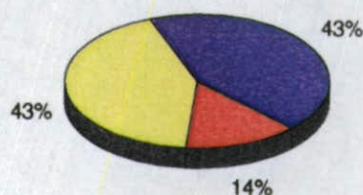
GRÁFICO 4.2 - SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS QUANTO À INCORPORAÇÃO DO CICLO BÁSICO DE ALFABETIZAÇÃO - 1995

ADESÃO INTEGRAL À MUNICIPALIZAÇÃO



■ CBA Total
■ CBA Parcial
■ Não ao CBA

ADESÃO PARCIAL À MUNICIPALIZAÇÃO



■ CBA Total
■ CBA Parcial
■ Não ao CBA

NÃO-ADESÃO À MUNICIPALIZAÇÃO



■ CBA Total
■ Não ao CBA

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES

É interessante notar que a adoção do CBA não está necessariamente atrelada à municipalização, uma vez que alguns municípios que ainda não haviam aderido à parceria educacional incorporaram esta proposta pedagógica. Por outro lado, três dos municípios parceiros – um de médio e dois de pequeno porte – resistiram à sua adoção. Nestes municípios, as equipes de educação entrevistadas argumentam que não adotam o CBA ou por falta recursos humanos e de condições técnico-pedagógicas, como treinamento e material didático de apoio, ou por falta de espaço físico para oferecer o contraturno como consta da proposta.

Dos municípios que incorporaram total ou parcialmente a proposta do CBA, 37% o fizeram antes mesmo de ter iniciado o processo de municipalização, e 63% a partir da assinatura dos Termos Cooperativos (tabela 4.8).

TABELA 4.8 - SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS QUANTO À ADOÇÃO DO CICLO BÁSICO DE ALFABETIZAÇÃO - PARANÁ - 1995

| PORTE DO MUNICÍPIO/ ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA | PERÍODO | |
|---|-----------------------------|--------------------------------|
| | Antes da Municipalização | A partir da Municipalização |
| Pequeno/Total | 1 | 8 |
| Pequeno/Parcial | 1 | 2 |
| Pequeno/Não-Adesão | 2 | - |
| Médio/Total | 1 | 4 |
| Médio/Parcial | - | 1 |
| Médio/Não-Adesão | 1 | - |
| Grande/Parcial | 1 | - |
| Grande/Não-Adesão | 1 | - |
| TOTAL | 8 | 15 |

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES

Os comentários recolhidos junto às equipes municipais de educação, durante a pesquisa de campo, ilustram que o processo de incorporação do CBA foi, na prática, vulnerável sob vários aspectos.

Todas as escolas estaduais adotaram o CBA; quando municipalizadas, foi dada abertura para que optassem ou não pela continuidade. Optaram por não continuar ...

O CBA é adotado inclusive nas escolas rurais.

Os professores, inseguros para trabalhar nessa nova proposta, têm dificuldade em largar o tradicional. [...] O CBA é um crescimento, mas ainda tem que haver revisão.

O município já adotava o CBA antes de aderir ao Termo de Parceria, mas por falta de capacitação, de problemas quanto ao entendimento da proposta, e por falta de espaço físico para o contraturno, voltou ao tradicional mesclado com CBA.

... só com o CBA a criança não aprende; adotam uma mescla do tradicional com o CBA.

O que era bom do tradicional, nós mantemos.

Do ponto de vista dessas equipes, o CBA nem sempre se apresentou como um caminho alternativo.

Os professores das séries subseqüentes reclamam dos alunos egressos do CBA. Mas os alunos do CBA são mais à vontade para falar.

Os professores receberam treinamento, mas a interpretação da proposta foi problemática (a maioria dos professores não gosta de ler).

Foi adotado (o CBA), mas em seguida abandonado por falta de professores treinados e falta de espaço para o contraturno.

Treinamento insuficiente.

...não se pode jogar fora o que deu certo do tradicional.

Tornou o trabalho do professor mais difícil.

Precisa haver continuidade do programa de capacitação.

Houve falha de interpretação da proposta e dúvidas persistem porque o CBA é muito trabalhoso e exige mais do professor.

O pessoal saiu (do treinamento) mais perdido do que quando entrou.

Só com o CBA a criança não aprende. Adotamos uma mescla ...

O Estado deu curso de capacitação para o CBA mas não ofereceu material didático.

Os professores não gostam do CBA.

A idéia pedagógica do CBA é boa, a operacionalização não.

Os professores não foram treinados adequadamente; estão em conflito com a proposta.

Essas afirmações confirmam a grande contradição que representa o CBA para os entrevistados e, se o professor também compartilha dessas dúvidas, é previsível o reflexo em sua prática cotidiana, já que é ele o fio condutor do processo educacional na escola, seu estimulador ou mesmo seu dificultador. De qualquer modo, importa destacar que as equipes de educação – coordenadores(as), supervisores(as), secretários(as) e assessores(as), além de diretores(as) de escola – compõem a liderança formal do magistério atuante e, em suas interações, dúvidas e descréditos, acabam contabilizando e orientando tendências.

4.2.2.2 Evasão e repetência

Os índices de evasão e repetência constituem indicadores da qualidade dos serviços educacionais sobre os quais se pretendia intervir a partir da adoção do CBA, no sentido de reduzir as elevadas taxas verificadas na década de 80. Assim, com relação ao rendimento dos alunos das escolas municipais, 59% das equipes de educação afirmaram que o índice de evasão apresentou uma queda após a implantação do CBA, e 53% desses entrevistados afirmaram que a repetência também diminuiu. Mais de 40% dos entrevistados não dispunham de dados que pudessem esclarecer essas questões, e a base de dados secundários, disponível para essa verificação, foi insuficiente para respondê-la.²⁵

A tabela 4.9 apresenta os dados mais recentes disponíveis para as taxas de evasão e repetência de 1^o a 4^o série do 1^o grau. De sua análise, observa-se que as taxas de evasão decrescem ao longo do período de três anos, enquanto as taxas relativas à repetência apresentam-se crescentes. Os municípios de pequeno porte são os que possuem os maiores índices de evasão, ao mesmo tempo em que os de grande porte exibem os menores. Em se tratando da repetência, os índices mais altos são detectados nos municípios de médio porte, e novamente os de grande porte apresentam os menores índices. Assim, sob a ótica da evasão e da repetência, as menores taxas exibidas pelos municípios de grande porte podem ser um indicativo de um melhor desempenho dos serviços educacionais. Mas, na medida em que se reduzem as taxas de

²⁵ Ainda não há série histórica mínima pós-CBA que possibilite traçar uma tendência.

evasão e aumentam as de repetência nas quatro séries iniciais do ensino fundamental, a sobrecarga sobre a rede física escolar tende a aumentar, onerando principalmente os municípios e dando uma indicação de que a adoção do Ciclo Básico de Alfabetização não está atingindo totalmente seu objetivo de trazer melhorias para a qualidade do ensino.

TABELA 4.9 - TAXAS DE EVASÃO E REPETÊNCIA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE 1ª A 4ª SÉRIE DO 1º GRAU, PARA OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, AGRUPADOS SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO - PARANÁ - 1990/1993

| PORTE DOS MUNICÍPIOS | TAXA DE EVASÃO | | | TAXA DE REPETÊNCIA | | |
|----------------------|----------------|-------|-------|--------------------|-------|-------|
| | 1990 | 1991 | 1992 | 1991 | 1992 | 1993 |
| Grande | 6,62 | 6,56 | 5,65 | 12,51 | 13,09 | 13,10 |
| Médio | 9,24 | 7,82 | 7,39 | 14,76 | 16,43 | 17,68 |
| Pequeno | 12,06 | 10,56 | 10,66 | 14,22 | 14,93 | 16,94 |
| TOTAL | 9,30 | 8,31 | 7,90 | 13,83 | 14,81 | 15,90 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Fundepar

4.2.2.3 Disponibilidade de salas de aula e condições físicas dos prédios escolares

Quanto à suficiência de salas de aula, cerca de 67% dos entrevistados dão conta de que existem déficits nas escolas municipais; destes, 70% representam municípios de pequeno porte. Isso pode ser uma indicação de que principalmente os municípios mais carentes se vêem obrigados a formar classes superlotadas e/ou criar turnos de aula intermediários, situações estas que interferem diretamente na qualidade do ensino e inviabilizam a implantação de turmas de contraturno, necessárias para a consolidação do CBA (tabela 4.10). Porém, segundo as próprias equipes municipais de educação, o problema de falta de salas de aula não pode ser generalizado para o município como um todo; muitas vezes, ele se localiza em algumas regiões rurais ou em novos aglomerados urbanos.

TABELA 4.10 - DÉFICIT DE SALAS DE AULA NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1995

| PORTE DOS MUNICÍPIOS/ ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA | INDICADORES DE DÉFICIT | | | |
|---|------------------------|---------|--------|--------------|
| | Não Há | Pequeno | Grande | Sem Resposta |
| Pequeno/Total | - | 4 | 5 | - |
| Pequeno/Parcial | 1 | 2 | 2 | - |
| Pequeno/Não-Adesão | 1 | - | 1 | - |
| Médio/Total | 4 | - | 2 | - |
| Médio/Parcial | - | 1 | 1 | - |
| Médio/Não-Adesão | 1 | - | 1 | - |
| Grande/Parcial | - | - | 1 | - |
| Grande/Não-Adesão | 3 | - | - | 1 |
| TOTAL | 10 | 7 | 12 | 1 |

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES

As condições físicas da rede municipal de ensino foi outro tema abordado durante a pesquisa de campo. Cerca de 40% das equipes municipais de ensino entrevistadas afirmaram que as escolas municipais apresentam-se em boas condições, enquanto 30% consideraram razoáveis e 27%, ruins. A maioria das indicações de que os prédios escolas apresentam-se em condições razoáveis ou ruins vem dos municípios de pequeno porte (tabela 4.11).

TABELA 4.11 - CONDIÇÕES FÍSICAS DOS PRÉDIOS ESCOLARES MUNICIPAIS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA, NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS - PARANÁ - 1995

| PORTE DOS MUNICÍPIOS/ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA | CONDIÇÕES FÍSICAS DOS PRÉDIOS ESCOLARES | | | |
|---|---|-----------|----------|--------------|
| | Boas | Razoáveis | Ruins | Sem resposta |
| Pequeno/Total | 1 | 4 | 4 | - |
| Pequeno/Parcial | 3 | 2 | - | - |
| Pequeno/Não-Adesão | 1 | 1 | - | - |
| Médio/Total | 1 | 1 | 3 | 1 |
| Médio/Parcial | 1 | - | - | - |
| Médio/Não-Adesão | 1 | - | 1 | - |
| Grande/Parcial | 1 | - | - | - |
| Grande/Não-Adesão | 3 | 1 | - | - |
| TOTAL | 12 | 9 | 8 | 1 |

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES

4.2.2.4 Disponibilidade de equipamentos e recursos pedagógicos

A disponibilidade de equipamentos e recursos pedagógicos nas escolas municipais foi apontada por 70% das equipes entrevistadas como insuficiente. É novamente nos municípios de pequeno porte que a situação se apresenta mais precária – 75% das equipes destes municípios consideram que há carência de equipamentos e recursos pedagógicos nas escolas municipais (tabela 4.12).

TABELA 4.12 - SITUAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS QUANTO À CARÊNCIA DE EQUIPAMENTOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1995

| PORTE DOS MUNICÍPIOS/ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA | SIM | NÃO |
|---|-----------|----------|
| Pequeno/Total | 7 | 2 |
| Pequeno/Parcial | 4 | 1 |
| Pequeno/Não-Adesão | 1 | 1 |
| Médio/Total | 5 | 2 |
| Médio/Parcial | 1 | - |
| Médio/Não-Adesão | 1 | 1 |
| Grande/Parcial | 1 | - |
| Grande/Não-Adesão | 1 | 3 |
| TOTAL | 21 | 9 |

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES

Segundo todas as equipes entrevistadas, o material escolar e os livros didáticos para os alunos, recebidos pelos municípios da FAE/MEC, é insuficiente. Alguns dos secretários/chefes municipais de educação afirmaram que é raro receberem os livros didáticos escolhidos pelas secretarias/departamentos municipais de educação; recebem normalmente as opções mais solicitadas em todo o Estado. Desta forma, a Secretaria de Estado da Educação deixa de considerar as possíveis dificuldades que os professores enfrentam ao lidar com materiais não escolhidos. Por outro lado, a situação se agrava pela irregularidade com que são distribuídos tanto os materiais, como os livros didáticos; muitas vezes, estes chegam com o ano letivo já iniciado, por vezes já no segundo semestre, impossibilitando seu uso adequado. Nesse caso, alguns municípios reservam os livros para o ano seguinte.

A situação da insuficiência de materiais didáticos e de recursos e equipamentos pedagógicos se agrava, segundo depoimentos das equipes entrevistadas, pela relativa precariedade de material de apoio ao trabalho do professor, o que se apresenta mais acentuado nos municípios de pequeno porte (tabelas 4.13).

TABELA 4.13 - SITUAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS QUANTO À CARÊNCIA DE MATERIAL DIDÁTICO ESPECÍFICO PARA PROFESSORES NOS MUNICÍPIO SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1995

| PORTE DOS MUNICÍPIOS/ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA | SIM | NÃO | SEM RESPOSTA |
|--|-----|-----|--------------|
| Pequeno/Total | 4 | 5 | 2 |
| Pequeno/Parcial | 1 | 4 | - |
| Pequeno/Não-Adesão | 2 | - | - |
| Médio/Total | 3 | 1 | - |
| Médio/Parcial | 1 | - | - |
| Médio/Não-Adesão | 2 | - | - |
| Grande/Parcial | 1 | - | - |
| Grande/Não-Adesão | 4 | - | - |
| TOTAL | 18 | 10 | 2 |

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES

Além dos problemas de falta de material escolar e insuficiência de equipamentos e recursos pedagógicos, a falta de material didático de apoio ao CBA fragiliza a consolidação da proposta e, até mesmo, a sua maior aceitação como alternativa pedagógica que se pretende inovadora. Essa situação, apontada em depoimentos das equipes municipais, dificulta uma orientação mais segura sobre o CBA e leva alguns dos municípios a buscar soluções diferenciadas.

...O material didático oferecido pelo Estado, para acompanhar o CBA, não atende às necessidades. O município adota o material didático totalmente financiado pela prefeitura, comprado de editora particular, que o assessoria na utilização dos mesmos.

4.2.2.5 Programas de capacitação de professores

O aperfeiçoamento técnico dos professores através de cursos de capacitação, outro elemento indispensável para a manutenção da qualidade dos serviços de educação, foi alvo de muitas críticas por parte das equipes entrevistadas. A qualidade dos cursos a que têm acesso os professores(as) municipais e a frequência com que são realizados são motivo de insatisfação em relação à parceria celebrada com o Estado, o que mostra que o compromisso estabelecido pelo governo estadual no Termo de Parceria não tem se efetivado completamente.

O núcleo não oferece todos os cursos que seriam necessários para a atualização dos professores municipais. O treinamento depende de que a prefeitura arque com as despesas dos professores que serão treinados. Sequer o núcleo tem promovido cursos para os quais sejam convidados professores do município. Os professores municipais só são chamados a participar de cursos de capacitação realizados pelo núcleo quando existe sobra de vaga. O próprio município promoveu a capacitação de seus professores através de grupos de apoio técnico.

Embora quase todos os municípios estejam investindo na capacitação de seus professores (tabela 4.14), 7 dos 16 municípios de pequeno porte, segundo seus secretários/chefes de educação, não têm condições de fazê-lo se não receberem apoio do Estado. O município (de pequeno porte) não dispõe de recursos que permitam a realização de uma programação adequada de cursos de capacitação. Em alguns casos, quando a prefeitura realiza cursos, ela o faz com recursos do MEC.

TABELA 4.14 - EXISTÊNCIA DE PROGRAMA MUNICIPAL DE CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1995

| PORTE DOS MUNICÍPIOS/ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA | SIM | NÃO | SOMENTE PARA A ZONA RURAL |
|--|-----|-----|---------------------------|
| Pequeno/Total | 5 | 4 | - |
| Pequeno/Parcial | 3 | 2 | - |
| Pequeno/Não-Adesão | 1 | 1 | - |
| Médio/Total | 5 | - | 1 |
| Médio/Parcial | 1 | - | - |
| Médio/Não-Adesão | 2 | - | - |
| Grande/Parcial | 1 | - | - |
| Grande/Não-Adesão | 4 | - | - |
| TOTAL | 22 | 7 | 1 |

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES

Entre os municípios de médio e grande porte, parece haver mais possibilidade de parceria com as universidades/faculdades, principalmente em função da localização destes centros de estudo em alguns dos municípios, enquanto os pequenos são mais dependentes da iniciativa dos Núcleos Regionais de Educação ou de parcerias pontuais com instituições de ensino ou de consultoria privada que levam às cidades do interior do Estado programas de capacitação para docentes de 1º grau (tabela 4.15).

TABELA 4.15 - PARCERIAS NOS PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1995

| PORTE DOS MUNICÍPIOS/ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA | NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO | UNIVERSIDADES | OUTROS |
|--|-----------------------------|---------------|--------|
| Pequeno/Total | 4 | - | 2 |
| Pequeno/Parcial | 4 | 2 | 2 |
| Pequeno/Não-Adesão | 1 | 1 | - |
| Médio/Total | 3 | 4 | 2 |
| Médio/Parcial | 1 | 1 | - |
| Médio/Não-Adesão | - | 1 | 1 |
| Grande/Parcial | - | - | 1 |
| Grande/Não-Adesão | 2 | 3 | 2 |

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES

Nos casos em que as prefeituras promovem cursos de capacitação, a definição dos conteúdos dos cursos e de seus participantes é, em 83% dos casos, feita por elas mesmas; nos demais, todos municípios de pequeno porte, as prefeituras não promovem cursos de capacitação para seus professores (tabela 4.16).

TABELA 4.16 - ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA DEFINIÇÃO DOS CONTEÚDOS E DOS PARTICIPANTES NOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO, NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1995

| PORTE DOS MUNICÍPIOS/ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA | PREFEITURA | NÚCLEO/UNIVERSIDADE/OUTROS |
|--|------------|----------------------------|
| Pequeno/Total | 6 | 2 |
| Pequeno/Parcial | 4 | - |
| Pequeno/Não-Adesão | 1 | - |
| Médio/Total | 6 | 2 |
| Médio/Parcial | 1 | - |
| Médio/Não-Adesão | 2 | - |
| Grande/Parcial | 1 | - |
| Grande/Não-Adesão | 4 | - |

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES

O despreparo dos professores resulta, assim, da falta de condições das equipes municipais de educação que não concentram recursos humanos qualificados, experiência e/ou competência para promover as articulações necessárias à realização de cursos de capacitação; da falta de apoio técnico-pedagógico dos Núcleos Regionais de Educação; e do distanciamento entre universidades e/ou demais pólos de conhecimento e os municípios.

Parece, uma vez mais, que os mais abandonados continuam sendo os pequenos municípios e suas chamadas “escolas municipalizadas”.

4.2.2.6 Merenda escolar

Uma variável não inerente ao processo educacional, mas que acaba interferindo fortemente no rendimento escolar é a existência e a qualidade da merenda distribuída nas escolas públicas, já que sua oferta é motivo de atração e permanência dos alunos. Segundo o secretário de educação de um município de pequeno porte, ... a merenda é tão necessária quanto a alfabetização. Dos municípios investigados, 70% têm a merenda escolar municipalizada, dos quais 10 são de pequeno, 7 de médio e 4 de grande porte.

É unanimidade entre as equipes de educação desses municípios que a municipalização da merenda escolar trouxe benefícios às crianças atingidas pelo programa, uma vez que os cardápios são adaptados aos padrões alimentares da região e permitem uma maior utilização de produtos *in natura*. Além dessa vantagem, alegam que o custo da merenda adquirida no próprio município é inferior ao da merenda distribuída pelo Estado.

Onde a merenda escolar é municipalizada, a definição do cardápio é responsabilidade da prefeitura ou do Conselho Municipal da Merenda Escolar (63%), e de nutricionistas contratados (7%). A Fundepar responde pela escolha do cardápio dos demais municípios (30%), cuja merenda escolar ainda não é municipalizada (tabela 4.17).

TABELA 4.17 - DEFINIÇÃO DOS CARDÁPIOS DE MERENDA ESCOLAR NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1995

| PORTE DOS MUNICÍPIOS/ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA | PREFEITURA/CONSELHO MUNICIPAL DA MERENDA ESCOLAR | NUTRICIONISTA CONTRATADA | FUNDEPAR |
|--|--|--------------------------|----------|
| Pequeno/Total | 4 | 1 | 4 |
| Pequeno/Parcial | 3 | - | 2 |
| Pequeno/Não-Adesão | 2 | - | - |
| Médio/Total | 4 | - | 2 |
| Médio/Parcial | 1 | - | - |
| Médio/Não-Adesão | 2 | - | - |
| Grande/Parcial | 1 | - | - |
| Grande/Não-Adesão | 2 | 2 | 1 |

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES

O município de Apucarana traz um exemplo de busca de novos padrões alimentares para a população carente que freqüenta suas escolas e creches. Através de um programa municipal de alimentação infantil, nutricionistas da prefeitura desenvolveram um novo produto, denominado “multifarinha”, uma mistura de farinha de trigo enriquecida, utilizada na fabricação de pães, que fazem parte da merenda escolar.

4.3 A PARTICIPAÇÃO DOS NÚCLEOS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE MUNICIPALIZAÇÃO

As entrevistas realizadas com as equipes dos Núcleos Regionais de Educação tiveram por objetivo avaliar o papel a eles reservado pela política de municipalização do ensino conduzida pelo governo estadual. Os núcleos constituem unidades administrativas dentro do processo de descentralização e interiorização das ações da Secretaria de Estado da Educação e têm por finalidade acompanhar, dentro das políticas estaduais, o funcionamento dos ensinos de 1º e 2º graus regular e supletivo e de educação especial das redes estadual, municipal e particular.

Apesar de ricas em conteúdo sobre a situação atual do processo de municipalização, as entrevistas ficaram prejudicadas quando se tratou de questões relacionadas às negociações dos Termos Cooperativos de Parceria Educacional. A pesquisa ocorreu após a mudança de governo de 1995, ocasião em que as equipes dos núcleos foram quase que totalmente substituídas e pouca ou nenhuma participação

tiveram na fase inicial de implantação do processo. Entretanto, os depoimentos dessas equipes revelam que pelo menos nove núcleos estiveram envolvidos em sua fase inicial (até 1993), seja organizando encontros para esclarecimento sobre as condições do Termo de Parceria, seja através de reuniões entre o chefe do núcleo e os prefeitos dos municípios sob sua jurisdição. Entre os dezessete núcleos que informaram que não haviam participado do processo, oito foram os instalados em 1993, ano a partir do qual não se registra nenhuma nova adesão ao Termo de Parceria em suas jurisdições, exceto as relativas a municípios recém-instalados, também negociadas antes do início de suas gestões. Outros três municípios não sabiam informar qual foi o papel desempenhado pelas equipes anteriores, em função de suas equipes terem sido totalmente substituídas.

Atualmente, são poucos os núcleos que têm se envolvido com a questão da municipalização, continuando com a Secretaria de Educação o papel de principal articulador no processo de “convencimento” dos poucos municípios – cerca de 11% do total do Estado – que ainda não assinaram o Termo Cooperativo de Parceria Educacional.

A posição dos núcleos, sobre as condições que envolveram o processo de municipalização do ensino no Estado, aparentemente tende à defesa dos municípios e dos problemas por eles enfrentados após a adesão ao Termo de Parceria, como pode ser constatado nos depoimentos de alguns membros de suas equipes.

Existe boa vontade por parte dos municípios em aceitar a municipalização.

As prefeituras que não têm estrutura deveriam municipalizar parcialmente. Se não fosse obrigatório, não municipalizariam nenhuma escola.

Quando os municípios assinaram o Termo de Parceria viram que não era o que tinha sido combinado.

Os municípios não tinham estrutura para absorver o processo (de municipalização) - plano estruturado de educação, plano de carreira, plano metodológico.

As escolas de 1ª a 4ª que pertenciam ao Estado perderam muito com a municipalização, perderam pessoal qualificado e deixaram de receber recursos financeiros.

Para convencer os municípios a aderirem ao Termo de Parceria, o governo do Estado levava aos prefeitos uma visão otimista da municipalização, de que haveria muitas vantagens financeiras, fazendo com que as prefeituras acreditassem que os professores municipais poderiam ter salários duas ou três vezes maiores. Foi uma falácia que induziu os prefeitos a municipalizarem.

À época da municipalização, foram feitas muitas promessas para que os municípios aderissem ao Termo de Parceria e, financeiramente, parecia que iria ser uma maravilha. Não se fez um estudo aprofundado do que seria a municipalização.

O ato da municipalização nessa época foi impensado. O descontentamento é geral. À época da municipalização houve um movimento político muito grande. A municipalização foi imposta de cima para baixo. Os prefeitos foram enganados, pois pensavam que iriam receber muitos recursos do Estado com a municipalização. As principais queixas dos municípios referem-se à falta de recursos, condições físicas dos prédios, gastos com transporte escolar e de atendimento moroso da SEED (Secretaria de Estado da Educação).

Os municípios que aderiram ao Termo de Parceria o fizeram como 'algo imposto' ou em troca de 'promessas'. Muitos estão arrependidos.

No início, a municipalização foi um processo muito difícil; as prefeituras foram pressionadas a assinar o Termo de Parceria.

Não vale a pena (assinar o Termo de Parceria) e os que assinaram gostariam de voltar atrás, pois foi dito uma coisa durante as negociações e na prática foi feita outra. Os municípios assumiram encargos que não têm condições de manter.

Os prefeitos não querem ouvir falar de municipalização; [...] se preocupam mais com a parte financeira, pois no Termo de Parceria ela não está muito clara. [...] percebe-se que os prefeitos estão no aguardo de mudanças em relação ao Termo de Parceria.

Diante da situação vivida pelos municípios desde a implantação da municipalização, alguns núcleos se mostram favoráveis a que o Estado proponha uma reformulação do Termo de Parceria, principalmente no que se refere à legalização dos prédios e equipamentos transferidos para as prefeituras e à fórmula que serve de base para os repasses financeiros, incluindo o valor do custo/aluno/ano adotado. Os representantes dos núcleos dizem que são inúmeras as queixas dos prefeitos com respeito, principalmente, aos valores de repasses recebidos²⁶ e também à impossibilidade de se incluírem os gastos com transporte escolar no total de despesas com educação realizadas pelos municípios.

Durante as entrevistas, os representantes dos núcleos relacionaram algumas desvantagens, com relação à municipalização do ensino, que têm interferido em seus trabalhos. A maior delas se refere à quebra de integração ocorrida entre núcleos e municípios; a municipalização, segundo eles, criou uma barreira no relacionamento entre as partes. Outras desvantagens apontadas dizem respeito aos conflitos surgidos com as escolas compartilhadas e aos problemas de insatisfação dos professores estaduais que resistem a permanecer nas escolas municipalizadas.

Enquanto alguns núcleos apontam como desvantagem a transferência do ensino de 1^o a 4^o série do 1^o grau para os municípios, outros a indicam como uma vantagem. Para os primeiros, as desvantagens se relacionam à impossibilidade de supervisionar a qualidade do ensino, seja pelo corte de verbas, seja pela barreira criada por algumas prefeituras que, com a municipalização, se consideram autônomas para gerir a

²⁶ Ver análise a respeito no capítulo 5 - Aspectos Financeiros da Municipalização.

parte que lhes cabe do ensino de 1º grau. Já, os últimos dizem que os núcleos podem dedicar-se exclusivamente à supervisão de 5ª a 8ª série, uma vez que consideram que a responsabilidade pelas primeiras séries cabe somente aos municípios.

Com a municipalização, segundo os depoimentos, os núcleos não receberam orientação suficiente para fiscalizar o cumprimento dos Termos de Parceria assinados com os municípios. As estruturas de atendimento dos núcleos se mantiveram as mesmas, exceto naqueles em que está ocorrendo esvaziamento do corpo funcional, em especial de pessoal qualificado, devido a aposentadorias, encerramento de contratos de trabalho ou volta dos professores para as salas de aula. Há também os que se ressentem da falta de uma infra-estrutura de atendimento adequada (veículos, equipamentos, telefone, material de consumo, etc.).

A assessoria pedagógica, inclusive quanto ao Ciclo Básico de Alfabetização e às classes especiais, é prestada aos municípios por alguns núcleos, independentemente de suas condições quanto à municipalização. Entretanto, a opinião dos integrantes de alguns núcleos sobre a qualidade do ensino municipalizado pode ser traduzida pelas palavras de um dos entrevistados: Apesar da assistência que o núcleo dá para as escolas municipais, as estaduais estão com um nível melhor. Acontece muita ingerência política no município [...], não havendo preocupação com a qualidade do ensino. Afirmam, também, que os municípios pequenos não têm condições de arcar com o ensino, por falta de infra-estrutura, de equipamentos e de recursos humanos e financeiros.

Os núcleos procuram, dentro de suas possibilidades, dar prioridade de atendimento aos municípios que não têm estrutura técnico-pedagógica adequada. Entre outras atividades, promovem grupos de estudos, envolvendo tanto professores estaduais quanto municipais de 1ª a 4ª série do 1º grau.

Há núcleos que, após a implantação do processo de municipalização, deixaram de prestar atendimento pedagógico aos municípios, tratando apenas de questões burocráticas, como documentação, estatísticas e verificação de calendário escolar. A principal razão mencionada pelos entrevistados é a falta de recursos destinados ao atendimento das escolas municipalizadas. Alguns entrevistados justificaram também que,

sendo as questões pedagógicas trabalhadas de forma diferenciada pelos municípios, ...o núcleo deixa de ter motivos para prestar assessoria...; completam dizendo que ...é muito difícil interferir no trabalho dos outros... e que há, inclusive, municípios que, à medida que assumiram a municipalização, passaram a não aceitar “interferências”, sentindo-se mais livres para dirigir e decidir sobre o andamento de seus programas de ensino. Houve depoimentos em que se considerou que algumas equipes de ensino municipais são melhor estruturadas que as dos núcleos.

Os núcleos procuram, então, não interferir nos trabalhos realizados pelas prefeituras, pois entendem também que a proposta pedagógica de cada município deve ser respeitada e ...que toda proposta imposta corre o risco de ser rejeitada. Esperam que as prefeituras solicitem atendimento, até porque, segundo alguns entrevistados, houve orientação da Secretaria de Educação para atender às escolas municipalizadas na medida do possível; ...a prioridade deve ser dada às escolas de 5ª a 8ª série do 1º grau e de 2º grau. Por outro lado, outros relatam que o envolvimento de seus núcleos em projetos municipais tem alcançado resultados bastante positivos.

Na Região Oeste, os próprios núcleos têm buscado parceria com a Assoeste quando se trata de prestar assistência pedagógica e de capacitação, principalmente aos municípios que aderiram ao Termo de Parceria. É opinião de vários representantes de núcleos desta região que, muitas vezes, a Assoeste tem melhores condições de dar apoio aos municípios.

A postura dos núcleos quanto à oferta de cursos de capacitação a professores da rede municipal de ensino também não segue uma orientação única. Os entrevistados de cerca de metade desses núcleos afirmaram que seus programas de capacitação são dirigidos a todos os municípios, mesmo aos municipalizados. Em alguns casos, a presença de professores municipais viabiliza-se quando as prefeituras, às quais se acham vinculados, arcam com suas despesas. Os núcleos que afirmaram que não constam de suas programações cursos de capacitação que envolvam professores de escolas municipalizadas justificam que houve orientação da Secretaria de Educação neste sentido, ou que não dispõem de recursos para a realização desses eventos. Alguns núcleos, mesmo não incluindo essas escolas em seus programas de

capacitação, abrem a possibilidade de acesso aos cursos desde que viabilizados financeiramente pelas respectivas prefeituras.

As equipes de diversos núcleos reconhecem as dificuldades enfrentadas, principalmente pelos municípios de pequeno porte, para promover cursos de capacitação a seus professores; nem sempre as prefeituras dispõem de orientação, de pessoal qualificado para organizar e ministrar cursos e, principalmente, de recursos financeiros. Houve, inclusive, opinião contrária ao distanciamento do Estado em relação à educação nos municípios, uma vez que, se não houver um trabalho de base nas séries iniciais do 1º grau, as conseqüências serão sentidas mais adiante. Foi defendida também a necessidade de alguma forma de participação (capacitação, grupos de estudo, etc.) das universidades e faculdades em projetos na área de ensino.

A ausência dos núcleos na promoção e organização de programas de capacitação, assim como na orientação pedagógica, que envolva escolas municipais e municipalizadas, contraria disposições do próprio Termo Cooperativo de Parceria Educacional²⁷, nas cláusulas que dizem respeito às obrigações do Estado com relação ao atendimento aos municípios.

Com relação à gestão das escolas compartilhadas, os núcleos têm desempenhado papel de intermediário na solução dos diversos problemas que vêm ocorrendo desde o início do processo de municipalização. Os maiores conflitos se referem à divisão de espaço (salas de aula, biblioteca, cozinha e secretaria) dos prédios escolares ocupados pelas escolas municipais de 1ª a 4ª série e estaduais de 5ª a 8ª série do 1º grau e/ou 2º grau. Além destes, também surgem desentendimentos e disputas tanto por equipamentos de uso pedagógico, como de escritório e de cozinha.

Sob esse aspecto, os núcleos, assim como os municípios, entendem que as escolas de 1ª a 4ª série municipalizadas deveriam funcionar em prédios próprios, independentes das escolas estaduais de 5ª a 8ª série do 1º grau e/ou 2º grau, para evitar

²⁷ Ver modelo dos Termos Cooperativos de Parceria Educacional, versões 1992 e 1993, Anexo 3.

a ocorrência de dualidade administrativa. A legalização da propriedade dos prédios transferidos aos municípios é outra questão a ser solucionada pelo Estado, segundo a opinião de vários entrevistados.

A discussão quanto à adoção do Ciclo Básico de Alfabetização e sua vinculação ao processo de municipalização revelou uma posição quase unânime entre os núcleos. Existe consenso de que o CBA, apesar de ser uma proposta inovadora, possui uma concepção teórico-metodológica de difícil interpretação; ...há dificuldades quanto ao entendimento do que seja a proposta do CBA. O processo de implantação da proposta, assim como o de capacitação dos professores, foi considerado inadequado, pois, segundo os entrevistados, ocorreram de forma conturbada, gerando distorções e levando os municípios envolvidos a adotarem a proposta cada qual à sua maneira.

As equipes dos núcleos também partilham a opinião de que, para assegurar o sucesso da incorporação do CBA, as redes escolares municipais deveriam dispor de infra-estrutura física adequada e de pessoal qualificado. Vêm, ainda, com bastante preocupação a continuidade do CBA.

As escolas municipais não dispõem de espaço físico suficiente para oferecer o contraturno, e os professores municipais não são bem capacitados em função da alta rotatividade.

Os municípios não têm condições financeiras e infra-estrutura para adotar o CBA como previsto na proposta. Por este motivo, onde foi adotado não apresenta bons resultados.

No início ninguém entendeu a proposta do CBA. Tanto o processo quanto a capacitação foram muito rápidos. Com a implantação gradativa do continuum de quatro anos, o resultado foi melhor.

A implantação do CBA deveria ser gradativa. A maioria dos municípios não consegue manter a mesma professora durante toda a fase do CBA...

Muitos prefeitos não garantem o contraturno...

A falha da proposta do CBA está em sua implantação: muita teoria e pouca prática.

O núcleo vê com preocupação a descontinuidade da proposta; quando há continuum de dois anos, o aluno retorna ao sistema tradicional na 3ª série e apresenta perda qualitativa em seu aprendizado; quando o continuum é de quatro anos esta perda aparece na 5ª série.

Uma das falhas que existem no processo é o fato de professores de 3ª ou 5ª série não estarem preparados para receber alunos do CBA.

Mais do que os problemas de espaço físico, a questão da falta de preparo dos professores da rede municipal parece ser a maior preocupação das equipes dos núcleos em relação à adoção do CBA como condição imposta para a municipalização. As declarações obtidas revelam essa preocupação.

Os professores municipais, principalmente por causa da alta rotatividade, não estão preparados como os estaduais para assumir o CBA.

A rotatividade dos professores está relacionada à falta de vínculo com a escola, implicando numa constante capacitação de novos professores, prejudicando a implantação do CBA e da própria qualidade do ensino.

Os professores municipais têm o embasamento teórico do CBA mas, na prática, não acontece como deveria ser. Ainda não conseguiram incorporar a proposta no dia-a-dia de seu trabalho. O problema está na formação do profissional; se é um bom professor, ele aplica bem o CBA; se é um professor regular, a proposta não atende muito bem; se é um mau professor, a proposta não presta.

A questão da formação profissional também foi levantada, durante as entrevistas, como sendo um complicador à adoção do Ciclo Básico de Alfabetização.

São ...professores alheios a esta proposta. Os programas dos cursos de magistério oferecidos pelo próprio Estado não acompanharam, em sua maioria, as mudanças ocorridas na área da educação básica.

A avaliação quanto aos resultados da adoção do CBA divide a opinião dos representantes dos núcleos.

A proposta tem obtido bons resultados nas escolas que têm professores qualificados e interessados em desenvolver o sistema.

Melhorou a qualidade do ensino; existem muitos pontos positivos e avanços.

Alunos do CBA são mais criativos e produzem textos longos, mas com erros. Fluindo a criatividade, os erros podem ser corrigidos a qualquer momento.

O CBA valoriza a criatividade dos diretores e professores.

Os alunos saem melhor preparados, são mais críticos.

A redução da evasão é decorrente da nova proposta (CBA), merenda, transporte e material escolar. Quem se evadia era o aluno carente e isso não é mais desculpa.

Com a implantação do CBA melhorou a qualidade do ensino, mas a proposta ainda não pode ser avaliada.

O núcleo acha precoce fazer qualquer avaliação da qualidade do ensino porque não existem dados concretos que permitam afirmar se o CBA promoveu ou não melhoria.

Não houve melhoria no ensino ministrado naqueles municípios que adotaram a proposta e isto pode ser verificado através das informações de repetência, reprovação e evasão.

Alguns núcleos são, ainda, de opinião que o processo de municipalização trouxe prejuízos para a continuidade do CBA, na medida em que o gerenciamento da proposta foi fragmentado ao ser transferido para as administrações municipais.

Os relatos obtidos durante as entrevistas com as equipes dos núcleos regionais permitem supor que não houve unidade, por parte da Secretaria de Estado da Educação, na orientação quanto às suas atuações, tanto na época do processo de implantação da municipalização, quanto no posterior atendimento aos municípios que haviam assumido o ensino de 1ª a 4ª série do 1º grau. Nem todos os núcleos foram chamados pela Secretaria de Educação a intermediar as negociações do Termo de Parceria com os municípios. O mais grave, porém, é o fato de não receberem a mesma

orientação quanto ao papel que devem desempenhar nesse processo, desconhecendo, alguns, o próprio conteúdo do Termo de Parceria. Percebe-se, assim, um desencontro de opiniões e atitudes no que diz respeito às relações que devem existir entre os núcleos e os municípios, quando, na verdade, sabe-se que a função do núcleo é a de ser uma extensão da Secretaria de Estado da Educação junto aos municípios, assegurando o cumprimento das políticas educacionais estabelecidas pelo Estado.

5 ASPECTOS FINANCEIROS DA MUNICIPALIZAÇÃO

No que diz respeito ao uso de recursos financeiros, serão verificados os possíveis impactos ou conseqüências do processo de municipalização do ensino fundamental, tanto para o Estado quanto para os municípios selecionados a partir da análise do comportamento do principal item das receitas estaduais e municipais, os impostos próprios e transferidos. Estes compõem a base para o cálculo do montante mínimo de recursos (25%) que deve ser canalizado para a manutenção e o desenvolvimento do ensino, conforme prescreve o artigo 212 da Constituição Federal de 1988, assim como a artigo 185 da Constituição Estadual de 1989.

Pretende-se também verificar o impacto sobre as despesas, estaduais e municipais, realizadas com o ensino fundamental, em virtude da transferência dos encargos do ensino de 1^ª a 4^ª série do 1^º grau do Estado para os municípios.

Finalmente será feita uma avaliação do custo da municipalização para ambos os níveis de governo, através da análise do montante dos recursos financeiros repassados pelo governo estadual aos municípios, de acordo com o estabelecido pelo Termo Cooperativo de Parceria Educacional.

5.1 COMPORTAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS COM O ENSINO FUNDAMENTAL

As análises das receitas e das despesas com o ensino fundamental foram elaboradas com base nos dados do Balanço Geral do Estado e dos municípios selecionados, para os anos de 89, 91, 93 e 94²⁸, fornecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) e pelas prefeituras municipais.

Na seleção dos anos, levou-se em consideração os seguintes aspectos: 1989, por ser o ano imediatamente seguinte ao da promulgação da Constituição Federal de

²⁸ Os dados de balanço disponíveis para os municípios foram obtidos na Base Pública de Dados (BDE) - IPARDES.

1988 que, além de proceder a uma reforma tributária, favorecendo os municípios em termos de receita, fixou o limite mínimo de gastos com educação para os três níveis de governo; 1991, por coincidir com o ano anterior aos primeiros passos dados em direção ao atual processo de municipalização, com as primeiras assinaturas do Termo Cooperativo de Parceria Educacional; 1993, por ser o ano posterior à assinatura do referido Termo; e 1994, por corresponder ao último ano para o qual se dispunha de informações financeiras mais atualizadas²⁹.

5.1.1 Comportamento das Finanças Estaduais

Dos recursos que compõem a receita estadual, os provenientes de impostos próprios e transferidos são os mais expressivos, além de constituírem a principal fonte de financiamento da educação. Pelas informações da tabela 5.1, observa-se que, em 1989, as receitas de impostos participaram com 87% do total da receita arrecadada pelo Estado, enquanto nos anos seguintes, essa relação sofreu uma queda acentuada, alcançando seu menor percentual de participação em 1993 (aproximadamente 67%). Em 1994, a participação da receita de impostos recupera, em parte, sua posição anterior, passando a representar 77% do total das receitas do Estado. Assim tem-se que, entre os anos de 1989 e 1993, a receita estadual de impostos apresentou um forte declínio (da ordem de 11%), voltando a recuperar-se já no ano seguinte, com um crescimento de 15%, o que permitiu que ultrapassasse o nível inicial verificado para o primeiro ano da análise.

TABELA 5.1 - PARTICIPAÇÃO E EVOLUÇÃO DA RECEITA DE IMPOSTOS PRÓPRIOS E TRANSFERIDOS - PARANÁ - 1989/1994

| IMPOSTOS | 1989 | | 1991 | | 1993 | | 1994 | |
|------------------------------|------|----------|------|----------|------|----------|------|----------|
| | % | Evolução | % | Evolução | % | Evolução | % | Evolução |
| Impostos Próprios | 77 | 100 | 69 | 95 | 56 | 83 | 66 | 101 |
| Impostos Transferidos | 10 | 100 | 14 | 219 | 11 | 194 | 11 | 194 |
| Total da Receita de Impostos | 87 | 100 | 83 | 101 | 67 | 89 | 77 | 104 |

FONTE: tabelas A.10 e A.11 - Anexo 5

²⁹ Para os dados referentes às transferências de recursos financeiros realizadas pela Secretaria de Estado da Educação, incluindo os repasses relativos à municipalização do ensino, também foram obtidos dados para os anos de 1990, 1992 e 1995.

A análise das despesas, desde o ponto de vista das funções desempenhadas pelo Estado, revela que, ao longo do período considerado (1989 a 1994), os maiores níveis de gastos foram realizados em Educação e Cultura, Administração e Planejamento e Assistência e Previdência, além de Transportes no último ano da série (tabela 5.2). A função Educação e Cultura representa, desde 1991, a maior parcela de gastos do governo estadual – entre 24% e 27% do total das despesas.

TABELA 5.2 - PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS SEGUNDO FUNÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO PARANÁ - 1989/1994

| FUNÇÃO | PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS (%) | | | |
|--------------------------------|-------------------------------|--------|--------|--------|
| | 1989 | 1991 | 1993 | 1994 |
| Legislativa | 2,00 | 2,93 | 2,49 | 2,43 |
| Judiciária | 6,07 | 9,26 | 7,77 | 7,75 |
| Administração e Planejamento | ⁽¹⁾ 30,60 | 15,47 | 14,84 | 11,79 |
| Agricultura | 4,44 | 4,60 | 4,29 | 3,48 |
| Comunicações | 0,02 | 0,02 | - | - |
| Segurança Pública | 5,82 | 7,92 | 6,45 | 6,21 |
| Desenvolvimento Regional | 0,65 | 2,15 | 3,55 | 4,32 |
| Educação e Cultura | 24,10 | 26,96 | 25,82 | 24,06 |
| Energia e Recursos Minerais | 0,22 | 1,87 | 0,15 | 0,18 |
| Habituação e Urbanismo | 0,17 | 0,96 | 1,26 | 1,99 |
| Indústria, Comércio e Serviços | 0,28 | 1,45 | 0,36 | 0,83 |
| Saúde e Saneamento | 4,30 | 4,03 | 4,80 | 5,43 |
| Trabalho | 0,25 | 0,23 | 0,19 | 0,23 |
| Assistência e Previdência | 11,83 | 14,09 | 18,05 | 17,21 |
| Transportes | 9,25 | 8,06 | 9,98 | 14,09 |
| TOTAL | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

FONTE: tabela A.12 - Anexo 5

(1) O elevado índice de participação verificado na função Administração e Planejamento em 1989 deve-se a gastos com encargos da dívida pública interna.

Cabe destacar, dentro desta função, as despesas com os programas ligados à manutenção e desenvolvimento do ensino³⁰, que, por vinculação constitucional, devem ser custeadas pelas receitas provenientes de impostos próprios e transferidos. Tem-se assim que, entre 1991 e 1994, o governo estadual dispendeu em média 33% das receitas de impostos, próprios e transferidos, com programas na área de educação, percentual superior aos 25% previstos tanto na Constituição Federal quanto na Constituição Estadual, revelando, assim, a prioridade que a administração pública paranaense tem dado à área educacional (tabela 5.3).

³⁰ São eles: Administração, Programas Integrados, Ensino Fundamental, Ensino de 2º grau, Ensino Superior, Ensino Supletivo, Assistência a Educandos e Educação Especial.

TABELA 5.3 - RELAÇÃO ENTRE GASTOS COM PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO E RECEITAS DE IMPOSTOS - PARANÁ - 1989/1994

| DESCRIÇÃO | VALORES CONSTANTES (R\$ DEZ/95) | | | |
|---|---------------------------------|---------------|---------------|---------------|
| | 1989 | 1991 | 1993 | 1994 |
| Impostos Próprios | 1 885 027 133 | 1 789 282 706 | 1 568 675 291 | 1 898 451 785 |
| Impostos Transferidos | 241 912 908 | 358 706 188 | 318 797 384 | 318 900 200 |
| Total da Receita de Impostos | 2 126 940 041 | 2 147 988 894 | 1 887 472 675 | 2 217 351 986 |
| Despesas com Educação | 779 407 536 | 685 664 163 | 636 851 801 | 688 557 409 |
| Despesas com Educação/Receita de Impostos (%) | 36,64 | 31,92 | 33,74 | 31,05 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Balanços Gerais - SEFA

NOTA: Valores corrigidos pelo IGP-DI - Revista Indicadores do IESP, nº 50, abr./96.

Ainda na função Educação e Cultura, destaca-se o comportamento das despesas desagregadas segundo os programas que constituem a área educacional. O programa de ensino fundamental (1^o a 8^o série do 1^o grau) tem sido o mais relevante, representando ao longo do período analisado cerca de 56% do total dessas despesas, à exceção de 1991, quando atingiu o percentual de 63%³¹ (tabela 5.4 e gráfico 5.1). Segue-se a este, os gastos com o ensino superior, que participavam, no primeiro ano da série, com 28% do total das despesas com educação e em torno de 20% nos demais anos.

TABELA 5.4 - PARTICIPAÇÃO E EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO PARANÁ - 1989/1994

| PROGRAMAS | 1989 | | 1991 | | 1993 | | 1994 | |
|-------------------------------|--------|----------|--------|----------|--------|----------|--------|-----------|
| | % | Evolução | % | Evolução | % | Evolução | % | Evolução |
| Administração | 0,11 | 100,00 | 8,71 | 7 049,52 | 12,33 | 9 273,64 | 12,38 | 10 069,07 |
| Programas Integrados | 7,11 | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 1,03 | 11,88 | 0,29 | 3,60 |
| Ensino Fundamental | 56,86 | 100,00 | 63,28 | 97,91 | 56,28 | 80,88 | 56,85 | 88,33 |
| Ensino de 2 ^o Grau | 5,80 | 100,00 | 5,91 | 89,52 | 6,93 | 97,51 | 7,02 | 106,91 |
| Ensino Superior | 28,43 | 100,00 | 19,92 | 62,66 | 19,81 | 56,93 | 19,70 | 61,22 |
| Ensino Supletivo | 0,71 | 100,00 | 0,80 | 98,44 | 1,35 | 154,47 | 1,45 | 179,97 |
| Assistência a Educandos | 0,01 | 100,00 | 0,02 | 177,20 | - | - | - | - |
| Educação Especial | 0,97 | 100,00 | 1,37 | 123,46 | 2,28 | 191,23 | 2,31 | 209,28 |
| TOTAL | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 87,97 | 100,00 | 81,71 | 100,00 | 88,34 |

FONTE: tabelas A.14 e A.15 - Anexo 5

Merece destaque o comportamento das despesas com o programa Administração que, devido a mudanças de procedimentos contábeis, apresentou uma alteração substantiva no volume de recursos nele alocado. Em 1989, o programa era responsável por apenas 0,1% do total das despesas com educação, saltando em 1991 para 9% e

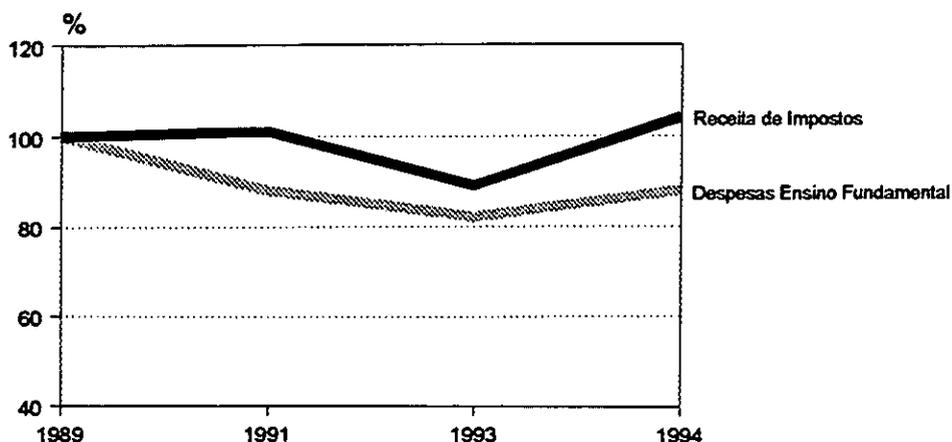
³¹A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 60 das Disposições Transitórias, estabelece que o Poder Público deve aplicar, nos dez primeiros anos após sua promulgação, pelo menos 50% dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino (artigo 212) em programas para erradicação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental. A Emenda Constitucional nº 233, aprovada em setembro de 1996, altera este limite para 60%, visando assegurar a universalização do ensino fundamental e a remuneração condigna do magistério.

alcançando, já em 1993, o patamar de 12%. Neste último ano, o acréscimo observado decorre em parte das despesas operacionais decorrentes da criação de mais oito Núcleos Regionais de Educação³².

É interessante notar que, embora as despesas com o programa de ensino fundamental tenham apresentado uma participação estável ao longo do período, sua evolução acompanhou, principalmente entre 1993 e 1994, o desempenho das despesas com o total dos programas de educação, ou seja, sofreu um decréscimo no período inicial, para recuperar-se parcialmente no último ano.

Comparando-se o desempenho das receitas de impostos com o das despesas com ensino fundamental, nota-se que entre 1989 e 1993, ambas apresentaram-se em declínio, sendo que o verificado para as despesas foi mais intenso. Em 1994, houve uma clara inversão na evolução dessas variáveis, que cresceram em relação ao ano anterior. No entanto, o incremento observado para as receitas de impostos não se refletiu numa maior alocação de recursos para o programa de ensino fundamental (gráfico 5.1).

GRÁFICO 5.1 - EVOLUÇÃO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DOS GASTOS COM O ENSINO FUNDAMENTAL - PARANÁ - 1989/1994



FONTE: Tabelas 5.1 e 5.4

³² No programa Administração estão computados tanto os gastos com Gerência da Estrutura Administrativa da SEED como dos Núcleos Regionais de Educação.

5.1.2 Comportamento das Finanças Municipais

A exemplo do que ocorre no Estado, a principal fonte de receita municipal é a proveniente de impostos, próprios e transferidos, cuja participação no total das receitas arrecadadas foi, nos municípios selecionados, em média, de 74% em 1989 e 69% em 1994, independentemente do porte econômico-financeiro dos municípios. Os percentuais de participação que se distanciaram muito dessas médias podem ser considerados atípicos, mesmo quando analisadas as séries individuais de cada município (tabela A.16 - Anexo 5).

Considerando a composição das receitas de impostos, verifica-se que o maior peso cabe às transferências de impostos repassados pela União e pelo Estado, principalmente quando se trata dos municípios de pequeno e médio porte. Assim, observa-se que há uma hierarquia determinada pelo porte econômico-financeiro, pois, quanto maior o município, maior é sua capacidade de gerar seus próprios recursos e, em consequência, menor sua dependência em relação às fontes externas (tabela A.17 - Anexo 5).

As receitas de impostos cresceram principalmente num primeiro momento, que coincidiu com os anos imediatamente posteriores à reforma tributária estabelecida pela Constituição Federal de 1988, que transfere aos municípios parte das receitas federais e estaduais; o aumento das receitas de impostos municipais foi significativo para todos os municípios, exceto para Catanduvas. Porém, o ano de 1993 foi, de um modo geral, bastante desfavorável para as finanças municipais, em função de uma forte queda nas receitas provenientes de impostos que, em alguns casos, chegaram a níveis inferiores ao observado no primeiro ano do período em análise. Já, em 1994, ocorreu uma retomada na tendência de crescimento (tabela A.18 - Anexo 5).

A participação dos gastos realizados com a função Educação e Cultura, entre os anos de 1989 e 1994, no total das despesas dos municípios selecionados sofreu um pequeno decréscimo (de 23% para 19%), apresentando-se estável apenas nos municípios de pequeno porte (25% em média no período) – tabela A.19 - Anexo 5.

Esse comportamento, verificado principalmente entre os municípios de grande e médio porte, se deve basicamente ao crescimento das despesas desta função

(44% e 24%, respectivamente) a taxas proporcionalmente inferiores às verificadas para o total das despesas (81% e 42%). Já, nos municípios de pequeno porte (excluindo Cerro Azul, que apresenta um comportamento bastante atípico em relação aos demais), registrou-se um crescimento das despesas com a função Educação e Cultura (22%) superior ao do total das despesas municipais (17%) – tabela A.20 - Anexo 5. Essa situação pode ser um indicativo de que a municipalização do ensino fundamental, a partir de 1992, representou um impacto maior exatamente sobre as despesas dos municípios de pequeno porte.

Ao se relacionar as despesas com programas de educação e as receitas de impostos dos municípios selecionados, verifica-se que o indicador resultante não guarda nenhum vínculo com o porte econômico-financeiro dos municípios. Ademais, são poucos os municípios que, ao longo do período analisado, deixaram de cumprir o patamar mínimo exigido pela Constituição Federal de 1988, destinando menos de 25% das receitas de impostos aos programas de desenvolvimento e manutenção do ensino. A análise da tabela 5.5 permite verificar que as despesas com os programas de educação representaram, entre 1989 e 1993, em média, 31% das receitas de impostos municipais, passando, em 1994, a 35% no conjunto dos municípios selecionados.

É importante destacar que as despesas com o ensino de 1º grau representam quase a totalidade dos gastos municipais com educação – 93% em média no período 1991-94 – sendo poucos os municípios da amostra que destinaram menos que 90% dos recursos da educação ao ensino fundamental³³ (tabela A.21 - Anexo 5).

³³ A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 60 das Disposições Transitórias, estabelece que o Poder Público deve aplicar, nos dez primeiros anos após à sua promulgação, pelo menos 50% dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino (artigo 212) para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental. A Emenda Constitucional nº 233, aprovada em setembro de 1996, altera este limite para 60%, visando assegurar a universalização do ensino fundamental e a remuneração condigna do magistério.

TABELA 5.5 - RELAÇÃO ENTRE DESPESAS COM OS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO E O TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS - PARANÁ - 1989/1994

| PORTE/MUNICÍPIO | 1989 | 1991 | 1993 | 1994 ⁽¹⁾ |
|-----------------------|-------|-------|-------|---------------------|
| Grande | | | | |
| Curitiba | 29,11 | 29,29 | 27,21 | 28,16 |
| Foz do Iguaçu | 35,17 | 27,40 | 32,25 | 44,53 |
| Londrina | 37,97 | 34,96 | 31,41 | 34,01 |
| Maringá | 29,85 | 32,15 | 36,88 | 36,99 |
| Ponta Grossa | 27,05 | 34,18 | 34,03 | 33,06 |
| Médio | | | | |
| Apucarana | 23,24 | 25,51 | 31,59 | 43,68 |
| Bandeirantes | 25,81 | 32,40 | 41,75 | 32,44 |
| Guarapuava | 25,80 | 25,10 | 27,15 | 25,76 |
| Ivaiporã | 29,85 | 28,76 | 25,97 | 30,23 |
| Mal. Cândido Rondon | 33,80 | 30,20 | 35,97 | 38,38 |
| Palmas | 31,32 | 39,40 | 28,69 | 31,50 |
| São José dos Pinhais | 36,09 | 33,37 | 33,74 | 36,25 |
| São Mateus do Sul | 27,33 | 31,40 | 34,36 | 44,15 |
| Umuarama | 35,30 | 31,13 | 24,72 | 30,81 |
| Pequeno | | | | |
| Barbosa Ferraz | 33,10 | 27,90 | 28,27 | 35,17 |
| Boa Esperança | 25,75 | 32,52 | 29,07 | 46,97 |
| Carlópolis | 24,22 | 33,78 | 26,64 | 29,24 |
| Catanduvas | 37,42 | 33,67 | 31,08 | 44,46 |
| Cerro Azul | 36,58 | 26,03 | 27,90 | 22,78 |
| Formosa do Oeste | 31,00 | 25,72 | 34,62 | 28,96 |
| Imbituva | 26,36 | 29,20 | 31,85 | 32,71 |
| Itaguapé | 28,61 | 22,17 | 32,10 | 54,46 |
| Morretes | ... | 26,88 | 37,38 | 22,96 |
| Nova Prata do Iguaçu | 25,57 | 25,05 | 26,64 | 32,50 |
| Pitanga | 37,64 | 26,78 | 29,18 | 33,87 |
| Querência do Norte | 26,71 | 26,47 | 29,83 | 41,07 |
| Santa Izabel do Oeste | 38,04 | 27,39 | 28,38 | 31,02 |
| Sapopema | 34,70 | 26,52 | 27,33 | 48,63 |
| Sengés | 26,59 | 28,80 | 31,67 | 28,74 |
| Terra Boa | 34,00 | 37,22 | 36,25 | 38,00 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Balanços Municipais - 1989/1993; BDE - 1994

NOTAS: Despesas com Educação = despesas com a função Educação e Cultura, excluídos os programas Educação Física e Desporto, Cultura e Turismo.

Receita de Impostos = Receita Própria de Impostos + Transferências de Impostos (correntes e de capital).

(1) As despesas com educação para 1994 foram estimadas com base nas despesas realizadas em 1993, exceto para os municípios de Imbituva e Morretes para os quais o ano base foi 1991.

A análise da evolução das despesas com o ensino fundamental nos municípios selecionados mostra que, em geral e independentemente do porte, houve um crescimento significativo, acompanhando de perto o crescimento das despesas com a função Educação e Cultura (tabela 5.6).

TABELA 5.6 - EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM O ENSINO FUNDAMENTAL PARA MUNICÍPIOS SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1989/1994

| PORTE/MUNICÍPIO | 1989 | 1991 | 1993 | 1994 ⁽¹⁾ |
|-----------------------|--------|--------|--------|---------------------|
| Grande | | | | |
| Curitiba | 100,00 | 107,69 | 105,06 | 129,09 |
| Foz do Iguaçu | 100,00 | 122,81 | 204,45 | 262,19 |
| Londrina | 100,00 | 118,07 | 68,76 | 97,36 |
| Maringá | 100,00 | 153,12 | 101,33 | 125,24 |
| Ponta Grossa | 100,00 | 132,11 | 123,48 | 132,25 |
| Médio | | | | |
| Apucarana | 100,00 | 135,50 | 132,62 | 130,21 |
| Bandeirantes | 100,00 | 156,66 | 138,38 | 116,83 |
| Guarapuava | 100,00 | 148,71 | 102,70 | 113,74 |
| Ivaiporã | 100,00 | 103,87 | 83,64 | 100,00 |
| Mal. Cândido Rondon | 100,00 | 128,14 | 93,66 | 120,24 |
| Palmas | 100,00 | 146,80 | 112,34 | 112,96 |
| São José dos Pinhais | 100,00 | 131,19 | 137,44 | 165,00 |
| São Mateus do Sul | 100,00 | 138,77 | 138,41 | 164,82 |
| Umuarama | 100,00 | 105,53 | 59,50 | 75,77 |
| Pequeno | | | | |
| Barbosa Ferraz | 100,00 | 92,69 | 84,40 | 111,05 |
| Boa Esperança | 100,00 | 155,41 | 107,18 | 194,48 |
| Carlópolis | 100,00 | 179,90 | 135,94 | 163,61 |
| Catanduvas | 100,00 | 81,91 | 62,17 | 91,08 |
| Cerro Azul | 100,00 | 101,58 | 104,27 | 371,68 |
| Formosa do Oeste | 100,00 | 97,41 | 96,48 | 83,55 |
| Imbituva | 100,00 | 128,11 | 143,05 | 149,42 |
| Itaguagé | 100,00 | 84,13 | 111,86 | 114,00 |
| Morretes | ... | 100,00 | 155,04 | 93,32 |
| Nova Prata do Iguaçu | 100,00 | 115,35 | 110,51 | 141,63 |
| Pitanga | 100,00 | 84,05 | 78,38 | 101,13 |
| Querência do Norte | 100,00 | 130,74 | 142,61 | 193,62 |
| Santa Izabel do Oeste | 100,00 | 86,19 | 82,98 | 93,64 |
| Sapopema | 100,00 | 104,07 | 127,12 | 173,54 |
| Sengés | 100,00 | 151,46 | 155,44 | 141,63 |
| Terra Boa | 100,00 | 143,48 | 108,22 | 115,38 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Balanços Municipais - 1989/1993; BDE - 1994

NOTA: Às despesas com o programa do ensino fundamental foram somadas as com assistência ao educando e com administração.

(1) As despesas com o ensino de 1º grau para 1994 foram estimadas com base nas realizadas em 1993, exceto para os municípios de Imbituva e Morretes para os quais o ano base foi 1991.

Com o objetivo de verificar o volume de recursos efetivamente disponível por aluno no ensino de 1º grau, procurou-se relacionar as despesas e as matrículas deste nível de ensino³⁴. No entanto, esse indicador apresentou distorções bastante expressivas quanto ao nível das despesas realizadas pelos municípios selecionados, mesmo do ponto de vista do porte econômico-financeiro em que se acham

³⁴ A relação leva em conta todas as matrículas do 1º grau (1º a 8º), uma vez que os balanços municipais não apresentam os dados desagregados segundo as duas fases deste nível de ensino, ou seja, de 1º a 4º e 5º a 8º séries.

classificados (tabela 5.7). Essas distorções revelam, assim, que a simples análise contábil dos balanços municipais não é suficiente para determinar se os recursos públicos estão sendo aplicados de forma correta, levando também a supor que alguns municípios, para comprovar a efetiva aplicação dos 25% de suas receitas de impostos próprios e transferidos na área educacional, podem estar incluindo outras despesas além das vinculadas ao programa de ensino de 1º grau.

TABELA 5.7 - RELAÇÃO ENTRE GASTOS MUNICIPAIS COM O ENSINO FUNDAMENTAL E MATRÍCULAS MUNICIPAIS DO 1º GRAU NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1989/1993

| PORTE/MUNICÍPIO | 1989 | 1991 | 1993 |
|-------------------------|-------|-------|-------|
| Grande | | | |
| Curitiba | 1 137 | 1 186 | 1 007 |
| Foz do Iguaçu | 485 | 461 | 624 |
| Londrina | 715 | 877 | 538 |
| Maringá | 2 633 | 1 601 | 786 |
| Ponta Grossa | 604 | 667 | 525 |
| Médio | | | |
| Apucarana | 528 | 305 | 288 |
| Bandeirantes | - | 1 738 | 394 |
| Guarapuava | 314 | 403 | 281 |
| Ivaiporã | 327 | 393 | 328 |
| Marechal Cândido Rondon | 526 | 620 | 534 |
| Palmas | 390 | 435 | 231 |
| São José dos Pinhais | 364 | 387 | 347 |
| São Mateus do Sul | 499 | 317 | 309 |
| Umuarama | 696 | 768 | 313 |
| Pequeno | | | |
| Barbosa Ferraz | - | 744 | 414 |
| Boa Esperança | 1 389 | 3 005 | 1 149 |
| Carlópolis | 1 149 | 2 434 | 2 504 |
| Catanduvas | 488 | 491 | 312 |
| Cerro Azul | 283 | 211 | 232 |
| Formosa do Oeste | 961 | 1 162 | 472 |
| Imbituva | - | 330 | 337 |
| Itaguagé ⁽¹⁾ | 9 544 | ... | 447 |
| Morretes | ... | 301 | 316 |
| Nova Prata do Iguaçu | - | 414 | 273 |
| Pitanga | 219 | 196 | 196 |
| Querência do Norte | 472 | 255 | 269 |
| Santa Izabel do Oeste | 446 | 302 | 329 |
| Sapopema | 540 | 479 | 442 |
| Sengés | 321 | 481 | 530 |
| Terra Boa | 879 | 1 483 | 740 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Balanços Estaduais - 1989/1993; BDE - 1994; Fundepar

NOTA: Às despesas com o programa do ensino fundamental foram somadas as com assistência ao educando e com administração.

(1) Não há dados de matrículas para Itaguagé em 1991.

(2) Valores corrigidos pelo IGP-DI para dez/95 - Revista Indicadores do IESP, nº 50, abr/96. S. Paulo.

5.2 OS REPASSES FINANCEIROS NA MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO

Para viabilizar a municipalização do ensino fundamental no Estado do Paraná, a Secretaria de Estado da Educação assumiu uma série de compromissos constantes do Termo Cooperativo de Parceria Educacional, dentre os quais o de prestar assistência financeira, mediante repasse de recursos, aos municípios parceiros.³⁵

Para que possa receber os recursos financeiros, o município parceiro, além de cumprir algumas condições expressas no Termo de Parceria, deve informar trimestralmente à Secretaria de Estado da Educação, através dos Núcleos Regionais de Educação, as receitas arrecadadas provenientes de impostos próprios e transferidos e o total das matrículas da rede municipal referentes ao período imediatamente anterior.

No início do processo de municipalização, o valor do custo/aluno foi determinado pela Secretaria de Estado da Educação, tendo como referência o valor da bolsa do Salário Educação³⁶, bem como sua disponibilidade orçamentária e financeira, passando nos anos seguintes a variar apenas em função dos recursos disponíveis na Secretaria de Estado da Educação. A partir desses custos, é que são determinados os valores dos repasses para o trimestre seguinte, como também o valor do custo/aluno/ano.

A análise dos dados da tabela 5.8 revela que os valores definidos para o custo/aluno/ano apresentam uma extrema variabilidade no período considerado. Entre 1992 e 1993 observa-se uma redução acentuada desses valores em termos reais, seguida de um crescimento bastante significativo no período seguinte, que veio a consolidar-se no último ano da série. A queda acentuada da inflação com a implantação do Plano Real em 1994 foi a principal responsável pelo crescimento verificado nos valores do custo/aluno/ano, colocando-o, pela primeira vez, num patamar um pouco superior ao que o governo federal vinha propondo como sendo o valor mínimo desejável (R\$ 300,00) que deveria ser dispendido por aluno/ano pelo setor público.

³⁵ O cálculo desse repasse resulta da diferença entre a capacidade financeira de matrícula do município e o número total de alunos atendidos pela rede municipal de ensino de 1^a a 4^a série do 1^o grau, multiplicada pelo valor do custo/aluno/mês, definido para o trimestre. Caso o número total de alunos atendidos pelo município supere, no mínimo, em 80% sua capacidade financeira de atendimento de matrículas, o valor do repasse é calculado com base no custo/aluno/mês acrescido de 20%. Maiores detalhes sobre esses cálculos encontram-se no modelo dos Termos Cooperativos de Parceria Educacional, Anexo 3.

³⁶ O Salário Educação é estabelecido trimestralmente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação - FNDE/MEC.

TABELA 5.8 - VALORES TRIMESTRAIS E ANUAIS DO CUSTO/ALUNO/ANO ESTABELECIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - PARANÁ - 1992-1995

| TRIMESTRE | CR\$ | | R\$ | |
|--------------|--------|-----------|--------|--------|
| | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 |
| 1º Trimestre | - | 664,74 | 28,11 | 64,50 |
| 1º Trimestre | 123,51 | 1 228,26 | 28,59 | 75,00 |
| 1º Trimestre | 169,44 | 2 647,29 | 46,29 | 81,00 |
| 1º Trimestre | 318,81 | 6 288,00 | 60,00 | 87,00 |
| TOTAL | 611,76 | 10 828,29 | 162,99 | 307,50 |
| R\$ Dez/95 | 215,73 | 173,29 | 286,15 | 307,50 |

FONTE: Secretaria de Estado da Educação - SEED; IPARDES; tabela A.7

NOTA: Os valores trimestrais foram corrigidos para dezembro dos anos correspondentes e, em seguida, atualizados para dezembro de 1995 pelo IGP-DI.

Uma comparação entre os valores de referência determinados para o custo/aluno/ano, utilizados pelo Estado como base de cálculo para os repasses financeiros aos municípios parceiros, e o gasto estadual efetivamente realizado por aluno/ano no ensino fundamental³⁷ revela uma flagrante disparidade entre esses indicadores (tabela 5.9). A mesma comparação a partir dos dados de gastos municipais no ensino fundamental é inviável, na medida em que os valores se apresentaram muito elevados e heterogêneos, não podendo servir de parâmetro.

TABELA 5.9 - RELAÇÃO ENTRE AS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO PARANÁ COM O ENSINO FUNDAMENTAL POR ALUNO E O VALOR DO CUSTO/ALUNO/ANO - 1989-1995

| ANO | DESPESAS COM ENSINO FUNDAMENTAL (R\$ DEZ/95) | MATRÍCULAS DE 1º A 8º SÉRIE DO 1º GRAU | DESPESA/ALUNO/ANO (R\$ DEZ/95) | CUSTO/ALUNO/ANO (R\$ DEZ/95) |
|------|--|--|--------------------------------|------------------------------|
| 1989 | 443 147 131 | 1 023 143 | 433,12 | - |
| 1990 | 425 728 713 | 1 053 449 | 404,13 | - |
| 1991 | 433 871 582 | 988 398 | 438,96 | - |
| 1992 | 391 666 520 | 944 470 | 414,69 | 215,73 |
| 1993 | 358 403 164 | 897 350 | 399,40 | 173,29 |
| 1994 | 391 415 446 | ... | ... | 286,15 |
| 1995 | 444 108 704 | 868 432 | 511,39 | 307,50 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Balanço Geral do Estado; Fundepar; IPARDES

NOTA: Valores corrigidos pelo IGP-DI, Revista Indicadores do IESP, nº 50, abr/96.

Esse quadro confirma a colocação da maioria dos prefeitos e/ou dirigentes de educação que revelaram³⁸ que, além de não concordarem com o valor do custo/aluno determinado pela Secretaria de Estado da Educação, também não compreendem a forma de cálculo que determina o montante dos repasses financeiros. Em consequência, questionam os montantes repassados por considerarem que são

³⁷ Os balanços estaduais, da mesma forma que os municipais, não apresentam os dados de despesas desagregados segundo as duas fases do ensino de 1º grau.

³⁸ Ver capítulo 4, item 4.1, sobre o processo de municipalização.

insuficientes para cobrir os acréscimos de gastos decorrentes da municipalização, uma vez que deixaram de receber, inclusive, recursos dos convênios estabelecidos com o Estado anteriormente à assinatura do Termo de Parceria. A tabela 5.10 dá uma idéia do quanto significam os repasses do Estado para os municípios quando comparados às suas despesas com o ensino fundamental, evidenciando que os valores recebidos pelos municípios, a título de repasse, não guardam nenhuma relação com a forma de adesão ao Termo de Parceria ou com o porte econômico-financeiro dos mesmos.

TABELA 5.10 - PARTICIPAÇÃO DOS REPASSES REFERENTES AO TERMO COOPERATIVO DE PARCERIA EDUCACIONAL NOS GASTOS DO ENSINO FUNDAMENTAL NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1993-1994

| PORTE/MUNICÍPIO | FORMA DE ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA | 1993 | 1994 |
|---------------------------|--------------------------------------|-------|-------|
| Grande | | | |
| Curitiba | Não-Adesão | - | - |
| Foz do Iguaçu | Parcial | - | - |
| Londrina ⁽¹⁾ | Não-Adesão | - | - |
| Maringá ⁽¹⁾ | Não-Adesão | - | - |
| Ponta Grossa | Não-Adesão | - | - |
| Médio | | | |
| Apucarana | Total | 9,80 | 18,43 |
| Bandeirantes | Total | 3,70 | 14,35 |
| Guarapuava ⁽¹⁾ | Não-Adesão | - | - |
| Ivaiporã | Não-Adesão | - | - |
| Mal. Cândido Rondon | Total | - | - |
| Palmas | Total | 19,54 | 31,40 |
| São José dos Pinhais | Total | 0,22 | 0,02 |
| São Mateus do Sul | Total | 4,96 | 1,42 |
| Umuarama | Parcial | 0,02 | - |
| Pequeno | | | |
| Barbosa Ferraz | Parcial | - | - |
| Boa Esperança | Parcial | - | - |
| Carlópolis | Não-Adesão | - | - |
| Catanduvas | Total | 3,30 | 1,54 |
| Cerro Azul | Total | 3,57 | 0,53 |
| Formosa do Oeste | Total | 0,58 | - |
| Imbituva | Parcial | 0,50 | 4,28 |
| Itaguapé | Total | 1,97 | 1,62 |
| Morretes | Total | 6,74 | 18,09 |
| Nova Prata do Iguaçu | Total | 5,60 | 2,20 |
| Pitanga | Total | 24,31 | 19,23 |
| Querência do Norte | Total | 4,66 | 6,96 |
| Santa Izabel do Oeste | Total | 7,22 | 5,15 |
| Sapopema | Parcial | 5,08 | 0,69 |
| Sengés ⁽²⁾ | Não-Adesão | - | - |
| Terra Boa | Parcial | - | - |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Balanços Municipais; BDE/IPARDES; Coordenação do Programa de Parceria Educacional - SEED

(1) No momento da definição da amostra, os municípios de Londrina, Maringá e Guarapuava não haviam assinado o Termo de Parceria.

(2) O município de Sengés foi considerado, para efeito de análise, como não-municipalizado, por não ter renovado, em 1993, o Termo de Parceria assinado em 1992.

Em decorrência da insatisfação manifestada pelos prefeitos e/ou dirigentes municipais de educação sobre os freqüentes atrasos no recebimento dos repasses financeiros referentes ao Termo de Parceria, tomou-se o exemplo de dois municípios,

para os quais se obteve uma série completa de dados, para ilustrar até que ponto esses atrasos resultaram em prejuízos para a realização das despesas programadas pelos órgãos municipais de educação – Pitanga, que tem recebido montantes bastante significativos, e Santa Izabel do Oeste, cujos repasses podem ser considerados inexpressivos (tabelas 5.11 e 5.12). A perda decorrente dos atrasos no recebimento dos repasses foi particularmente mais intensa na época em que se registraram os maiores índices inflacionários, reduzindo-se significativamente no período que se seguiu à implantação do Plano Real em julho de 1994; pode, no entanto, ser considerada elevada, tendo-se em conta os baixos índices de inflação registrados nesse último período.

TABELA 5.11 - REPASSES FINANCEIROS RELATIVOS À MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - PITANGA - 1993-1995

| ANOS/MESES | DATA DO RECEBIMENTO | VALOR RECEBIDO (CR\$) | VALOR CORRIGIDO (CR\$) | PERDA INFLACIONÁRIA (%) | INFLAÇÃO IGP-DI |
|------------|---------------------|-----------------------|------------------------|-------------------------|-----------------|
| 1993 | | | | | |
| Fevereiro | 22.04.93 | 737 149 | 1 421 577 | 92,85 | 26,5 |
| Março | 22.04.93 | 737 149 | 1 123 791 | 52,45 | 27,8 |
| Abril | 22.06.93 | 886 288 | 1 817 919 | 105,12 | 28,2 |
| Maiο | 29.06.93 | 886 288 | 1 506 225 | 69,95 | 32,3 |
| Junho | 09.08.93 | 886 288 | 1 662 764 | 87,61 | 30,7 |
| Julho | 17.09.93 | 1 169 152 | 2 462 498 | 110,62 | 32,0 |
| Agosto | 11.10.93 | 1 169 152 | 2 379 964 | 103,56 | 33,5 |
| Setembro | 09.11.93 | 1 169 152 | 7 858 571 | 572,16 | 37,0 |
| Outubro | 07.12.93 | 3 862 494 | 7 666 138 | 98,48 | 35,1 |
| Novembro | 22.12.93 | 3 862 494 | 6 587 638 | 70,55 | 37,0 |
| Dezembro | 29.12.93 | 3 862 494 | 5 157 564 | 33,53 | 36,2 |
| 1994 | | | | | |
| Janeiro | 22.03.94 | 19 879 | 52 816 | 165,68 | 42,2 |
| Fevereiro | 14.04.94 | 14 095 | 34 109 | 141,99 | 42,4 |
| Março | 03.05.94 | 10 057 | 21 473 | 113,52 | 44,8 |
| Abril | 10.05.94 | 15 774 | 25 195 | 59,73 | 42,5 |
| Maiο | 14.06.94 | 10 967 | 18 371 | 67,52 | 41,0 |
| Junho | 20.07.94 | 6 333 | 10 755 | 69,82 | 46,6 |
| Julho | 18.08.94 | 7 821 | 9 942 | 27,11 | 24,7 |
| Agosto | 22.09.94 | 7 821 | 8 174 | 4,51 | 3,3 |
| Setembro | 18.10.94 | 7 821 | 8 060 | 3,05 | 1,6 |
| Outubro | 18.11.94 | 28 402 | 29 558 | 4,07 | 2,6 |
| Novembro | 17.01.95 | 28 402 | 29 487 | 3,82 | 2,5 |
| Dezembro | 21.03.95 | 28 402 | 29 656 | 4,42 | 0,6 |
| 1995 | | | | | |
| Janeiro | 21.03.95 | 18 474 | 19 181 | 3,83 | 1,4 |
| Fevereiro | 21.03.95 | 18 474 | 18 924 | 2,43 | 1,2 |
| Março | 25.04.95 | 18 474 | 19 158 | 3,70 | 1,8 |
| Abril | 30.06.95 | 27 203 | 28 649 | 5,32 | 2,3 |
| Maiο | 30.06.95 | 27 203 | 28 004 | 2,95 | 0,4 |
| Junho | 18.07.95 | 27 203 | 28 289 | 4,00 | 2,6 |
| Julho | 31.08.95 | 26 253 | 27 187 | 3,56 | 2,2 |
| Agosto | 05.10.95 | 26 253 | 26 314 | 0,23 | 1,3 |
| Setembro | 21.12.95 | 26 253 | 26 182 | -0,27 | -1,1 |
| Outubro | 21.12.95 | 42 298 | 43 036 | 1,75 | 0,3 |
| Novembro | 28.12.95 | 42 298 | 42 965 | 1,58 | 1,3 |
| Dezembro | 27.02.96 | 42 298 | 43 461 | 2,75 | 0,3 |

FONTE: Secretaria de Estado da Educação; IPARDES

NOTA: Valores corrigidos pelo IGP-DI/FGV.

TABELA 5.12 - REPASSES FINANCEIROS RELATIVOS À MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - SANTA IZABEL DO OESTE - 1993-1995

| ANOS/ MESES | DATA DO RECEBIMENTO | VALOR RECEBIDO (CR\$) | VALOR CORRIGIDO (CR\$) | PERDA INFLACIONÁRIA (%) | INFLAÇÃO IGP-DI |
|----------------|------------------------|-----------------------------|------------------------------|-------------------------------|--------------------|
| 1993 | | | | | |
| Janeiro | 18.05.93 | 50 887 | 160 610 | 215,62 | 28,7 |
| Fevereiro | 18.05.93 | 50 887 | 124 754 | 145,16 | 26,5 |
| Março | 18.05.93 | 50 887 | 98 621 | 93,80 | 27,8 |
| Abril | 22.06.93 | 150 783 | 309 280 | 105,12 | 28,2 |
| Maiο | 29.06.93 | 150 783 | 256 252 | 69,95 | 32,3 |
| Junho | 09.08.93 | 150 783 | 282 884 | 87,61 | 30,7 |
| Julho | 17.09.93 | 30 885 | 65 051 | 110,62 | 32,0 |
| Agosto | 11.10.93 | 30 885 | 62 871 | 103,56 | 33,5 |
| Setembro | 09.11.93 | 30 885 | 62 838 | 103,46 | 37,0 |
| Outubro | 07.12.93 | 381 813 | 757 809 | 98,48 | 35,1 |
| Novembro | 22.12.93 | 381 813 | 651 197 | 70,55 | 37,0 |
| Dezembro | 29.12.93 | 381 813 | 509 832 | 33,53 | 36,2 |
| 1994 | | | | | |
| Janeiro | 22.09.94 | 68,50 | 770,60 | 1 024,97 | 42,2 |
| Fevereiro | 22.09.94 | 68,50 | 541,96 | 691,18 | 42,4 |
| Março | 22.09.94 | 68,50 | 380,56 | 455,56 | 44,8 |
| Abril | 22.09.94 | 200,89 | 770,62 | 283,60 | 42,5 |
| Maiο | 22.09.94 | 200,89 | 540,95 | 169,28 | 41,0 |
| Junho | 22.09.94 | 200,89 | 383,79 | 91,04 | 46,6 |
| Julho | 22.09.94 | 540,05 | 703,88 | 30,34 | 24,7 |
| Agosto | 22.09.94 | 540,05 | 564,42 | 4,51 | 3,3 |
| Setembro | 18.10.94 | 540,05 | 556,51 | 3,05 | 1,6 |
| Outubro | 17.01.95 | 3 700,00 | 3 939,54 | 6,47 | 2,6 |
| Novembro | 17.01.95 | 3 700,00 | 3 841,41 | 3,82 | 2,5 |
| Dezembro | 24.02.95 | 3 700,00 | 3 807,54 | 2,91 | 0,6 |
| 1995 | | | | | |
| Janeiro | 07.03.95 | 752,50 | 774,77 | 2,96 | 1,4 |
| Fevereiro | 21.03.95 | 752,50 | 770,81 | 2,43 | 1,2 |
| Março | 25.04.95 | 752,50 | 780,34 | 3,70 | 1,8 |
| Abril | 16.05.95 | 875,00 | 897,04 | 2,52 | 2,3 |
| Maiο | 09.06.95 | 875,00 | 885,12 | 1,16 | 0,4 |
| Junho | 19.07.95 | 875,00 | 910,63 | 4,07 | 2,6 |
| Julho | 31.08.95 | 945,00 | 978,60 | 3,56 | 2,2 |
| Agosto | 05.10.95 | 945,00 | 947,18 | 0,23 | 1,3 |
| Setembro | 31.10.95 | 945,00 | 957,49 | 1,32 | -1,1 |
| Outubro | 21.12.95 | 1 302,65 | 1 325,38 | 1,75 | 0,3 |
| Novembro | 28.12.95 | 1 302,65 | 1 323,21 | 1,58 | 1,3 |
| Dezembro | 27.02.96 | 1 302,65 | 1 338,48 | 2,75 | 0,3 |

FONTE: Secretaria de Estado da Educação; IPARDES

NOTA: Valores corrigidos pelo IGP-DI/FGV.

Quanto ao total de recursos financeiros transferidos aos municípios parceiros, verificou-se uma oscilação, no período 1989-91, de 11% a 16%, seguida de uma redução bastante expressiva (5%), com o início do processo de municipalização em 1992, e de uma queda nos anos seguintes (cerca de 3% do total das despesas da Secretaria de Educação), o que revela o baixo nível de comprometimento do Estado com relação à condição, estabelecida no Termo de

Parceria, de prestar assistência financeira aos municípios que aderiram à municipalização (tabela 5.13). A partir de 1993, são também repassados aos municípios recursos para o pagamento dos professores estaduais que permaneceram nas escolas municipalizadas, mantendo dessa forma a participação do total das transferências aos municípios no mesmo patamar registrado em 1992. No entanto, os recursos tendem a se extinguir, na medida em que esses professores deixam de atuar na rede municipalizada, cabendo aos municípios a responsabilidade pela sua reposição e pelas despesas dela decorrentes.

TABELA 5.13 - RECURSOS TRANSFERIDOS AOS MUNICÍPIOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - PARANÁ - 1989-1995

| ANOS | DESPESA TOTAL DA SEED (A) | TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS (B) | % A/B | REPASSES PARA PROFESSORES CEDIDOS (C) | % C/A | TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS (D) | % D/A |
|------|---------------------------|---------------------------------|-------|---------------------------------------|-------|------------------------------|-------|
| 1989 | 557 975 640 | 60 943 212 | 10,9 | - | - | 60 943 212 | 10,9 |
| 1990 | 528 432 425 | 84 622 773 | 16,0 | - | - | 84 622 773 | 16,0 |
| 1991 | 549 563 402 | 75 831 449 | 13,8 | - | - | 75 831 449 | 13,8 |
| 1992 | 524 704 038 | 26 914 154 | 5,1 | - | - | 26 914 154 | 5,1 |
| 1993 | 511 232 906 | 14 397 992 | 2,8 | ⁽¹⁾ 14 227 748 | 2,8 | 28 625 740 | 5,6 |
| 1994 | 553 002 254 | 14 263 762 | 2,6 | 15 390 200 | 2,8 | 29 653 962 | 5,4 |
| 1995 | 668 555 692 | 20 365 710 | 3,0 | 17 754 077 | 2,7 | 38 119 787 | 5,7 |

FONTE: Balanço Geral do Estado - SEFA, SEED

NOTAS: Valores corrigidos pelo IGP-DI em R\$ dez./95.

A partir de 1992, as transferências referem-se aos repasses do Termo Cooperativo de Parceria Educacional, substituindo os convênios existentes anteriormente, como os Termos de Cooperação Técnica e Financeira.

(1) O valor de repasse, em 1993, de professores cedidos, foi estimado com base na participação relativa de 1994, uma vez que não se encontravam disponíveis.

Mesmo diante dos dados que demonstram claramente que os recursos destinados aos municípios, no período seguinte à assinatura do Termo de Parceria, passaram a representar um percentual muito pouco expressivo no total das despesas realizadas apenas pela Secretaria de Educação, o Estado alegava que os custos da municipalização não causaram impactos positivos sobre as contas estaduais.

Recentemente, a Secretaria de Educação elaborou e encaminhou aos dirigentes municipais um documento contendo, entre outras propostas de revisão para o Termo de Parceria vigente, a dos critérios adotados para o cálculo dos repasses de recursos, demonstrando que o Estado tem se mostrado sensível às constantes reivindicações dos municípios.

CONCLUSÃO

Dois eixos estruturantes emergiram da análise sobre os impactos da municipalização do ensino fundamental e suas possibilidades de consolidação no Estado do Paraná: as questões financeiras que envolveram este processo e as relacionadas à incorporação do Ciclo Básico de Alfabetização (CBA), que permearam praticamente todos os temas discutidos durante as entrevistas realizadas com os prefeitos e/ou suas equipes municipais de educação.

As dificuldades que, de alguma forma, comprometeram a condução desta análise podem ser creditadas à inexistência de uma avaliação da situação em que se encontrava a educação anteriormente ao processo de municipalização tanto em nível municipal quanto estadual. Além disso, a realização da pesquisa num período muito próximo ao início da implantação do processo não permitiu que os verdadeiros impactos dele decorrentes pudessem ser efetivamente observados. Também a não-simultaneidade e a não-generalização da implantação do processo de municipalização no Estado concorreram para que as situações anteriormente mencionadas não pudessem ser definidas.

As conclusões que se seguem foram reunidas em itens, de acordo com a estrutura adotada para a análise, com o propósito de facilitar a leitura e o entendimento das mesmas.

O Processo de Municipalização

- A adesão ao processo de municipalização não constituiu precisamente uma iniciativa própria dos municípios mas uma pressão por parte do governo estadual, uma vez que os primeiros a aderirem a ele foram basicamente os de pequeno porte, exatamente os mais frágeis do ponto de vista econômico e, portanto, os mais dependentes financeiramente das demais instâncias de governo.

- As condições em que se deu o processo de municipalização, em seu início, acabaram por gerar um clima de desconfiança por parte dos municípios quanto às vantagens de uma parceria com o Estado. Nesse sentido, o que mais pesou foi a questão dos repasses, desde a expectativa criada com respeito aos valores a serem recebidos pelos municípios, até as enormes restrições criadas pelo Estado para o seu pagamento. Os municípios enfrentam muitas dificuldades para atender a todos os critérios exigidos em relação à documentação financeira, o que não está ao alcance de decisões dos dirigentes de educação. Além disso, a exigência da SEED de comprovação trimestral para os gastos municipais com programas de educação contraria o disposto tanto da Constituição Federal quanto da Estadual, que determina a comprovação do gasto mínimo anual.
- O Estado repassou aos municípios o ônus da educação sem dar o devido respaldo, exigindo, inclusive, a adoção de uma nova proposta teórico-metodológica: o Ciclo Básico de Alfabetização. Essa proposta apresenta, no âmbito das escolas estaduais, dificuldades de implementação ainda não solucionadas e que não poderiam ter sido ignoradas quando se propôs, como parte da política de municipalização, a extensão dessa proposta às redes municipais de ensino.
- Nas questões operacionais, pode-se verificar que existem limitações concretas de gerenciamento. O poder trazido pela autonomia nem sempre tem sido claramente entendido ou efetivamente assumido, permanecendo os dirigentes municipais numa posição passiva, à espera de que o Estado seja o primeiro a tomar as iniciativas. Dessa forma, os municípios deixam de fazer esforços para melhorar a arrecadação e combater a sonegação, dentre outras ações que visam aumentar os recursos destinados à educação. Da mesma forma, não existe por parte do Estado apoio aos municípios no que diz respeito à capacitação relacionada às questões gerenciais.

- As decisões e o controle sobre o processo são unilaterais, pois quem determina os mecanismos do convênio é o Estado, e o único poder de barganha dos municípios acaba sendo não aderir à municipalização.
- Alguns dos municípios que aderiram ao processo de municipalização em busca de um ganho financeiro, ao se dar conta de que estes não se efetivariam dentro de suas expectativas, tentavam “devolver” ao Estado as responsabilidades que caberiam a eles.
- Os municípios também não fizeram uma avaliação de suas próprias condições financeiras e mesmo gerenciais para assumir a municipalização.
- O processo de municipalização está provocando uma separação rígida, que não poderia haver no campo da educação pública, quanto às responsabilidades de cada esfera de governo. A responsabilidade pelo ensino fundamental não é exclusiva dos municípios, mas também do Estado e da União, na medida em que estes são, em última instância, os responsáveis pela formulação de políticas que irão se refletir nas decisões municipais.
- A legitimidade do Termo de Parceria no processo de municipalização do ensino depende de ações eficazes por parte do Estado, para que este possa resgatar sua credibilidade diante dos municípios.

Gestão do Ensino Fundamental

- O perfil da rede de ensino dos municípios que aderiram ao processo de municipalização já não é mais predominantemente rural e disperso. Com a maior urbanização da rede escolar, os municípios herdaram todos os problemas dela decorrentes, como a pressão por uma maior oferta de vagas e a falta de salas de aula e de espaços físicos adequados para atender às exigências do Ciclo Básico de Alfabetização, bem como a conseqüente falta de recursos para atender às novas demandas criadas.

- Uma maior concentração de escolas na zona urbana traduziu-se em um elemento facilitador para questões de apoio técnico e pedagógico, pois a integração torna-se mais fácil na medida em que as dificuldades decorrentes do isolamento dos professores rurais são minimizadas.
- Apesar de alguns municípios terem absorvido um número bastante elevado de matrículas e professores, não se verificou uma conseqüente e adequada mudança organizacional nas estruturas municipais de ensino.
- O Estado, por sua vez, não vem prestando a todos os municípios parceiros, de forma efetiva, a orientação técnica e pedagógica, bem como os cursos de capacitação, de acordo com o estabelecido no Termo Cooperativo de Parceria Educacional; em alguns casos, o acompanhamento realizado pelo Estado deixou de existir, limitando seu relacionamento com os municípios às atividades burocráticas e legais de rotina. Desta forma, parece não estar havendo um assessoramento diferenciado aos municípios parceiros em relação àqueles que não assinaram o Termo de Parceria.
- Nas questões relacionadas ao pessoal técnico-administrativo e ao docente, evidenciaram-se as dificuldades gerenciais e, principalmente, as financeiras enfrentadas pelos municípios, em conseqüência da “fuga” de professores estaduais que atuavam nas escolas que foram municipalizadas.
- Os problemas relacionados à rotatividade dos professores municipais são decorrentes dos baixos salários oferecidos pelas prefeituras e da falta de planos de carreira específicos para o magistério, principalmente nos municípios de pequeno porte – determinando a baixa qualificação dos candidatos que se apresentam aos concursos públicos.
- A forma de contratação de funcionários e professores, através de concursos públicos, e de escolha de diretores, por meio de eleição, adotada pela maioria dos municípios, configura-se em avanço quanto ao processo democrático, cuja tendência à transparência dos procedimentos públicos é maior.

- Apesar de terem ocorrido oscilações em relação ao corpo docente da rede municipal, a relação matrícula/professores se manteve, na maioria dos municípios, dentro de padrões considerados razoáveis, apresentando inadequações em municípios como Curitiba, onde a relação obtida é bastante baixa.
- A autonomia dos órgãos municipais de educação em relação à gestão financeira não vai além da possibilidade de elaborar suas propostas orçamentárias, cabendo em geral aos prefeitos as decisões finais, inclusive as referentes à liberação de gastos.
- A questão dos gastos com o transporte escolar é um dos aspectos relacionados à gestão financeira que mais tem preocupado as administrações municipais.
- Apesar de terem surgido dificuldades na implantação do processo de municipalização, alguns municípios vêm-se mostrando capazes de encontrar alternativas de gestão para contornar os problemas que enfrentavam, mesmo que inspirados em modelos criados pelo governo estadual. É o caso de Palmas – que criou um fundo rotativo para a manutenção de escolas, sustentado com recursos do Tesouro municipal – e Marechal Cândido Rondon, onde a Secretaria Municipal de Educação adotou um projeto político-pedagógico dirigido às escolas municipais.

Relacionamento com os Núcleos Regionais de Educação e com a Sociedade Civil

- As relações dos órgãos municipais de educação com os Núcleos Regionais de Educação passam por percepções diferenciadas sobre o papel que deveriam exercer junto aos municípios. Há os que questionam a falta de atuação dos núcleos, principalmente nas questões relacionadas à parceria educacional, ao mesmo tempo em que outros municípios não aceitam sua interferência, entendendo que a municipalização significou a autonomia municipal com respeito aos problemas ligados à educação.

- Os Núcleos Regionais de Educação apresentam posturas bastante diversificadas quanto ao seu papel no processo de municipalização – como unidades descentralizadas da SEED e propagadoras das políticas estaduais de educação – não assumindo muitas vezes como sua responsabilidade o conhecimento e o cumprimento do Termo de Parceria. Essa situação também é consequência de uma falta de definição, por parte da SEED, do papel que deveria ser desempenhado pelos núcleos em função das novas relações que emergiram da parceria Estado/municípios.
- A falta de conselhos municipais de educação é apenas uma evidência de que, embora o Estado tenha promovido a municipalização do ensino, os municípios ainda permanecem dependentes das políticas estaduais de educação. A situação atual se configura mais como um sistema estadual descentralizado, em que não transparece a autonomia dos municípios para definir suas próprias políticas na área educacional.

Qualidade no Ensino Fundamental

- A adoção do Ciclo Básico de Alfabetização não está necessariamente atrelada à assinatura do Termo de Parceria, tendo em vista que alguns dos municípios que não aderiram ao processo de municipalização incorporaram a proposta. Por outro lado, mesmo sendo uma condição inerente ao Termo, houve municípios parceiros que não adotaram o CBA.
- A adoção do CBA tornou-se vulnerável na medida em que o Estado deixou de prestar, de maneira efetiva, a necessária orientação pedagógica às equipes dos municípios que assumiram a parceria educacional, além de excluir a maioria dos professores municipais dos cursos de aperfeiçoamento por ele promovidos. Há uma clara indicação de que o Estado não possui uma proposta concreta de apoio aos municípios em programas de capacitação dirigidos aos professores municipais.

- A formação básica dos professores em cursos de nível secundário, oferecidos pelas escolas estaduais, ainda necessita de um redirecionamento tendo em vista a proposta do CBA.
- A qualificação dos professores municipais apareceu como uma questão fundamental em todo o processo, já que de seu desempenho depende o sucesso da implantação da municipalização atrelada a uma nova proposta pedagógica.
- A municipalização do ensino fundamental, vinculada à adoção do CBA, parece ter contribuído para a redução da evasão escolar, mas não conseguiu impedir que as taxas de repetência continuassem a crescer. Vários foram os fatores que contribuíram para essa situação, desde a formação e aperfeiçoamento dos professores, até os problemas relacionados às condições físicas das escolas e à disponibilidade de equipamentos e materiais pedagógicos adequados.
- O processo de municipalização pode estar criando uma segmentação dentro do próprio ensino fundamental, fazendo com que a nova estrutura dos cursos de 1^ª a 4^ª série provoque a exclusão dos alunos da próxima fase (5^ª a 8^ª série). O aumento das taxas de repetência seria um indicativo de que existe uma fórmula dissimulada de retenção das crianças na 1^ª série, criando dessa forma uma falsa 2^ª série, onde o processo tende a se repetir. Essa situação, em consequência, implicaria um baixo nível de escolarização, ou mesmo, um maior tempo de permanência dos alunos na escola, principalmente nas quatro séries iniciais, que poderiam ser decorrentes tanto das dificuldades enfrentadas pelos municípios com o CBA quanto da falta de capacitação dos professores. Estaria sendo criada, assim, uma rede municipal de repetentes.

Aspectos Financeiros da Municipalização

- Os recursos alocados pelos governos municipal e estadual nos programas de educação revelam a prioridade que a administração pública tem dado a esta área; com raras exceções, os gastos têm sido superiores ao patamar

mínimo constitucional. Com o ensino fundamental, o Estado tem despendido mais da metade dos recursos alocados nos programas de educação, enquanto os municípios destinam quase a totalidade desses basicamente às quatro primeiras séries do 1º grau.

- Os recursos financeiros repassados aos municípios por conta do disposto no Termo de Parceria mostraram-se pouco significativos, principalmente para os de pequeno porte. Poucos são os que têm recebido repasses que, na maioria dos casos, não chega a representar 7% das despesas municipais com educação.
- Para o governo estadual, os repasses de recursos financeiros aos municípios apresentaram, ao longo do tempo, uma redução significativa, dada sua representatividade em relação ao total das despesas da SEED, passando de 14%, antes do início do processo de municipalização, para 3% em 1995.
- Os valores de referência, determinados pela SEED para o custo/aluno/ano e que servem de base para o cálculo dos repasses financeiros, foram sistematicamente inferiores ao gasto/aluno realizado pelo próprio Estado no período que se seguiu à implantação da municipalização.
- Além das questões que envolvem os cálculos para determinar o valor do custo/aluno/ano, ainda não está claro para os municípios que o montante do repasse de recursos destinados ao ensino fundamental, no âmbito da municipalização, depende não apenas de sua capacidade financeira, mas também de sua capacidade de atendimento, sendo que é do balanço dessas variáveis que se define a necessidade ou não de repasses.

A Continuidade do Processo de Municipalização

A partir das conclusões que surgiram da pesquisa e a título de contribuição para a continuidade do atual processo de municipalização, são apresentadas, a seguir, algumas sugestões:

- O Estado deveria oferecer apoio técnico-pedagógico aos municípios que, por suas características, não têm condições de arcar sozinhos com o ônus da educação.
- Na impossibilidade de dar suporte técnico a todos os municípios, o Estado deveria criar mecanismos financeiros de apoio, para que se busquem soluções individuais de acordo com suas próprias necessidades.
- É necessário que se aprofunde e se reveja, em estudo específico, a questão do custo/aluno/ano, base de cálculo dos repasses efetuados pelo Estado aos municípios.
- Alguns estudos adicionais poderiam ser realizados no sentido de dar continuidade a temas que, pelo tipo de abordagem deste trabalho, não foram suficientemente esgotados: evasão e repetência, relacionadas ao processo de municipalização, e o papel do CBA enquanto elemento facilitador do desempenho do aluno ou enquanto instrumento de sua exclusão.
- Monitoramentos periódicos sobre o desenvolvimento da parceria educacional poderiam ser realizados, tornando mais claras algumas das questões surgidas nesta pesquisa.
- O Estado deveria estabelecer uma política que procurasse equilibrar sua relação com os municípios, além de reforçar suas ações na área educacional. Nesse sentido, o papel dos Núcleos Regionais de Educação é fundamental e deveria ser resgatado junto aos municípios, sejam eles parceiros ou não. A diversidade de situações que se percebe entre os municípios do Estado, teria necessariamente que ser levada em conta, devendo os mais frágeis em termos de estrutura técnico-gerencial serem objeto de maior atenção.

**ANEXO 1 - METODOLOGIA DA TIPIIFICAÇÃO DE
MUNICÍPIOS E DA AMOSTRAGEM**

METODOLOGIA DA TIPIFICAÇÃO DE MUNICÍPIOS E DA AMOSTRAGEM

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi necessário determinar e selecionar uma amostra representativa de municípios, tendo por base uma caracterização econômica e financeira do conjunto de municípios do Estado do Paraná.

TIPIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Inicialmente elaborou-se um grande arquivo de dados básicos, obtidos junto à Base de Dados do Estado (BDE), do IPARDES, a partir da qual foram selecionadas informações de natureza econômica e financeira para os 318¹ municípios do Paraná, para o ano de 1991.² Com esse conjunto de informações, elaborou-se uma base de dados informatizada e procedeu-se a uma regionalização de municípios, como suporte para o processo de amostragem.

Foi selecionado para cada município um conjunto de 12 variáveis, sendo dez de natureza econômica e duas de natureza financeira. As duas primeiras variáveis econômicas referem-se ao ano de 1991 e, as demais, em virtude da indisponibilidade de informações mais recentes, referem-se ao ano de 1989.

As variáveis econômicas utilizadas foram:

- consumo de energia elétrica/população do município;
- número de veículos/população do município;
- número de estabelecimentos do setor industrial;
- número de estabelecimentos do comércio atacadista;
- número de estabelecimentos do comércio varejista;
- número de estabelecimentos do setor serviços;
- valor adicionado do setor primário;
- valor adicionado do setor secundário;
- valor adicionado do setor comércio;

¹ Embora em 1991 o Paraná possuísse 323 municípios, a BDE dispunha de informações para 318 deles.

² Como base para amostragem, foram utilizados dados de 1991, por ser este o último ano para o qual se dispunha de informações estatísticas para todos os municípios do Estado. Em 1993, foram instalados 53 novos municípios, cujas informações não estavam disponíveis quando da definição da amostra para esta pesquisa.

- valor adicionado do setor serviços.

As duas variáveis financeiras utilizadas, referentes ao ano de 1991, foram:

- transferências estaduais e federais/população do município;
- receita própria/população do município.

Com base numa análise estatística preliminar das variáveis originais, constatou-se que todas apresentavam distribuições fortemente assimétricas positivas e variâncias extremamente elevadas. Este fato deveu-se basicamente à magnitude das variáveis utilizadas, pois, enquanto algumas estavam expressas em valores percentuais, outras foram medidas em valores absolutos. Dessa forma, antes de proceder-se à regionalização, impôs-se a necessidade de uma transformação das variáveis originais a fim de minimizar a não-normalidade e estabilizar a variância. O método adotado para essa transformação foi o da raiz quadrada.

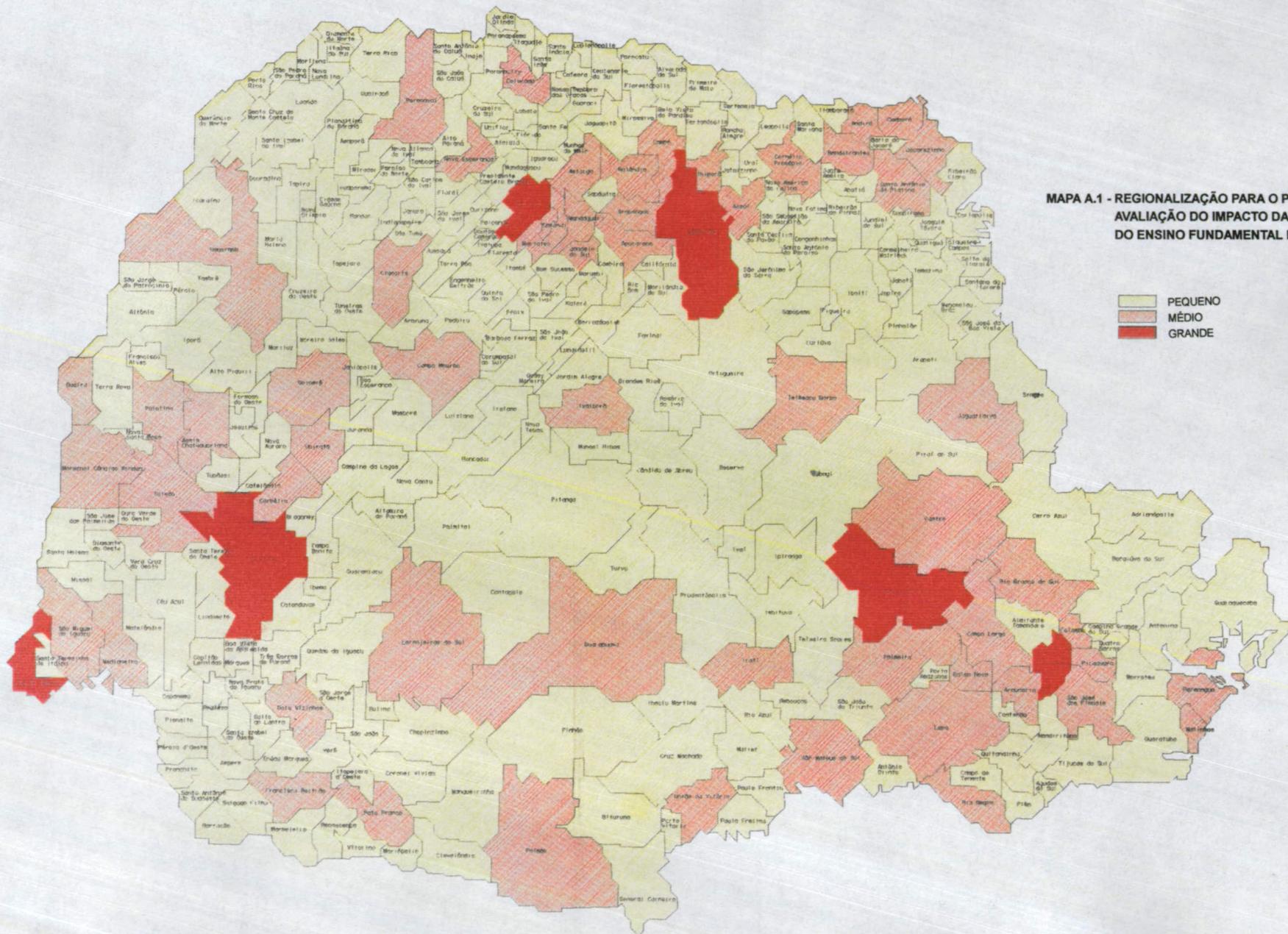
Em seguida, elaborou-se a tipologia de municípios, utilizando-se do modelo de análise fatorial, seguido por uma Análise de Cluster, para determinar a regionalização pelos valores dos fatores a partir das 12 variáveis de natureza econômica e financeira dos 318 municípios do Estado do Paraná. Determinada a regionalização, para avaliar a qualidade da classificação obtida e testar a eficácia do Método de Cluster aplicado, procedeu-se a uma análise discriminante. O mapa A.1, a seguir, apresenta a regionalização obtida para o Estado do Paraná.

O MÉTODO DE AMOSTRAGEM

O objetivo principal deste trabalho era selecionar uma amostra representativa de municípios do Estado para a realização da pesquisa do projeto Avaliação de Impacto da Municipalização do Ensino Fundamental no Estado do Paraná. Nesse sentido, a primeira etapa consistiu na regionalização dos municípios com o intuito de estratificar o Estado em grupos de municípios homogêneos, a fim de otimizar o processo de amostragem.

Portanto, definida a regionalização, o ponto de partida desta segunda etapa constituiu-se na determinação do método e da variável mais apropriada para ser utilizada no processo de amostragem. Dessa forma, para identificar qual a variável a ser utilizada no processo de amostragem utilizou-se da análise de correlação para estabelecer o grau de associação linear entre as 12 variáveis transformadas e os três fatores obtidos através da aplicação da análise fatorial. Para a seleção da amostra, adotou-se o método da amostragem estratificada, usando-se a partilha ótima de Neyman para a atribuição do número de elementos da amostra em cada estrato. Os estratos considerados foram representados por três grupos de municípios homogêneos sob o aspecto econômico e financeiro, obtidos quando da aplicação da Análise de Cluster.

**MAPA A.1 - REGIONALIZAÇÃO PARA O PROJETO
 AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA MUNICIPALIZAÇÃO
 DO ENSINO FUNDAMENTAL NO PARANÁ - 1991**



FONTE: IPARDES
 BASE CARTOGRÁFICA: IAP-1990

O cálculo da alocação ótima para cada estrato foi obtido através da aplicação da seguinte relação:

$$n_i = n \cdot \frac{N_i S_i}{\sum N_i S_i}$$

onde n_i representa o número de municípios da amostra que será extraído do estrato i , e n é o número total de municípios na amostra. Para o dimensionamento da amostra, utilizou-se a expressão de Neyman, corrigida para o caso de população finita.

$$n \geq \frac{K^2 \left\{ \left[\frac{\sum N_i \sigma_i}{\sum N_i} \right]^2 (N-1) + \left[\frac{\sum N_i \sigma_i^2}{\sum N_i} \right] \right\}}{\left[E^2 (N-1) + K^2 \left(\frac{\sum N_i \sigma_i^2}{\sum N_i} \right) \right]}$$

onde:

n = tamanho da amostra;

k = valor de z da tabela da distribuição normal standard para um determinado nível de confiança;

N_i = tamanho dos estratos (número total de municípios dentro de cada grupo);

σ_i = desvio-padrão de cada estrato;

N = tamanho da população (no caso os 318 municípios do Estado do Paraná);

σ_i^2 = variância de cada estrato;

E = erro permissível;

i = estrato ($i = 1,3$).

Na determinação da amostra, foram consideradas variáveis, transformadas pela função raiz quadrada:

- relação entre o consumo de energia elétrica e a população do município;
- relação entre o número de veículos e a população do município;
- número de estabelecimentos do setor industrial;
- número de estabelecimentos do comércio atacadista;
- número de estabelecimentos do setor serviços;
- valor adicionado do setor primário;
- valor adicionado do setor secundário.

Para cada uma dessas variáveis, foram calculadas 48 amostras, sendo 12 para o total e 36 para os três estratos, para os níveis de confiança de 90, 95 e 99% e para as margens de erro de 3, 5, 8 e 10%.

Após analisar os tamanhos de amostra obtidos para cada variável isoladamente, optou-se por escolher uma amostra conciliatória de municípios que fosse representativa das variáveis em análise. Essa decisão de adotar uma amostra conciliatória foi baseada em COCHRAN, que afirma que a melhor repartição para uma determinada especificação não o será, em geral, para outra, e que dessa forma, nos levantamentos com numerosas especificações, deve-se adotar uma amostra de conciliação. Essa amostra de conciliação foi obtida tomando-se em cada estrato a média dos dimensionamentos obtidos para cada especificação, tendo em vista que a repartição conciliatória apresenta resultados tão precisos quanto os que seriam possíveis usando-se repartições ótimas, separadas para cada especificação. Adotou-se um nível de confiança de 90% e uma margem de erro de 10% nas estimativas. A tabela a seguir apresenta o total de municípios e a amostra conciliatória mínima para cada estrato e total.

TABELA 1 - NÚMERO TOTAL DE MUNICÍPIOS E AMOSTRA CONCILIATÓRIA REFERENTE AO NÍVEL DE CONFIANÇA DE 90% E MARGEM DE ERRO DE 10%

| ESTRATO | NÚMERO TOTAL DE MUNICÍPIOS | AMOSTRA CONCILIATÓRIA |
|---------|----------------------------|-----------------------|
| 1 | 58 | 9 |
| 2 | 6 | 5 |
| 3 | 254 | 16 |
| TOTAL | 318 | 30 |

FONTE: IPARDES

A SELEÇÃO DA AMOSTRA

Para o sorteio dos municípios dentro de cada um dos estratos, utilizou-se a amostragem aleatória sistemática. Esse procedimento, além de evitar o viés subjetivo que surge da escolha pessoal de unidades amostrais, possibilita a mesma oportunidade de escolha a cada uma dessas unidades na composição das amostras dos estratos. O seguinte exemplo ilustra o critério de sorteio efetivado em cada um dos três estratos.

Estrato 3

Tamanho da população: $N = 254$

Tamanho da amostra: $n = 16$ municípios

a) Cálculo do intervalo de seleção (IS):

$$IS = \frac{N}{n} = \frac{254}{16} = 15,9$$

b) Cálculo de início aleatório (IA):

$IA = x$, número sorteado aleatoriamente entre 01 e IS (considerando-se apenas a parte inteira de IS);

c) Os municípios sorteados para a amostra do estrato 3 foram:

1º município = x

2º município = $x + IS$

3º município = $x + 2IS$

.....

.....

16º município = $x + (n-1)IS$

ANEXO 2 - PROTOCOLO DE INTENÇÕES

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

O ESTADO DO PARANÁ, através de seu Governador....., e o Município de, neste ato representado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,, firmam os seguintes pontos em que se encontram de mútuo acordo, bem como os encargos que competirão a cada uma das partes, no presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES:

1 DOS OBJETIVOS GERAIS

- 1.1 - Partilha dos serviços e encargos entre o Poder Público Estadual, Municipal, com vistas ao cumprimento ao dispositivo Constitucional que prevê a universalização do ensino básico.

2 DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 2.1 - Para a consecução dos objetivos a que se propõe o presente, caberá ao Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação:
 - a) Transferir gradativamente ao Poder Público Municipal o Patrimônio utilizado pelos estabelecimentos de ensino fundamental regular e supletivo mantidos pelo Estado. Os prédios onde funcionam, além do ensino fundamental, ensino médio ou outra modalidade de ensino mantido pelo Estado, serão cedidos mediante termos próprios, sob critérios que permitam, sem prejuízo, a continuidade da oferta do ensino.
 - b) Manter os recursos humanos, atualmente lotados nos estabelecimentos transferidos à Administração Municipal, sem prejuízo de seus vencimentos e demais direitos e vantagens.
 - c) Repassar ao MUNICÍPIO em data a ser convencionada, em decorrência da integração de estabelecimentos de ensino estaduais à rede municipal, o equivalente à diferença entre o custo global da rede pública de ensino, calculada com base no custo aluno da rede estadual, e os valores que, por

dispositivo constitucional, o MUNICÍPIO é obrigado a aplicar na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

- d) Oferecer apoio técnico e elaborar instrumentos operacionais com suporte no Poder Público Municipal, na adequação de sua administração, para assumir os encargos e serviços decorrentes das transferências dos estabelecimentos de ensino.

3 DA OPERACIONALIZAÇÃO

3.1 - O ESTADO DO PARANÁ, de forma conjunta com o MUNICÍPIO, na operacionalização das presentes disposições, desenvolverá programas destinados a conscientizar a Comunidade de sua participação na solução dos problemas educacionais, bem como capacitar a administração municipal para o desempenho de suas responsabilidades na área da educação, especialmente em decorrência da assunção de novos encargos e serviços.

4 DO PRAZO

4.1 - Tendo em vista a complexidade que envolve o processo de transferência, bem como o fato de que a partilha dos serviços e encargos deverá ser formalizada mediante lei específica, fica estipulado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da assinatura deste documento, para implantação do projeto especificado no item 1.1.

E, por assim estarem de acordo, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor.

Governador do Estado do Paraná

Prefeito Municipal

**ANEXO 3 - TERMOS COOPERATIVOS DE PARCERIA
EDUCACIONAL**

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GRUPO DE PLANEJAMENTO SETORIAL**

TERMO COOPERATIVO DE PARCERIA EDUCACIONAL

Termo Cooperativo de Parceria Educacional nº
____/92, que entre si celebram o Estado do Paraná,
através da Secretaria de Estado da Educação e a
Prefeitura Municipal de

O Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, através da Secretaria de Estado da Educação, com sede na Avenida Água Verde, 1.680, Curitiba, Paraná, inscrita no CGC sob o nº 76.416.956/0001-21, doravante denominado simplesmente SEED, neste ato representada por seu titular,, CI nº, expedida pela SSP/....., CPF nº....., e, de outro lado, a Prefeitura Municipal de, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CGC sob o nº....., com sede na Rua, nº, na cidade de, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO PARCEIRO, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, o Senhor, C.I. nº expedida pela SSP/....., CPF nº, resolvem celebrar o presente Termo Cooperativo de Parceria Educacional, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO

O presente Termo tem por objetivo a ação de parceria educacional entre a SEED e o MUNICÍPIO PARCEIRO, visando ao desenvolvimento do Ensino Fundamental, prioritariamente no que se refere às quatro séries iniciais, ao Pré-escolar, à Educação Especial e ao Supletivo Fase I, atendendo ao disposto no Artigo 211, da Constituição Federal, e nos Artigos 179 e 186, da Constituição Estadual.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

São obrigações das partes:

I - DA SEED:

- a) repassar ao MUNICÍPIO PARCEIRO, sem ônus para o município, os professores estaduais efetivos ou estabilizados, que atuam no Ensino

- Fundamental de 1ª a 4ª série, Pré-escolar, Educação Especial e Supletivo Fase I, aos quais permanecerão assegurados todos os seus direitos, vantagens e concessões, nos termos do Estatuto do Magistério, junto ao Estado do Paraná;
- b) oferecer orientação técnico-pedagógica de forma permanente ao MUNICÍPIO PARCEIRO, referente ao desenvolvimento do ensino nos níveis e modalidades estabelecidos na CLÁUSULA PRIMEIRA;
- 1) O Currículo Básico - CB, que compreende o Ciclo Básico de Alfabetização - CBA e a proposta pedagógica para as demais séries do Ensino Fundamental, implantado nos estabelecimentos municipalizados, obedecerá normas contidas na Instrução nº 01/92 do Departamento de Ensino Fundamental, em anexo;
 - 2) Os programas de Educação Especial seguirão as normas contidas na Instrução nº 02/92 do Departamento de Educação Especial, em anexo.
 - 3) O tratamento da documentação escolar, na parceria educacional, estará definida na Instrução nº 03/92 da Coordenação de Documentação Escolar, em anexo.
- c) prestar assistência técnica ao MUNICÍPIO PARCEIRO, através de cursos e treinamentos para docentes e pessoal técnico-administrativo da rede municipal de ensino, visando à integração e ao aperfeiçoamento dos recursos humanos municipais, quando solicitada pelo Prefeito Municipal;
- d) prestar assistência financeira ao MUNICÍPIO PARCEIRO, mediante o repasse de recursos, cujo valor será definido com base no cálculo resultante da diferença, a maior, entre a capacidade financeira de matrícula do município e a matrícula total/real, multiplicada essa diferença pelo valor do custo/aluno/mês, conforme o contido na Instrução nº 04/92 do Grupo Financeiro Setorial;
- e) adotar, para efeito de repasse de recursos financeiros ao MUNICÍPIO PARCEIRO, como referencial, o valor da bolsa do Salário Educação (SME) estabelecido trimestralmente, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC;
- f) definir e divulgar no início de cada trimestre civil, o percentual da cota do Salário Educação aplicado para calcular o custo/aluno/mês, garantindo ao MUNICÍPIO PARCEIRO o custo do aluno, pactuado no período inicial do presente Termo Cooperativo de Parceria Educacional;
- g) manter em parceria os prédios estaduais e equipamentos escolares, quando utilizados também também pela SEED;
- h) emitir parecer sobre os relatórios encaminhados à SEED, referentes ao desempenho qualitativo e quantitativo do sistema escolar municipal, informando ao MUNICÍPIO PARCEIRO os resultados da análise.

II - DO MUNICÍPIO PARCEIRO:

- a) aplicar, anualmente, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento de ensino nos termos do Artigo 212 da Constituição Federal e do Artigo 185 da Constituição Estadual, para ser beneficiado com os repasses de recursos da parceria educacional;
- b) apresentar anualmente à SEED a Certidão de comprovação da aplicação dos 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos e da Certidão Negativa de Débitos, ambas do Tribunal de Contas do Estado, condições para o repasse de recursos financeiros;
- c) informar trimestralmente à SEED, através dos Núcleos Regionais de Educação, até o 10^º (décimo) dia do mês inicial de cada trimestre civil, dados sobre a receita municipal e matrícula de alunos da rede municipal de 1^ª a 4^ª série do Ensino Fundamental, Pré-escolar, Educação Especial e Supletivo Fase I e o quadro de pessoal envolvido na parceria educacional, relativos ao trimestre imediatamente anterior, em formulário próprio fornecido pela SEED;
 - 1) O repasse financeiro ao MUNICÍPIO PARCEIRO será condicionado ao cumprimento do exposto na alínea “c”.
- d) aplicar os recursos financeiros da parceria educacional, exclusivamente, no desenvolvimento e manutenção do Ensino Fundamental, Pré-Escolar, Educação Especial e Ensino Supletivo-Fase I;
- e) realizar anualmente em colaboração à SEED a Chamada Escolar para os alunos que ingressarão no ensino fundamental, nos termos do disposto no Artigo 179, Parágrafo 3^º, da Constituição Estadual;
- f) enviar semestralmente à SEED relatório de desempenho qualitativo e quantitativo do sistema escolar municipal;
- g) adotar medidas legais para regularização da rede escolar municipalizada, no prazo de 90 (noventa) dias, após a assinatura do presente termo;
- h) observar a aplicação das normas e dos conteúdos mínimos para o ensino Pré-escolar, Fundamental, de Educação Especial e Supletivo - Fase I, de maneira a assegurar a formação básica comum e o respeito aos valores culturais e artísticos universais, nacionais e regionais, previstos na legislação educacional.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

A vigência deste Termo Cooperativo de Parceria Educacional terá fixada o início da execução em 1^º de Março/92, e o término em 31 de Dezembro/92.

CLÁUSULA QUARTA - DA CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos correrão por conta da dotação orçamentária 3301.08421882:780 - Apoio a Demanda Escolar, inscritos na rubrica 32230300.

CLÁUSULA QUINTA - DO REPASSE

O prazo para o repasse de recursos financeiros ao Município será o estabelecido em Lei.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas deverá ser apresentada ao Tribunal de Contas do Estado, no final do exercício.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES

A prorrogação de prazos e o tratamento aos casos não previstos no presente Termo Cooperativo poderão ser requeridos, mediante ofício do representante municipal ao Sr. Secretário de Estado da Educação, e formalizados em Termo Aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, para nele serem dirimidas dúvidas ou controvérsias decorrentes na vigência do presente Termo Cooperativo de Parceria Educacional.

E, por estarem de pleno acordo, as partes firmam o presente Instrumento, em três vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo-assinadas, para que surta os efeitos legais.

Curitiba, de _____ de 1992

Secretário de Estado da Educação

Prefeito Municipal de.....

TESTEMUNHAS:

1ª _____ R.G. Nº _____
 2ª _____ R.G. Nº _____

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL
INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SUED/DEF Nº 01/92

EMENTA: Procedimentos a serem adotados no processo de municipalização, para assegurar a continuidade da implantação nas escolas municipalizadas do “Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná.”

A Superintendência de Educação e o Departamento de Ensino Fundamental, da Secretaria de Estado da Educação, considerando:

- os princípios constitucionais preconizados para a Educação, contemplados na proposta do Currículo Básico, que compreende o Ciclo Básico de Alfabetização e a proposta pedagógica para as demais séries do Ensino Fundamental, têm como pressuposto a melhoria da qualidade de ensino, a reorganização da Escola Pública e conseqüentemente a democratização do acesso e permanência do aluno na escola;

- que a adoção do Ciclo Básico de Alfabetização, pelas escolas municipalizadas, assegura a unidade da educação ofertada pela rede pública escolar. Possibilita o progresso sistemático do aluno no domínio do conhecimento, eliminando a reprovação na primeira série, e as causas pedagógicas da evasão escolar;

- a implantação gradativa do Currículo Básico nas escolas municipalizadas deverá consolidar a continuidade do processo de reorganização do Ensino Público Fundamental, iniciado com o Ciclo Básico de Alfabetização.

Resolvem:

1- Desenvolver ações para garantir a continuidade da oferta de condições teóricas nas escolas municipalizadas, no que se refere ao Pré-escolar e às séries iniciais do Ensino Fundamental, através de:

- apoio em programas e projetos de capacitação docente;
- indicação de material pedagógico para o corpo docente e discente;
- parceria nos estudos e planejamento anual e/ou acompanhamento e supervisão;

- disponibilidade permanente do Grupo de Estrutura e Funcionamento do Departamento de Ensino Fundamental para atendimento às questões administrativas que exigem documentação específica.

2- Toda ação será desencadeada pela SEED quando solicitada pelo MUNICÍPIO PARCEIRO.

Curitiba,..... de..... de.....

Superintendente de Educação

Chefe do DEF/SEED

ANEXO 2
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SUED/DEE - Nº 02/92

EMENTA: Critério para a condução da Educação Especial no processo de Municipalização do Ensino.

A Superintendência de Educação e o Departamento de Educação Especial da Secretaria de Estado da Educação, considerando:

- que os princípios de Universalização e Democratização do ensino só serão obedecidos através do efetivo atendimento aos alunos portadores de necessidades educacionais especiais;
- as peculiaridades inerentes à Educação Especial;
- o investimento realizado pelo Estado do Paraná na capacitação de recursos humanos para a área da Educação Especial;
- a proposta de “parceria responsável” Estado/Município, para dar cumprimento aos dispositivos legais, no que concerne ao Ensino Fundamental;
- os estudos realizados pela equipe do DEE.

Resolvem:

1 - O Ensino Especial, parte integrante do Ensino Fundamental, deverá ser contemplado no processo de municipalização do ensino, de conformidade com a legislação Federal e Estadual em vigor.

2 - A Educação Especial é regida por legislação própria do Conselho Estadual de Educação, estando em vigor a Deliberação 020/86.

3 - A criação, a autorização de funcionamento, o reconhecimento, a inspeção e a cessação do funcionamento das modalidades e programas de Educação Especial no processo de municipalização, deverão seguir as orientações contidas na Deliberação 020/86, cabendo ao Departamento de Educação Especial da SEED o pronunciamento conclusivo nesses processos.

4 - O encaminhamento do educando portador de necessidades especiais de educação, no contexto de Ensino Especial, deverá ser precedido de uma avaliação diagnóstica multidisciplinar, realizada por equipe constituída de profissionais habilitados, conforme critérios estabelecidos pela SEED/DEE.

Enquanto os municípios não contarem com esses profissionais, na equipe de ensino dos Órgãos Municipais de Educação, as avaliações poderão ser desenvolvidas pelo Núcleo Regional de Educação e/ou pelo Departamento de Educação Especial da SEED.

5 - No processo de municipalização os professores especializados, do magistério estadual ou municipal e que já estiverem atuando no Ensino Especial, quer na rede pública ou entidades conveniadas deverão, preferencialmente, ser mantidos em sua função.

6 - Os professores do magistério estadual que prestam serviços em instituições especializadas de Educação Especial continuarão com suas lotações fixadas no Núcleo Regional de Educação. Quando se configurar a necessidade de substituição de professores, em caráter temporário ou definitivo, a vaga deverá ser preenchida por um professor municipal especializado em Educação Especial.

7 - No Ensino Especial pode se configurar a necessidade de atribuição de aulas extraordinárias em casos de substituição, ou de criação de novos programas, observando-se para tanto, os seguintes critérios:

- a) maior tempo de serviço em Educação Especial;
- b) maior tempo de serviço de 1^a a 4^a série no Ensino Fundamental;
- c) maior tempo de serviço de 5^a a 8^a série no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio.

8 - Na situação de cedência do professor de Educação Especial da Rede Estadual para a Municipal ou vice-versa, deve-se considerar:

- a garantia da continuidade do atendimento educacional aos portadores de deficiência;
- a possibilidade de remanejamento desses alunos para uma escola de rede correspondente à prestação de serviços do professor, considerando-se ainda a facilidade de acesso do educando à nova sede de atendimento educacional;
- a continuidade de prestação de serviços de professores da rede estadual em escolas especializadas conveniadas.

9 - A Secretaria de Estado da Educação, através do Departamento de Educação Especial em parceria com o município, garantirá o desenvolvimento da política de capacitação de recursos humanos para o Ensino Especial.

Curitiba, ... de de

Superintendente de Educação

Chefe do DEE, SEED

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO EDUCACIONAL
INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SUED/CDE Nº 03/92

EMENTA: Procedimentos a serem adotados no processo de municipalização do Ensino, relativos à documentação escolar.

A Superintendência de Educação e a Coordenação de Documentação Educacional da Secretaria de Estado da Educação, considerando:

1 - a necessidade de estabelecer real parceria entre a União, o Estado e o Município, mantendo autonomia no sentido de cada instância assumir, definitivamente, o compromisso com a educação;

2 - que, a partir da municipalização do Ensino Pré-escolar, Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, Educação Especial e Supletivo Fase I, a Documentação Escolar passará a ser da responsabilidade do **MUNICÍPIO PARCEIRO**.

Resolvem indicar os procedimentos a serem adotados:

I- A escola Municipalizada deverá ter o Ato Oficial (Resolução Secretarial) que desativa ou extingue a Escola Estadual e o Ato Oficial Municipal da nova Escola.

II- Acervo Escolar

A - Situação 1 - Extinção

A1 - Escolas que ofertam somente o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série

Com a mudança da entidade mantenedora, todo o acervo passará a pertencer à Escola Municipalizada, que o receberá da Escola Estadual com uma relação em 03 (três) vias de toda a documentação:

- livros de chamada, de atas de reuniões, de atas de exames, de frequência de professores e funcionários;

- pastas de relatórios finais, de atos oficiais, de relatório mensal de frequência;

- pastas individuais de alunos listadas por série, turma e turno.

A 1ª via da relação destina-se ao representante do Núcleo Regional de Educação, no município, a 2ª via à Escola Municipalizada, e a 3ª via ao Núcleo Regional de Educação - NRE.

A 2 - Escolas que ofertam de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

- Com a extinção (cessação de atividades) de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, a Escola Estadual deverá passar o acervo à Escola Municipalizada seguindo as orientações constantes no item A1.

A 3 - Escolas Rurais Estaduais que ofertam de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental.

O acervo das Escolas Rurais Estaduais, com a municipalização do Ensino, passará para o Órgão Municipal de Educação, observando-se as orientações contidas no item A1, exceto quanto à 2ª via da relação que permanecerá no próprio Órgão.

B - Situação 2 - Desativação:

B1 - Escolas que ofertam o Ensino Fundamental de 1ª a 8ª série.

Com a desativação, mediante a cessação das atividades das quatro séries iniciais do Ensino Fundamental e a criação da Escola Municipalizada, que continuará funcionando no mesmo prédio, as secretarias deverão ser independentes.

A Escola Estadual deverá passar o acervo de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental para a Escola Municipalizada, seguindo as orientações constantes no item A1.

A Escola Municipalizada deverá organizar o seu arquivo com as pastas individuais pertencentes ao acervo da Escola Estadual, acrescida de novo requerimento de matrícula, preenchido na Escola Municipalizada.

B2 - Escolas que ofertam o Ensino Fundamental de 1ª a 8ª série e Ensino Médio.

Com a desativação, mediante a cessação do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, adotar as orientações constantes nos itens A1 e B1.

III - Expedição de Documentação Escolar:

Escolas Estaduais que já preencheram a Documentação Escolar durante e no final do ano letivo, tais como: Requerimento de Matrícula, Ficha Individual, Histórico Escolar e Relatório Final, e que foram oficialmente municipalizadas, com efeito retroativo, utilizarão os mesmos impressos, devendo apostilar no verso dos documentos, na parte referente a observações, segundo modelo abaixo:

Escola Municipal..... - municipalizada pela Resolução Secretarial
nº....., de

Local, data e assinatura

O Livro de Chamada e a Pasta Individual deverão ser apostilados na capa.

Esse apostilamento poderá ser datilografado, manuscrito ou carimbado.

IV - Os casos omissos serão resolvidos pela SUED/CDE-SEED.

Curitiba, de..... de 1992

Superintendente de Educação

Coordenador da CDE

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GRUPO FINANCEIRO SETORIAL**

INSTRUÇÃO Nº 04

Para efeito do que dispõe a letra “d” do item I, da Cláusula Segunda do Termo Cooperativo de Parceria Educacional, serão utilizadas as fórmulas abaixo explicitadas, para conhecimento do valor a ser repassado ao **MUNICÍPIO PARCEIRO**:

FÓRMULA 1 - Atualização da Receita Tributária do Município

$$RTA = \frac{(R1 \cdot IGP1 \cdot IGP2) + (R2 \cdot IGP2) + R3}{3}$$

Onde:

RTA = Receita Tributária Média Atualizada

RTA1 = Receita Tributária do 1º mês do trimestre civil a ser corrigido

RTA2 = Receita Tributária do 2º mês do trimestre civil a ser corrigido

RTA3 = Receita Tributária do 3º mês do trimestre civil a ser corrigido

IGP1 = Variação do Índice Geral de Preços no 1º mês do trimestre civil a ser corrigido

IGP2 = Variação do Índice Geral de Preços no 2º mês do trimestre civil a ser corrigido

FÓRMULA 2 - Capacidade Financeira do Município.

$$CFM = \frac{RTA \times 25\%}{CAM}$$

Onde:

CFM = Capacidade Financeira de Matrícula

RA = Receita atualizada

CAM = Custo/Aluno/Mês = x% da Bolsa Salário Educação do trimestre

FÓRMULA 3 - Matrícula a Maior no Município

$$MM = MAM - CFM$$

Onde:

MM = Matrículas Maior que a Capacidade Financeira de Matrículas no Município

MAM = Matrícula Atual do Município

CFM = Capacidade Financeira de Matrícula

FÓRMULA 4 - Valor a ser Repassado

RM = MM x CAM

Onde:

RM = Repasse ao Município

MM = Matrícula a Maior que a Capacidade Financeira de Matrícula do Município.

CAM = Custo/Aluno/Mês.

Curitiba, de..... de 1992

Diretor Geral

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO

TERMO COOPERATIVO DE PARCERIA EDUCACIONAL Nº/93, que entre si firmam o ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, devidamente autorizada pelo protocolo nº...../93, situada à Avenida Água Verde, nº 1.682, na cidade de Curitiba, Capital do Paraná, doravante denominada simplesmente SEED, neste ato representada por seu Titular,, ou, no seu impedimento, pelo seu representante legal e, de outro lado, a PREFEITURA MUNICIPAL de, pessoa jurídica de direito público interno, doravante denominada simplesmente Município Parceiro, neste ato representada pelo(a) Prefeito(a) Municipal, Sr.(a), mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO

O presente Termo tem por objetivo a ação de Parceria Educacional entre a SEED e o MUNICÍPIO PARCEIRO, visando ao desenvolvimento da Educação Pré-Escolar e do Ensino Fundamental, prioritariamente no que se refere às quatro séries iniciais, à Educação Especial e ao Supletivo Fase I, atendendo ao disposto no Artigo 211, da Constituição Federal, e nos Artigos 179 e 186, da Constituição Estadual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - De acordo com o disposto no parágrafo 2º do artigo 211, da Constituição Federal, o processo de municipalização do Ensino Fundamental de 1º a 4º série, no tocante a sua execução, é irreversível, cabendo à SEED as obrigações constantes da Cláusula Segunda e, ao MUNICÍPIO PARCEIRO, as constantes da Cláusula Terceira.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O presente Termo é o único instrumento pelo qual a SEED poderá liberar, mensalmente, recursos financeiros ao MUNICÍPIO PARCEIRO.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA SEED

- a) Ceder, ao MUNICÍPIO PARCEIRO, os professores de seus quadros funcionais, que atuam na Educação Pré-Escolar, no Ensino Fundamental de 1º

- a 4^ª série, Educação Especial e Supletivo Fase I, aos quais permanecerão assegurados todos os seus direitos, vantagens e concessões, nos termos do Estatuto do Magistério, junto ao Estado do Paraná.
- b) Oferecer orientação técnico-pedagógica de forma permanente ao MUNICÍPIO PARCEIRO, quanto ao desenvolvimento do ensino nos níveis e modalidades estabelecidos na Cláusula Primeira, sendo que:
- b.1) O Currículo Básico - CB, que compreende o Ciclo Básico de Alfabetização - CBA e a Proposta Pedagógica para as demais séries do Ensino Fundamental, implantado nos estabelecimentos municipalizados, obedecerá às normas contidas no Anexo I.
- b.2) Os programas de Educação Especial seguirão as normas contidas no Anexo II.
- b.3) O tratamento da documentação escolar, na parceria educacional, estará definido no Anexo III.
- c) Prestar assistência técnica ao MUNICÍPIO PARCEIRO, através de cursos e treinamentos para docentes e pessoal técnico-administrativo da Rede Municipal de Ensino.
- d) Prestar assistência financeira ao MUNICÍPIO PARCEIRO, mediante repasse de verbas, cujo valor será definido com base nas fórmulas constantes no Anexo IV, e nas seguintes condições:
- d.1) Caso o número total de alunos atendidos pelo MUNICÍPIO PARCEIRO ultrapasse, no mínimo, em 80% (oitenta por cento), a mais da sua capacidade financeira de matrícula, o repasse de verbas terá por base:
- a) o valor integral do custo/aluno/mês definido para o trimestre, acrescido de 20% (vinte por cento);
- b) o total de alunos atendidos pelo MUNICÍPIO PARCEIRO, deduzido o número de alunos referente a sua capacidade financeira de matrícula.
- d.2) Caso o número total de alunos atendidos pelo MUNICÍPIO PARCEIRO seja superior a sua capacidade financeira de matrícula, mas não ultrapasse o percentual de 80% (oitenta por cento) definido no item "d.1", o repasse de verbas terá por base:
- a) o valor integral do custo/aluno/mês definido para o trimestre;
- b) o total de alunos atendidos pelo MUNICÍPIO PARCEIRO, deduzido o número de alunos referente a sua capacidade financeira de matrícula.

- d.3) Para definição do repasse de verbas ao MUNICÍPIO PARCEIRO recém-instalado, para fins de cálculos referente ao 1º trimestre civil do ano em que ocorrer a instalação, a “receita” a ser considerada terá por base:
- O percentual do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) destinado, no 1º mês do ano, ao município instalado, calculado em relação ao total do FPM e ICMS transferido, no mesmo período, ao município de origem e ao município instalado.
 - O total do FPM e ICMS arrecadados pelo Município de origem no 4º trimestre civil do ano imediatamente anterior, do qual será subtraído o valor correspondente ao percentual calculado, sendo que esse valor constituirá a “receita” do município instalado.
- e) Adotar, para efeito de repasse de recursos financeiros ao MUNICÍPIO PARCEIRO, “como referencial”, o valor da bolsa do Salário Educação (SME) estabelecido trimestralmente, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC.
- f) Definir e divulgar, no início de cada trimestre civil, o percentual da cota do Salário-Educação aplicado para fins de cálculo do custo/aluno/mês.
- g) Manter, em parceria, os prédios estaduais e equipamentos escolares, quando utilizados também pela SEED, arcando com as despesas de manutenção.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica garantido ao MUNICÍPIO PARCEIRO, cujo número total de alunos atendidos na Rede Municipal de Ensino seja inferior à sua capacidade financeira de matrícula, mas que aplique, em educação, mais de 80% (oitenta por cento) de sua receita, repasse mínimo de verbas correspondentes a 35 (trinta e cinco) custo/aluno/mês. Os cálculos, tanto no tocante à capacidade financeira de matrícula, como o da apuração da receita do MUNICÍPIO PARCEIRO, terão por base as fórmulas e parâmetros constantes do Anexo IV.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Com relação ao item “d.2” o MUNICÍPIO PARCEIRO terá assegurado repasse mínimo de verbas equivalente a 35 (trinta e cinco) custo/aluno/mês.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Para fins de cálculo do repasse de verbas ao MUNICÍPIO PARCEIRO, será considerado o número de alunos efetivamente matriculados nas escolas municipais e/ou municipalizadas, nas quais os cursos de Educação Pré-Escolar e o Ensino Fundamental, incluindo 1ª a 4ª e 5ª a 8ª séries, Educação Especial e Supletivo Fase I, estejam devidamente autorizados pela SEED.

PARÁGRAFO QUARTO - A matrícula do MUNICÍPIO PARCEIRO instalado, considerada nos cálculos do repasse de verbas referente ao 1º trimestre civil do ano em que ocorrer a instalação, será informada pelo respectivo Núcleo Regional de Educação, e subtraída do total apresentado pelo Município de origem, no 4º trimestre civil do ano imediatamente anterior.

PARÁGRAFO QUINTO - O repasse de verbas somente ocorrerá após o cumprimento, por parte do MUNICÍPIO PARCEIRO, do contido nas alíneas “a”, “b” e “e”, da Cláusula Terceira e, desde que, as verbas repassadas sejam utilizadas, única e exclusivamente, na relação Ensino - Aprendizagem.

PARÁGRAFO SEXTO - No caso da Escola Estadual que ao ser Municipalizada estava localizada em imóvel particular e, conseqüentemente, o imóvel era locado pela SEED para tal fim, fica garantido ao MUNICÍPIO PARCEIRO que, em havendo a necessidade desse imóvel para a instalação da Escola Municipal, a SEED arcará com a despesa de locação, pelo período de 03 (três) anos, sendo que, no decorrer desse prazo o MUNICÍPIO PARCEIRO deverá viabilizar, por conta própria ou em Convênio com a SEED/FUNDEPAR, local para a instalação da Escola Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO PARCEIRO

- a) Assumir a Educação Pré-Escolar e o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, Educação Especial e Supletivo Fase I.
- b) Apresentar, anualmente, à SEED, Certidão Negativa de Débitos, expedida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
- c) Informar, trimestralmente, à SEED, através dos Núcleos Regionais de Educação, até o 10º (décimo) dia do primeiro mês de cada trimestre civil, dados sobre as Receitas Arrecadadas e a Matrícula Escolar da Rede Municipal de Ensino de Pré-Escola, de 1ª a 4ª e de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental, incluindo Educação Especial e Supletivo Fase I, relativos ao trimestre civil imediatamente anterior, em formulário próprio fornecido pela SEED.
- d) Aplicar os recursos financeiros da Parceria Educacional, exclusivamente, no desenvolvimento e manutenção do Ensino Pré-Escolar e Fundamental, Educação Especial e Ensino Supletivo Fase I.
- e) Realizar, anualmente, em colaboração com a SEED, a Chamada Escolar para os alunos que ingressarão no Ensino Fundamental, nos termos do disposto no Artigo 179, Parágrafo 3º, da Constituição Estadual.
- f) Proceder à regularização da Rede Escolar Municipalizada, no prazo de 90 (noventa) dias, após a assinatura do presente Termo sob pena de suspensão do repasse de verbas.
 - f.1) As orientações para regularização da Rede Escolar Municipalizada estão explicitadas no Anexo V.
- g) Anexar ao presente, obrigatoriamente, no ato de assinatura, a relação das Escolas Estaduais que passarão a integrar a Rede Municipal de Ensino.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Cooperativo de Parceria Educacional é firmado pelo prazo de 05 (cinco) anos a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DA CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS

As despesas correrão por conta da Dotação Orçamentária 3301.08421882.780 - Apoio a Demanda Escolar, Rubrica 32230300.

CLÁUSULA SEXTA - DO REPASSE DE VERBAS

Desde que haja cumprimento por parte do MUNICÍPIO PARCEIRO, de todas as cláusulas constantes do presente Termo, o repasse de recursos financeiros será efetuado até o dia 10 de cada mês, subsequente ao vencido.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas deverá ser apresentada ao Tribunal de Contas do Estado, no final de cada exercício.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES/RESCISÃO

O presente Termo Cooperativo de Parceria Educacional poderá ser alterado, conforme manifestação expressa das partes, através de Termo Aditivo, e será rescindido, por descumprimento das obrigações assumidas ou, pela superveniência de legislação que o torne insubsistente.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas na execução deste Instrumento.

E, por assim estarem de acordo, as partes assinam o presente Termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante testemunhas que o subscrevem.

Curitiba, de _____ de 1993

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

1ª _____ R.G. Nº _____

2ª _____ R.G. Nº _____

TERMO COOPERATIVO DE PARCERIA EDUCACIONAL**ANEXO I****INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SUED/DEF**

EMENTA: Procedimentos a serem adotados no processo de municipalização, para assegurar a continuidade da implantação nas escolas municipalizadas, do “Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná.”

A Superintendência de Educação e o Departamento de Ensino Fundamental, da Secretaria de Estado da Educação, considerando:

- os princípios constitucionais preconizados para a Educação, contemplados na proposta do Currículo Básico, que compreende o Ciclo Básico de Alfabetização e a proposta pedagógica para as demais séries do Ensino Fundamental, tem como pressuposto a melhoria da qualidade de ensino, a reorganização da Escola Pública e conseqüentemente a democratização do acesso e permanência do aluno na escola;

- que a adoção do Ciclo Básico de Alfabetização, pelas escolas municipalizadas, assegura a unidade da educação ofertada pela Rede Pública Escolar, e possibilita o progresso sistemático do aluno no domínio do conhecimento, eliminando a reprovação na primeira série, e as causas pedagógicas da evasão escolar;

- a implantação gradativa do Currículo Básico nas escolas municipalizadas deverá consolidar a continuidade do processo de reorganização do Ensino Público Fundamental, iniciado com o Ciclo Básico de Alfabetização.

Resolvem:

1- Desenvolver ações para garantir a continuidade da oferta de condições teóricas nas escolas municipalizadas, no que se refere ao Pré-escolar e as séries iniciais do Ensino Fundamental, através de:

- apoio em programas e projetos de capacitação docente;
- indicação de material pedagógico para o corpo docente e discente;
- parceria nos estudos e planejamento anual e/ou acompanhamento e supervisão;

- disponibilidade permanente do Grupo de Estrutura e Funcionamento do Departamento de Ensino Fundamental para atendimento às questões administrativas que exigem documentação específica.

2- Toda ação será desencadeada pela **SEED** quando solicitada pelo **MUNICÍPIO PARCEIRO**.

Curitiba, 4 de janeiro de 1993

TERMO COOPERATIVO DE PARCERIA EDUCACIONAL**ANEXO II****INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SUED/DEE**

EMENTA: Critério para a condução da Educação Especial no processo de Municipalização do Ensino.

A Superintendência de Educação e o Departamento de Educação Especial da Secretaria de Estado da Educação, considerando:

- que os princípios de Universalização e Democratização do ensino só serão obedecidos através do efetivo atendimento aos alunos portadores de necessidades educacionais especiais;
- as peculiaridades inerentes à Educação Especial;
- o investimento realizado pelo Estado do Paraná na capacitação de recursos humanos para a área Educação Especial;
- a proposta de “parceria responsável” Estado/Município, para dar cumprimento aos dispositivos legais, no que concerne ao Ensino Fundamental;
- os estudos realizados pela equipe do DEE.

Resolvem:

1 - O Ensino Especial, parte integrante do Ensino Fundamental, deverá ser contemplado no processo de municipalização do ensino, de conformidade com a legislação Federal e Estadual em vigor.

2 - A Educação Especial é regida por legislação própria do Conselho Estadual de Educação, estando em vigor a Deliberação 020/86.

3 - A criação, a autorização de funcionamento, o reconhecimento, a inspeção e a cessação do funcionamento das modalidades e programas de Educação Especial no processo de municipalização deverão seguir as orientações contidas na Deliberação 020/86, cabendo ao Departamento de Educação Especial da SEED, o pronunciamento conclusivo nesses processos.

4 - O encaminhamento do educando portador de necessidades especiais de educação, no contexto de Ensino Especial, deverá ser precedido de uma avaliação diagnóstica

multidisciplinar, realizada por equipe constituída de profissionais habilitados, conforme critérios estabelecidos pela SEED/DEE.

Enquanto os municípios não contarem com esses profissionais, na equipe de ensino dos Órgãos Municipais de Educação, as avaliações poderão ser desenvolvidas pelo Núcleo Regional de Educação e/ou pelo Departamento Especial da SEED.

5 - No processo de municipalização os professores especializados, do magistério estadual ou municipal e que já estiverem atuando no Ensino Especial, quer na Rede Pública ou Entidades Conveniadas deverão, preferencialmente, ser mantidos em sua função.

6 - Os professores do magistério estadual que prestam serviços em instituições especializadas de Educação Especial, continuarão com suas lotações fixadas no Núcleo Regional de Educação.

7 - Nos casos de substituição de professor estadual em programas de Educação Especial na Rede Municipal de Ensino, em caráter temporário ou definitivo, a vaga deverá ser preenchida por um professor municipal especializado em Educação Especial.

8 - No Ensino Especial pode se configurar a necessidade de atribuição de aulas extraordinárias em casos de substituição, ou de criação de novos programas, observando-se para tanto, os seguintes critérios:

- a) maior tempo de serviço em Educação Especial;
- b) maior tempo de serviço de 1^ª a 4^ª série do Ensino Fundamental;
- c) maior tempo de serviço de 5^ª a 8^ª série do Ensino Fundamental ou no Ensino Médio.

9 - Na situação de cedência do professor de Educação Especial da Rede Estadual para a Municipal ou vice-versa, deve-se considerar:

- a garantia da continuidade do atendimento educacional aos portadores de deficiência;

- a possibilidade de remanejamento desses alunos para uma escola de rede correspondente à prestação de serviço do professor, considerando-se, ainda, a facilidade de acesso do educando à nova sede de atendimento educacional;

- a continuidade de prestação de serviços de professores da Rede Estadual em escolas especializadas conveniadas ou classes de Educação Especial da Rede Municipal de Ensino.

10 - A Secretaria de Estado da Educação, através do Departamento de Educação Especial em parceria com o município, garantirá o desenvolvimento da política de capacitação de recursos humanos para o Ensino Especial.

Curitiba, 04 de janeiro de 1993.

TERMO COOPERATIVO DE PARCERIA EDUCACIONAL
ANEXO III

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SUED/CDE

EMENTA: Procedimentos a serem adotados no processo de municipalização do Ensino, relativos à documentação escolar.

A Superintendência de Educação e a Coordenação de Documentação Educacional da Secretaria de Estado da Educação, considerando:

1 - a necessidade de estabelecer real parceria entre a União, o Estado e o Município, mantendo autonomia no sentido de cada instância assumir, definitivamente, o compromisso com a educação;

2 - que, a partir da municipalização do Ensino Pré-Escolar, Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries, Educação Especial e Supletivo Fase I, a Documentação Escolar passará a ser da responsabilidade do Município Parceiro.

Resolvem:

1 - A Escola a ser Municipalizada deverá ter o Ato Oficial Municipal da criação da nova escola, a Resolução Secretarial/SEED que desativa ou extingue a Escola Estadual e a Resolução Secretarial/SEED autorizando o funcionamento da nova Escola.

2- Acervo Escolar

2.1- Situação 1 - Extinção

2.1.1 Escolas que ofertam somente o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série

Com a mudança da entidade mantenedora, todo o acervo passará a pertencer à Escola Municipalizada, que o receberá da Escola Estadual com uma relação em 03 (três) vias de toda a documentação:

- livros de chamadas, de atas de reuniões, de atas de exames, de frequência de professores e funcionários;

- pastas de relatórios finais, de atos oficiais, de relatório mensal de frequência;

- pastas individuais de alunos listadas por série turma e turno.

A 1ª via da relação destina-se ao representante do Núcleo Regional de Educação, no município, a 2ª via à Escola Municipalizada, e a 3ª via ao Núcleo Regional de Educação - NRE.

2.1.2 - Escolas que ofertam de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental e Ensino Médio

- Com a extinção (cessação de atividades) de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, a Escola Estadual deverá passar o acervo à Escola Municipalizada seguindo as orientações constantes no item 2.1.1.

2.1.3 - Escolas Rurais Estaduais que ofertam de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental

O acervo das Escolas Rurais Estaduais com a municipalização do Ensino passará para o Órgão Municipal de Educação, observando-se as orientações contidas no item 2.1.1, exceto quanto a 2ª via da relação que permanecerá no referido Órgão.

2.2 - Situação 2 - Desativação (Parcial)

2.2.1 - Escolas que ofertam o Ensino Fundamental de 1ª a 8ª série

Com a desativação, mediante a cessação das atividades das quatro séries iniciais do Ensino Fundamental e a criação da Escola Municipalizada, que continuará funcionando no mesmo prédio, as secretarias deverão ser independentes.

A Escola Estadual deverá passar o acervo de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental para a Escola Municipalizada, seguindo as orientações constantes no item 2.1.1.

A Escola Municipalizada deverá organizar o seu arquivo com as pastas individuais pertencentes ao acervo da Escola Estadual, acrescida de novo requerimento de matrícula, preenchido na Escola Municipalizada.

2.2.2 - Escolas que ofertam o Ensino Fundamental de 1ª a 8ª série e Ensino Médio

Com a desativação, mediante a cessação do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, adotar as orientações constantes nos itens 2.1.1 e 2.2.1.

3 - Expedição de Documentação Escolar

Escolas Estaduais que já preencheram a Documentação Escolar durante e no final do ano letivo, tais como: Requerimento de Matrícula, Ficha Individual, Histórico Escolar e Relatório Final, e que foram oficialmente municipalizadas, com efeito retroativo, utilizarão os mesmo impressos, devendo apostilar no verso dos documentos, na parte referente a observações, segundo modelo abaixo:

Escola Municipal....., municipalizada pela Resolução Secretarial
nº....., de

Local, data e assinatura

O livro de Chamada e a Pasta Individual deverão ser apostilados na capa.

Esse apostilamento poderá ser datilografado, manuscrito ou carimbado.

4- Os casos omissos serão resolvidos pela SUED/CDE-SEED.

Curitiba, 4 de janeiro de 1993

TERMO COOPERATIVO DE PARCERIA EDUCACIONAL
ANEXO IV

Para efeito do que dispõe o item “d” da Cláusula Segunda, do Termo Cooperativo de Parceria Educacional, serão utilizadas as fórmulas abaixo explicitadas, para conhecimento do valor a ser repassado ao **MUNICÍPIO PARCEIRO**.

FÓRMULA 1 - Receita Tributária Média Atualizada

$$RTMA = \frac{RT1 (IGP1 \times IGP2 \times IGP3) + RT2 (IGP2 \times IGP3) + RT3 \times IGP3}{3}$$

Onde:

RTMA = Receita Tributária Média Atualizada

RT = Receita Tributária, soma dos seguintes impostos:

- 1 - IPTU
- 2 - INTER VIVOS/SOBRE BENS IMÓVEIS
- 3 - ISSQN
- 4 - ISVV/COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS
- 5 - FPM
- 6 - TRANSF-IRRF
- 7 - COTA REFERENTE/ISPTR
- 8 - COTA SOBRE ICMS
- 9 - COTA SOBRE IPVA
- 10- COTA DO IMPOSTO SOBRE TRANSPORTE
- 11- COTA DO IMP. ÚNICO S/LUB. E COMB. LIQ. E GAS.
- 12- COTA DO ADIC. DO IMP. ÚNICO S/LUB. E COMB. LIQ. E GAS.
- 13- COTA SOBRE O IMPOSTO ÚNICO S/MINERAIS
- 14- COTA S/ O IMP. S/TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS E DIR. A ELES RELATIVOS
- 15- RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA
- 16- COTA DO FUNDO ESPECIAL
- 17- COTA DO FUNDO DE EXPORTAÇÃO
- 18- COMPENSAÇÃO FINANCEIRA (ROYALTS)
- 19- OUTROS IMPOSTOS QUE VENHAM A SEREM CRIADOS E NOS QUAIS O MUNICÍPIO TENHA PARTICIPAÇÃO

RT1 = Receita Tributária do 1º mês do trimestre civil a ser corrigido.

RT2 = Receita Tributária do 2º mês do trimestre civil a ser corrigido.

RT3 = Receita Tributária do 3º mês do trimestre civil a ser corrigido.

IGP1 = Variação do Índice Geral de Preços no 1º mês do trimestre civil a ser corrigido.

IGP2 = Variação do Índice Geral de Preços no 2º mês do trimestre civil a ser corrigido.

IGP3 = Variação do Índice Geral de Preços no 3º mês do trimestre civil a ser corrigido.

FÓRMULA 2 - Capacidade Financeira de Matrícula

$$CFM = \frac{RTMA \times 25\%}{CAM}$$

Onde:

CFM = Capacidade Financeira de Matrícula

RTMA = Receita Tributária Média Atualizada

CAM = Custo/Aluno/Mês

FÓRMULA 3 - Variável do Percentual de Capacidade de Atendimento

$$VPCA = \frac{MAM \times 100 - 100}{CFM} \text{ donde } VPCA = \% \text{ (positivo ou negativo)}$$

OBS.: Quando o resultado for positivo, o município estará aplicando além dos 25% e, quando o resultado for negativo, o município estará aplicando menos que os 25%.

Onde:

VPCA = Variável do Percentual de Capacidade de Atendimento

MAM = Matrícula Atual do Município

CFM = Capacidade Financeira de Matrícula

FÓRMULA 4 - Repasse ao Município

4.1 - VPCA de 80,00% em diante → $CAM \times 1.20 \times (MAM - CFM)$
(cláusula segunda, item “d.1”)

4.2 - VPCA de 0,01% a 79,99% → $CAM \times (MAM - CFM)$
(cláusula segunda, item “d.2”)

4.3 - VPCA de -20% a 0% → $CAM \times 35$
(cláusula segunda, parágrafo segundo)

Onde:

VPCA = Variável do Percentual de Capacidade de Atendimento

CAM = Custo/Aluno/Mês

MAM = Matrícula Atual do Município

CFM = Capacidade Financeira de Matrícula

OBS.: Quando o resultado do cálculo da hipótese contida no item "4.2" for menor que o resultado do cálculo da hipótese contida no item "4.3", será garantido ao Município Parceiro o repasse mínimo de 35 (trinta e cinco) custo/aluno/mês.

Curitiba, 4 de janeiro de 1993

TERMO COOPERATIVO DE PARCERIA EDUCACIONAL
ANEXO V

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SUED/DEF

EMENTA: Procedimentos a serem adotados pelo Município Parceiro para regularização das escolas a serem municipalizadas.

A Superintendência de Educação e o Departamento de Ensino Fundamental/Setor de Estrutura e Funcionamento, da Secretaria de Estado da Educação, considerando:

- que através da Parceria Educacional o Município Parceiro deverá assumir os encargos de manutenção das Escolas Estaduais que ofertam Ensino Pré-Escolar e Ensino Fundamental, prioritariamente de 1^ª a 4^ª série, Educação Especial e Supletivo Fase I;
- que o Município Parceiro deverá regularizar a Rede Escolar Municipalizada no prazo de 90 (noventa) dias;

Resolvem:

Para regularizar a Rede Escolar Municipalizada, o Município Parceiro deverá providenciar Ato Oficial (Lei ou Decreto) de criação para todas as Unidades Escolares, que passarão a integrar a Rede Municipal de Ensino.

Na elaboração desses documentos, o Município Parceiro deverá cumprir o que determina a Lei Orgânica do município, observando que:

a) Escola Estadual a ser municipalizada, com oferta exclusiva de 1^ª a 4^ª série do Ensino Fundamental, terá somente alteração da Entidade Mantenedora, podendo permanecer a mesma nomenclatura.

b) Para a Escola Estadual a ser municipalizada, com oferta de 1^ª a 8^ª série do Ensino Fundamental, será criada uma nova Unidade Escolar Municipal de 1^ª a 4^ª série, com nomenclatura diferente da Escola Estadual que continuará ofertando de 5^ª a 8^ª série.

c) Para a Escola Estadual a ser municipalizada, com oferta do Ensino Fundamental, 1^ª a 4^ª ou 1^ª a 8^ª série, e Ensino Médio, o procedimento é idêntico ao item "b".

O Município Parceiro deve encaminhar o Ato Municipal de criação ao Núcleo Regional de Educação de sua jurisdição, através de expediente ao Secretário de Estado da Educação, solicitando autorização de funcionamento para as novas Unidades Escolares.

Curitiba, 4 de janeiro de 1993

ANEXO 4 - ROTEIROS DE ENTREVISTA

ROTEIRO DA ENTREVISTA COM AS SECRETARIAS/DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Considerações Gerais sobre o Processo de Municipalização

- 1 Situação do município quanto à municipalização do ensino:
 - adotou-se a municipalização total;
 - adotou-se a municipalização parcial;
 - não adotou-se a municipalização.

- 2 Forma pela qual o processo de municipalização ocorreu, origem da iniciativa e período em que foi assinado o Termo Cooperativo de Parceria Educacional (TCPE).

Participantes da tomada de decisão quanto à municipalização (prefeitura, órgão municipal de educação, escolas, entre outros).

- 3 Mudanças ocorridas em consequência da municipalização no sistema de ensino (vantagens e desvantagens).

- 4 Considerações sobre como está estruturado o Termo de Parceria (necessidade ou não de alterações).

Gestão do Ensino no Município

- 1 Do ponto de vista administrativo, modo como funcionam as escolas municipalizadas e as escolas compartilhadas (direção, cantina, manutenção).

Forma de administração de reparos e manutenção dos prédios escolares e das escolas compartilhadas.

- 2 Relacionamento entre os funcionários municipais e estaduais nas escolas municipalizadas e nas escolas compartilhadas.

- 3 Forma de escolha dos diretores nas escolas do município. Exigências quanto à sua formação acadêmica e qualificação.

- 4 Informações sobre a atuação de equipe pedagógica na Secretaria/Departamento de Educação do município.

Sistema de admissão na equipe e sua rotatividade.

Sistema de trabalho da equipe.

Tipo de supervisão feita pela equipe junto às escolas.

- 5 Forma de ingresso dos professores no quadro de magistério do município (concurso público ou teste seletivo).

Critérios de contratação e pré-requisitos exigidos dos candidatos.

Rotatividade de professores.

Procedimentos para a reposição de professores.

- 6 Casos de desvio de função (trata-se dos casos de professores que não estão atuando em sala de aula, mas em serviço administrativo na escola ou na SME).

- 7 Entidades educacionais que atuam no município (Conselho Escolar, APM, entre outras) e papel que desempenham na definição das políticas educacionais.

Existência e atuação de Conselho Municipal de Educação.

Relação de outras organizações da sociedade civil que participam ativamente da discussão das políticas educacionais do município, além das entidades educacionais já citadas.

- 8 Participação dos pais no processo de gestão da escola, independentemente de haver APM, e origem da iniciativa.

Participação dos pais nas discussões sobre questões pedagógicas referentes à escola.

- 9 Atuação de entidade representativa de professores no município (Associação de Educadores ou órgão similar).

- 10 Participação dos professores na definição das políticas educacionais.

- 11 Existência e atuação de professores conveniados no município (contratados pela prefeitura e pagos com repasse do governo estadual).

- 12 Relacionamento da SME com o Núcleo Regional de Educação (NRE) da Secretaria de Estado da Educação (SEED).

- 13 Participação da SME no processo de elaboração da Lei Orçamentária e na definição do orçamento da educação.
- 14 Forma de integração entre a Secretaria Municipal da Fazenda e a Secretaria Municipal de Educação.
- 15 Tipo de controle da SME sobre os gastos com a educação.
Grau de autonomia na distribuição das verbas.
Tipo e origem dos recursos destinados a suprir os gastos extras das escolas e procedimentos para obter tais recursos.
Tipo de recursos que chegam diretamente nas escolas.
- 16 Custos com transporte escolar e sua representatividade em relação ao total dos gastos com educação.

Qualidade do Ensino no Município

- 1 Incorporação do Ciclo Básico de Alfabetização (CBA) e do Currículo Básico (CB) pelas escolas do município, após o processo de municipalização.
Razões para tal incorporação e período em que ocorreu.
Avaliação desse processo.
Tipo de respaldo, acompanhamento e assessoramento oferecido pelo Núcleo Regional de Educação aos municípios quanto à adoção do Currículo Básico.
- 2 Avaliação dos efeitos da municipalização sobre o ensino ministrado.
- 3 Alterações no quadro de evasão e repetência após o processo de municipalização.
- 4 Atendimento da demanda de matrículas do município pela rede física. Em caso de não atendimento, avaliação do déficit de salas de aula.
Condições físicas dos prédios escolares.
Equipamentos e recursos pedagógicos oferecidos pelas escolas.

5 Período em que o material escolar (kit escolar) chega às escolas.

Escolha dos livros didáticos (informações sobre quem os seleciona e se o material é recebido).

Material didático específico para os professores.

6 Informações sobre a merenda escolar (se esta é municipalizada e se é recebida em forma de recursos ou mantimentos).

Responsável pela definição do cardápio escolar.

7 Programas da Secretaria Municipal de Educação de capacitação dos professores.

Participação do Núcleo, das universidades ou de entidades privadas (educacionais ou não) nesses programas.

Responsável pela definição dos conteúdos dos cursos e dos docentes participantes.

Forma de estímulo aos professores para que estes participem de cursos de longa duração.

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS NÚCLEOS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO - NREs

1 Situação dos municípios abrangidos pelo Núcleo quanto à municipalização do ensino:

- adotou-se a municipalização total;
- adotou-se a municipalização parcial;
- os municípios não tiveram o ensino municipalizado.

Participação do Núcleo nesse processo de parceria.

2 Tipo de assessoria que o Núcleo oferece aos municípios quando da implantação da municipalização e da adoção do Ciclo Básico de Alfabetização (CBA) e do Currículo Básico (CB).

3 Vantagens e desvantagens introduzidas pela municipalização para o trabalho realizado pelo Núcleo junto aos municípios da região.

4 Estrutura básica do Núcleo na área administrativa para executar e fiscalizar o Termo de Parceria.

Estrutura básica na área de ensino no apoio pedagógico às prefeituras.

5 Relacionamento do Núcleo com as secretarias municipais de educação.

Tipo de trabalho feito pelo Núcleo junto às secretarias municipais.

Problemas que impedem esta integração.

6 Forma de atuação do Núcleo em escolas compartilhadas e de gestão dos problemas existentes na estrutura destas.

7 Forma de repasse dos recursos referentes ao Termo de Parceria, seu valor e período em que ocorre (verificar se, em casos de atraso, esses são corrigidos).

8 Programas de capacitação de professores oferecidos pelo Núcleo aos municípios.

9 Participação dos municípios em programas de capacitação patrocinado pelo Núcleo e modo como se dá tal participação.

10 Resultados da municipalização no que se refere à qualidade do ensino ministrado (comparação dos municípios em que o ensino foi municipalizado com aqueles em que este processo não ocorreu).

ANEXO 5 - TABELAS

TABELA A.1 - ESTABELECIMENTOS QUE OFERTAM ENSINO DE 1ª A 4ª SÉRIE DO 1º GRAU NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADEÇÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1990-1993

| PORTE/MUNICÍPIO | ADEÇÃO AO TERMO DE PARCERIA | ESTADUAL | | | | | | | | MUNICIPAL | | | | | | | |
|------------------------------------|-----------------------------|----------------------------|------------|------------|------------|--------------|-----------|-----------|-----------|----------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-----------|-----------|-----------|
| | | Número de Estabelecimentos | | | | Participação | | | | Número de Estabelecimentos | | | | Participação | | | |
| | | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 |
| Grande | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Curitiba | não | 126 | 125 | 125 | 123 | 56 | 56 | 56 | 53 | 99 | 100 | 100 | 108 | 44 | 44 | 44 | 47 |
| Foz do Iguaçu | parcial | 12 | 12 | 12 | 7 | 24 | 23 | 23 | 13 | 39 | 41 | 41 | 47 | 76 | 77 | 77 | 87 |
| Londrina | não | 41 | 41 | 41 | 41 | 19 | 19 | 19 | 21 | 178 | 177 | 177 | 154 | 81 | 81 | 81 | 79 |
| Maringá | não | 37 | 37 | 37 | 37 | 66 | 64 | 62 | 61 | 19 | 21 | 23 | 24 | 34 | 36 | 38 | 39 |
| Ponta Grossa | não | 22 | 22 | 22 | 22 | 21 | 21 | 21 | 21 | 81 | 84 | 85 | 83 | 79 | 79 | 79 | 79 |
| Médio | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Apucarana | total | 15 | - | - | - | 19 | - | - | - | 64 | 80 | 79 | 76 | 81 | 100 | 100 | 100 |
| Bandeirantes | total | 21 | 21 | 21 | - | 38 | 38 | 38 | - | 35 | 35 | 35 | 54 | 63 | 63 | 63 | 100 |
| Guarapuava ⁽¹⁾ | não | 15 | 15 | 15 | 15 | 7 | 7 | 7 | 10 | 200 | 196 | 197 | 137 | 93 | 93 | 93 | 90 |
| Ivaiporã | não | 6 | 6 | 6 | 6 | 9 | 9 | 9 | 9 | 60 | 61 | 64 | 63 | 91 | 91 | 91 | 91 |
| Mal. Cândido Rondon ⁽¹⁾ | total | 3 | 1 | - | - | 4 | 1 | - | - | 71 | 70 | 70 | 43 | 96 | 99 | 100 | 100 |
| Palmas | total | 2 | 1 | - | - | 3 | 2 | - | - | 58 | 61 | 63 | 72 | 97 | 98 | 100 | 100 |
| São José dos Pinhais | total | 9 | 1 | - | - | 13 | 2 | - | - | 62 | 64 | 65 | 64 | 87 | 98 | 100 | 100 |
| São Mateus do Sul ⁽²⁾ | total | 39 | 4 | 4 | 4 | 56 | 6 | 6 | 6 | 31 | 66 | 64 | 65 | 44 | 94 | 94 | 94 |
| Umuarama ⁽¹⁾ | parcial | 16 | 16 | 11 | 8 | 17 | 18 | 13 | 10 | 76 | 72 | 73 | 69 | 83 | 82 | 87 | 90 |
| Pequeno | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Barbosa Ferraz | parcial | 7 | 6 | 4 | 4 | 24 | 21 | 14 | 15 | 22 | 22 | 24 | 23 | 76 | 79 | 86 | 85 |
| Boa Esperança | parcial | 2 | 2 | 2 | 1 | 20 | 22 | 25 | 17 | 8 | 7 | 6 | 5 | 80 | 78 | 75 | 83 |
| Carlópolis | não | 20 | 20 | 20 | 20 | 69 | 69 | 69 | 71 | 9 | 9 | 9 | 8 | 31 | 31 | 31 | 29 |
| Catanduvas | total | 2 | 2 | 1 | - | 6 | 6 | 4 | - | 31 | 29 | 24 | 24 | 94 | 94 | 96 | 100 |
| Cerro Azul ⁽¹⁾ | total | 13 | 2 | 1 | - | 17 | 3 | 1 | - | 65 | 68 | 79 | 53 | 83 | 97 | 99 | 100 |
| Formosa do Oeste ⁽¹⁾ | total | 5 | 5 | - | - | 19 | 23 | - | - | 22 | 17 | 22 | 17 | 81 | 77 | 100 | 100 |
| Imbituva | parcial | 16 | 2 | 1 | 1 | 26 | 3 | 2 | 2 | 46 | 61 | 59 | 57 | 74 | 97 | 98 | 98 |
| Itaguapé | total | 2 | 2 | 1 | - | 100 | 100 | 50 | - | - | - | 1 | - | - | - | 50 | 100 |
| Morretes | total | 11 | 9 | - | - | 42 | 33 | - | - | 15 | 18 | 27 | 27 | 58 | 67 | 100 | 100 |
| Nova Prata do Iguaçu | total | 2 | 2 | 1 | - | 4 | 5 | 2 | - | 43 | 42 | 42 | 38 | 96 | 95 | 98 | 100 |
| Pitanga ⁽¹⁾ | total | 13 | 14 | 13 | 1 | 7 | 8 | 7 | 1 | 168 | 167 | 169 | 122 | 93 | 92 | 93 | 99 |
| Querência do Norte | total | 1 | - | - | - | 6 | - | - | - | 17 | 18 | 12 | 9 | 94 | 100 | 100 | 100 |
| Santa Izabel do Oeste | total | 3 | - | - | - | 7 | - | - | - | 38 | 38 | 35 | 25 | 93 | 100 | 100 | 100 |
| Sapopema | parcial | 4 | 4 | 1 | 1 | 19 | 19 | 4 | 4 | 17 | 17 | 26 | 26 | 81 | 81 | 96 | 96 |
| Sengés | não | 4 | 4 | 4 | 2 | 16 | 17 | 17 | 13 | 21 | 20 | 19 | 14 | 84 | 83 | 83 | 88 |
| Terra Boa | parcial | 5 | 5 | 2 | 2 | 33 | 29 | 17 | 17 | 10 | 12 | 10 | 10 | 67 | 71 | 83 | 83 |
| TOTAL | | 474 | 381 | 345 | 295 | 23 | 19 | 17 | 16 | 1 605 | 1 673 | 1 700 | 1 518 | 77 | 81 | 83 | 84 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Fundepar

NOTA: Às escolas de 1ª a 4ª série estão somadas as de 1ª a 8ª que também ofertam as séries iniciais do 1º grau.

(1) Os municípios de Cerro Azul, Formosa do Oeste, Guarapuava, Mal. Cândido Rondon, Pitanga e Umuarama sofreram desmembramento territorial em 1993.

(2) O município de São Mateus do Sul, apesar de constar nos documentos obtidos junto à Secretaria de Estado da Educação como tendo sua rede totalmente municipalizada em 1991, apresenta, ainda nos anos seguintes, segundo dados da Fundepar, estabelecimentos de ensino pertencentes à rede estadual.

TABELA A.2 - MATRÍCULAS INICIAIS DE 1º A 4º SÉRIE DO 1º GRAU, EM 30/03, NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADEÇÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1990-1993

| PORTE/MUNICÍPIO | ADEÇÃO AO TERMO DE PARCERIA | ESTADUAL | | | | | | | | MUNICIPAL | | | | | | | |
|------------------------------------|-----------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|--------------|-----------|-----------|-----------|----------------|----------------|----------------|----------------|--------------|-----------|-----------|-----------|
| | | Nº Matrículas | | | | Participação | | | | Nº Matrículas | | | | Participação | | | |
| | | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 |
| Grande | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Curitiba | Não | 62 720 | 62 793 | 61 644 | 59 163 | 56 | 56 | 54 | 51 | 49 118 | 49 533 | 53 161 | 56 908 | 44 | 44 | 46 | 49 |
| Foz do Iguaçu | Parcial | 4 405 | 4 268 | 4 046 | 2 457 | 23 | 19 | 18 | 10 | 14 918 | 17 761 | 18 901 | 21 838 | 77 | 81 | 82 | 90 |
| Londrina | Não | 14 921 | 14 347 | 14 102 | 13 643 | 40 | 39 | 38 | 39 | 22 782 | 22 695 | 23 033 | 20 963 | 60 | 61 | 62 | 61 |
| Maringá | Não | 18 255 | 17 046 | 16 618 | 15 816 | 84 | 76 | 74 | 71 | 3 568 | 5 264 | 5 862 | 6 414 | 16 | 24 | 26 | 29 |
| Ponta Grossa | Não | 8 612 | 8 206 | 7 960 | 8 133 | 40 | 36 | 34 | 32 | 12 721 | 14 575 | 15 192 | 17 119 | 60 | 64 | 66 | 68 |
| Médio | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Apucarana | Total | 5 440 | - | - | - | 57 | - | - | - | 4 137 | 9 536 | 9 259 | 10 061 | 43 | 100 | 100 | 100 |
| Bandelantes | Total | 3 133 | 2 889 | 2 730 | - | 73 | 72 | 70 | - | 1 177 | 1 115 | 1 180 | 4 341 | 27 | 28 | 30 | 100 |
| Guarapuava ⁽¹⁾ | Não | 6 407 | 6 312 | 6 020 | 5 774 | 36 | 33 | 32 | 33 | 11 574 | 12 626 | 12 797 | 11 891 | 64 | 67 | 68 | 67 |
| Ivaiporã | Não | 2 139 | 1 953 | 1 793 | 1 899 | 38 | 36 | 36 | 36 | 3 531 | 3 434 | 3 202 | 3 313 | 62 | 64 | 64 | 64 |
| Mai. Cândido Rondon ⁽¹⁾ | Total | 847 | 326 | - | - | 17 | 7 | - | - | 4 149 | 4 550 | 4 402 | 3 862 | 83 | 93 | 100 | 100 |
| Palmas | Total | 1 659 | 463 | - | - | 37 | 11 | - | - | 2 880 | 3 879 | 5 009 | 5 574 | 63 | 89 | 100 | 100 |
| São José dos Pinhais | Total | 2 645 | 74 | - | - | 18 | - | - | - | 12 036 | 15 292 | 16 902 | 18 271 | 82 | 100 | 100 | 100 |
| São Mateus do Sul ⁽²⁾ | Total | 2 275 | 128 | 117 | 116 | 57 | 3 | 3 | 3 | 1 725 | 3 871 | 3 817 | 3 939 | 43 | 97 | 97 | 97 |
| Umuarama ⁽¹⁾ | Parcial | 7 067 | 6 858 | 4 667 | 3 667 | 61 | 61 | 42 | 38 | 4 454 | 4 472 | 6 388 | 5 994 | 39 | 39 | 58 | 62 |
| Pequeno | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Barbosa Ferraz | Parcial | 1 989 | 2 041 | 1 110 | 1 088 | 69 | 70 | 42 | 42 | 913 | 867 | 1 541 | 1 502 | 31 | 30 | 58 | 58 |
| Boa Esperança | Parcial | 844 | 735 | 774 | 509 | 79 | 79 | 81 | 59 | 223 | 199 | 184 | 359 | 21 | 21 | 19 | 41 |
| Caríópolis | Não | 1 539 | 1 568 | 1 483 | 1 596 | 86 | 87 | 87 | 90 | 259 | 230 | 217 | 169 | 14 | 13 | 13 | 10 |
| Catanduvas | Total | 528 | 575 | 25 | - | 31 | 32 | 1 | - | 1 195 | 1 217 | 1 750 | 1 453 | 69 | 68 | 99 | 100 |
| Cerro Azul ⁽¹⁾ | Total | 1 120 | 354 | 31 | - | 34 | 11 | 1 | - | 2 193 | 2 762 | 3 239 | 2 585 | 66 | 89 | 99 | 100 |
| Formosa do Oeste ⁽¹⁾ | Total | 1 290 | 1 243 | - | - | 66 | 71 | - | - | 667 | 518 | 1 705 | 1 262 | 34 | 29 | 100 | 100 |
| Imbituva | Parcial | 966 | 559 | 292 | 268 | 34 | 20 | 12 | 10 | 1 917 | 2 213 | 2 142 | 2 447 | 66 | 80 | 88 | 90 |
| Itaguapé | Total | 735 | 765 | 34 | - | 100 | 100 | 5 | - | - | - | 608 | 645 | - | - | 95 | 100 |
| Morretes | Total | 931 | 649 | - | - | 48 | 34 | - | - | 998 | 1 256 | 1 819 | 1 888 | 52 | 66 | 100 | 100 |
| Nova Prata do Iguaçu | Total | 728 | 773 | 277 | - | 38 | 41 | 16 | - | 1 175 | 1 109 | 1 437 | 1 662 | 62 | 59 | 84 | 100 |
| Pitanga ⁽¹⁾ | Total | 2 067 | 1 960 | 1 568 | 22 | 22 | 21 | 17 | - | 7 310 | 7 176 | 7 474 | 6 704 | 78 | 79 | 83 | 100 |
| Querência do Norte | Total | 856 | - | - | - | 57 | - | - | - | 635 | 1 701 | 1 670 | 1 760 | 43 | 100 | 100 | 100 |
| Santa Izabel do Oeste | Total | 531 | - | - | - | 30 | - | - | - | 1 211 | 1 773 | 1 618 | 1 565 | 70 | 100 | 100 | 100 |
| Sapopema | Parcial | 536 | 476 | 399 | 394 | 47 | 42 | 38 | 31 | 609 | 666 | 651 | 882 | 53 | 58 | 62 | 69 |
| Sengés | Não | 798 | 832 | 839 | 824 | 39 | 38 | 40 | 39 | 1 226 | 1 371 | 1 253 | 1 299 | 61 | 62 | 60 | 61 |
| Terra Boa | Parcial | 1 100 | 1 082 | 872 | 842 | 61 | 64 | 53 | 47 | 690 | 617 | 788 | 933 | 39 | 36 | 47 | 53 |
| TOTAL | | 157 083 | 139 275 | 127 401 | 116 211 | 48 | 42 | 38 | 35 | 169 991 | 192 278 | 207 201 | 217 603 | 52 | 58 | 62 | 65 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Fundepar

(1) Os municípios de Cerro Azul, Formosa do Oeste, Guarapuava, Mai. Cândido Rondon, Pitanga e Umuarama sofreram desmembramento territorial em 1993.

(2) O município de São Mateus do Sul, apesar de constar nos documentos obtidos junto à Secretaria de Estado da Educação como tendo sua rede totalmente municipalizada em 1991, apresenta, ainda nos anos seguintes, segundo dados da Fundepar, matrículas em estabelecimentos de ensino pertencentes à rede estadual.

TABELA A.3 - ESTABELECIMENTOS QUE OFERTAM ENSINO DE 1ª A 4ª SÉRIE DO 1º GRAU, MUNICIPALIZADOS E COMPARTILHADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1994

| PORTE/MUNICÍPIO | ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA | Nº ESTABELECIMENTOS | | |
|------------------------------------|-----------------------------|---------------------|------------|----------------|
| | | Municipalizados | | Compartilhados |
| | | Urbana | Rural | |
| Grande | | | | |
| Foz do Iguaçu | Parcial | 5 | - | - |
| Médio | | | | |
| Apucarana | Total | 15 | - | 8 |
| Bandeirantes | Total | 9 | 12 | 7 |
| Mal. Cândido Rondon ⁽¹⁾ | Total | 4 | - | 1 |
| Palmas | Total | 2 | 4 | 2 |
| São José dos Pinhais | Total | 5 | 4 | 9 |
| São Mateus do Sul | Total | 5 | 34 | 2 |
| Umuarama ⁽¹⁾ | Parcial | 9 | - | 3 |
| Pequeno | | | | |
| Barbosa Ferraz | Parcial | 3 | - | 2 |
| Boa Esperança | Parcial | - | 1 | 1 |
| Catanduvas | Total | 1 | 1 | 1 |
| Cerro Azul ⁽¹⁾ | Total | 4 | 9 | 1 |
| Formosa do Oeste ⁽¹⁾ | Total | 2 | 3 | 4 |
| Imbituva | Parcial | 1 | 14 | 1 |
| Itaguagé | Total | 1 | 1 | 1 |
| Morretes | Total | 2 | 9 | - |
| Nova Prata do Iguaçu | Total | 2 | - | 2 |
| Pitanga ⁽¹⁾ | Total | 5 | 9 | 1 |
| Querência do Norte | Total | 1 | - | 1 |
| Santa Izabel do Oeste | Total | 3 | - | 1 |
| Sapopema | Parcial | 1 | 2 | 1 |
| Terra Boa | Parcial | 1 | 2 | 1 |
| TOTAL | | 81 | 105 | 50 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Fundepar; SEED

NOTA: Os dados de estabelecimentos municipalizados referem-se a setembro de 1994. Do total das escolas compartilhadas, 8 estão na zona rural (três em Formosa do Oeste, quatro em São José dos Pinhais e 1 em Boa Esperança). Nos estabelecimentos compartilhados, o ensino de 1ª a 4ª série é mantido pelos municípios e o de 5ª a 8ª série, pelo Estado.

(1) Os municípios de Cerro Azul, Formosa do Oeste, Mal. Cândido Rondon, Pitanga e Umuarama sofreram desmembramento territorial em 1993.

TABELA A.4 - ESTABELECIMENTOS QUE OFERTAM ENSINO DE 1º A 4º SÉRIE DO 1º GRAU NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1990-1993

| PORTE/MUNICÍPIO | ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA | URBANA | | | | | | | | RURAL | | | | | | | |
|------------------------------------|-----------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-----------|-----------|-----------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | | Estadual | | | | Municipal | | | | Estadual | | | | Municipal | | | |
| | | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 |
| Grande | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Curitiba | Não | 126 | 125 | 125 | 123 | 99 | 100 | 100 | 108 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Foz do Iguaçu | Parcial | 12 | 12 | 12 | 7 | 28 | 33 | 33 | 39 | - | - | - | - | 11 | 8 | 8 | 8 |
| Londrina | Não | 41 | 41 | 41 | 41 | 53 | 54 | 56 | 52 | - | - | - | - | 125 | 123 | 121 | 102 |
| Maringá | Não | 37 | 37 | 37 | 37 | 14 | 16 | 18 | 19 | - | - | - | - | 5 | 5 | 5 | 5 |
| Ponta Grossa | Não | 22 | 22 | 22 | 22 | 47 | 52 | 53 | 54 | - | - | - | - | 34 | 32 | 32 | 29 |
| Médio | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Apucarana | Total | 15 | - | - | - | 15 | 32 | 35 | 32 | - | - | - | - | 49 | 48 | 44 | 44 |
| Bandeirantes | Total | 9 | 9 | 9 | - | 2 | 2 | 3 | 12 | 12 | 12 | 12 | - | 33 | 33 | 32 | 42 |
| Guarapuava ⁽¹⁾ | Não | 15 | 15 | 15 | 15 | 19 | 20 | 21 | 20 | - | - | - | - | 181 | 176 | 176 | 117 |
| Ivaiporã | Não | 6 | 6 | 6 | 6 | 8 | 8 | 8 | 8 | - | - | - | - | 52 | 53 | 56 | 55 |
| Mal. Cândido Rondon ⁽¹⁾ | Total | 3 | 1 | - | - | 17 | 19 | 19 | 17 | - | - | - | - | 54 | 51 | 51 | 26 |
| Palmas | Total | 2 | 1 | - | - | 7 | 7 | 9 | 9 | - | - | - | - | 51 | 54 | 54 | 63 |
| São José dos Pinhais | Total | 5 | - | - | - | 34 | 41 | 42 | 41 | 4 | 1 | - | - | 28 | 23 | 23 | 23 |
| São Mateus do Sul ⁽²⁾ | Total | 5 | - | - | - | 4 | 9 | 8 | 9 | 34 | 4 | 4 | 4 | 27 | 57 | 56 | 56 |
| Umuarama ⁽¹⁾ | Parcial | 16 | 16 | 11 | 8 | 12 | 12 | 19 | 17 | - | - | - | - | 64 | 60 | 54 | 52 |
| Pequeno | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Barbosa Ferraz | Parcial | 7 | 6 | 4 | 4 | 1 | 1 | 3 | 4 | - | - | - | - | 21 | 21 | 21 | 19 |
| Boa Esperança | Parcial | 1 | 1 | 1 | 1 | - | - | - | 1 | 1 | 1 | 1 | - | 8 | 7 | 6 | 4 |
| Carlópolis | Não | 3 | 3 | 3 | 3 | - | - | - | - | 17 | 17 | 17 | 17 | 9 | 9 | 9 | 8 |
| Catanduvas | Total | 1 | 1 | - | - | 1 | 1 | 2 | 2 | 1 | 1 | 1 | - | 30 | 28 | 22 | 22 |
| Cerro Azul ⁽¹⁾ | Total | 4 | 1 | - | - | - | 3 | 4 | 4 | 9 | 1 | 1 | - | 65 | 65 | 75 | 49 |
| Formosa do Oeste ⁽¹⁾ | Total | 2 | 2 | - | - | - | - | 2 | 1 | 3 | 3 | - | - | 22 | 17 | 20 | 16 |
| Imbituva | Parcial | 2 | 2 | 1 | 1 | 3 | 4 | 6 | 5 | 14 | - | - | - | 43 | 57 | 53 | 52 |
| Itaguapé | Total | 1 | 1 | - | - | - | - | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | - | - | - | - | - |
| Morretes | Total | 2 | 1 | - | - | 3 | 4 | 5 | 4 | 9 | 8 | - | - | 12 | 14 | 22 | 23 |
| Nova Prata do Iguaçu | Total | 2 | 2 | 1 | - | - | - | 3 | 4 | - | - | - | - | 43 | 42 | 39 | 34 |
| Pitanga ⁽¹⁾ | Total | 5 | 5 | 4 | - | 4 | 4 | 5 | 8 | 8 | 9 | 9 | 1 | 164 | 163 | 164 | 114 |
| Querência do Norte | Total | 1 | - | - | - | 2 | 4 | 4 | 4 | - | - | - | - | 15 | 14 | 8 | 5 |
| Santa Izabel do Oeste | Total | 3 | - | - | - | 5 | 7 | 7 | 7 | - | - | - | - | 33 | 31 | 28 | 18 |
| Sapopema | Parcial | 2 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 2 | 2 | - | - | 16 | 16 | 25 | 24 |
| Sengés | Não | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 2 | 2 | 2 | - | 19 | 18 | 17 | 11 |
| Terra Boa | Parcial | 3 | 3 | 2 | 2 | 1 | 1 | 3 | 3 | 2 | 2 | - | - | 9 | 11 | 7 | 7 |
| TOTAL | | 355 | 317 | 297 | 273 | 382 | 437 | 472 | 490 | 119 | 64 | 48 | 22 | 1 223 | 1 236 | 1 228 | 1 028 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Fundepar

NOTA: Às escolas de 1º a 4º série estão somadas as de 1º a 8º que também ofertam as séries iniciais do 1º grau.

(1) Os municípios de Cerro Azul, Formosa do Oeste, Guarapuava, Mal. Cândido Rondon, Pitanga e Umuarama sofreram desmembramento territorial em 1993.

(2) O município de São Mateus do Sul, apesar de constar nos documentos obtidos junto à Secretaria de Estado da Educação como tendo sua rede totalmente municipalizada em 1991, apresenta, ainda nos anos seguintes, segundo dados da Fundepar, estabelecimentos de ensino pertencentes à rede estadual.

TABELA A.5 - PARTICIPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS QUE OFERTAM ENSINO DE 1ª A 4ª SÉRIE DO 1º GRAU, NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1990-1993

| PORTE/MUNICÍPIO | ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA | URBANA | | | | | | | | RURAL | | | | | | | |
|----------------------------------|-----------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------|----------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | | Estadual | | | | Municipal | | | | Estadual | | | | Municipal | | | |
| | | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 |
| Grande | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Curitiba | Não | 56 | 56 | 56 | 53 | 44 | 44 | 44 | 47 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Foz do Iguaçu | Parcial | 30 | 27 | 27 | 15 | 70 | 73 | 73 | 85 | - | - | - | - | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Londrina | Não | 44 | 43 | 42 | 44 | 56 | 57 | 58 | 56 | - | - | - | - | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Maringá | Não | 73 | 70 | 67 | 66 | 27 | 30 | 33 | 34 | - | - | - | - | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Ponta Grossa | Não | 32 | 30 | 29 | 29 | 68 | 70 | 71 | 71 | - | - | - | - | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Médio | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Apucarana | Total | 50 | - | - | - | 50 | 100 | 100 | 100 | - | - | - | - | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Bandeirantes | Total | 82 | 82 | 75 | - | 18 | 18 | 25 | 100 | 27 | 27 | 27 | - | 73 | 73 | 73 | 100 |
| Guarapuava | Não | 44 | 43 | 42 | 43 | 56 | 57 | 58 | 57 | - | - | - | - | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Ivaiporã | Não | 43 | 43 | 43 | 43 | 57 | 57 | 57 | 57 | - | - | - | - | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Mal. Cândido Rondon | Total | 15 | 5 | - | - | 85 | 95 | 100 | 100 | - | - | - | - | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Palmas | Total | 22 | 13 | - | - | 78 | 88 | 100 | 100 | - | - | - | - | 100 | 100 | 100 | 100 |
| São José dos Pinhais | Total | 13 | - | - | - | 87 | 100 | 100 | 100 | 13 | 4 | - | - | 88 | 96 | 100 | 100 |
| São Mateus do Sul ⁽¹⁾ | Total | 56 | - | - | - | 44 | 100 | 100 | 100 | 56 | 7 | 7 | 7 | 44 | 93 | 93 | 93 |
| Umuarama | Parcial | 57 | 57 | 37 | 32 | 43 | 43 | 63 | 68 | - | - | - | - | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Pequeno | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Barbosa Ferraz | Parcial | 88 | 86 | 57 | 50 | 13 | 14 | 43 | 50 | - | - | - | - | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Boa Esperança | Parcial | 100 | 100 | 100 | 50 | - | - | - | 50 | 11 | 13 | 14 | - | 89 | 88 | 86 | 100 |
| Carlópolis | Não | 100 | 100 | 100 | 100 | - | - | - | - | 65 | 65 | 65 | 68 | 35 | 35 | 35 | 32 |
| Catanduvas | Total | 50 | 50 | - | - | 50 | 50 | 100 | 100 | 3 | 3 | 4 | - | 97 | 97 | 96 | 100 |
| Cerro Azul | Total | 100 | 25 | - | - | - | 75 | 100 | 100 | 12 | 2 | 1 | - | 88 | 98 | 99 | 100 |
| Formosa do Oeste | Total | 100 | 100 | - | - | - | - | 100 | 100 | 12 | 15 | - | - | 88 | 85 | 100 | 100 |
| Imbituva | Parcial | 40 | 33 | 14 | 17 | 60 | 67 | 86 | 83 | 25 | - | - | - | 75 | 100 | 100 | 100 |
| Itaguapé | Total | 100 | 100 | - | - | - | - | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | - | - | - | - | - |
| Morretes | Total | 40 | 20 | - | - | 60 | 80 | 100 | 100 | 43 | 36 | - | - | 57 | 64 | 100 | 100 |
| Nova Prata do Iguaçu | Total | 100 | 100 | 25 | - | - | - | 75 | 100 | - | - | - | - | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Pitanga | Total | 56 | 56 | 44 | - | 44 | 44 | 56 | 100 | 5 | 5 | 5 | 1 | 95 | 95 | 95 | 99 |
| Querência do Norte | Total | 33 | - | - | - | 67 | 100 | 100 | 100 | - | - | - | - | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Santa Izabel do Oeste | Total | 38 | - | - | - | 63 | 100 | 100 | 100 | - | - | - | - | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Sapopema | Parcial | 67 | 67 | 50 | 33 | 33 | 33 | 50 | 67 | 11 | 11 | - | - | 89 | 89 | 100 | 100 |
| Sengés | Não | 50 | 50 | 50 | 40 | 50 | 50 | 50 | 60 | 10 | 10 | 11 | - | 90 | 90 | 89 | 100 |
| Terra Boa | Parcial | 75 | 75 | 40 | 40 | 25 | 25 | 60 | 60 | 18 | 15 | - | - | 82 | 85 | 100 | 100 |
| TOTAL | | 48 | 42 | 39 | 36 | 52 | 58 | 61 | 64 | 9 | 5 | 4 | 2 | 91 | 95 | 96 | 98 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Fundepar

(1) O município de São Mateus do Sul, apesar de constar nos documentos obtidos junto à Secretaria de Estado da Educação como tendo sua rede totalmente municipalizada em 1991, apresenta, ainda nos anos seguintes, segundo dados da Fundepar, estabelecimentos de ensino pertencentes à rede estadual.

TABELA A.6 - MATRÍCULAS INICIAIS DE 1ª A 4ª SÉRIE DO 1º GRAU, EM 30/03, NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO- FINANCEIRO E ADEÇÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1990-1993

| PORTE/MUNICÍPIO | ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA | URBANA | | | | | | | | RURAL | | | | | | | |
|------------------------------------|-----------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|--------------|--------------|--------------|------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | | ESTADUAL | | | | MUNICIPAL | | | | ESTADUAL | | | | MUNICIPAL | | | |
| | | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 |
| Grande | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Curitiba | Não | 62 720 | 62 793 | 61 644 | 59 163 | 49 118 | 49 533 | 53 161 | 56 908 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Foz do Iguaçu | Parcial | 4 405 | 4 268 | 4 046 | 2 457 | 12 392 | 16 235 | 17 301 | 21 296 | - | - | - | - | 2 526 | 1 526 | 1 600 | 542 |
| Londrina | Não | 14 921 | 14 347 | 14 102 | 13 643 | 19 673 | 19 644 | 20 354 | 18 760 | - | - | - | - | 3 109 | 3 051 | 2 679 | 2 203 |
| Maringá | Não | 18 255 | 17 046 | 16 618 | 15 816 | 2 886 | 4 594 | 5 205 | 5 674 | - | - | - | - | 682 | 670 | 657 | 740 |
| Ponta Grossa | Não | 8 612 | 8 206 | 7 960 | 8 133 | 11 319 | 13 283 | 13 913 | 15 728 | - | - | - | - | 1 402 | 1 292 | 1 279 | 1 391 |
| Médio | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Apucarana | Total | 5 440 | - | - | - | 3 141 | 8 671 | 8 446 | 9 308 | - | - | - | - | 996 | 865 | 813 | 753 |
| Bandeirantes | Total | 2 732 | 2 514 | 2 357 | - | 390 | 439 | 552 | 3 150 | 401 | 375 | 373 | - | 787 | 676 | 628 | 1 191 |
| Guarapuava ⁽¹⁾ | Não | 6 407 | 6 312 | 6 020 | 5 774 | 6 436 | 7 226 | 7 596 | 8 948 | - | - | - | - | 5 138 | 5 400 | 5 201 | 2 943 |
| Ivaiporã | Não | 2 139 | 1 953 | 1 793 | 1 899 | 1 491 | 1 519 | 1 422 | 1 686 | - | - | - | - | 2 040 | 1 915 | 1 780 | 1 627 |
| Mal. Cândido Rondon ⁽¹⁾ | Total | 847 | 326 | - | - | 2 687 | 3 198 | 3 149 | 3 187 | - | - | - | - | 1 462 | 1 352 | 1 253 | 675 |
| Palmas | Total | 1 659 | 463 | - | - | 1 550 | 2 391 | 3 348 | 3 622 | - | - | - | - | 1 330 | 1 488 | 1 661 | 1 952 |
| São José dos Pinhals | Total | 2 249 | - | - | - | 10 517 | 13 833 | 15 173 | 16 822 | 396 | 74 | - | - | 1 519 | 1 459 | 1 729 | 1 449 |
| São Mateus do Sul ⁽²⁾ | Total | 1 085 | - | - | - | 832 | 1 921 | 1 956 | 2 201 | 1 190 | 128 | 117 | 116 | 893 | 1 950 | 1 861 | 1 738 |
| Umuarama ⁽¹⁾ | Parcial | 7 067 | 6 858 | 4 667 | 3 667 | 2 684 | 2 951 | 5 212 | 4 840 | - | - | - | - | 1 770 | 1 521 | 1 176 | 1 154 |
| Pequeno | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Barbosa Ferraz | Parcial | 1 989 | 2 041 | 1 110 | 1 088 | 80 | 78 | 907 | 1 022 | - | - | - | - | 833 | 789 | 634 | 480 |
| Boa Esperança | Parcial | 575 | 501 | 539 | 509 | - | - | - | 218 | 269 | 234 | 235 | - | 223 | 199 | 184 | 141 |
| Cartópolis | Não | 1 006 | 1 055 | 1 012 | 1 039 | - | - | - | - | 533 | 513 | 471 | 557 | 259 | 230 | 217 | 169 |
| Catanduvas | Total | 485 | 540 | - | - | 360 | 355 | 928 | 706 | 43 | 35 | 25 | - | 835 | 862 | 822 | 747 |
| Cerro Azul ⁽¹⁾ | Total | 656 | 322 | - | - | - | 408 | 713 | 850 | 464 | 32 | 31 | - | 2 193 | 2 354 | 2 526 | 1 735 |
| Formosa do Oeste ⁽¹⁾ | Total | 1 052 | 1 012 | - | - | - | - | 971 | 676 | 238 | 231 | - | - | 667 | 518 | 734 | 586 |
| Imbituva | Parcial | 595 | 559 | 292 | 268 | 431 | 424 | 564 | 719 | 371 | - | - | - | 1 486 | 1 789 | 1 578 | 1 728 |
| Itaguapé | Total | 691 | 723 | - | - | - | - | 608 | 645 | 44 | 42 | 34 | - | - | - | - | - |
| Morretes | Total | 599 | 403 | - | - | 301 | 392 | 771 | 789 | 332 | 246 | - | - | 697 | 864 | 1 048 | 1 099 |
| Nova Prata do Iguaçu | Total | 728 | 773 | 277 | - | - | - | 451 | 796 | - | - | - | - | 1 175 | 1 109 | 986 | 866 |
| Pitanga ⁽¹⁾ | Total | 1 635 | 1 530 | 1 145 | - | 1 267 | 1 276 | 1 646 | 2 598 | 432 | 430 | 423 | 18 | 6 043 | 5 900 | 5 828 | 4 106 |
| Querência do Norte | Total | 856 | - | - | - | 207 | 1 268 | 1 300 | 1 441 | - | - | - | - | 428 | 433 | 370 | 319 |
| Santa Izabel do Oeste | Total | 531 | - | - | - | 338 | 974 | 890 | 926 | - | - | - | - | 873 | 799 | 728 | 639 |
| Sapopema | Parcial | 471 | 422 | 399 | 394 | 60 | 57 | 60 | 103 | 65 | 54 | - | - | 549 | 609 | 591 | 779 |
| Sengés | Não | 752 | 774 | 802 | 824 | 519 | 590 | 522 | 809 | 46 | 58 | 37 | - | 707 | 781 | 731 | 490 |
| Terra Boa | Parcial | 1 042 | 1 027 | 872 | 842 | 223 | 222 | 454 | 585 | 58 | 55 | - | - | 467 | 395 | 334 | 348 |
| TOTAL | | 152 201 | 136 768 | 125 655 | 115 516 | 128 902 | 151 482 | 167 573 | 185 013 | 4 882 | 2 507 | 1 746 | 691 | 41 089 | 40 796 | 39 628 | 32 590 |

FONTE: Fundepar

(1) Os municípios de Cerro Azul, Formosa do Oeste, Guarapuava, Mal. Cândido Rondon, Pitanga e Umuarama sofreram desmembramento territorial em 1993.

(2) O município de São Mateus do Sul, apesar de constar nos documentos obtidos junto à Secretaria de Estado da Educação como tendo sua rede totalmente municipalizada em 1991, apresenta, ainda nos anos seguintes, segundo dados da Fundepar, matrículas em estabelecimentos de ensino pertencentes à rede estadual.

TABELA A.7 - PARTICIPAÇÃO DAS MATRÍCULAS INICIAIS DE 1ª A 4ª SÉRIE DO 1º GRAU, EM 30/03, NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESAO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1990-1993

| PORTE/MUNICÍPIO | ADESAO AO TERMO DE PARCERIA | URBANO | | | | | | | | RURAL | | | | | | | |
|----------------------------------|-----------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | | ESTADUAL | | | | MUNICIPAL | | | | ESTADUAL | | | | MUNICIPAL | | | |
| | | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 |
| Grande | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Curitiba | Não | 56 | 56 | 54 | 51 | 44 | 44 | 46 | 49 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Foz do Iguaçu | Parcial | 26 | 21 | 19 | 10 | 74 | 79 | 81 | 90 | - | - | - | - | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Londrina | Não | 43 | 42 | 41 | 42 | 57 | 58 | 59 | 58 | - | - | - | - | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Maringá | Não | 86 | 79 | 76 | 74 | 14 | 21 | 24 | 26 | - | - | - | - | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Ponta Grossa | Não | 43 | 38 | 36 | 34 | 57 | 62 | 64 | 66 | - | - | - | - | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Médio | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Apucarana | Total | 63 | - | - | - | 37 | 100 | 100 | 100 | - | - | - | - | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Bandeirantes | Total | 88 | 85 | 81 | - | 12 | 15 | 19 | 100 | 34 | 36 | 37 | - | 66 | 64 | 63 | 100 |
| Guarapuava | Não | 50 | 47 | 44 | 39 | 50 | 53 | 56 | 61 | - | - | - | - | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Ivaiporã | Não | 59 | 56 | 56 | 53 | 41 | 44 | 44 | 47 | - | - | - | - | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Mal. Cândido Rondon | Total | 24 | 9 | - | - | 76 | 91 | 100 | 100 | - | - | - | - | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Palmas | Total | 52 | 16 | - | - | 48 | 84 | 100 | 100 | - | - | - | - | 100 | 100 | 100 | 100 |
| São José dos Pinhais | Total | 18 | - | - | - | 82 | 100 | 100 | 100 | 21 | 5 | - | - | 79 | 95 | 100 | 100 |
| São Mateus do Sul ⁽¹⁾ | Total | 57 | - | - | - | 43 | 100 | 100 | 100 | 57 | 6 | 6 | 6 | 43 | 94 | 94 | 94 |
| Umuarama | Parcial | 72 | 70 | 47 | 43 | 28 | 30 | 53 | 57 | - | - | - | - | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Pequeno | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Barbosa Ferraz | Parcial | 96 | 96 | 55 | 52 | 4 | 4 | 45 | 48 | - | - | - | - | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Boa Esperança | Parcial | 100 | 100 | 100 | 70 | - | - | - | 30 | 55 | 54 | 56 | - | 45 | 46 | 44 | 100 |
| Carlópolis | Não | 100 | 100 | 100 | 100 | - | - | - | - | 67 | 69 | 68 | 77 | 33 | 31 | 32 | 23 |
| Catanduvas | Total | 57 | 60 | - | - | 43 | 40 | 100 | 100 | 5 | 4 | 3 | - | 95 | 96 | 97 | 100 |
| Cerro Azul | Total | 100 | 44 | - | - | - | 56 | 100 | 100 | 17 | 1 | 1 | - | 83 | 99 | 99 | 100 |
| Formosa do Oeste | Total | 100 | 100 | - | - | - | - | 100 | 100 | 26 | 31 | - | - | 74 | 69 | 100 | 100 |
| Imbituva | Parcial | 58 | 57 | 34 | 27 | 42 | 43 | 66 | 73 | 20 | - | - | - | 80 | 100 | 100 | 100 |
| Itaguapé | Total | 100 | 100 | - | - | - | - | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | - | - | - | - | - |
| Morretes | Total | 67 | 51 | - | - | 33 | 49 | 100 | 100 | 32 | 22 | - | - | 68 | 78 | 100 | 100 |
| Nova Prata do Iguaçu | Total | 100 | 100 | 38 | - | - | - | 62 | 100 | - | - | - | - | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Pitanga | Total | 56 | 55 | 41 | - | 44 | 45 | 59 | 100 | 7 | 7 | 7 | - | 93 | 93 | 93 | 100 |
| Querência do Norte | Total | 81 | - | - | - | 19 | 100 | 100 | 100 | - | - | - | - | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Santa Izabel do Oeste | Total | 61 | - | - | - | 39 | 100 | 100 | 100 | - | - | - | - | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Sapopema | Parcial | 89 | 88 | 87 | 79 | 11 | 12 | 13 | 21 | 11 | 8 | - | - | 89 | 92 | 100 | 100 |
| Sengés | Não | 59 | 57 | 61 | 50 | 41 | 43 | 39 | 50 | 6 | 7 | 5 | - | 94 | 93 | 95 | 100 |
| Terra Boa | Parcial | 82 | 82 | 66 | 59 | 18 | 18 | 34 | 41 | 11 | 12 | - | - | 89 | 88 | 100 | 100 |
| TOTAL | | 54 | 47 | 43 | 38 | 46 | 53 | 57 | 62 | 11 | 6 | 4 | 2 | 89 | 94 | 96 | 98 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Fundepar

(1) O município de São Mateus do Sul, apesar de constar nos documentos obtidos junto à Secretaria de Estado da Educação como tendo sua rede totalmente municipalizada em 1991, apresenta, ainda nos anos seguintes, segundo dados da Fundepar, matrículas em estabelecimentos de ensino pertencentes à rede estadual.

TABELA A.8 - PESSOAL EM EXERCÍCIO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS, EM 30/03, NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, POR FUNÇÃO, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1990-1993

| PORTE/ MUNICÍPIO | ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA | FUNÇÃO | PESSOAL | | | | EVOLUÇÃO (%) | | | |
|------------------------------------|-----------------------------------|-----------------|---------|-------|-------|-------|--------------|------|------|------|
| | | | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 |
| Grande | | | | | | | | | | |
| Curitiba | Não | Diretor e Vice | 141 | 144 | 117 | 179 | 100 | 102 | 83 | 127 |
| | | Administrativo | 1 248 | 1 220 | 1 318 | 1 258 | 100 | 98 | 106 | 101 |
| | | Professor 1º/4º | 2 785 | 3 154 | 3 351 | 4 139 | 100 | 113 | 120 | 149 |
| Foz do Iguaçu | Parcial | Diretor e Vice | 34 | 31 | 32 | 40 | 100 | 91 | 94 | 118 |
| | | Administrativo | 297 | 407 | 493 | 559 | 100 | 137 | 166 | 188 |
| | | Professor 1º/4º | 469 | 557 | 625 | 814 | 100 | 119 | 133 | 174 |
| Londrina | Não | Diretor e Vice | 62 | 59 | 67 | 55 | 100 | 95 | 108 | 89 |
| | | Administrativo | 350 | 334 | 337 | 327 | 100 | 95 | 96 | 93 |
| | | Professor 1º/4º | 1 123 | 1 102 | 1 156 | 1 073 | 100 | 98 | 103 | 96 |
| Maringá | Não | Diretor e Vice | 42 | 40 | 44 | 29 | 100 | 95 | 105 | 69 |
| | | Administrativo | 262 | 276 | 336 | 207 | 100 | 105 | 128 | 79 |
| | | Professor 1º/4º | 193 | 298 | 263 | 266 | 100 | 154 | 136 | 138 |
| Ponta Grossa | Não | Diretor e Vice | 51 | 53 | 58 | 55 | 100 | 104 | 114 | 108 |
| | | Administrativo | 208 | 231 | 250 | 247 | 100 | 111 | 120 | 119 |
| | | Professor 1º/4º | 502 | 581 | 633 | 618 | 100 | 116 | 126 | 123 |
| Médio | | | | | | | | | | |
| Apucarana | Total | Diretor e Vice | 11 | 30 | 34 | 29 | 100 | 273 | 309 | 264 |
| | | Administrativo | 207 | 378 | 383 | 348 | 100 | 183 | 185 | 168 |
| | | Professor 1º/4º | 184 | 458 | 470 | 437 | 100 | 249 | 255 | 238 |
| Bandeirantes | Total | Diretor e Vice | 3 | 5 | 7 | 13 | 100 | 167 | 233 | 433 |
| | | Administrativo | 52 | 58 | 58 | 106 | 100 | 112 | 112 | 204 |
| | | Professor 1º/4º | 76 | 80 | 80 | 220 | 100 | 105 | 105 | 289 |
| Guarapuava ⁽¹⁾ | Não | Diretor e Vice | 26 | 30 | 28 | 26 | 100 | 115 | 108 | 100 |
| | | Administrativo | 154 | 204 | 196 | 228 | 100 | 132 | 127 | 148 |
| | | Professor 1º/4º | 531 | 562 | 625 | 536 | 100 | 106 | 118 | 101 |
| Ivaiporã | Não | Diretor e Vice | 11 | - | - | 6 | 100 | - | - | 55 |
| | | Administrativo | 58 | 76 | 71 | 65 | 100 | 131 | 122 | 112 |
| | | Professor 1º/4º | 150 | 144 | 148 | 160 | 100 | 96 | 99 | 107 |
| Mal. Cândido Rondon ⁽¹⁾ | Total | Diretor e Vice | 16 | 23 | 24 | 17 | 100 | 144 | 150 | 106 |
| | | Administrativo | 92 | 110 | 113 | 80 | 100 | 120 | 123 | 87 |
| | | Professor 1º/4º | 213 | 256 | 230 | 187 | 100 | 120 | 108 | 88 |
| Palmas | Total | Diretor e Vice | 6 | 6 | 11 | 12 | 100 | 100 | 183 | 200 |
| | | Administrativo | 17 | 9 | 34 | 51 | 100 | 53 | 200 | 300 |
| | | Professor 1º/4º | 135 | 195 | 260 | 248 | 100 | 144 | 193 | 184 |
| São José dos Pinhais | Total | Diretor e Vice | 37 | 44 | 45 | 41 | 100 | 119 | 122 | 111 |
| | | Administrativo | 189 | 222 | 215 | 251 | 100 | 117 | 114 | 133 |
| | | Professor 1º/4º | 545 | 682 | 713 | 723 | 100 | 125 | 131 | 133 |
| São Mateus do Sul | Total | Diretor e Vice | 0 | 4 | 7 | 6 | - | 100 | 175 | 150 |
| | | Administrativo | 17 | 34 | 49 | 35 | 100 | 200 | 288 | 206 |
| | | Professor 1º/4º | 75 | 193 | 182 | 265 | 100 | 257 | 243 | 353 |
| Umuarama ⁽¹⁾ | Parcial | Diretor e Vice | 14 | 14 | 19 | 15 | 100 | 100 | 136 | 107 |
| | | Administrativo | 83 | 98 | 75 | 123 | 100 | 118 | 90 | 148 |
| | | Professor 1º/4º | 227 | 185 | 271 | 294 | 100 | 81 | 119 | 130 |
| Pequeno | | | | | | | | | | |
| Barbosa Ferraz | Parcial | Diretor e Vice | - | - | 2 | 3 | - | - | 100 | 150 |
| | | Administrativo | - | - | 20 | 39 | - | - | 100 | 195 |
| | | Professor 1º/4º | 38 | 36 | 68 | 69 | 100 | 95 | 179 | 182 |
| Boa Esperança | Parcial | Diretor e Vice | 1 | 1 | - | 3 | 100 | 100 | - | 300 |
| | | Administrativo | 3 | 3 | - | 8 | 100 | 100 | - | 267 |
| | | Professor 1º/4º | 14 | 13 | 13 | 19 | 100 | 93 | 93 | 136 |
| Carlópolis | Não | Diretor e Vice | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | | Administrativo | - | 9 | - | - | - | 100 | - | - |
| | | Professor 1º/4º | 18 | 22 | 19 | 15 | 100 | 122 | 106 | 83 |
| Catanduvas | Total | Diretor e Vice | 2 | 3 | 3 | 4 | 100 | 150 | 150 | 200 |
| | | Administrativo | 17 | 25 | 4 | 18 | 100 | 147 | 24 | 106 |
| | | Professor 1º/4º | 62 | 58 | 74 | 64 | 100 | 94 | 119 | 103 |

continua

TABELA A.8 - PESSOAL EM EXERCÍCIO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS, EM 30/03, NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, POR FUNÇÃO, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1990-1993

| PORTE/ MUNICÍPIO | ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA | FUNÇÃO | PESSOAL | | | | EVOLUÇÃO (%) | | | |
|---------------------------------|-----------------------------------|-----------------|---------|------|------|------|--------------|------|------|------|
| | | | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 |
| Cerro Azul ⁽¹⁾ | Total | Diretor e Vice | 2 | 2 | 4 | 3 | 100 | 100 | 200 | 150 |
| | | Administrativo | - | 3 | 8 | 2 | - | 100 | 267 | 67 |
| | | Professor 1º/4º | 101 | 130 | 158 | 111 | 100 | 129 | 156 | 110 |
| Formosa do Oeste ⁽¹⁾ | Total | Diretor e Vice | - | - | 5 | 2 | - | - | 100 | 40 |
| | | Administrativo | - | - | 21 | 12 | - | - | 100 | 57 |
| | | Professor 1º/4º | 39 | 28 | 85 | 50 | 100 | 72 | 218 | 128 |
| Imbituva | Parcial | Diretor e Vice | 2 | 1 | 4 | 4 | 100 | 50 | 200 | 200 |
| | | Administrativo | 7 | - | - | 14 | 100 | - | - | 200 |
| | | Professor 1º/4º | 100 | 119 | 125 | 121 | 100 | 119 | 125 | 121 |
| Itaguapé | Total | Diretor e Vice | 1 | - | - | 1 | 100 | - | - | 100 |
| | | Administrativo | - | - | 16 | 16 | - | - | 100 | 100 |
| | | Professor 1º/4º | - | - | 28 | 27 | - | - | 100 | 96 |
| Morretes | Total | Diretor e Vice | 3 | 4 | 5 | 4 | 100 | 133 | 167 | 133 |
| | | Administrativo | 2 | 7 | 8 | 11 | 100 | 350 | 400 | 550 |
| | | Professor 1º/4º | 46 | 61 | 104 | 94 | 100 | 133 | 226 | 204 |
| Nova Prata do Iguaçu | Total | Diretor e Vice | - | - | 2 | 3 | - | - | 100 | 150 |
| | | Administrativo | - | - | 3 | 16 | - | - | 100 | 533 |
| | | Professor 1º/4º | 77 | 84 | 96 | 102 | 100 | 109 | 125 | 132 |
| Pitanga ⁽¹⁾ | Total | Diretor e Vice | 6 | 7 | 8 | 8 | 100 | 117 | 133 | 133 |
| | | Administrativo | 27 | 23 | 37 | 17 | 100 | 85 | 137 | 63 |
| | | Professor 1º/4º | 299 | 301 | 320 | 263 | 100 | 101 | 107 | 88 |
| Querência do Norte | Total | Diretor e Vice | - | 2 | 2 | 2 | - | 100 | 100 | 100 |
| | | Administrativo | - | 19 | 30 | 22 | - | 100 | 158 | 116 |
| | | Professor 1º/4º | 28 | 68 | 71 | 60 | 100 | 243 | 254 | 214 |
| Santa Izabel do Oeste | Total | Diretor e Vice | 1 | 3 | 3 | 4 | 100 | 300 | 300 | 400 |
| | | Administrativo | - | 11 | 16 | 21 | - | 100 | 145 | 191 |
| | | Professor 1º/4º | 64 | 87 | 81 | 79 | 100 | 136 | 127 | 123 |
| Sapopema | Parcial | Diretor e Vice | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | | Administrativo | 1 | - | 3 | - | 100 | - | 300 | - |
| | | Professor 1º/4º | 29 | 32 | 41 | 42 | 100 | 110 | 141 | 145 |
| Sengés | Não | Diretor e Vice | 4 | 4 | 4 | 3 | 100 | 100 | 100 | 75 |
| | | Administrativo | 27 | 23 | 26 | 15 | 100 | 85 | 96 | 56 |
| | | Professor 1º/4º | 57 | 61 | 57 | 56 | 100 | 107 | 100 | 98 |
| Terra Boa | Parcial | Diretor e Vice | 6 | 5 | 5 | 6 | 100 | 83 | 83 | 100 |
| | | Administrativo | 52 | 66 | 30 | 27 | 100 | 127 | 58 | 52 |
| | | Professor 1º/4º | 31 | 31 | 47 | 43 | 100 | 100 | 152 | 139 |
| TOTAL | | | | | | | | | | |

FONTE: Fundepar

NOTA: Na função administrativa estão também incluídas as funções técnicas.

(1) Os municípios de Cerro Azul, Formosa do Oeste, Guarapuava, Mal. Cândido Rondon, Pitanga e Umuarama sofreram desmembramento territorial em 1993.

TABELA A.9 - RECEITA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO PARANÁ - 1989/1994

Valores Constantes R\$ Dez./95

| RECEITA | RECEITA | | | |
|--------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 1989 | 1991 | 1993 | 1994 |
| Receitas Correntes | 2 185 867 321 | 2 509 505 007 | 2 478 980 715 | 2 738 014 631 |
| Receita Tributária | 1 896 036 074 | 1 808 572 112 | 1 573 068 780 | 1 903 753 030 |
| Impostos | 1 885 027 133 | 1 789 282 706 | 1 568 675 291 | 1 898 451 785 |
| Taxas | 11 008 941 | 19 289 406 | 4 393 488 | 5 301 245 |
| Receita de Contribuição | - | - | 82 985 249 | 140 568 085 |
| Receita Patrimonial | 101 048 450 | 303 912 882 | 397 243 538 | 220 240 932 |
| Receita Agropecuária | 3 446 | 56 931 | 15 513 | 1 390 |
| Receita Industrial | 16 507 | 103 778 | 63 471 | 1 173 |
| Receita de Serviços | 281 039 | 633 305 | 804 986 | 2 525 151 |
| Transferências Correntes | 165 802 887 | 360 485 637 | 374 287 969 | 382 970 061 |
| Transf. Impostos da União | 163 963 579 | 358 706 188 | 318 797 384 | 318 900 200 |
| Outras Transferências da União | 1 839 308 | 1 779 449 | 55 490 585 | 64 069 861 |
| Outras Receitas Correntes | 22 678 918 | 35 740 361 | 50 511 209 | 87 954 809 |
| Receitas de Capital | 255 311 634 | 97 381 407 | 299 369 863 | 124 486 905 |
| Operações de Crédito | 128 238 375 | 46 615 211 | 69 270 693 | 103 751 566 |
| Alienação de Bens | 450 | - | 216 219 966 | 121 664 |
| Amortização de Empréstimos | 3 844 390 | 4 270 525 | 13 879 204 | 20 570 365 |
| Transferências de Capital | 123 162 055 | 46 495 670 | - | 43 309 |
| Transfer. Impostos da União | 77 949 329 | - | - | - |
| Outras Transferências da União | 45 212 726 | 46 495 670 | - | 43 309 |
| Outras Receitas de Capital | 66 364 | - | - | - |
| RECEITA TOTAL | 2 441 178 955 | 2 606 886 414 | 2 778 350 578 | 2 862 501 536 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Balanços Gerais - SEFA

NOTA: Valores corrigidos pelos fatores de conversão utilizados pelo IESP (IGP-DI) - Revista Indicadores do IESP, nº 50, abr./96.

TABELA A.10 - PARTICIPAÇÃO DA RECEITA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO PARANÁ - 1989/1994

| RECEITA | PARTICIPAÇÃO DA RECEITA (%) | | | |
|--------------------------------|-----------------------------|--------|--------|--------|
| | 1989 | 1991 | 1993 | 1994 |
| Receitas Correntes | 89,54 | 96,26 | 89,22 | 95,65 |
| Receita Tributária | 77,67 | 69,38 | 56,62 | 66,50 |
| Impostos | 77,21 | 68,65 | 56,46 | 66,32 |
| Taxas | 0,45 | 0,73 | 0,16 | 0,18 |
| Receita de Contribuição | - | - | 2,99 | 4,91 |
| Receita Patrimonial | 4,13 | 11,65 | 14,29 | 7,69 |
| Receita Agropecuária | - | - | - | - |
| Receita Industrial | - | - | - | - |
| Receita de Serviços | 0,01 | 0,02 | 0,03 | 0,09 |
| Transferências Correntes | 6,79 | 13,83 | 13,43 | 13,38 |
| Transf. Impostos da União | 6,71 | 13,76 | 11,47 | 11,14 |
| Outras Transferências da União | 0,07 | 0,07 | 2,00 | 2,24 |
| Outras Receitas Correntes | 0,93 | 1,37 | 1,82 | 3,07 |
| Receitas de Capital | 10,46 | 3,74 | 10,77 | 4,35 |
| Operações de Crédito | 5,25 | 1,79 | 2,49 | 3,62 |
| Alienação de Bens | - | - | 7,78 | - |
| Amortização de Empréstimos | 0,15 | 0,16 | 0,50 | 0,72 |
| Transferências de Capital | 5,05 | 1,78 | - | - |
| Transfer. Impostos da União | 3,19 | - | - | - |
| Outras Transferências da União | 1,85 | 1,78 | - | - |
| Outras Receitas de Capital | - | - | - | - |
| RECEITA TOTAL | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

FONTE: Tabela A.9

TABELA A.11 - EVOLUÇÃO DA RECEITA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO PARANÁ - 1989/1994

| RECEITA | EVOLUÇÃO DA RECEITA (%) | | | |
|--------------------------------|-------------------------|----------|---------------|-----------|
| | 1989 | 1991 | 1993 | 1994 |
| Receita Corrente | 100 | 114,81 | 113,41 | 125,26 |
| Receita Tributária | 100 | 95,39 | 82,97 | 100,41 |
| Impostos | 100 | 94,92 | 83,22 | 100,71 |
| Taxas | 100 | 175,22 | 39,91 | 48,15 |
| Receita de Contribuição | - | - | - | - |
| Receita Patrimonial | 100 | 300,76 | 393,12 | 217,96 |
| Receita Agropecuária | 100 | 1 651,91 | 450,13 | 40,34 |
| Receita Industrial | 100 | 628,69 | 384,51 | 7,10 |
| Receita de Serviços | 100 | 225,34 | 286,43 | 898,51 |
| Transferências Correntes | 100 | 217,42 | 225,74 | 230,98 |
| Transf. Impostos da União | 100 | 218,77 | 194,43 | 194,49 |
| Outras Transferências da União | 100 | 96,75 | 3 016,93 | 3 483,37 |
| Outras Receitas Correntes | 100 | 157,59 | 222,72 | 387,83 |
| Receita de Capital | 100 | 38,14 | 117,26 | 48,76 |
| Operações de Crédito | 100 | 36,35 | 54,02 | 80,91 |
| Alienação de Bens | 100 | - | 48 041 373,76 | 27 032,29 |
| Amortização de Empréstimos | 100 | 111,08 | 361,02 | 535,07 |
| Transferências de Capital | 100 | 37,75 | - | 0,04 |
| Transfer. Impostos da União | 100 | - | - | - |
| Outras Transferências da União | 100 | 102,84 | - | 0,10 |
| Outras Receitas de Capital | 100 | - | - | - |
| RECEITA TOTAL | 100 | 106,79 | 113,81 | 117,26 |

FONTE: Tabela A.9

TABELA A.12 - DESPESA POR FUNÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO PARANÁ - 1989/1994

Valores Constantes R\$ Dez./95

| FUNÇÃO | DESPESAS | | | |
|--------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 1989 | 1991 | 1993 | 1994 |
| Legislativa | 66 351 479 | 76 456 732 | 62 912 500 | 71 342 021 |
| Judiciária | 201 018 819 | 241 365 474 | 196 358 692 | 227 412 842 |
| Administração e Planejamento | 1 103 409 167 | 403 260 928 | 375 001 145 | 346 182 259 |
| Agricultura | 147 107 420 | 119 804 807 | 108 367 652 | 102 160 160 |
| Comunicações | 810 689 | 567 111 | - | - |
| Segurança Pública | 192 595 993 | 206 496 835 | 163 009 902 | 182 241 139 |
| Desenvolvimento Regional | 21 413 114 | 56 095 147 | 89 651 972 | 126 828 137 |
| Educação e Cultura | 797 997 331 | 703 013 202 | 652 620 553 | 706 299 284 |
| Energia e Recursos Minerais | 7 271 258 | 48 826 307 | 3 866 273 | 5 342 790 |
| Habituação e Urbanismo | 5 699 539 | 25 068 508 | 31 763 454 | 58 344 691 |
| Indústria, Comércio e Serviços | 9 163 290 | 37 830 833 | 9 221 466 | 24 505 516 |
| Saúde e Saneamento | 142 389 896 | 104 998 371 | 121 268 227 | 159 282 770 |
| Trabalho | 8 433 141 | 5 977 213 | 4 813 362 | 6 802 396 |
| Assistência e Previdência | 391 666 723 | 367 297 612 | 456 288 079 | 505 361 554 |
| Transportes | 306 404 380 | 210 141 967 | 252 229 314 | 413 612 709 |
| TOTAL | 3 311 732 240 | 2 607 201 045 | 2 527 372 591 | 2 935 718 269 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Balanços Gerais - SEFA

NOTA: Valores corrigidos pelos fatores de conversão utilizados pelo IESP (IGP-DI) - Revista Indicadores do IESP, nº 50, abr./96.

TABELA A.13 - EVOLUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO PARANÁ - 1989/1994

| FUNÇÃO | EVOLUÇÃO DAS DESPESAS (%) | | | |
|--------------------------------|---------------------------|--------|--------|----------|
| | 1989 | 1991 | 1993 | 1994 |
| Legislativa | 100 | 115,23 | 94,82 | 107,52 |
| Judiciária | 100 | 120,07 | 97,68 | 113,13 |
| Administração e Planejamento | 100 | 39,79 | 37,00 | 34,16 |
| Agricultura | 100 | 81,44 | 73,67 | 69,45 |
| Comunicações | 100 | 69,95 | - | - |
| Segurança Pública | 100 | 107,22 | 84,64 | 94,62 |
| Desenvolvimento Regional | 100 | 261,97 | 418,68 | 592,29 |
| Educação e Cultura | 100 | 88,10 | 81,78 | 88,51 |
| Energia e Recursos Minerais | 100 | 671,50 | 53,17 | 73,48 |
| Habituação e Urbanismo | 100 | 439,83 | 557,30 | 1 023,67 |
| Indústria, Comércio e Serviços | 100 | 412,85 | 100,63 | 267,43 |
| Saúde e Saneamento | 100 | 73,74 | 85,17 | 111,86 |
| Trabalho | 100 | 70,88 | 57,08 | 80,66 |
| Assistência e Previdência | 100 | 93,78 | 116,50 | 129,03 |
| Transportes | 100 | 68,58 | 82,32 | 134,99 |
| TOTAL | 100 | 78,73 | 76,32 | 88,65 |

FONTE: Tabela A.12

TABELA A.14 - DESPESAS COM PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO PARANÁ - 1989/1994

| FUNÇÃO | DESPESAS | | | |
|-------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 1989 | 1991 | 1993 | 1994 |
| Administração | 846 845 | 59 698 484 | 78 533 342 | 85 269 379 |
| Programas Integrados | 55 404 260 | - | 6 579 281 | 1 994 312 |
| Ensino de 1º Grau | 443 147 131 | 433 871 582 | 358 403 164 | 391 415 446 |
| Ensino de 2º Grau | 45 241 144 | 40 499 785 | 44 116 634 | 48 368 550 |
| Ensino Superior | 221 546 708 | 136 615 813 | 126 132 762 | 135 638 262 |
| Ensino Supletivo | 5 551 944 | 5 465 542 | 8 576 353 | 9 991 603 |
| Assistência a Educandos | 81 799 | 144 949 | - | - |
| Educação Especial | 7 587 705 | 9 368 008 | 14 510 264 | 15 879 858 |
| TOTAL | 779 407 536 | 685 664 163 | 636 851 801 | 688 557 409 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Balanços Gerais - SEFA

NOTA: Valores corrigidos pelos fatores de conversão utilizados pelo IESP (IGP-DI) - Revista Indicadores do IESP, nº 50, abr./96.

TABELA A.15 - VALOR DO SALÁRIO EDUCAÇÃO E DO CUSTO/ALUNO/MÊS - PARANÁ - 1992-1995

| ITENS | 1992 | | | | 1993 | | | |
|------------------|------------------|-----------|--------------------------------|--------|------------------|--------|---------------------------------|----------|
| | Trimestre (Cr\$) | | | | Trimestre (Cr\$) | | Trimestre (CR\$) ⁽¹⁾ | |
| | 1º | 2º | 3º | 4º | 1º | 2º | 3º | 4º |
| Salário-Educação | - | 63,34 | 111,23 | 193,22 | 369,30 | 744,41 | 1 604,42 | 3 811,00 |
| Custo/Aluno/Mês | - | 41,17 | 56,48 | 106,27 | 221,58 | 409,42 | 882,43 | 2 096,00 |
| ITENS | 1994 | | | | 1995 | | | |
| | Trimestre (CR\$) | | Trimestre (R\$) ⁽¹⁾ | | Trimestre (R\$) | | | |
| | 1º | 2º | 3º | 4º | 1º | 2º | 3º | 4º |
| Salário-Educação | 9 615,00 | 14 235,00 | 15,29 | 15,29 | 15,29 | 15,29 | 21,00 | 21,00 |
| Custo/Aluno/Mês | 5 382,00 | 15 784,00 | 15,43 | 20,00 | 21,50 | 25,00 | 27,00 | 29,00 |

FONTE: Secretaria de Estado da Educação - SEED

(1) A partir de 1º de agosto de 1993.

(2) A partir de 1º de julho de 1994.

TABELA A.16 - RELAÇÃO ENTRE RECEITAS DE IMPOSTOS E RECEITA TOTAL PARA OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1989/1994

| PORTE/MUNICÍPIO | 1989 | 1991 | 1993 | 1994 |
|-----------------------|------|------|------|------|
| Grande | | | | |
| Curitiba | 0,69 | 0,53 | 0,67 | 0,69 |
| Foz do Iguaçu | 0,73 | 0,71 | 0,59 | 0,52 |
| Londrina | 0,71 | 0,68 | 0,60 | 0,60 |
| Maringá | 0,66 | 0,64 | 0,70 | 0,58 |
| Ponta Grossa | 0,73 | 0,65 | 0,54 | 0,63 |
| Médio | | | | |
| Apucarana | 0,79 | 0,67 | 0,67 | 0,43 |
| Bandeirantes | 0,87 | 0,93 | 0,73 | 0,82 |
| Guarapuava | 0,67 | 0,63 | 0,68 | 0,75 |
| Ivaiporã | 0,88 | 0,83 | 0,59 | 0,80 |
| Mai. Cândido Rondon | 0,82 | 0,77 | 0,62 | 0,52 |
| Palmas | 0,68 | 0,75 | 0,81 | 0,75 |
| São José dos Pinhais | 0,61 | 0,67 | 0,67 | 0,72 |
| São Mateus do Sul | 0,79 | 0,78 | 0,57 | 0,58 |
| Umuarama | 0,74 | 0,66 | 0,61 | 0,58 |
| Pequeno | | | | |
| Barbosa Ferraz | 0,59 | 0,68 | 0,74 | 0,82 |
| Boa Esperança | 0,78 | 0,73 | 0,84 | 0,82 |
| Carlópolis | 0,80 | 0,68 | 0,71 | 0,72 |
| Catanduvas | 0,83 | 0,75 | 0,82 | 0,74 |
| Cerro Azul | 0,73 | 0,80 | 0,79 | 0,82 |
| Formosa do Oeste | 0,77 | 0,79 | 0,65 | 0,79 |
| Imbituva | 0,81 | 0,73 | 0,84 | 0,77 |
| Itaguapé | 0,67 | 0,83 | 0,77 | 0,50 |
| Morretes | 0,76 | 0,75 | 0,84 | 0,70 |
| Nova Prata do Iguaçu | 0,85 | 0,82 | 0,78 | 0,72 |
| Pitanga | 0,70 | 0,81 | 0,81 | 0,76 |
| Querência do Norte | 0,55 | 0,69 | 0,63 | 0,64 |
| Santa Izabel do Oeste | 0,70 | 0,82 | 0,73 | 0,79 |
| Sapopema | 0,74 | 0,85 | 0,68 | 0,54 |
| Sengés | 0,75 | 0,90 | 0,80 | 0,71 |
| Terra Boa | 0,72 | 0,79 | 0,79 | 0,90 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Balanços Municipais - 1989/1993; BDE - 1994

TABELA A.17 - RELAÇÃO ENTRE IMPOSTOS TRANSFERIDOS E O TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS MUNICIPAIS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1989/1994

| PORTE/MUNICÍPIO | 1989 | 1991 | 1993 | 1994 |
|-----------------------|------|------|------|------|
| Grande | | | | |
| Curitiba | 0,58 | 0,52 | 0,62 | 0,59 |
| Foz do Iguaçu | 0,56 | 0,59 | 0,82 | 0,78 |
| Londrina | 0,66 | 0,61 | 0,76 | 0,64 |
| Maringá | 0,71 | 0,59 | 0,78 | 0,70 |
| Ponta Grossa | 0,86 | 0,80 | 0,82 | 0,80 |
| Médio | | | | |
| Apucarana | 0,80 | 0,78 | 0,85 | 0,74 |
| Bandeirantes | 0,98 | 0,91 | 0,96 | 0,95 |
| Guarapuava | 0,85 | 0,83 | 0,85 | 0,83 |
| Ivaiporã | 0,91 | 0,88 | 0,91 | 0,92 |
| Mal. Cândido Rondon | 0,91 | 0,91 | 0,92 | 0,91 |
| Palmas | 0,97 | 0,82 | 0,94 | 0,92 |
| São José dos Pinhais | 0,80 | 0,75 | 0,83 | 0,80 |
| São Mateus do Sul | 0,82 | 0,80 | 0,84 | 0,77 |
| Umuarama | 0,82 | 0,76 | 0,83 | 0,78 |
| Pequeno | | | | |
| Barbosa Ferraz | 0,98 | 0,93 | 0,98 | 0,95 |
| Boa Esperança | 0,97 | 0,98 | 0,99 | 0,97 |
| Carlópolis | 0,96 | 0,94 | 0,96 | 0,99 |
| Catanduvas | 0,96 | 0,98 | 0,96 | 0,96 |
| Cerro Azul | 0,96 | 0,95 | 0,94 | 0,97 |
| Formosa do Oeste | 0,97 | 0,97 | 0,97 | 0,96 |
| Imbituva | 0,98 | 0,96 | 0,98 | 0,96 |
| Itaguagé | 0,96 | 0,93 | 0,97 | 0,93 |
| Morretes | 0,95 | 0,96 | 0,95 | 0,97 |
| Nova Prata do Iguaçu | 0,97 | 0,95 | 0,97 | 0,97 |
| Pitanga | 0,96 | 0,96 | 0,95 | 0,91 |
| Querência do Norte | 0,96 | 0,96 | 0,98 | 0,97 |
| Santa Izabel do Oeste | 0,97 | 0,97 | 0,98 | 0,98 |
| Sapopema | 0,94 | 0,97 | 0,86 | 0,91 |
| Sengés | 0,97 | 0,95 | 0,94 | 0,96 |
| Terra Boa | 0,96 | 0,95 | 0,96 | 0,95 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Balanços Municipais - 1989/1993; BDE - 1994

TABELA A.18 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS MUNICIPAIS PARA MUNICÍPIOS SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESAO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1989/1994

| MUNICÍPIO | 1989 | 1991 | 1993 | 1994 |
|-----------------------|--------|--------|--------|--------|
| Grande | | | | |
| Curitiba | 100,00 | 133,20 | 112,36 | 133,43 |
| Foz do Iguaçu | 100,00 | 163,64 | 228,92 | 212,57 |
| Londrina | 100,00 | 128,83 | 84,80 | 110,89 |
| Maringá | 100,00 | 173,14 | 105,19 | 129,62 |
| Ponta Grossa | 100,00 | 124,65 | 99,84 | 110,09 |
| Médio | | | | |
| Apucarana | 100,00 | 123,59 | 97,62 | 69,31 |
| Bandeirantes | 100,00 | 124,81 | 85,46 | 92,85 |
| Guarapuava | 100,00 | 132,25 | 101,73 | 118,76 |
| Ivaiporã | 100,00 | 113,46 | 103,35 | 106,17 |
| Mai. Cândido Rondon | 100,00 | 151,25 | 95,08 | 114,42 |
| Palmas | 100,00 | 130,60 | 128,25 | 117,45 |
| São José dos Pinhais | 100,00 | 141,90 | 147,04 | 164,32 |
| São Mateus do Sul | 100,00 | 120,79 | 112,80 | 104,55 |
| Umuarama | 100,00 | 116,40 | 99,96 | 102,12 |
| Pequeno | | | | |
| Barbosa Ferraz | 100,00 | 109,94 | 104,67 | 103,53 |
| Boa Esperança | 100,00 | 123,83 | 97,18 | 109,12 |
| Carlópolis | 100,00 | 129,51 | 132,83 | 145,65 |
| Catanduvas | 100,00 | 91,03 | 82,82 | 84,81 |
| Cerro Azul | 100,00 | 142,77 | 136,75 | 597,16 |
| Formosa do Oeste | 100,00 | 117,77 | 96,45 | 99,86 |
| Imbituva | 100,00 | 115,63 | 118,39 | 120,39 |
| Itaguagé | 100,00 | 108,59 | 99,70 | 59,89 |
| Morretes | 100,00 | 188,41 | 228,26 | 223,67 |
| Nova Prata do Iguaçu | 100,00 | 117,73 | 106,07 | 111,42 |
| Pitanga | 100,00 | 118,13 | 101,11 | 112,39 |
| Querência do Norte | 100,00 | 131,92 | 127,66 | 125,91 |
| Santa Izabel do Oeste | 100,00 | 119,72 | 109,97 | 113,54 |
| Sapopema | 100,00 | 141,95 | 165,69 | 127,14 |
| Sengés | 100,00 | 139,81 | 133,33 | 133,76 |
| Terra Boa | 100,00 | 131,05 | 103,01 | 105,08 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Balanços Municipais - 1989/1993; BDE - 1994

NOTAS: Valores corrigidos pelo IGP-DI - Revista Indicadores do IESP, nº 50, abr/96. S. Paulo.

No caso do município de Cerro Azul, os dados disponíveis não permitiram que fossem determinadas as causas da elevada taxa de evolução observada em 1994.

TABELA A.19 - RELAÇÃO ENTRE AS DESPESAS COM A FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA E O TOTAL DAS DESPESAS REALIZADAS, NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1989/1994

| PORTE/MUNICÍPIO | 1989 | 1991 | 1993 | 1994 |
|-----------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Grande | | | | |
| Curitiba | 21,87 | 22,00 | 16,92 | 17,25 |
| Foz do Iguaçu | 24,98 | 20,71 | 20,17 | 15,30 |
| Londrina | 26,42 | 25,27 | 16,67 | 21,18 |
| Maringá | 22,33 | 19,99 | 27,96 | 21,05 |
| Ponta Grossa | 22,16 | 25,10 | 24,62 | 23,88 |
| Médio | | | | |
| Apucarana | 20,39 | 22,94 | 27,77 | 15,38 |
| Bandeirantes | 23,07 | 27,63 | 33,21 | 23,58 |
| Guarapuava | 20,33 | 18,59 | 21,05 | 20,17 |
| Itaiporã | 25,14 | 20,99 | 20,52 | 24,91 |
| Md. Cândido Rondon | 32,85 | 26,83 | 24,83 | 21,56 |
| Palmas | 25,16 | 34,20 | 28,17 | 25,59 |
| São José dos Pinhais | 30,38 | 24,92 | 26,87 | 26,67 |
| São Mateus do Sul | 22,60 | 26,39 | 24,25 | 26,93 |
| Umuarama | 26,04 | 21,27 | 17,12 | 18,76 |
| Pequeno | | | | |
| Barbosa Ferraz | 23,01 | 25,93 | 22,97 | 29,19 |
| Boa Esperança | 25,82 | 24,85 | 27,70 | 26,40 |
| Carlópolis | 20,48 | 25,76 | 18,93 | 21,19 |
| Catanduvas | 29,23 | 25,95 | 27,01 | 32,92 |
| Cerro Azul | 27,75 | 21,47 | 24,33 | 19,45 |
| Formosa do Oeste | 27,29 | 19,64 | 27,45 | 23,57 |
| Imbituva | 22,09 | 23,69 | 28,67 | 26,24 |
| Itaguapé | 23,81 | 24,39 | 26,53 | 26,89 |
| Morretes | ... | 22,88 | 29,44 | 20,09 |
| Nova Prata do Iguaçu | 20,22 | 19,20 | 20,92 | 23,28 |
| Pitanga | 35,68 | 24,75 | 26,52 | 28,44 |
| Querência do Norte | 20,18 | 20,31 | 21,73 | 26,56 |
| Santa Izabel do Oeste | 27,30 | 25,34 | 25,92 | 25,40 |
| Sapopema | 26,08 | 29,55 | 19,30 | 29,12 |
| Sengés | 24,52 | 26,61 | 27,17 | 23,43 |
| Terra Boa | 25,97 | 32,55 | 27,53 | 29,12 |
| TOTAL | 23,28 | 22,57 | 19,55 | 18,94 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Balanços Municipais - 1989/1993; BDE - 1994

NOTA: Despesas com Educação = despesas com a função Educação e Cultura, excluídos os programas Educação Física e Desporto, Cultura e Turismo.

TABELA - A.20 - EVOLUÇÃO DAS DESPESAS TOTAIS E DAS DESPESAS COM PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADESAO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1989/1994

| PORTE/ MUNICÍPIO | DESPESAS TOTAIS | | | | DESPESAS COM PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO | | | |
|-----------------------|-----------------|--------|--------|--------|------------------------------------|--------|--------|--------|
| | 1989 | 1991 | 1993 | 1994 | 1989 | 1991 | 1993 | 1994 |
| Grande | | | | | | | | |
| Curitiba | 100,00 | 138,87 | 146,74 | 176,86 | 100,00 | 139,71 | 113,57 | 139,55 |
| Foz do Iguaçu | 100,00 | 155,83 | 264,35 | 447,05 | 100,00 | 129,21 | 213,49 | 273,79 |
| Londrina | 100,00 | 129,97 | 122,94 | 137,01 | 100,00 | 124,32 | 77,56 | 109,81 |
| Maringá | 100,00 | 204,94 | 99,57 | 163,49 | 100,00 | 183,41 | 124,66 | 154,08 |
| Ponta Grossa | 100,00 | 159,42 | 120,60 | 133,22 | 100,00 | 180,57 | 133,98 | 143,57 |
| Médio | | | | | | | | |
| Apucarana | 100,00 | 131,50 | 86,81 | 153,85 | 100,00 | 147,93 | 118,22 | 116,07 |
| Bandeirantes | 100,00 | 131,08 | 96,12 | 114,28 | 100,00 | 156,97 | 138,36 | 116,82 |
| Guarapuava | 100,00 | 146,05 | 102,82 | 118,82 | 100,00 | 133,52 | 106,43 | 117,88 |
| Ivaiporã | 100,00 | 126,05 | 107,87 | 106,24 | 100,00 | 105,27 | 88,06 | 105,29 |
| Mai. Cândido Rondon | 100,00 | 157,15 | 135,00 | 199,61 | 100,00 | 128,35 | 102,06 | 131,03 |
| Palmas | 100,00 | 120,98 | 103,67 | 114,75 | 100,00 | 164,45 | 116,09 | 116,73 |
| São José dos Pinhais | 100,00 | 158,42 | 154,61 | 187,02 | 100,00 | 129,91 | 136,74 | 164,16 |
| São Mateus do Sul | 100,00 | 120,73 | 138,13 | 148,07 | 100,00 | 141,00 | 148,18 | 176,46 |
| Umuarama | 100,00 | 125,97 | 101,91 | 118,40 | 100,00 | 102,88 | 66,98 | 85,29 |
| Pequeno | | | | | | | | |
| Barbosa Ferraz | 100,00 | 109,11 | 93,15 | 90,19 | 100,00 | 122,98 | 92,99 | 114,43 |
| Boa Esperança | 100,00 | 152,57 | 96,77 | 125,44 | 100,00 | 146,82 | 103,82 | 128,25 |
| Carlópolis | 100,00 | 144,83 | 159,00 | 170,93 | 100,00 | 182,12 | 146,92 | 176,83 |
| Catanduvas | 100,00 | 92,27 | 74,64 | 89,70 | 100,00 | 81,91 | 68,97 | 101,04 |
| Cerro Azul | 100,00 | 131,22 | 123,36 | 549,99 | 100,00 | 101,53 | 108,17 | 385,57 |
| Farmosa do Oeste | 100,00 | 111,87 | 85,30 | 86,02 | 100,00 | 80,51 | 85,79 | 74,30 |
| Imbituva | 100,00 | 124,12 | 110,23 | 130,68 | 100,00 | 133,07 | 143,05 | 155,21 |
| Itaguapé | 100,00 | 104,31 | 99,05 | 99,60 | 100,00 | 106,84 | 110,35 | 112,47 |
| Morretes | 100,00 | 131,00 | 149,81 | 151,31 | ... | 100,00 | 147,15 | 101,44 |
| Nova Prata do Iguaçu | 100,00 | 121,49 | 106,82 | 123,02 | 100,00 | 115,35 | 110,51 | 141,63 |
| Pitanga | 100,00 | 111,98 | 97,73 | 117,58 | 100,00 | 77,68 | 72,64 | 93,73 |
| Querência do Norte | 100,00 | 124,14 | 125,55 | 139,48 | 100,00 | 124,95 | 135,23 | 183,60 |
| Santa Izabel do Oeste | 100,00 | 107,40 | 93,12 | 107,21 | 100,00 | 99,67 | 88,40 | 99,76 |
| Sapopema | 100,00 | 120,41 | 181,20 | 163,96 | 100,00 | 136,45 | 134,09 | 183,06 |
| Sengés | 100,00 | 117,57 | 117,09 | 123,63 | 100,00 | 127,59 | 129,72 | 118,12 |
| Terra Boa | 100,00 | 113,85 | 103,30 | 104,45 | 100,00 | 142,70 | 109,52 | 117,11 |

FONTE DADOS BRUTOS: Balanços Municipais - 1989/1993; BDE - 1994

- (1) Despesas com programas de Educação = despesas com a função Educação e Cultura, excluídos os programas Educação Física e Desporto, Cultura e Turismo.
- (2) As despesas com os programas de educação para 1994 foram estimadas com base nas realizadas em 1993, exceto para os municípios de Imbituva e Morretes, para os quais o ano base foi 1991.

TABELA A.21 - RELAÇÃO ENTRE DESPESAS COM O ENSINO DE 1º GRAU E DESPESAS COM PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO PARA OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, SEGUNDO PORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADEÇÃO AO TERMO DE PARCERIA - PARANÁ - 1989/1994

| PORTE/MUNICÍPIO | 1989 | 1991 | 1993 | 1994 ⁽¹⁾ |
|-------------------------|-----------------------|--------|--------|---------------------|
| Grande | | | | |
| Curitiba | 100,00 | 80,33 | 100,00 | 100,00 |
| Foz do Iguaçu | 98,75 | 95,13 | 96,19 | 96,19 |
| Londrina | 99,92 | 97,48 | 97,96 | - |
| Maringá | 82,04 | 67,36 | 63,98 | - |
| Ponta Grossa | 99,92 | 83,81 | 98,25 | - |
| Médio | | | | |
| Apucarana | 99,02 | 99,85 | 99,92 | 99,92 |
| Bandeirantes | ⁽²⁾ 98,45 | 98,45 | 98,56 | 98,56 |
| Guarapuava | 86,19 | 99,59 | 82,68 | 82,68 |
| Ivaiporã | 99,89 | 94,88 | 92,89 | 78,13 |
| Marechal Cândido Rondon | 98,57 | 93,45 | 91,22 | 72,90 |
| Palmas | 100,00 | 89,36 | 95,64 | 94,61 |
| São José dos Pinhais | 100,00 | 100,00 | 99,98 | 95,36 |
| São Mateus do Sul | ⁽²⁾ 100,00 | 100,00 | 97,60 | 97,60 |
| Umuarama | 94,33 | 97,00 | 80,19 | 80,19 |
| Pequeno | | | | |
| Barbosa Ferraz | ⁽²⁾ 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Boa Esperança | 100,00 | 99,36 | 97,68 | 97,68 |
| Carlópolis | 100,00 | 99,60 | 70,21 | 70,21 |
| Catanduvas | 100,00 | 100,00 | 90,39 | 90,39 |
| Cerro Azul | 100,00 | 100,00 | 99,96 | 99,96 |
| Formosa do Oeste | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Imbituva | ⁽²⁾ 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Itaguapé | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Morretes | ... | 98,86 | 90,95 | 90,95 |
| Nova Prata do Iguaçu | ⁽²⁾ 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Pitanga | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Querência do Norte | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Santa Izabel do Oeste | ⁽²⁾ 96,17 | 96,17 | 97,27 | 97,27 |
| Sapopema | 100,00 | 95,94 | 97,40 | 97,40 |
| Sengés | 100,00 | 100,00 | 97,94 | 97,94 |
| Terra Boa | 100,00 | 100,00 | 98,26 | 98,26 |
| TOTAL | 97,98 | 86,20 | 94,97 | - |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Balanços Municipais - 1989/1993; BDE - 1994

NOTA: Às despesas com o programa ensino fundamental foram somadas as com assistência ao educando e com administração.

- (1) As despesas com ensino de 1º grau para 1994 foram estimadas com base nas realizadas em 1993, exceto para os municípios de Imbituva e Morretes o ano base foi 1991.
- (2) As despesas com ensino de 1º grau para 1989 foram estimadas com base nas realizadas em 1991, uma vez que os dados não se apresentavam desagregados dentro da função Educação e Cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ANALISANDO a municipalização do ensino. *Revista da ANDE*, São Paulo, v.7, n.13, p.22-23, 1988. Traduzido por L.R.G. Arelaro, da Revista El Pizarron, Santiago de Chile, n.38, maio/jun.1986.
- 2 ARELARO, Lizete R. G. A municipalização do ensino : avaliação preliminar. *Educação Municipal*, São Paulo, v. 2, n. 4, p.66-76, maio 1989.
- 3 ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO PARANAPANEMA. *Reformulação do processo de municipalização do ensino de 1ª a 4ª série do 1º grau*. Curitiba, 1993.
- 4 ÁVILA, Vicente Fidelis de. *No município a educação básica do Brasil*. Maceió : Secretaria de Estado da Educação de Alagoas, 1985. 98 p.
- 5 BARRETO, Elba Siqueira Sá; ARELARO, Lizete R. G. A municipalização do ensino de 1º grau : tese controvertida. Em *Aberto*, Brasília : INEP, v.5, n.29, p.1-13, jan./mar.1986.
- 6 BRASIL. *Constituição : República Federativa do Brasil 1988*. Brasília : Senado Federal, 1988. 292p.
- 7 CUNHA, Luiz Antônio. *Educação, estado e democracia no Brasil*. Niterói : EDUFF, 1991. 495p.
- 8 EVANGELISTA, Olinda; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Relação estado/município no Paraná : construção ou reconstrução da escola pública de qualidade?. In: SAVIANI, Demerval et al. *Estado e educação*. Campinas : Papyrus : CEDES; São Paulo : ANDE : ANPED, 1992. p.279-297.
- 9 FAVERO, Osmar; HORTA, José Silvério B.; FRIGOTO, Gaudêncio. Políticas educacionais no Brasil : desafios e propostas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo : Fundação Carlos Chagas, n.86, p.5-14, ago.1993.
- 10 FÓRUM PARANAENSE EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, UNIVERSAL E GRATUITA. *Relatório da comissão sobre municipalização, Curitiba e área metropolitana, da VIII sessão plenária*. Curitiba, 1992. 10p.
- 11 FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANÁ. *Estudo preliminar sobre o processo de municipalização no Paraná*. Curitiba : FUNDEPAR, 1991. 18p.
- 12 GADOTTI, Moacyr. Educação municipal e poder popular. *Educação Municipal*, São Paulo, v.2, n.4, p.60-66, maio 1989.
- 13 GADOTTI, Moacyr; ROMÃO, José Eustáquio. *Município e educação*. São Paulo : Cortez , 1993. 224p.
- 14 INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Análise dos gastos públicos municipais em educação*. Curitiba : IPARDES, 1994. 50p.

- 15 INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Análise dos gastos públicos municipais em educação : tipologia de municípios e metodologia de amostragem.** Curitiba : IPARDES, 1994. 50 p.
- 16 INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Indicadores analíticos.** Curitiba : IPARDES, 1993. v.1.Referencial urbano.
- 17 INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Participação dos municípios paranaenses na economia do Estado - 1990-93.** Curitiba : IPARDES, 1996. 51p.
- 18 LAGÔA, Ana. **Municipalização : ela só trará a democratização se todos participarem.** Nova Escola, São Paulo, v.3, n.23, ago.1988.
- 19 MELLO, Guiomar Namó de. **É preciso dar um conteúdo concreto ao debate sobre a municipalização do ensino de 1º grau.** Em **Aberto**, Brasília : INEP, v.5, n.29, p. 19-24, jan./mar.1986.
- 20 MELLO, Guiomar Namó de. **Municipalização do ensino : equívocos, más intenções e novas perspectivas.** In: MELLO, G. N. de. **Social democracia e educação : tese para discussão.** 2.ed. São Paulo : Cortez, 1990.
- 21 MELLO, Guiomar Namó de. **Sobre a municipalização do ensino de 1º grau.** **Revista da ANDE**, São Paulo, v.7, n.13, 1988.
- 22 PARANÁ. **Constituição do Estado do Paraná 1989.** Curitiba : DIOE, 1994. 254p.
- 23 PARANÁ. Governo do Estado. **Projeto Qualidade no Ensino Público do Paraná.** Curitiba, 1992. 215p. 1ª versão.
- 24 PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Protocolo de intenções.** Curitiba, s.d.
- 25 PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Coordenação dos Núcleos Regionais de Educação. **O ciclo básico de alfabetização frente ao processo de municipalização.** Curitiba, 1993. 3p.
- 26 PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Coordenadoria do Programa de Parceria Educacional. **Relatório do Seminário Política Educacional e Municipalização do Ensino.** Curitiba, 1994. 16p.
- 27 PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Diretoria Geral. **Municipalização do ensino : uma questão de parceria.** Curitiba, s.d. 5p.
- 28 PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Grupo de Planejamento Setorial. **Termo Cooperativo de Parceria Educacional.** Curitiba, 1992. 19p.
- 29 PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Grupo de Planejamento Setorial. **Termo Cooperativo de Parceria Educacional.** Curitiba, 1993. 19p.
- 30 PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **Questionamentos colocados pelos chefes de Núcleos Regionais de Educação durante reunião em 21/02/91.** Curitiba, 1991. 3p.
- 31 PERIN, Z. **Custo/aluno/ano na rede estadual paranaense de ensino pré-escolar e de 1º e 2º graus.** **Análise Conjuntural**, Curitiba : IPARDES, v.12, n.3, p.1-4, mar.1990.

- 32 PINHEIRO, José Vanelli. **Considerações gerais sobre a municipalização do ensino de 1ª a 4ª série de 1º grau.** Pérola D'Oeste : Departamento Municipal de Educação, s. d. 6p.
- 33 PINTO, José Marcelino de Rezende. **Municipalização do ensino fundamental : quem paga a conta? Pro-Posições,** Campinas : UNICAMP, v.3, n.3, p.24-35, ez.1992.
- 34 ROMÃO, José Eustáquio. **Poder local e educação.** São Paulo : Cortez, 1992. 141p.
- 35 SANTOS, Jussara Maria Puglielli. **Tentando compreender o processo de municipalização no Estado do Paraná.** Curitiba, 1993. 24p. Trabalho de conclusão de disciplina em Curso da USP.